

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O OBSOLETO E A CIDADE:

O REUSO INTERMÉDIO COMO FERRAMENTA DO PLANEAMENTO URBANO

Doutoramento em Urbanismo

PABLO DIEGO e SOUZA dos REIS COSTA

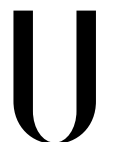
Orientadores:

Doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco

Doutor Eduardo Manuel Dias de Brito-Henriques

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de **DOCTOR**

2024



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE

UNIVERSIDADE DE LISBOA

O OBSOLETO E A CIDADE:

O REUSO INTERMÉDIO COMO FERRAMENTA DO PLANEAMENTO URBANO

PABLO DIEGO e SOUZA dos REIS COSTA

Orientadores:

Doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco

Doutor Eduardo Manuel Dias de Brito-Henriques

Presidente do Júri:

Doutor Jorge Luís Firmino Nunes | Professor Auxiliar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco | Professora Associada com Agregação

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, orientadora;

Doutor Ivo Pereira de Oliveira | Professor Associado

Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho;

Doutora Alessia Allegri | Professora Auxiliar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Nuno Miguel Martins Travasso | Professor Auxiliar

Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra

Doutor José Miguel Mendes Freitas Silva | Professor Auxiliar Convidado

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

2024

Ao meu filho, **Lucas**.

I took a walk in the woods and came out taller than the trees.

Henry David Thoreau

RESUMO

A paisagem urbana contemporânea é permeada pelo obsoleto. As cidades estão povoadas por ruínas, edifícios abandonados, espaços vacantes e terrenos vagos. O modelo de desenvolvimento urbano das últimas décadas pautado pela especulação imobiliária, as constantes crises económicas e o processo de aceleração do tempo nas sociedades contemporâneas, têm fomentado a obsolescência dos espaços urbanos e o aparecimento de novas formas de ruínas não-históricas, que passaram a coexistir com as tradicionais. Fábricas abandonadas, hospitais encerrados, empreendimentos imobiliários inacabados, equipamentos militares desativados, entre outros, fazem parte da paisagem e do imaginário urbano atual.

A distopia da “cidade em ruínas”, tão explorada na atualidade pelas artes visuais e performativas, tem associado esses elementos a uma ideia de morte, fim de ciclo e desordem urbana; uma condição de obsolescência que o planeamento urbano canónico tem procurado reverter ou eliminar, como se fosse uma patologia para a qual se exigem soluções terapêuticas. Nesta tese, coloca-se em causa esta perceção negativa dos espaços obsoletos da cidade, reconhecendo a obsolescência enquanto uma etapa inevitável na metamorfose do espaço urbano. Desta forma, o abandono e a suspensão temporária das atividades e usos sociais convencionais proporcionam o surgimento de novas formas de apropriação, formais ou informais, naturais ou artificiais, desejadas ou indesejadas, que contribuem para a diversidade e pluralidade urbana.

Assim, propõe-se absorver aspetos e dinâmicas peculiares deste rico encontro entre a memória e a possibilidade e incluí-los numa estratégia alternativa e complementar de planeamento urbano onde se promova o reuso do espaço urbano no intervalo entre o uso inicial que fora descontinuado, e o uso futuro que ainda não se iniciou. Visando introduzir o reuso intermédio como um dispositivo do planeamento e gestão do espaço urbano contemporâneo, a presente tese avança com a proposta de uma metodologia exploratória que se sustenta em métodos visuais e participativos. Estes métodos foram aplicados à cidade do Barreiro, localizada na Área Metropolitana de Lisboa, com o intuito de estimular a reflexão sobre o significado do arruinamento e abandono urbano, e avaliar a viabilidade de implementação de soluções de reuso intermédio enquanto mecanismo de política urbana. A metodologia tem como base a criação de um conjunto de possíveis cenários futuros para três áreas obsoletas da cidade, sendo testada através de dois experimentos (entrevistas presenciais e inquérito online), nos quais a população e utilizadores dos locais puderam opinar sobre o passado, o presente e o futuro destes espaços.

Os resultados da investigação demonstram que o reuso intermédio pode ser uma ferramenta alternativa de planeamento urbano, mais flexível e que permita incorporar as práticas informais e temporárias como fator estratégico de desenvolvimento local, aceitando e potenciando a transitoriedade como um vetor de regeneração urbana. Para além, verifica-se ainda o potencial inerente a métodos alternativos de participação e envolvimento da comunidade, porventura disruptivos, mas certamente exploratórios, sediados na imagem e visualidade como forma de eliciar memórias coletivas e avaliar possíveis cenários para o reuso intermédio dos espaços obsoletos.

Palavras-chave: Obsolescência Urbana; Reuso Intermédio; Planeamento Urbano; *Scenario-Elicitation*; Usos Temporários.

ABSTRACT

The contemporary urban landscape is permeated by the obsolete. Cities are populated by ruins, abandoned buildings, vacant spaces and lots. The urban development model of the last decades, guided by real estate speculation, the constant economic crises and the process of acceleration of time in contemporary societies, have been promoting the obsolescence of urban spaces and the appearance of new non-historical forms of ruin, which began to coexist with the traditional ruins. Abandoned factories, closed hospitals, unfinished real estate developments, deactivated military equipment, etc., are part of the current urban landscape and imaginary.

The dystopia of the “city in ruins”, so explored today by the visual and performing arts, has associated these elements with an idea of death, end-of-cycle and urban disorder; a condition of obsolescence that canonical urban planning seeks to reverse or eliminate, as if it were a pathology for which therapeutic solutions are required. In this thesis, this negative perception of obsolete spaces in the city is questioned, aiming to recognize obsolescence as an inevitable stage in the metamorphosis of urban space, where the abandonment and temporary suspension of activities and conventional social uses provide the emergence of new forms of appropriation, formal or informal, natural or artificial, desired or undesired, which contribute to urban diversity and plurality.

Thus, it is proposed to absorb peculiar aspects and dynamics of this rich encounter between memory and possibility and include them in an alternative and complementary urban planning strategy where the reuse of urban space is promoted in the interval between the initial use that had been discontinued and the future use that has not yet begun. Aiming to introduce interim reuse as a device for planning and managing contemporary urban space, this thesis advances with the proposal of an exploratory methodology based on visual and participatory methods. These methods were applied to the city of Barreiro, located in the Metropolitan Area of Lisbon, to stimulate reflection on the meaning of ruin and urban abandonment, and to assess the feasibility of implementing intermediate reuse solutions as an urban policy mechanism. The proposed methodology is based on the creation of a set of possible future scenarios for three obsolete areas of the city, being tested through two experiments – face-to-face interviews and online survey, where the population and users of the places could give their opinion about the past, the present and the future of these spaces.

The research results demonstrate that interim reuse can be an alternative urban planning tool, more flexible and that allows incorporating informal and temporary practices as a strategic factor of local development, accepting and enhancing transience as a vector of urban regeneration. Furthermore, there is also the inherent potential of alternative methods of community participation and involvement, sometimes disruptive, but certainly exploratory, based on image and visuality as a way of eliciting collective memories and evaluating possible scenarios for the interim reuse of obsolete spaces.

Keywords: Urban Obsolescence; Interim Reuse; Urban Planning; *Scenario-Elicitation*; Temporary uses.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma tese de doutoramento pode ser um esforço demasiado solitário. No entanto, nesta jornada rumo ao desconhecido é possível olhar para trás e perceber que nunca caminhamos sozinhos. Foram muitas as pessoas que passaram por mim e deixaram importantes contributos que permitiram esta pesquisa chegar onde chegou.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial aos professores Cristina Cavaco e Eduardo Brito-Henriques, orientadores desta dissertação, que sempre foram uma grande fonte de inspiração. Para além da imensa carga de conhecimento científico que me foi passada, gostaria de agradecer-lhes por me estenderem a mão quando foi preciso tirar-me do buraco de incertezas e angústias em que por vezes um doutorando cai. Agradeço também pela confiança e pelas oportunidades que criaram para que eu pudesse levar a minha investigação ainda mais longe. Aos demais professores que fizeram parte desta minha formação, muito obrigado pelo aprendizado e por todo o apoio.

A nível institucional, agradeço à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa por ter proporcionado o acolhimento necessário para a realização da tese, bem como ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território por me ter aberto as portas e permitido uma importante experiência de vivência e convivência num ambiente de investigação científica de alto nível. Agradeço também a todos os integrantes dos projetos de investigação de que fiz parte durante essa caminhada (projeto NoVOID e projeto iWREcKS) e aos laboratórios e grupos de pesquisa de que fiz e que ainda faço parte (URBinLAB e Writing Urban Places).

Aos meus colegas de curso, Joana Lima, Mauro Pereira, Felipe Souza, Lua Bittencourt, Giovanna Gonzalez e Daniel Lobo, companheiros de angústia, desejo que todos tenham o seu final feliz (seja ele o qual for) e espero que continuemos esta amizade nos novos desafios que possam surgir.

Agradeço também a toda a minha família que sempre esteve ao meu lado a apoiar-me e a suportar-me nos melhores e nos piores momentos. Aos meus sogros, Mauro e Maria Helena, deixo aqui o meu agradecimento e uma mensagem de que dias melhores (e mais calmos) virão! Aos meus pais, meus dois “velhotes”, obrigado pelo carinho e apoio, mas acima de tudo, muito obrigado por sempre me permitirem sonhar.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho aos dois amores da minha vida: minha esposa Ludmylla e meu filhote, Lucas. Esta jornada só foi possível porque eu sabia que vocês estavam ao meu lado, caminhando comigo em todos os momentos. Obrigado por me apoiarem mesmo quando eu não sabia que precisava de apoio. Esta conquista também é vossa!

CONVENÇÕES

Esta tese foi escrita conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O trabalho contém citações literais em português europeu, português brasileiro e inglês. As citações em outros idiomas estão expostas a partir de livre tradução com o original em nota de rodapé. As referências bibliográficas são apresentadas de acordo com as normas da APA - American Psychological Association 6ªed.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
AGRADECIMENTOS	v
CONVENÇÕES	vii
ÍNDICE	ix
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS e TABELAS	xi
I - INTRODUÇÃO	1
Apresentação do Tema	1
Questões de Investigação, Hipótese e Objetivos	2
Metodologia e Caso de Estudo	4
Estrutura da Tese	6
Contexto e Contributos da Tese	9
II - A OBSOLESCÊNCIA	13
A invenção de um conceito	13
O movimento e a inevitável obsolescência	23
A ruína como portal do tempo	28
A espacialização da memória	32
Planeamento Urbano vs. Ruínas	40
Entre a fobia, a estranheza e o encantamento	46
Notas Conclusivas	54
III – O INTERMÉDIO	59
Etimologia e terminologias	59
Experiências piloto e estratégias	65
Tipologias do intermédio	86
Notas Propositivas para o Reuso Intermédio	98
IV – METODOLOGIA	107
Uma nova metodologia em um incerto contexto	107
<i>A Photo-Elicitation</i>	110
<i>O Scenario Planning</i>	113
<i>O Scenario-Elicitation</i>	117

V - CASO DE ESTUDO.....	119
O Barreiro: notas iniciais	119
O Barreiro da CUF / A CUF do Barreiro	124
A paisagem (pós)industrial que persiste	128
Experimento I – Entrevistas	143
Considerações Iniciais	143
Resultados e primeiras impressões	148
Notas sobre o Reuso Intermédio	158
Validação da Metodologia	161
Experimento II – Inquérito Online	162
Considerações Iniciais	162
(L) Terreno Vago – resultados iniciais	168
(M) Estrutura Ferroviária – resultados iniciais.....	176
(S) Armazém industrial – análises iniciais	187
Discussão dos Resultados.....	194
VI - CONCLUSÃO FINAL E POSSIBILIDADES	203
O Reuso Intermédio no Planeamento Urbano.....	204
A Mediação	209
Notas finais e Possibilidades futuras.....	210
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

ÍNDICE DE FIGURAS e TABELAS

Figura 1 Organograma da tese.	8
Figura 2 Edifício TACOMA, Chicago.	17
Figura 3 Modelo analítico dos tipos de obsolescência criado por Thomsen & Van der Flier (2011)	22
Figura 4 Diagrama dos tipos de obsolescência elaborado por Buitelaar et al. (2021)	22
Figura 5 Diagrama do tempo – matriz de análise e reflexões a partir dos conceitos apresentados.	25
Figura 6 Pintura "Still-Life with a Skull" Philippe de Champaigne (c.1671). Musée de Tessé, Le Mans.	26
Figura 7 Fábrica de Gás da Matinha - Acesso às diferentes temporalidades	32
Figura 8 Panorâmico de Monsanto - Turistas a chegarem ao local - Lisboa.	34
Figura 9 Antigo Aquaparque - Conjunto de imagens das antigas em Lisboa.	35
Figura 10 Angelus Novus, Paul Klee (1920) – The Israel Museum, Jerusalem	37
Figura 11 Interior of the Temple of Diana at Nime,s, Hubert Robert, 1783. Museo Nacional Thyssen-Bornemisza, Madrid.	40
Figura 12 Packard Motor Car Company, Matthew Christopher. Detroit MI. 2009	41
Figura 13 Conjunto de fotografias de empreendimentos habitacionais em Guimarães interrompidos durante a fase de construção	42
Figura 14 Diagrama baseado na análise cronológica do aparecimento das tipologias "RE" (Roberts & Sykes, 1999).	43
Figura 15 Antiga Torre da Galp mantida com a execução do projeto da EXPO`98 e consolidação da freguesia do Parque das Nações.....	45
Figura 16 J.M.W. Turner. Tintern Abbey, 1792-94. Tate Gallery, London.....	48
Figura 17 Ensaio fotográfico pré-casamento realizado nas ruínas da fazenda Jagoara Velha – Minas Gerais, Brasil.	49
Figura 18 David Plowden. Chicago, Illinois (C-183-519), 1983. Yale University Library Digital Collections, New Haven.	53
Figura 19 Crianças a brincar num espaço em ruínas no Barreiro	56
Figura 20 Ruínas da antiga vila operário.	57

Figura 21 Pessoas plantando batatas no Tiergarten..	60
Figura 22 Centro cultural e espaço de eventos Melkweg - Amsterdam..	60
Figura 23 Centro cultural Tacheles, Berlim..	62
Figura 24 LX Factory - Lisboa.	67
Figura 25 "INITIATE" – Crianças brincam e aprendem sobre as regras de trânsito no estacionamento da antiga estação de carga da Deutsche Bahn - Basileia.....	71
Figura 26 "CLAIM" – Conferência "Group Dynamics" realizada em 2004 na sala de cinema "Lika", Zagreb.	72
Figura 27 "FORMALIZE" – Tempodrom, Berlim.....	72
Figura 28 Projeto LOD67, Copenhaga.	74
Figura 29 Fachada da fábrica de cerveja iluminada através de videomapping, Lublin, 2017 ...	78
Figura 30 Apresentação do "secret cinema" numa fábrica abandonada de Ostrava - Rep. Checa, 2017.....	80
Figura 31 Mapa das "perfurações urbanas" de Lisboa (Ruínas, Logradouros de Ruínas e Terrenos Vacantes).....	82
Figura 32 Fichas do Inventário Florístico elaborado para as quatro cidades do projeto.	83
Figura 33 Projeto "Recalling the existing path" propondo um reuso intermédio numa antiga zona ferroviária do Barreiro.	85
Figura 34 Edifício no bairro de Marvila, Lisboa	88
Figura 35 Antigo aeroporto e atual parque Tempelhof Park, Berlim.	90
Figura 36 Paris-Plage: Praia-fluvial-urbana nas margens do rio Sena, Paris	92
Figura 37 Sessão do evento Bike-in Film realizado na obsoleta área portuária de Kalasatama, Helsínquia.....	93
Figura 38 Horta comunitária urbana num terreno vago de Detroit, outubro.....	93
Figura 39 (STAND-IN) - Offentliches Golfzentrum Mitte, Berlim.....	95
Figura 40 (CONSOLIDATION) – Kaapelitehdas, Helsinquia.....	96
Figura 41 (PIONEER) - Arizona Market, Brčko	96
Figura 42 (APROVEITAR) Les Grands Voisins, 2019, Paris.....	102
Figura 43 (EXPLORAR) NDSM, 2020, Amesterdão.....	104

Figura 44 (ATIVAR) Bijlmerbajes, 2020, Amesterdão.	106
Figura 45 Paul Citroën. Metropolis, 1923. Leiden University, The Netherlands.	115
Figura 46. A Instant City criada pelo grupo Archigram através do método de collage	116
Figura 47 Apresentação elaborada pelo atelier OMA para o projeto Mangalem 21 em Tirana, Albania.....	116
Figura 48. Cenário proposto para um dos casos de estudo.	118
Figura 49 Mapa dos municípios da AML com destaque para (A) Barreiro e (B) Lisboa.	119
Figura 50 Indústria corticeira instalada na Quinta da Maceda, Barreiro	122
Figura 51 Oficinas Sul e Sueste e Rotunda das Máquinas, Barreiro	123
Figura 52 Construção de uma das fábricas do complexo CUF no Barreiro.	125
Figura 53 Vista aérea do complexo da CUF Barreiro em 1929.	126
Figura 54 Bairro Operário da CUF (Santa Bárbara) já com sua formatação atual.	127
Figura 55 Instalações da fábrica da FISIFE na década de 1970..	130
Figura 56 Planta Geral do Parque Empresarial do Barreiro – área sob gestão da Baía do Tejo S/A – bem como imagens do seu património edificado.	132
Figura 57 Plano de Urbanização do Território da QUIMIPARQUE e área envolvente desenvolvido pelo Atelier Risco + NPK Arquitetos para a CMB, Barreiro	134
Figura 58 Imagem 3D do Plano de Urbanização do território da QUIMIPARQUE e área envolvente, Barreiro	135
Figura 59 Alameda de ligação entre a zona central do Barreiro e a zona da Baía do Tejo, 2018.	137
Figura 60 “Laws of Movement and Equilibrium” de Emma Hornsby.	138
Figura 61 Fachada das instalações da Associação ADAO, Barreiro	139
Figura 62 Apresentação musical de Will Guthrie & Ensemble Nist-Nah no OutFest’22, Barreiro.	140
Figura 63 Instalações da Incubadora de empresas StartUp Barreiro.	141
Figura 64 Vista aérea (2018) de parte do Complexo Empresarial do Barreiro.....	142
Figura 65 Fotomontagem com imagens tipo “antes e depois” de uma área da antiga CUF ...	144
Figura 66 Vista aérea da área de estudo (em vermelho)	145

Figura 67 Cenários propostos.....	148
Figura 68 Conjunto de fotografias atuais do terreno vago. Fotos: próprio autor, Barreiro, 2018.	149
Figura 69 Gráficos sobre a avaliação dos cenários.....	150
Figura 70 Os casos de estudo escolhidos para o Experimento II	163
Figura 71 Foto aérea com destaque aos três casos de estudo	164
Figura 72 Comunicação produzida como promoção do Experimento II - Inquérito Online em plataformas digitais	166
Figura 73 Matriz com os cenários de reuso intermédio propostos para os três casos de estudo.	168
Figura 74 Fotografia da área de estudo em julho 2018	168
Figura 75 Gráfico elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.	169
Figura 76 Cenários propostos para o Experimento II (L) Terreno Vago.	171
Figura 77 Gráfico sobre a avaliação dos cenários.	172
Figura 78 Fotografia do local (Rotunda das Locomotivas) com destaque a relação da edificação com sua área envoltória.	176
Figura 79 Fotografia do local (Rotunda das Locomotivas) com destaque a presença dos trilhos e da estrutura de rotação mais ao fundo.	176
Figura 80 Gráfico elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.	179
Figura 81 Cenários propostos para o Experimento II – (M) Estrutura Ferroviária	182
Figura 82 Gráfico sobre a avaliação dos cenários.	183
Figura 83 Fotografia da área exterior, incluindo a edificação (antigo armazém industrial) ...	187
Figura 84 Fotografia do interior do local.....	187
Figura 85 Gráfico-síntese elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.	189
Figura 86 Cenários propostos para o Experimento II – (S) Armazém Industrial.....	190
Figura 87 Gráfico sobre a avaliação dos cenários.	192
Figura 88 Gráfico sobre a pontuação final dos cenários em cada uma das áreas de estudo, incluindo Experimento I (estimativa proporcional).....	196

Tabela 1 Análise das terminologias utilizadas pelas principais referências do tema.	65
Tabela 2. Resumo das principais publicações acerca da photo-elicitation até 2002 e possível classificação).....	113
Tabela 3 População residente no município do Barreiro nos últimos censos.....	120
Tabela 4 Avaliação dos cenários futuros (sem menção ao tempo).....	150
Tabela 5 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio	150
Tabela 6 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada.....	169
Tabela 7 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio	172
Tabela 8 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada.....	179
Tabela 9 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio	183
Tabela 10 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada.....	189
Tabela 11 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio.	191
Tabela 12 Comparativo entre os resultados da pontuação total de cada cenário em cada área de estudo, incluindo o Experimento I (estimativa proporcional).	196
Tabela 13 Comparativo entre as características do inquérito presencial vs. inquérito online.	197
Tabela 14 Comparativo com a opinião dos participantes sobre os cenários serem definitivos ao invés de intermédios.	198

I - INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema

A crise mundial do início do milénio desencadeou uma sequência de crises económico-financeiras e anunciou o fim de um ciclo de desenvolvimento urbano onde se privilegiavam os projetos *flagship* e as grandes operações urbanísticas de regeneração urbana (Bourdin, 2011 [2010]). A aceleração da vida urbana contemporânea, aliada ao enfraquecimento das relações humanas (Augé, 1994; Bauman, 2000; Rosa, 2013; Virilio, 1977), veio promover o surgimento de novas demandas urbanas, obrigando a rever convicções e encontrar fórmulas de intervenção alternativas, especificamente para lidar com as evidências físico-espaciais mais contundentes de um cenário de transição: a ruína, o abandono e o vazio.

Na cidade contemporânea, a obsolescência do espaço urbano não significa inutilidade, mas representa o descompasso entre o tempo das dinâmicas sociais e o tempo da tradução espacial dessas dinâmicas. A aparente desvalorização de um dado espaço urbano resulta de uma alteração das necessidades humanas e sociais, não acompanhada pela mudança correspondente do espaço urbano em termos de organização espacial (Nutt, Walker, Holliday, & Sears, 1976; Thomsen & Van Der Flier, 2011). Em muitos casos, o termo obsolescência urbana foi utilizado como pretexto para que renovações urbanas avançassem com a ideia que Schumpeter (1942) denominou de “destruição criativa”, mas nada ou pouco teve relação com um possível fim da vida-útil do espaço (Abramson, 2016). Negar o obsoleto enquanto momento terminal e afirmá-lo como uma condição transitória capaz de gerar novas possibilidades, é compreender este processo enquanto um produto inevitável do movimento das pessoas, dos objetos e das ideias (Brito-Henriques, 2017), onde a memória se encontra com a expectativa (Solà-Morales, 1995).

Se as cidades ocidentais se foram tornando gradualmente mais rígidas e permanentes, reforçando um tipo de planeamento que prioriza interesses pré-estabelecidos, nas últimas décadas a transitoriedade do espaço obsoleto passou a ser explorada por grupos que buscam repensar estas ortodoxias de desenvolvimento urbano, trabalhando nas fissuras entre o planeamento formal, o investimento especulativo e as possibilidades locais (Bishop & Williams, 2012; Lehtovuori, 2012; Tonkiss, 2013). Muitas cidades europeias tornaram-se palco para experiências desta natureza. A cidade de Berlim por exemplo, principalmente na parte Oriental,

presenciou o surgimento deste tipo de experiências e foi pioneira ao nomear este fenómeno como *Zwischennutzung* (Colomb, 2012; Oswalt, Overmeyer, & Misselwitz, 2004; Till & McArdle, 2015). Não se trata de um uso temporário do espaço, mas antes de um reuso intermédio de um espaço cuja vacância, fruto desta lacuna no ciclo de utilização, é aproveitada como refúgio, transgressão e possibilidade.

Estas apropriações e experimentações fogem aos usos sociais convencionais, tanto em forma quanto em conteúdo e podem organizar-se de múltiplas formas; são atividades *bottom-up*, espontâneas, informais e orgânicas que podem ou não ser estimuladas por grupos e associações, mas que utilizam os benefícios da liberdade e indeterminação deste momento de obsolescência do espaço urbano. Não obstante o sucesso de algumas dessas experiências, captar esse potencial e transformá-lo numa ferramenta de planeamento urbano é ainda um desafio.

Questões de Investigação, Hipótese e Objetivos

A pesquisa adota, como ponto de partida, o cenário urbano descrito acima e apresenta algumas premissas que fundamentam o desenvolvimento das suas questões e objetivos de investigação. Desde logo, a constatação de que o **obsoleto é uma presença constante da paisagem urbana contemporânea**; ruínas, edifícios abandonados, terrenos vagos e espaços vacantes fazem parte do imaginário de qualquer habitante das cidades. Embora o abandono e o arruinamento serem mais evidentes em períodos de crise, esses processos surgem nas mais diversas etapas do crescimento das cidades, às vezes de forma acelerada e artificial, sob a pressão da especulação imobiliária.

Apesar da obsolescência ser um processo inevitável também para os espaços urbanos, existe uma **visão negativa predominante**, tanto por parte da sociedade, quanto por parte do planeamento urbano, perspetivando-se o obsoleto como um problema a ser solucionado. Assim, durante muito tempo foram criadas ferramentas e políticas de gestão urbana para reverter e acabar com essa condição espacial. Em Portugal, as políticas e os instrumentos de ordenamento do território, tais como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) ou os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), bem como os projetos públicos ou privados de regeneração urbana e promoção imobiliária para determinadas áreas, perspetivam o

espaço obsoleto como uma oportunidade de reconversão, considerando o seu reaproveitamento a partir da implementação de usos convencionais e permanentes.

No entanto, a crise do pensamento moderno levou-nos a um **momento de transição** entre um urbanismo de ideias e práticas reguladoras e controladoras e um modelo mais flexível, reflexivo e mediador que busca a participação efetiva das pessoas e da comunidade, valorizando os usos e ocupações temporárias como parte do processo. Apesar de haver abertura por parte de algumas cidades europeias e no mundo ocidental para que se experimentem novos modelos e ferramentas de planeamento urbano sensíveis a esta realidade, são poucos os exemplos que buscam reconhecer e aproveitar o valor e o potencial do obsoleto em detrimento da sua simples ocultação e supressão.

Face ao exposto, estabelece-se como **objetivo geral da pesquisa estudar o significado da obsolescência na cidade e, adotando uma visão positiva em relação aos espaços urbanos obsoletos, discutir o seu valor e potencial urbanístico, assim como os possíveis usos e abordagens para a sua apropriação temporária e integração como tal no contexto da cidade**. Como hipótese, reconhece-se que este momento de suspensão das atividades e dos usos sociais convencionais proporciona a **criação de um cenário de liberdade e indeterminação capaz de promover situações que contribuem para a pluralidade urbana**. Ações mais espontâneas, *bottom-up*, por vezes indesejadas pelo discurso dominante, mas capazes de trazerem alternativas às fórmulas hegemónicas do planeamento urbano, permitem uma participação mais direta das pessoas no processo contínuo de construção da cidade, inclusive daqueles que normalmente são excluídos ou marginalizados.

Como lidar com a obsolescência no meio urbano? Como reconhecer as ações que ocorrem nesse espaço e nesse tempo intermédio e como integrá-las no planeamento urbano sem que sejam desvirtuadas, ocultadas ou obliteradas? Qual poderia ser o papel da administração pública e da comunidade nesse processo?

Os objetivos secundários ou específicos da investigação visam responder a estas questões com o intuito de contribuir para a integração, no contexto disciplinar do planeamento urbano, de abordagens alternativas mais flexíveis, complementares às tradicionais ortodoxias de ordenamento e gestão do espaço urbano, mas com vantagens para promover o desenvolvimento das cidades, sobretudo em circunstâncias onde a ruína, o vazio e o abandono são uma presença incontornável da vida urbana. Assim, prevê-se: **(i)** a revisão crítica do conceito de obsolescência, refutando o seu entendimento como um fator de perda, de esvaziamento e desordem;

(ii) a sistematização e conceptualização do reuso intermédio, a partir da leitura e análise de experiências e casos de estudo em diferentes cidades ocidentais, a fim de utilizar este conceito enquanto uma estratégia ou ferramenta complementar de planeamento urbano; (iii) o desenvolvimento de uma metodologia *bottom-up*, participativa e exploratória capaz de eliciar memórias, opiniões e impressões (subjetivas ou objetivas) a partir de métodos visuais e colaborativos.

Por fim, pretende-se que esta pesquisa promova uma **mudança de perspetiva e de abordagem aos espaços urbanos abandonados e arruinados**, percebendo a sua obsolescência, não apenas como uma oportunidade para o futuro, mas como um lugar de sobrevivência de importantes atividades não-hegemónicas necessárias para um equilíbrio de forças na cidade. Para além do elencado, trata-se do reconhecimento do obsoleto como um ponto de encontro entre memória e futuro, dotado de possibilidades imediatas que podem ser aproveitadas pelo planeamento urbano.

Metodologia e Caso de Estudo

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada uma metodologia de base essencialmente qualitativa, ainda que por vezes complementada com uma abordagem quantitativa necessária para confirmar e validar os resultados. Em princípio, construiu-se um modelo conceptual de investigação onde foram delimitados aspetos básicos para a sua organização. O surgimento da questão de partida e da hipótese, bem como a conseqüente escolha dos métodos para atingir os objetivos aconteceu após uma inicial revisão da literatura e de algum trabalho de campo.

Face à natureza dos temas a serem abordados, a metodologia da tese foi sempre tratada de forma flexível e exploratória. Durante o processo da pesquisa e de acordo com as percepções que surgiam, foram escolhidos e testados os métodos que se mostrassem mais adequados, ao ponto de propor-se até mesmo a criação de novos que se adequassem melhor às necessidades.

Assim, num primeiro momento avançou-se com uma revisão crítica da literatura sobre o tema e a construção de um estado da arte. Este processo foi fundamental, não apenas para a reformulação do conceito de obsolescência e a compreensão do reuso intermédio como instrumento de planeamento, mas também para a definição e estruturação da metodologia de abordagem ao caso de estudo. Sediou-se num conjunto de autores de referência, cuja leitura e interpretação foi depois

complementada com a pesquisa de outras referências mais recentes capazes de preencher algumas lacunas no conhecimento, sobretudo considerando que a problemática de investigação está ainda pouco explorada na literatura, principalmente em Portugal. Houve uma busca e análise documental utilizando meios físicos e digitais, assim como entrevistas pessoais com alguns *stakeholders* com o objetivo de discutir algumas das experiências realizadas.

Após esta primeira fundamentação, pesquisaram-se diferentes tipos de espaços cuja obsolescência pudesse servir como ponto de partida para uma observação direta, assim como cenário para a aplicação de métodos exploratórios e explicativos. Na sequência dos estudos e trabalhos efetuados no âmbito do projeto de investigação NoVOID, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/ATP-EUR/1180/2014), que enquadrou a presente investigação, a cidade do Barreiro na Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi o território de estudo selecionado. As suas características históricas e dinâmicas urbanas atuais, sempre permeadas pelo intenso processo de obsolescência de grande parte do seu espaço urbano, configuram um rico território a ser estudado. A partir de uma primeira análise geral do município e de visitas a campo foram escolhidos três espaços obsoletos na cidade, a que se seguiu uma análise mais aprofundada do seu contexto mediante respetiva revisão da literatura e análise documental.

Do ponto de vista metodológico, a investigação avança com a proposta de uma metodologia experimental baseada na aplicação de métodos de *scenario-elicitation*, um processo visual e participativo que surge da união da *photo-elicitation* (Collier, 1957) e do *scenario planning* (Kahn, 1973). Para isso, utilizaram-se dois experimentos independentes, tendo como objetivo eliciar os habitantes e utilizadores dos espaços abandonados acerca dessa condição, bem como acerca de possíveis cenários de reuso intermédio. No primeiro experimento, foi utilizado o método de entrevista presencial com base num guião semiestruturado, tendo em vista confrontar os entrevistados (habitantes ou utilizadores da cidade) com imagens, mapas e perguntas sobre o espaço e o seu futuro. No segundo experimento, já em momento de pandemia de covid-19, foi utilizado o método de inquérito online, alcançando-se, desta forma, uma maior audiência. Em ambos os casos, a análise e recolha documental, a revisão da literatura e a sistematização de práticas de reuso intermédio foram utilizadas para suportar os experimentos. Uma análise dos resultados foi feita de forma combinativa e comparativa a fim de perceber o alcance e sucesso destes dois métodos distintos.

A metodologia proposta tem um carácter exploratório, adotando processos descritivos e empíricos, e buscando uma combinação entre métodos virtuais e presenciais, estruturados e semiestruturados, quantitativos e qualitativos. Acima de tudo, o objetivo era estimular a participação popular e reforçar a sua importância em diferentes níveis e escalas de planeamento urbano.

Estrutura da Tese

A presente tese foi estruturada em seis capítulos, incluindo um capítulo inicial de introdução e um de conclusões finais. Na sequência da introdução, os dois capítulos iniciais trataram da revisão da literatura sobre os dois principais temas da tese: a obsolescência e o intermédio. No quarto capítulo, avançou-se com a proposta metodológica do *scenario-elicitation*, baseada na fusão de outras duas metodologias existentes – *photo-elicitation* e *scenario planning* – aqui explicadas e adaptadas de forma a endereçar os objetivos propostos. A sua aplicação foi descrita a partir de dois experimentos apresentados no capítulo quinto, incluindo uma leitura prévia dos territórios dos casos de estudo baseada na recolha e análise documental e na observação direta, bem como uma análise dos resultados a partir de matrizes combinatórias. Por fim, as considerações finais abrangeram as respostas as questões e objetivos da tese. Em síntese:

Capítulo 01 - INTRODUÇÃO: Neste capítulo fez-se uma apresentação inicial dos temas investigados (a obsolescência do espaço urbano e a prática do reuso intermédio), assim como de aspetos que orientaram o desenvolvimento da tese, tal como as premissas, as questões de investigação, a hipótese e os objetivos. Na sequência, foi apresentada genericamente a metodologia proposta e os métodos escolhidos para alcançar os objetivos elencados. Por fim, a apresentação da organização do texto e dos conteúdos precedeu a apreciação da motivação e dos contributos que esta pesquisa poderá ter no futuro.

Capítulo 02 - A OBSOLESCÊNCIA: Dividido em cinco subcapítulos, avançou-se com uma reflexão e reconceptualização do conceito de obsolescência. Através da revisão da literatura e sua sistematização, procurou-se estabelecer relações diretas e indiretas entre disciplinas distintas e o urbanismo. Foram analisadas as origens da terminologia e suas categorizações no tempo, refutando e discutindo a ideia de obsolescência urbana baseada numa narrativa artificializada de fim da vida-útil do edificado e dos espaços urbanos. Ainda neste capítulo, foi exposto como o olhar

“ruinofóbico” contagia negativamente o planeamento urbano, ainda que, em contraponto, contribua para a emergência de um certo fascínio romantizado em torno da decadência do espaço urbano. Com isso, foi proposto uma relação entre a obsolescência, o tempo e o movimento, onde a ruína, um dos subprodutos deste processo inevitável, acaba por se tornar um instante único e transformador.

Capítulo 03 – O INTERMÉDIO: A partir de uma leitura histórica, este capítulo procurou apresentar a ideia do reaproveitamento dos espaços urbanos através de usos temporários, compreendendo que se trata de algo constante na vida urbana. Focou-se no caso de Berlim após a queda do muro, onde proliferaram experiências de uso temporário e onde emergiu o neologismo *Zwischennutzung* para designar este tipo de abordagem. Apesar de muitas traduções para diferentes idiomas, a presente pesquisa avançou com a sua própria terminologia que sintetiza as principais características, ideias e formas do conceito: “reuso intermédio”. Para justificar a sua importância e ventilar as suas possibilidades, foram analisadas as principais pesquisas e estudos desenvolvidos sobre o tema, explorando suas formas de abordagem e seus resultados, bem como os seus subprodutos (sistematizações, categorizações e tipificações). Já no último subcapítulo, foi realizado um balanço crítico e síntese das lições que se podem extrair dos exemplos apresentados, além de apresentada uma nova tríade de estratégias de reuso intermédio baseada numa leitura propositiva e positiva do espaço obsoleto.

Capítulo 04 – METODOLOGIA: Neste capítulo, explorou-se a criação de uma nova metodologia para atingir os objetivos propostos na investigação. Para tal, foi apresentada uma leitura crítica inicial sobre o contexto atual do planeamento urbano e sua transição para uma disciplina mais flexível, baseada não na ordem e regulação *top-down*, mas na incerteza como modelo de governança urbana. Neste cenário onde o agente público assume um novo papel de mediador ao invés de planeador, ganham destaque as metodologias que utilizam as linguagens visuais que promovam uma maior participação da comunidade. Assim, foi feita uma análise sobre os métodos de *photo-elicitation* e *scenario planning*, demonstrando as suas origens, procedimentos e aplicações e, a partir dessa leitura, foi apresentada a metodologia de *scenario-elicitation* tendo em vista a sua aplicação aos casos de estudo selecionados.

Capítulo 05 – CASO DE ESTUDO: O município do Barreiro foi escolhido como território de investigação, onde a escolha se justifica tanto pela história de um processo de urbanização pautado pelo desenvolvimento da indústria pesada, como pelo atual panorama de abandono e arruinamento que a cidade atravessa, gerando

uma paisagem pós-industrial distópica e única no país. Neste cenário, foi anunciada a aplicação da metodologia *scenario-elicitation* a três áreas de estudo selecionadas, designadamente através da apresentação dos dois experimentos. Os procedimentos e os seus resultados foram analisados na parte final do capítulo, assim como foi feita uma avaliação sobre esta nova metodologia tendo em vista a sua possível validação.

Capítulo 06 – CONCLUSÃO: Neste capítulo, demonstrou-se como o desenvolvimento da tese e os seus resultados contribuíram para cumprir com os objetivos traçados inicialmente, oferecendo respostas concretas às questões da investigação, bem como anunciando os contributos desta pesquisa para a academia e para a sociedade civil. Foi analisada a possibilidade de inserção da metodologia de *scenario-elicitation* na promoção da participação da comunidade no planeamento urbano e do reuso intermédio como uma de suas ferramentas.

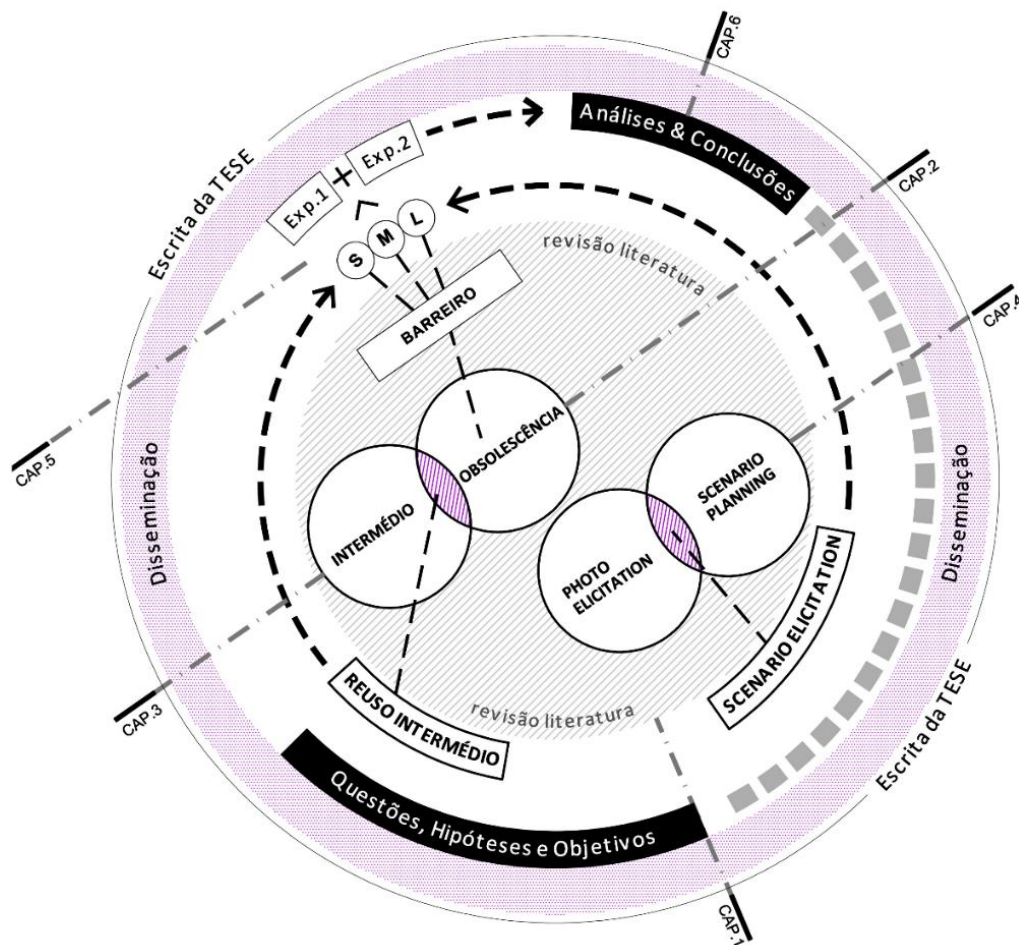


Figura 1 Organograma da tese. Fonte: Autor, 2023

Contexto e Contributos da Tese

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Doutoramento em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e encontra-se inserida no contexto do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD). A investigação enquadrou-se no âmbito do projeto de investigação NoVOID – Ruínas e Terrenos Vagos nas Cidades Portuguesas¹, tendo aproveitado parte dos trabalhos realizados pelo autor enquanto bolsheiro de investigação do referido projeto. Para além deste, destaca-se ainda a participação do autor nos projetos IWRECKS – Industrial Wrecks² e no *work group (WG4)* da COST Action 18126 Writing Urban Places – New Narratives of the European City³ cujos contributos foram também fundamentais para o desenvolvimento e para os resultados da pesquisa. Estes projetos incidiram, de certa forma, no tema e na problemática abordados na presente tese, o que demonstra a relevância de se discutir a obsolescência do espaço urbano em diferentes contextos e âmbitos.

O reconhecimento da obsolescência como um estágio natural e positivo do desenvolvimento urbano é, ainda, uma perspetiva pouco explorada na literatura, principalmente se considerarmos o contexto português. O reuso intermédio destes espaços continua a ser um *tabu*, tanto para a sociedade quanto para o planeamento urbano formal, cujas visões e ferramentas urbanísticas canónicas e/ou legais são tradicionalmente contrárias a este tipo de reaproveitamento. A negação do espaço urbano obsoleto é uma forma de suprimir o presente, não contribuindo para que

¹ **NoVOID** – Ruínas e Terrenos Vagos nas Cidades Portuguesas: explorando a vida obscura dos espaços urbanos abandonados e propostas de planeamento alternativo para a cidade perfurada. Projeto financiado pela FCT (PTDC/ATP-EUR/1180/2014) desenvolvido pelo Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (CEG-IGOT) - unidade principal de investigação - entre 2016 e 2019.

² **IWRECKS** - Industrial Wrecks: Reusing Enchancing aCKnowledging Sheds. Projeto financiado no âmbito do Programma Operativo Regionale Fondo Sociale Europeo (POR FSE 'Veneto') desenvolvido pelo Dipartimento di Ingegneria Civile, Edile e Ambientale (ICEA-Università degli Studi di Padova) - unidade principal de investigação - entre 2018 e 2019.

³ **Writing Urban Places** - New Narratives of the European City. Rede de pesquisa interdisciplinar financiada por fundos europeus (European Cooperation in Science and Technology - COST Action CA18126). 2019 a 2023.

técnicos e decisores políticos compreendam e perspetivem as diversas possibilidades imediatas de reutilização destes espaços.

A participação de quinze meses (entre 2018 e 2019) no projeto NoVOID – um projeto pioneiro e singular de pesquisa interdisciplinar que procurava explorar de forma inovadora e otimista o lado obscuro das ruínas e terrenos vagos em Portugal – foi decisiva para que a investigação mudasse um pouco a sua orientação. O conhecimento gerado nesse período foi também explorado durante a participação no projeto IWRECKS (Itália) e na ação Writing Urban Places (Países Baixos), onde foi possível avançar com os mesmos temas em diferentes contextos territoriais. Em pouco mais de três meses, foram realizados estudos, entrevistas e visitas a casos de estudo que culminaram em diferentes *outputs*.

Assim, durante o período de elaboração da tese, foram produzidos e publicados 04 capítulos de livros (02 como autor principal), 03 artigos em revistas indexadas (02 como autor principal), 01 photo-audio-novel (co-autor), e 01 artigo eletrónico para website (autor principal). A pesquisa ainda foi apresentada em 12 conferências (online ou presenciais) onde foi possível discutir o tema em diversos países e em diferentes etapas da própria investigação. Para além disso, colaborou-se como professor convidado para a disciplina do mestrado integrado em arquitetura MIARQ – Laboratório de Projeto IV: “Espaços urbanos abandonados. Abordagens alternativas para um urbanismo da transitoriedade”, durante um semestre de 2018.

O processo de desenvolvimento e de escrita da tese utilizou-se estrategicamente da divulgação e disseminação do conhecimento para analisar e validar, tanto os seus métodos, quanto os seus resultados. Assim, a própria apresentação de uma nova forma de leitura e abordagem ao espaço obsoleto pôde agir como um gatilho para que os participantes dos eventos também pudessem repensar temas e assuntos outrora estáticos e aparentemente consolidados.

Por fim, esta tese pressupõe produzir um contributo teórico que ultrapasse o momento de disseminação e se consolide como um documento capaz de promover uma mudança na perceção da obsolescência no espaço urbano, tanto por parte da sociedade civil quanto dos órgãos da administração e responsáveis pelo planeamento territorial e urbano. Para isso, o desenvolvimento e consolidação do reuso intermédio (instrumento) e do *scenario-elicitation* (metodologia) são fundamentais para o sucesso do contributo. Trata-se de uma estratégia que pode ser utilizada de forma complementar ao planeamento urbano tradicional estatutário, capaz de compreender

o espaço obsoleto para além da perspetiva negativa de vazio e valorizar os processos obscuros que florescem da sua indeterminação e da sua incerteza.

Desta forma, pretende-se que esta tese preencha uma lacuna metodológica e instrumental do planeamento urbano e permita aos seus principais atores a possibilidade de um urbanismo do intermédio, da mediação e do empoderamento da comunidade local, não apenas no final do processo, mas em todas as etapas do planeamento do território.

II - A OBSOLESCÊNCIA

A invenção de um conceito

Ruínas, terrenos vagos, espaços abandonados, espaços obsoletos, vazios urbanos. São muitas as terminologias utilizadas para descrever a condição urbana de obsolescência e expectância que persiste na paisagem urbana contemporânea e que se manifesta sob a forma de edificações e espaços urbanos vagos. A perda da sua função original coloca estes elementos num compasso de espera a aguardar por uma nova função e, ao mesmo tempo, cria um rico e singular intervalo temporal marcado pelo encontro entre a memória e a possibilidade (Solà-Morales, 1995).

Esta condição dialética e de dualidade é motivo de uma constante tensão que leva à interpretação do abandono e da regeneração como movimentos antagónicos e excludentes. Na literatura urbana, é comum uma visão negativa deste momento ao perceber o abandono como uma “anomalia” ao desenvolvimento urbano que sempre precisa de uma solução “terapêutica” visando a sua regeneração (Brito-Henriques, 2017). As terminologias aqui apontadas corroboram com esta interpretação e acabam por carregar em si pré-conceitos e possíveis equívocos. Da ruína, pressupõe-se algo inabitável ou inutilizável; dos terrenos vagos ou vacantes, a supressão das memórias do lugar; do abandono, a ideia de que não acontece nada ali; e do vazio urbano, uma visão do inexistente ou do *horror vacui* de Aristóteles. Nenhuma destas leituras são verdades absolutas e estão longe deste consenso. Os espaços sob esta condição não são as *terrae incognitae* (Bowman & Pagano, 2004), locais onde nada acontece, sem memória, sem usos ou sem possibilidades de usos imediatos, regiões em branco como nos antigos mapas.

Diferente de um momento de morte ou de fim de ciclo, estes espaços não perderam a sua capacidade de reutilização e só não são reaproveitados como estão quando um esforço para impedir tal ação é feito. As diferentes formas de apropriação que ocorrem de imediato, ainda que informais e clandestinas, alimentam esta deturpada e negativa leitura, mas ao mesmo tempo fornecem elementos para uma perspetiva alternativa onde é possível afirmar que a obsolescência dos espaços urbanos é um estágio do seu próprio desenvolvimento.

Esta interpretação parte de uma rutura do significado da obsolescência nas diversas esferas e espectros em que ela está. O obsoleto é parte da paisagem urbana

contemporânea assim como de diferentes setores da sociedade e dos processos que nela se encerram. O escrutínio do conceito ou uma possível reconceptualização da terminologia pode significar um passo adiante para entender esta condição dos espaços urbanos e o seu papel na cidade. Assim, é possível iniciar esta análise pelo setor da economia urbana, onde o termo “obsoleto” é mais comum e é constantemente utilizado para descrever um objeto ou produto que está fora-de-moda ou ultrapassado. A “obsolescência” de algo pode ter diversas origens, seja uma mudança de tecnologia ou de demanda. Nos últimos tempos, obsolescência é sinônimo de descarte, normalmente antes de estar inutilizável, simplesmente porque está disponível algo mais recente e mais sofisticado (Building Research Board, 1993). Este processo é marcado claramente por uma ação artificial que pouco tem relação a um possível ciclo de vida natural do objeto. O “obsoleto” é, portanto, um momento resultante da velocidade da modernidade e sua contração do tempo presente; uma obsessão pelo novo que transforma de forma acelerada o moderno em ultrapassado (Rosa, 2013; Virilio, 1977).

A partir dos trabalhos de Packard (1960) e Slade (2006) é possível estabelecer uma classificação da obsolescência em 3 categorias: (i) funcional ou tecnológica; (ii) de qualidade ou planeada/programada; e (iii) de desejabilidade ou percebida. Assim, algo pode tornar-se obsoleto a partir do momento em que há um avanço tecnológico que impõe a substituição desse objeto ou tecnologia por outro equivalente, mas que executa melhor a função para a qual foi concebido. Pode tratar-se mesmo de uma mudança de paradigma que extingue a sua prévia funcionalidade ou apenas transformações acerca de suas capacidades.

Esta “obsolescência funcional” está presente na sociedade desde a revolução industrial, conjugando sempre a ideia de progresso ao avanço tecnológico (Padilha & Bonifácio, 2013). O armazenamento e transporte de dados através de dispositivos informáticos é um exemplo deste processo. Uma disquete *floppy disk*, que no princípio da década de 90 armazenava 1.44MB de informações, tornou-se obsoleta ao surgir no mercado o CD-ROM com modelos até 700MB. Por sua vez, essa tecnologia tornou-se também obsoleta quando unidades *USB flash drives* surgiram na viragem do milénio com modelos com capacidades acima de 1GB. O atual armazenamento virtualizado e ilimitado através das “nuvens” (Google Drive, OneDrive, etc.) e o desenvolvimento da tecnologia de *streaming* fizeram com que todas estas formas de armazenamento físico e portátil se tornassem rapidamente arcaicas na perceção da sociedade, como se fossem objetos de um passado tão longínquo presente apenas na memória de

gerações passadas. A constante (re)evolução tecnológica é também uma das causas da obsolescência.

Se a origem do conceito da “obsolescência funcional” nos remete aos séculos XVII e XIX, a ideia de uma “obsolescência planeada” desenvolve-se a partir da grande recessão de 1929 como forma de estimular o consumo e assim aumentar a produção das fábricas e a oferta de empregos. Em suma, este processo ocorre quando um fabricante visa limitar a durabilidade de um produto para estimular sua substituição antes do tempo, ou seja, produzir algo com probabilidade de vida mais curta do que o possível (Padilha & Bonifácio, 2013; Slade, 2006). Segundo Slade (2006) o termo surgiu em 1932 com um panfleto distribuído em Nova Iorque intitulado “Ending the Depression through Planned Obsolescence”, e ganhou popularidade alguns anos depois por meio de um ensaio publicado na revista *Printer’s Ink* em 1936 onde se afirmava que, se uma mercadoria não se desgastasse, as fábricas ficariam ociosas e as pessoas desempregadas (Packard, 1960, p. 40). No entanto, pode declarar-se que o primeiro processo de obsolescência planeada aconteceu ainda na década de 1920, quando grandes fabricantes de iluminação do mundo perceberam que lâmpadas que duravam muito não eram vantajosas comercialmente, entraram em acordo para diminuir a sua vida-útil de modo a obter maiores lucros e de uma forma mais perene (Slade, 2006).

A terceira categoria, obsolescência de desejabilidade ou percebida – também chamada de “obsolescência psicológica” – é um processo mais recente que se fortaleceu nas últimas décadas mediante a virtualização e a aceleração exacerbada da sociedade contemporânea. Este tipo de obsolescência acontece quando se modifica o estilo ou o design de um produto como forma de induzir e seduzir o consumidor a adquirir o novo exemplar. É uma forma de torná-lo antiquado tão somente na percepção do consumidor, já que tecnicamente o produto continua a responder de forma adequada às suas necessidades prévias (Santiago & Andrade, 2016). A obsolescência percebida está, por exemplo, muito presente na moda. A partir da transição da alta-costura para o *prêt-à-porter* e, posteriormente, ao atual *fast-fashion*, os itens do vestuário ganharam um grande e importante apelo visual e estético que se renova de tempos em tempos. Uma vez lançada a nova “coleção”, o item anterior passa a não estar mais “na moda” e torna-se indesejado. Esta acelerada transição é trabalhada pelo marketing das empresas, cujo foco não é o produto, mas os consumidores, ou seja, uma maneira de nos manter constantemente insatisfeitos associando o novo com o melhor e o velho com o pior (Botsman & Rogers, 2010; Slade, 2006).

Os processos de obsolescência planeada e de obsolescência percebida são processos mais recentes e, para alguns autores, constituem-se como ferramentas da “sociedade descartável” (Maycroft, 2009; Mészáros, 1989); se a obsolescência funcional é uma consequência “não-propositada” da acumulação capitalista, estas novas formas de obsolescência são estratégias “propositadas” para satisfazerem as exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

Os três conceitos aqui apresentados foram criados e desenvolvidos a partir de produtos ou processos produtivos, mas podem ser adaptados para o debate sobre a cidade e o espaço urbano. Historicamente, o termo “obsolescência” foi utilizado pela primeira vez no campo da arquitetura no início do século XX, numa tentativa de descrever o fenómeno de grandes edifícios norte-americanos que, mesmo recentemente construídos, sofreram uma deterioração financeira. O engenheiro nova-iorquino Reginald Pelham Bolton procurou razões para esta súbita perda de valor destes prédios e propôs uma sistematização para a relação entre tipologias arquitetónicas, tipos de mudanças (urbana, tecnologia e moda) e graus de obsolescência. Hotéis, por exemplo, tendem a “obsolescer” mais rapidamente do que bancos devido a taxas aceleradas de mudança de função e de moda. Numa análise da possível vida-útil das edificações, o engenheiro estimava que hotéis possuem 12 a 15 anos de expectativa de vida, enquanto bancos e instituições 44 a 50 anos (Abramson, 2012). A proposta de Bolton visava analisar todos os riscos para um empreendimento imobiliário e concluiu que deveriam ser adicionadas mais camadas de análise frente à simples deterioração física do edificado (um sinal evidente do declínio), pois esta não poderia ser a única razão da perda de valor.

Esta perceção e os estudos de Bolton levaram, não somente, a um maior entendimento sobre a obsolescência dos edifícios americanos, como serviram também de ferramenta para a *National Association of Building Owners and Managers* (NABOM) justificar a demolição de dezenas de prédios. O comité especial para depreciação e obsolescência da NABOM concluiu em 1915 que muitos dos arranha-céus de Nova Iorque eram inúteis e que muitos “many physically sound building will be wrecked, and at great expense, before it is thirty years old” (NABOM, 1915, p. 209 apud Abramson, 2016, p. 22). Edifícios icónicos de Chicago, como o *W.C.T.U Temple* (1892-1926), o *Marshall Field Wholesale Building* (1886-1930), ou o *Tacoma Building* (1889-1929) (Figura 2) foram declarados obsoletos e demolidos, mesmo estando construtivamente sólidos e longe de qualquer problema estrutural. A crítica proferida pela NABOM residia no que se chamou “building autopsy” (Abramson, 2016, p. 21), onde aspetos espaciais como a má distribuição de sua planta, o tamanho reduzido das

suas divisões e até mesmo a lentidão do elevador de um dos edifícios, dificultavam o retorno financeiro do empreendedor.



Figura 2 Edifício TACOMA, Chicago, pouco tempo antes de sua demolição em 1929. The Miriam and Ira D. Wallach Division of Art, Prints and Photographs: Photography Collection, The New York Public Library. (1860 - 1920). Disponível em <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-ae8f-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso: 01/05/2021

Através de um inquérito nacional promovido pela NABOM sobre a obsolescência, foram analisados 155 edifícios de escritórios em 43 cidades americanas o que resultou no relatório *The Effect of Obsolescence on the Useful and Profitable Life of Office Buildings* onde a obsolescência dos edifícios é definida como “a falling off in

the value or usefulness of a thing from causes outside of the thing itself” (Schulz, 1922, p. 203 apud Abramson, 2016, p. 22). Muito em sintonia com as ideias de Bolton, foram identificados diversos fatores exteriores e alheios aos edifícios que os levavam à obsolescência: mudanças na moda e no caráter do bairro, novos prédios vizinhos com melhores serviços e más condições de ventilação e insolação devido a proximidade de edificações vizinhas. Neste caso, a situação e localização passaram a ser também motivos de obsolescência dos edifícios, deslocando assim as causas da obsolescência do edifício em si para o entorno urbano.

Esta escala foi reproduzida por agentes imobiliários americanos, pioneiros na divulgação da ideia de uma obsolescência à escala urbana já na década de 1920. Posteriormente, foi utilizada como base para o plano de redensolvimento de *West End* em Boston. O objetivo era criar meios para avaliar as propriedades, estabelecendo valores presentes e futuros que seriam informados aos serviços de seguros, companhias, bancos e autoridades. Foram então desenvolvidas *check-lists* para caracterização de bairros inteiros de acordo com a estabilidade económica dos moradores, sua composição racial, renda familiar, oferta de transporte, etc. Bairros mal “pontuados” eram considerados obsoletos independente das condições físicas das propriedades e, portanto, tornavam-se inelegíveis para empréstimos e banidos do mercado de capitais para investimentos e propósitos de melhorias (Abramson, 2016).

No *General Plan for Boston* de 1951 (BCP, 1951), a zona de *West End* foi considerada um bairro “obsoleto”, tendo sido recomendada a sua demolição para posterior renovação; eram citados aspetos negativos relativos à salubridade, como a alta densidade de pessoas e de edificações que não permitia uma boa insolação e ventilação, assim como impedia a possibilidade de vistas da cidade, prejudicando a saúde mental e física da população. O texto do plano apresentava a seguinte conclusão: “there are indications that such an area is a deficit to the city in terms of cost of city versus tax revenue” (1951, p. 43); ainda sobre o plano de Boston, Abramson (2016, p. 38) afirma que “...from physical congestion to ill health to economic liability: this was the logic of urban obsolescence”.

A ideia de bairros ou áreas inteiras se tornarem obsoletas está presente desde a década de 1920 em parte dos estudos sobre as dinâmicas metropolitanas realizados pela Escola de Sociologia de Chicago. Na sua análise do modelo de organização espacial das cidades, os pesquisadores afirmaram que o movimento migratório centro-periferia cria uma zona de transição entre sua área central (histórica e de negócios) e os bairros residenciais periféricos, caracterizada por invasões intracomunitárias, ruídos,

instabilidade, superlotação e rápidas mudanças sociais e de usos (Burgess, 1929; Preston, 1966). Os pesquisadores não utilizavam o termo obsolescência, mas sim o conceito de “zona de deterioração”.

O tema de uma possível “obsolescência urbana” fortaleceu-se na conjuntura de crise sistémica devido ao *crash* de 1929. Através de textos e ensaios como “*Obsolete Cities: A challenge to Community Builders*” editado por Carol Aronovici (1932) ou “*The Obsolescence of the Cities*” escrito por George Herrold (1935), reforçaram-se os princípios da Escola de Chicago sobre a “zona de transição/zona de deterioração”. Segundo os autores, estas áreas da cidade eram marcadas por uma heterogeneidade racial e étnica, altas taxas de crimes e delinquência juvenil; Aronovici ressalta a “*suburban competition*” como causa da obsolescência ao deixar um vazio não somente físico entre a baixa da cidade e seu subúrbio residencial, mas também na sua economia e valores sociais, afirmando ainda “(...) let the cities perish so that we may have great and beautiful cities” (1932, p. 439).

Como referido, as categorias de obsolescência dos bens industriais não possuem uma tradução tão fácil e direta para os objetos arquitetónicos e espaços urbanos. No entanto, todos estes elementos são constantemente unidos por uma visão negativa que pressupõe contrarrespostas à sua condição. Se para um antigo telemóvel ou para uma roupa já fora-de-moda a solução mais comum é o seu descarte, para o ambiente edificado de uma cidade a destruição é apenas uma das alternativas possíveis, um primeiro e mais óbvio passo para a “renovação”. Uma possível “substituição” por algo melhor e mais recente quando ocorre no meio urbano tem impactos maiores e em diferentes camadas e dimensões da sociedade. O espaço urbano é, ao mesmo tempo, produto e reflexo de processos e dinâmicas económicas, sociais ou históricas e, portanto, estabelecer uma relação entre obsolescência urbana e as tipologias da obsolescência de produtos ou de objetos, coloca em evidência a edificação como um objeto inserido num contexto – territorial, social e económico. Uma edificação construída especificamente e somente para um tipo de uso tornar-se-á obsoleta se esse uso cessar: seja obsoleta funcionalmente, pois seus espaços e suas estruturas foram desenhadas para algum processo que não existe mais – um antigo gasómetro, por exemplo; seja obsoleta psicologicamente, ao compará-la com edificações mais modernas que reflitam novos anseios da sociedade – um antigo prédio habitacional com excessiva compartimentação face a novos prédios com espaços mais conectados entre si. A “substituição” proposta a partir de sua demolição é um esforço pouco relacionado com a qualidade e estado dos seus atributos físicos, ou seja, perante novas

formas de viver em sociedade – aspetos comportamentais, a solução é um processo destruição física validado por conceitos artificiais de obsolescência.

Por trás de todo este movimento de “substituição” sobressaem as ideias e princípios do conceito da “destruição criadora” desenvolvido pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (1942) ao analisar o desenvolvimento da indústria pesada norte-americana. Na sua teoria, há um processo intrínseco ao capitalismo que “revolutionizes the economic structure from within, incessantly destroying the old one, incessantly creating the new one” (Schumpeter, 1942, p. 83); ou seja, uma autorrenovação onde a inovação desestabiliza modos de produção existentes, tornando-os obsoletos e, conseqüentemente, substituindo-os; novas tecnologias, companhias e setores estão constantemente substituindo os antigos (Abramson, 2016, p. 33; Pfarrer & Smith, 2005).

Packard (1960) satirizou o conceito de “destruição criadora” ao descrever uma cidade utópica que seria construída sobre os preceitos da obsolescência planeada; segundo o autor, a *Cornucopia City* seria um território onde “all buildings will be made of special papier maché (...) torn down and rebuilt every spring and fall at housecleaning time” (Packard, 1960, p. 4). Anos antes das posições de Schumpeter, Eugene Church na sua publicação “Some Fallacies of Obsolescence” já utilizava um tom provocador para defender sua posição, afirmando que a obsolescência seria um fenómeno social não passível das leis da física ou da matemática e, segundo ele, representava apenas os interesses de certos grupos da sociedade; “if [obsolescence] is to be accepted as final, why not build cheap structures designed for a physical life of thirty or forty years?” (Church, 1932, p. 489).

Ainda hoje, muitos são aqueles que se debruçam sobre o tema para criar modelos e métodos de análise para graus de obsolescência do edificado e do espaço urbano, que justifiquem a sua possível substituição ou demolição. A historiadora Alison Isenberg, por exemplo, afirma que “It was the concept of obsolescence that redevelopers wielded as a weapon to remake downtowns” (2004, p. 193). Diferentes autores concluem que a dimensão económico-financeira é uma variável demasiado importante no processo de obsolescência.

“the obsolescence with regard to the cost of alternative opportunities, which includes the competition from other bulildings/areas; the cost of alternative development on the site; and/or the cost of development on an alternative site” (Carmona, Heath, Oc, & Tiesdell, 2003, p. 201).

Apesar de estudos como o de Thomsen & Van der Flier (2011), Langson (2008) ou Carmona *et al.* (2003) também demonstrarem importância da relação entre o espaço construído obsoleto e sua capacidade lucrativa, as análises, classificações e matrizes matemáticas apresentadas pelos mesmos sugerem que a obsolescência dos objetos urbanos não se fecha apenas em si, mas é um processo relacional, reforçando a ideia de que existem muitas variáveis que se correlacionam para além dos aspetos físicos.

Na tentativa de sistematizar e analisar as suas causas, André Thomsen (2017) avança com a ideia de que a obsolescência pode ser definida como um processo de declínio de “performance”, com requisitos formulados pelos *stakeholders* envolvidos. Assim, a obsolescência configura-se como um “serious threat for built property and the physical, economic and societal investments incorporated in buildings” (Thomsen, 2017, p. 2). “Performance” também é o termo utilizado por Iselin & Lemer (1993) no seu estudo ao descrever a obsolescência como a divergência que se estende ao longo do tempo entre a performance em declínio e as expectativas em constante aumento.

Ainda sobre as correlações e a performance do edificado, Buitelaar, Moroni & de Franco (2021) propõem a sistematização da obsolescência em quatro variáveis a partir da dimensão “absoluta” – estado do edificado em si, e “relativa” – relação com aos outros edifícios e às novas demandas. Sendo assim, as (i) “absolute building obsolescence” e a (ii) “absolute locational obsolescence” referem-se à deterioração física do edificado e seu entorno, enquanto a (iii) “relative building obsolescence” e a (iv) “relative locational obsolescence” referem-se aos aspetos comportamentais. Estas duas últimas são chamadas, por vezes, de “economic obsolescence” definindo-se como o resultado do desequilíbrio entre consumo e demanda (idem 2021, p. 2). A matriz criada por Thomsen & Van der Flier (2011) (Figura 3) apresenta também quatro tipos de obsolescência e corrobora com esta abordagem para além do artefacto construído: (i) “endogenous physical obsolescence” – declínio de performance física relacionada ao edifício em si; (ii) “exogenous physical obsolescence” – deterioração física relacionado ao exterior do edifício, como poluição do ar, ruído do tráfego, etc.; (iii) “endogenous behavioural obsolescence” – declínio ligado ao comportamento dos *stakeholders* ou má administração, por exemplo; (iv) “exogenous behavioural obsolescence” – declínio a partir do comportamento exterior ao edifício, como políticas públicas falhadas, bairro com pouca infraestrutura ou alto índices de criminalidade (Figura 4)

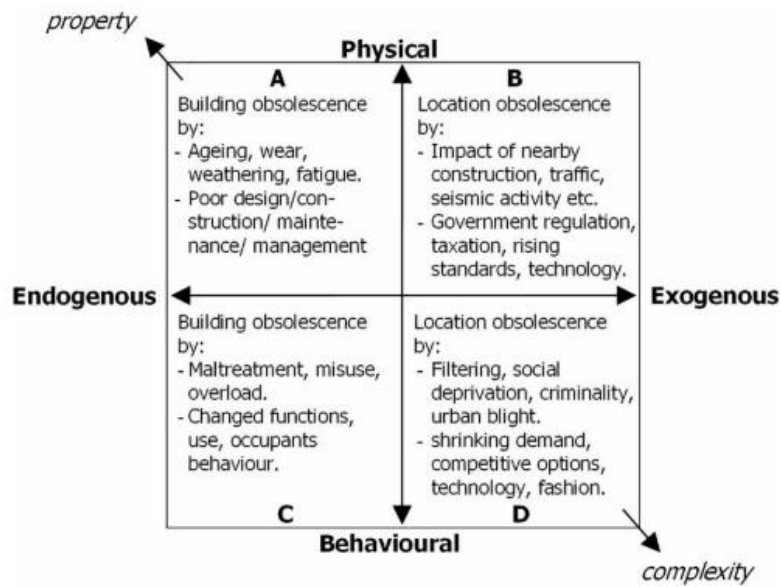


Figura 3 Modelo analítico dos tipos de obsolescência criado por Thomsen & Van der Flier (2011)

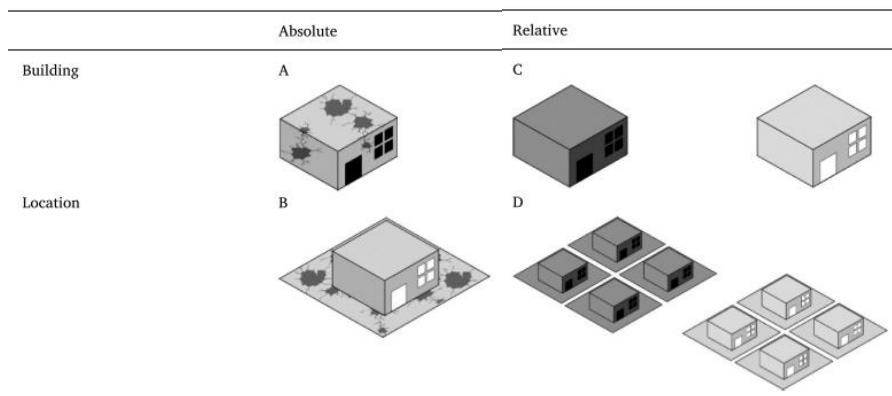


Figura 4 Diagrama dos tipos de obsolescência elaborado por Buitelaar et al. (2021)

Nestes recentes estudos aqui demonstrados, avançam para definir o processo de obsolescência como algo mais amplo do que apenas o edifício e suas causas e efeitos também se manifestam em diferentes escalas da sociedade. Apesar deste panorama mais alargado, a visão predominante e constante destes mesmos estudos é a de propor maneiras de contrapor a obsolescência e acabar com os seus desdobramentos – abandono, vacância, arruinamento, etc., assim como já se propunha nos estudos do princípio do século XX; todavia, agora com uma abordagem mais contemporânea, multidisciplinar, participativa e multidimensional (Buitelaar et al., 2021; Iselin & Lemer, 1993; Thomsen, 2017; Thomsen & Van Der Flier, 2011).

Em suma, a obsolescência no contexto das cidades mostra-nos que as narrativas de mudança são na sua maioria criações mutáveis, artificializadas, mas possuem contradições exploráveis com potencial de serem revertidas (Abramson, 2012). Segundo Baudrillard, “vivemos o tempo dos objetos: (...) existimos segundo o seu ritmo e em desconformidade com a sua sucessão permanente” (1995, p. 15), ou seja, ao contrário de gerações anteriores onde as construções e dinâmicas socio-espaciais sobreviviam às gerações, somos nós a ver o ciclo completo dos objetos imposto pela sociedade de consumo através de processos artificiais. A ligação entre obsolescência e morte (ou fim da vida-útil) reflete a vontade de uma “eterna” efemeridade, condição ideal para processos contínuos de renovação, mas não representa o verdadeiro estado das construções que possuem na sua essência a capacidade de resiliência e adaptação necessárias para perdurar no tempo.

O movimento e a inevitável obsolescência

A discussão sobre a obsolescência é atravessada pela referência ao fator tempo. Morte, fim de ciclo, vida-útil, etc., são termos constantes para descrever a evolução da edificação no tempo. Mas a senescência do edificado é um tema demasiado complexo para grande parte destas terminologias que costumam ser apresentadas de forma imprecisa e artificial. Mesmo a reflexão sobre o tempo sempre se mostrou algo com múltiplas e difíceis interpretações; ainda na Idade Antiga, Santo Agostinho adotava um tom desafiador em seu discurso sobre o tema: “se ninguém me perguntar, eu sei, porém, se o quiser explicar a quem me perguntou, já não sei” (1984, p. 304). Mesmo com a dificuldade em defini-la ou debatê-la no campo da razão, a percepção do tempo (ou sua passagem) no território é algo fundamental para o estudo das cidades e das sociedades.

A ideia de passagem do tempo está imbuída de um sentimento de que o tempo passa e nos ultrapassa; um tempo cósmico que nos transcende e que ao transcender-nos evoca a eternidade, como aponta Paul Ricoeur (1985). A natureza, a astrologia e a astronomia tiveram e têm um papel fundamental nesta conceção de eternidade e de um tempo circular ou cíclico, relacionado não apenas com a percepção de um retorno permanente das coisas – as estações do ano, o dia e a noite, etc., mas também com o ciclo natural da vida. Desde a Pré-História, o homem primitivo (caçador-coletor) acreditava num ciclo onde a morte de um animal significaria o seu alimento e a sua morte o alimento de outros animais (Carvalho, 1986, p. 163).

No entanto, com a ascensão do cristianismo, principalmente no Ocidente, a ideia de um tempo circular foi aos poucos sendo refutada e substituída por uma compreensão de um tempo linear, uma ordenação temporal do mundo enquanto criação, pecado original, redenção e juízo final; forma-se, então, uma estrutura temporal linear, composta de passado, presente e futuro (Sánchez Meca, 2013). Nesta conceção cristã do tempo linear, a eternidade é atemporal e prerrogativa apenas daquilo que é divino, ou seja, daquilo que ao ser perfeito não precisa mudar. Por outro lado, todos os corpos e fenómenos terrestres estão circunscritos ao tempo – em movimento e em constante transformação (Whitrow, 1993, p. 148).

“Esforça-se por saborear as coisas eternas, mas o seu pensamento ainda volita ao redor da sucessão dos tempos (...) A esse quem o poderá prender e fixar para que pare um momento e arrebate um pouco do esplendor da eternidade perpetuamente imutável, para que veja como a eternidade é incomparável, se a confronta com o tempo que nunca para?” (Agostinho, 1984, bk. XVI / XI,13).

Aristóteles também corrobora esta ideia do tempo enquanto movimento, mas afirma que a nossa consciência de tempo está ligada à perceção do antes e do depois de uma mudança, ainda que para isto seja pressuposto que estas unidades temporais sejam categorias fixas de um tempo pretérito estático (Ross, 1957, p. 133). As mudanças no edificado urbano proveniente da inexorável passagem do tempo são um movimento percebido como fator de depreciação da sua performance na maior parte das situações (Thomsen & Van Der Flier, 2011, p. 353), numa clara visão da senescência enquanto um problema. Se para uma pessoa o envelhecer significa ficar mais próxima da sua morte, o tempo para o edificado pode significar a sua obsolescência – um caminho para o fim do seu ciclo-de-vida. (Figura 5)

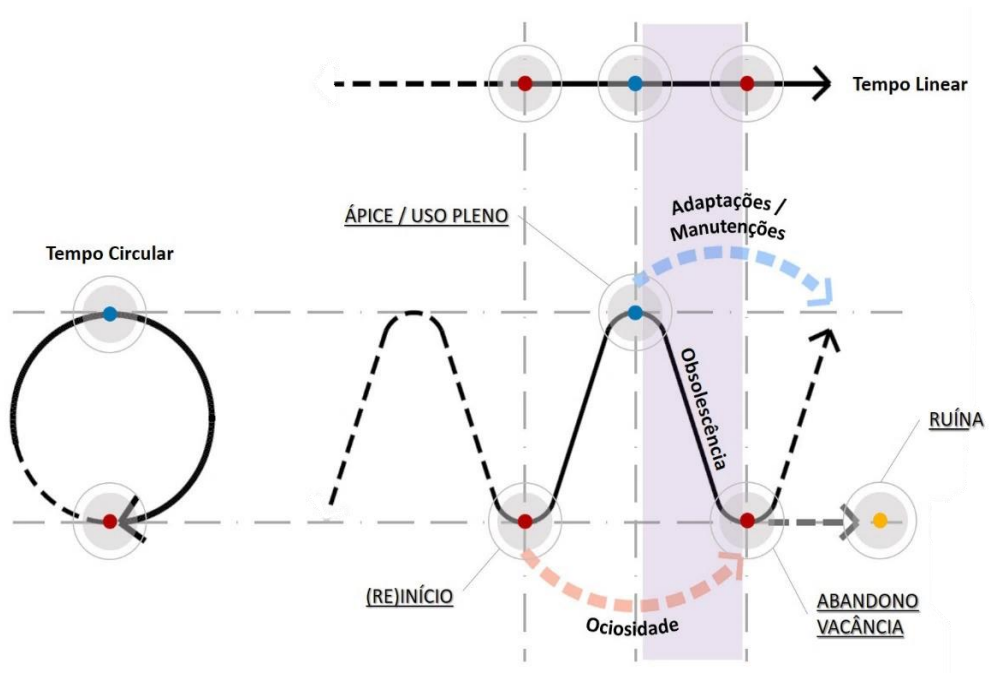


Figura 5 Diagrama do tempo – matriz de análise e reflexões a partir dos conceitos apresentados. Fonte: Elaboração do autor.

Este significado negativo do tempo e a sua associação com a morte foi amplamente divulgado, já no século XVI, com a ascensão do movimento *Venitas* nas artes plásticas. As obras de artistas como Philippe de Champaigne, Simon Renard de Saint-Andre ou Edward Collier, retratavam a vaidade humana através da pintura da natureza morta, onde dois elementos fundamentais se destacavam: a caveira, representando a efemeridade da vida; e a ampulheta (ou o relógio), representando a passagem do tempo (Goscilo, 2010). Foi nesse século que emergiu uma associação entre a vida diária e a noção de tempo, onde o relógio se tornaria o símbolo do controlo e gestão do tempo, aceção que perdura até hoje.

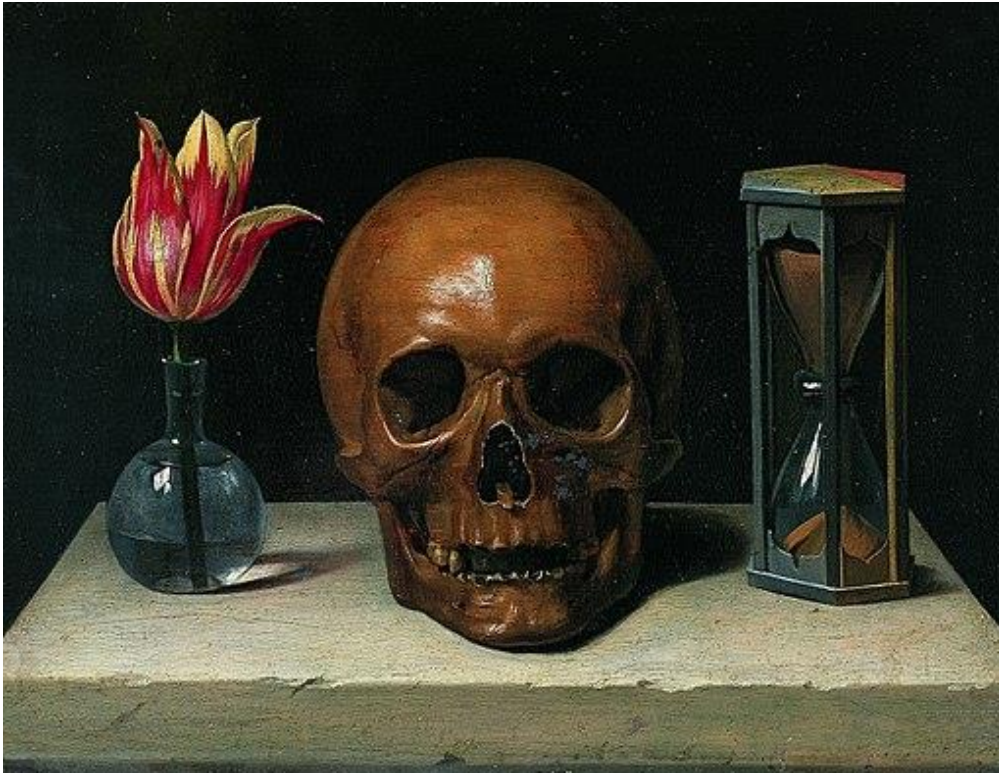


Figura 6 Pintura "Still-Life with a Skull" Philippe de Champaigne (c.1671). Musée de Tessé, Le Mans.

A ideia de um tempo produtivo e o seu uso racional foi promovida pela classe mercantil já no período medieval e foi amplamente disseminada a partir da revolução industrial. Segundo Thompson (1998) e Elias (1998), o “tempo industrial” trouxe-nos 5 mudanças: (i) padronização e sincronização da mensuração do tempo; (ii) controle maior sobre o tempo do trabalho; (iii) relação mais intensa entre o humano e a medição mecânica do tempo em detrimento do ritos e ritmos naturais; (iv) tendência para sobrepor os ciclos convencionais (hora oficial, calendário civil) aos ciclos naturais (dia e noite, estações do ano), de modo a naturalizá-los; (v) noção de que o tempo é quantificável e fragmentado e, portanto, o trabalho pode ser remunerado por horas e não por tarefas. Essa nova regulação transformou o tempo algo valioso (Whitrow, 2005) e promoveu a ideia de que o “nosso tempo” deve servir para algo produtivo, tem de dar frutos e não podemos desperdiçá-lo (Taylor, 1987).

Esta nova visão do tempo afeta tanto os indivíduos quanto as estruturas da cidade. Ao edificado urbano é atribuído um conjunto de premissas e obrigações produtivas que devem ser executadas na sua plenitude. Ao perder essa capacidade de realizá-las, mesmo que parcialmente, entra-se numa espiral de obsolescência marcada pela sensação de desperdício. Assim, o tempo dos objetos urbanos deve sempre acompanhar o tempo das transformações da sociedade, caso contrário, o

descompasso significará sua obsolescência e acarretará todos os seus desdobramentos, como o arruinamento, a vacância e o abandono.

No espaço urbano, o edificado é a materialização do tempo; um resultado estático das necessidades, desejos e capacidades dos diversos *stakeholders* envolvidos no processo. No entanto, a ideia de desperdício só ocorre quando há o seu abandono ou esvaziamento dos seus usos e atividades oficiais, mesmo que a edificação continue a ser utilizada ora por forças humanas - usos informais relacionados muitas vezes com a arte urbana ou com atos de clandestinidade, ora por forças da natureza – a crescente e invasora vegetação ou animais que passam fazer uso do espaço. O obsoleto nos passa a sensação de que está parado no tempo e, sendo assim, deixou de haver a “mudança” ou o “movimento” – fatores fundamentais para a percepção do tempo. Todavia, a obsolescência pode ser resultado também destes mesmos fatores. Ainda que não se traduzam necessariamente em alterações materiais, mudanças dos hábitos, valores e ações da sociedade podem causar alterações do espaço urbano e das estruturas físicas edificadas; a migração de uma família, a mudança de uma indústria para outro sítio mais lucrativo, o encerramento de uma empresa que tem a sua atividade esgotada, ou até mesmo a virtualização de setores da economia, resultam em transformações também espaciais. Um sinal deste movimento e uma consequência de sua aceleração é a obsolescência do edificado e o seu arruinamento.

Na sua tese do “obsolescimento radicalizado”, Brito-Henriques (2017, p. 256) afirma que a ideia de movimento é intrínseca à ideia da ruína: “um movimento é sempre, ao mesmo tempo, um avanço e um recuo: avanço sobre o ponto de chegada; recuo no ponto de partida. A ruína pode ser descrita como o rastro deixado por um movimento e, portanto, a forma como um abandono se inscreve na paisagem”. O “gérmen da regressão” (Horkheimer & Adorno, 2002, p. xvi) está no progresso da sociedade, pois avançar implica descartar ou desmantelar estruturas do passado (Berman, 1982, p. 15; Brito-Henriques, 2017, p. 257).

Na atual sociedade onde o progresso não é apenas sinónimo de novo, mas também de velocidade (Virilio, 1977), a aceleração converteu-se numa obsessão (Rosa, 2013; Tonelli, 2008). No entanto, ao mesmo tempo em que a transformação do atual em obsoleto por vezes possa ser forçada e artificializada, também pode representar o real envelhecimento do edificado e levar à sua inadequação frente às demandas contemporâneas. Um antigo leito hospitalar pode não conseguir suportar fisicamente novos equipamentos que demandem maiores espaços ou diferentes tipos de infraestruturas, por exemplo. No entanto, as ações de manutenção e adaptação do

edificado podem representar uma reversão no processo de deterioração e de arruinamento e oferecer uma camada de sobrevida do espaço ao prolongar sua capacidade temporal produtiva.

Segundo Bauman (2000, p. 115), na atual “modernidade líquida”, a organização do tempo e do espaço não está mais baseada na rigidez como na sociedade industrial, mas sim na flexibilidade para ser capaz de acompanhar o fluxo, o movimento. Sendo assim, a resiliência de uma edificação passa pela sobreposição de camadas de usos e reusos de naturezas por vezes distintas, como num palimpsesto (Corboz, 1983) onde reescrever uma nova história não significa eliminar a antiga por completo. Uma antiga fábrica que se transforma em centro cultural, um presídio que se torna um hotel ou um hospital adaptado como um centro de acolhimento, etc. Manter a vitalidade do espaço edificado é promover o seu reuso, flexibilizando as suas estruturas para acompanhar a mudança – uma metamorfose. Sendo assim, a obsolescência significa um importante processo que culmina num ponto de inflexão no tempo do espaço; o momento que precede a transformação.

A ruína como portal do tempo

A possibilidade do edificado ou do espaço urbano ser flexível é fundamental para a sua perenidade. Contudo, diante da aceleração e da incapacidade de domar o tempo, a obsolescência é uma fase inevitável dos objetos, espaços e pessoas; uma fase que representa uma inflexão no tempo. É no abandono, na ruína, na ausência do tempo produtivo que emerge uma discussão baseada no passado e no futuro, mas o presente é constantemente negligenciado; o que era aqui? Qual foi sua importância? O que será no futuro? No entanto, este vazio temporal fruto de uma cegueira nostálgica ou de um sedutor exercício de futurologia, promove abordagens múltiplas onde podemos ressignificar o passado de forma livre e projetar o futuro através do presente. Estes espaços tornam-se o pulsar de movimentos em diversas direções e temporalidades, enquanto as suas ruínas, vestígios da passagem do tempo, forçamos a “pensar o devir, mas a pensá-lo precisamente como aquilo que não pode começar e como aquilo que não pode parar de devir” (Deleuze, 1962, p. 52).

O presente pode ser um parêntese que se abre na lógica linear que nos ajuda a perceber que somos todos (e tudo) tempo; não algo fechado em si, mas aberto a acontecimentos transformadores que possam romper com o *continuum* da história (Benjamin, 1984, p. 231). O presente da ruína faz-nos crer que não somente é possível

suspender o tempo, mas transcendê-lo. Neste espaço tudo é possível: voltar ou avançar são possibilidades reais e virtuais que encontram, na melancolia da nostalgia ou no entusiasmo do futuro, caminhos atemporais a trilhar. Um espaço arruinado provoca uma nova leitura temporal onde o passado está presente com a mesma intensidade que o futuro, tornando o presente um ponto de encontro em constante movimento.

No entanto, a compreensão deste tempo presente da ruína implica na possibilidade de sua leitura subjetiva; por um lado há um “tempo cósmico”, homogêneo e que nos transcende, por outro lado há a “temporalidade”, um tempo subjetivo que representa a maneira como nós, seres humanos, percebemos o tempo (Ricoeur, 1985). Passado, presente e futuro são dimensões da temporalidade, uma visão humanizada do tempo passível de ser manuseada e mensurada. Pessoas, objetos e lugares possuem uma sobreposição de temporalidades distintas que coexistem e convivem: um avião possui peças e estruturas que foram construídas há pouco meses ou poucos anos atrás, mas o seu desenho e sua aerodinâmica é resultado da evolução de ideias muito anteriores, de Leonardo Da Vinci no século XVIII passando por Santos Dumont e os irmãos Wright no final do século XIX. Nesta ótica, o espaço urbano é um lugar de multitemporalidades ainda mais rico. De acordo com Crang & Travlou, *“space can offer copresent, different times. Not just representations of times but the virtual presence of past times”* (2001, p. 169). Ao visitar as ruínas de uma antiga edificação, por exemplo, a presença de um tempo passado não está apenas no campo da imaginação, mas apresenta-se concretamente através das estruturas ruinosas e dos vestígios que se inscrevem fisicamente na paisagem. Cria-se um retrato representativo (e estático) do tempo, do seu movimento e de suas transformações. Esta sobreposição de temporalidades proporciona-nos um entendimento mais completo do cenário ao mesclar subjetividades com aspetos objetivos e concretos.

“A multiplicidade de temporalidades e velocidades estabelecem um complexo mosaico da sociedade contemporânea, a qual passa a ser significativamente atravessada pela subjetividade e pela experiência estética. O homem contemporâneo, se deseja compreender seu tempo, deve enfim descer do alto de sua pirâmide, ponto geométrico privilegiado para o estabelecimento da ordem e da racionalidade, para experimentar o labirinto do mundo vivido sensorialmente através de suas dobras, onde o tempo

e percurso são fragmentários e não lineares.”(Arnellas, 2019, p. 226)

Nesta rica representação do tempo, as temporalidades tornam-se uma composição de diferentes instantes - momentos imediatos e fugazes que se conjugam não apenas num percurso linear ou cíclico, mas num labirinto de múltiplas direções. A obsolescência é parte desta leitura temporal e a ruína (ou o abandono ou o vacante) pode ser o “instante transformador”, onde se dá a mudança de direção.

Ao colmatar sua ideia do “eterno retorno”, Friedrich Nietzsche analisou a estrutura do tempo como uma sucessão de momentos pontuais onde, para ser e existir, cada instante presente dessa cadeia tem de suprimir o instante anterior. A ideia fulcral do “eterno retorno” seria um modo alternativo à esse percurso incessante de negação e aniquilação onde a vida é negada instante a instante (Sánchez Meca, 2013, p. 187). Para isso, Nietzsche retoma o conceito que Kierkegaard e posteriormente Heidegger, chamaram de *Augenblick* ou o “momento da decisão”. Na sua obra “Assim Falou Zaratusta”, o autor descreve a imagem do momento como um portal:

“Olha esse portal, (...) ele tem duas faces. Dois caminhos que aqui se juntam; ninguém ainda os percorreu até o fim. Essa longa rua que leva para trás: dura uma eternidade. E aquela longa rua que leva para a frente – é outra eternidade. Contradizem-se, esses caminhos, dão com a cabeça um no outro: – e aqui, neste portal, é onde se juntam. Mas o nome do portal está escrito no alto: ‘momento’.” (Nietzsche, 2006, p. 193)

É na ausência do tempo produtivo da obsolescência que emerge espacialmente e de forma mais pura e direta, este portal onde as dimensões do tempo reaparecem, sobrepondo-se umas as outras e produzindo um relevo que Walter Benjamin, ao analisar a obra de Marcel Proust, chamou de “eternidade do tempo entrecruzado” (Benjamin, 1994, p. 45); não a eternidade do tempo cósmico ou da divindade, mas um relevo que cresce no eixo vertical da imaginação, das múltiplas possibilidades. Na ruína, as marcas físicas do passado contrapõem-se com a sua capacidade de estimular a imaginação. Este “instante” na temporalidade do espaço é o local onde projetamos o futuro em função da sabedoria do presente e de uma reinterpretação do passado (Sánchez Meca, 2013, p. 189).

No espaço urbano, há uma certa evolução adaptativa, passiva e permeada de automatismo e conformismo da vida contemporânea. Através de diminutas adaptações, prolonga-se a capacidade dos espaços de atender às novas funções e novas necessidades sem a necessidade de mudanças profundas. Na obsolescência do espaço, principalmente no seu estágio “final” de arruinamento, surge o que Henri Bergson chamou de “elã vital”, um momento de entusiasmo que reafirma a diferença; uma pulsão para o incerto e para o indeterminável (Bergson, 1979, p. 52). Na ruína tudo nos impulsiona para o entusiasmo da transformação, mesmo que ela seja simplesmente uma nova leitura do que lá existe. Nela, percebemos espacialmente o poder do devir ao mesmo tempo em que somos convidados a viajar noutras temporalidades - futuras e passadas - que podem expandir-se. Estes pontos em outras temporalidades são acedidos não mais numa lógica linear de tempo, mas como um hipertexto onde avançar ou retroceder podem representar o mesmo esforço de se manter estático.

Através da tecnologia e dos meios virtuais, facilmente podemos distinguir temporalidades, conhecendo sua importância no passado ou sua aparência, ao mesmo tempo em que podemos vislumbrar como será no futuro. O acesso a documentos do passado (fotografias, filmes, anotações, etc.) é feito em tempo real, assim como planos e projetos a serem realizados também são disponibilizados com a mesma facilidade (Figura 7). Ao tornar-se um “portal do tempo”, a ruína e a próprio processo de obsolescência urbana permitem defrontamos fisicamente uma real temporalidade do espaço enquanto somos estimulados - no presente - a navegar através de novas e antigas temporalidades; um convite a pensar e repensar o espaço, a cidade e o tempo, para além de uma experiência meramente estética.

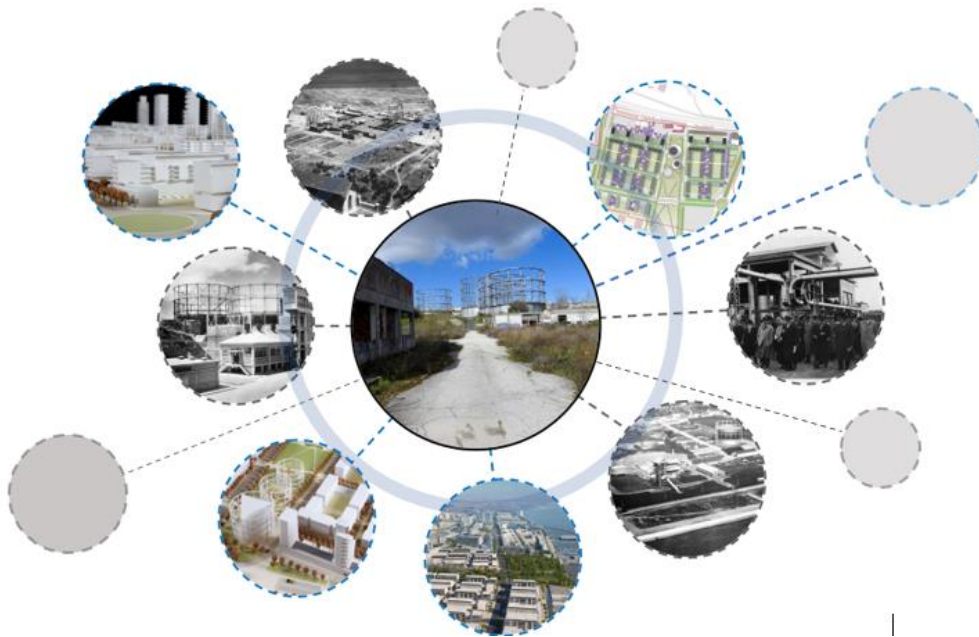


Figura 7 Fábrica de Gás da Matinha - Acesso às diferentes temporalidades – Ao centro, foto do seu estado atual e, ao redor, imagens do seu passado e do que fora planeado para o seu futuro. Fonte: Elaboração do Autor utilizando imagens diversas: Arquivo Projeto NoVOID; Arquivo Municipal de Lisboa - <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2015/02/fabrica-de-gas-da-matinha.html>; e Atelier Risco - https://www.risco.org/projects/plano-de-pormenor-da-matinha_38

A espacialização da memória

A obsolescência dos espaços urbanos e a existência de uma paisagem urbana obsoleta nas cidades permite e estimula o acesso a dimensões pessoais e subjetivas naqueles que a confronta. Intrínseco ao objeto, seja a ruína de uma edificação ou o vazio de um terreno vago, há o seu passado que permanece enquanto vestígio – real ou imaginário – e transforma-se em memória, sendo ela vista e percebida a partir do presente. Se, para Plotino, o tempo divide-se em três presentes, onde o “passado do presente” é a memória (Borges, 1980), para Santo Agostinho este tempo é o “presente das coisas passadas”, onde as lembranças resultam de vestígios no nosso espírito que são evocadas no presente pela memória (Agostinho, 1984). Nessa memória que o obsoleto faz ressoar, emergem sensações e sentimentos que passam ao largo da indiferença; há um certo encantamento pela estranheza destes espaços que parecem estar fora do tempo produtivo ou da rigidez do tempo linear.

No território urbano, a memória assume diversas formas e terminologias. É possível falar numa “memória urbana”, baseada na memória das cidades, dos seus

espaços e seus lugares, sendo esta um processo relacional entre a pessoa e a paisagem que a cerca – edificações, monumentos, ruas, pontes, praças, vegetações, etc.; um constante diálogo entre o espaço e os eventos do passado onde a memória é, além do agente condutor, o resultado da união entre a memória individual e a memória coletiva. Mas para Halbwachs, esta conciliação é uma intensa negociação:

"(...) para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum."
(Halbwachs, 1968, p. 12).

Sendo assim, a memória coletiva agrega e envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A memória urbana - ou a memória coletiva urbana - é um passado comum que surge das experiências partilhadas de certos grupos; uma manifestação subjetiva do tempo e do espaço que é tanto socialmente determinada quanto socialmente determinante (Bélange, 2002; Selvi Ünlü, 2019).

As questões da memória, para diversos autores, transcendem o tempo e avançam inevitavelmente por uma espacialização do próprio ato de recordar. Para Norberg-Schulz (1984), a memória sempre possui uma dimensão espacial, podendo ser individual ou coletiva; o lugar é uma parte integral da existência e não é possível imaginar qualquer evento sem nenhuma referência ao seu contexto. Até mesmo no clássico da literatura *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust, é possível perceber a busca por referenciais da infância e da adolescência num tempo que ficou perdido no passado; um mergulho ancorado na metamorfose do tempo em espaço (Abreu, 1998, p. 82). Apesar do título, "desde o primeiro momento ... a obra proustiana se afirma como uma busca não somente do tempo, mas também do espaço perdido" (Poulet, 1992, p. 17).

Assim, o lugar pode ser um elemento determinante para a construção da memória. Os "lugares da memória" são aqueles produzidos ou reproduzidos a partir de uma ação consciente de indivíduos ou grupos que buscam a transmissão de uma memória seletiva através da produção social e simbólica do espaço e dos objetos nele contido; seja uma estátua em homenagem a uma grande personalidade, um monumento para glorificar algum período histórico ou um museu para valorizar o passado. São lugares que representam um "corte material de uma unidade temporal

e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar” (Nora, 1993, p. 12), que garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e a transmissão de um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno grupo para uma maioria que dela não participou.

Muitos dos espaços em processo de obsolescência são lugares de uma “memória espontânea”. Ao contrário de serem monumentos de lembrança do passado e construídos para tal, são espaços para um determinado uso que se tornara obsoleto, mas que ao obsolescer, se tornou um gatilho de memória, ou seja, um *memory-frame* (Casey, 2000) ou um *reminder* (Ricoeur, 2003), mesmo num contexto já transformado (Figura 8 e Figura 9). Pode dizer-se que esta busca espacializada da memória – espontânea ou não -, através dos artefactos e espaços urbanos, representa uma busca por uma identidade perdida ou pelo espírito do lugar: identidade como, na origem latina da palavra, a junção entre o adverbio “idem” e o sufixo “-dade” que indica um estado, ou seja, aquilo que é sempre idêntico, imutável, e, portanto, está fora do progresso do tempo linear e imune ao movimento; espírito do lugar no sentido de *genius loci* de Norberg-Schulz (1984), uma leitura da dimensão simbólica intrínseca ao lugar a partir dos sentimentos e significados resultantes das experiências e da relações humanas com o espaço. Aqui, a memória é uma forma das pessoas ocuparem e de se conectarem com o espaço que habitavam no passado, enquanto se confortam diante do que reconhecem e onde se reconhecem.



Figura 8 Panorâmico de Monsanto - Turistas a chegarem ao local - Lisboa. Mesmo após o seu encerramento, o espaço continuou a ser utilizado de forma ilegal como miradouro. Foto: Próprio autor, 2017.



Figura 9 Antigo Aquaparque - Conjunto de imagens das antigas em Lisboa. O espaço promove lembranças tanto positivas do seu funcionamento enquanto parque, quanto negativas como do acidente fatal que ocasionou o seu encerramento definitivo. Ainda assim, mesmo com as suas estruturas abandonadas, o local continua a ser utilizado para o lazer sendo que alguns grupos veem o espaço como ideal para a prática da corrida de drones. Fotos: Arquivo NoVOID, 2018.

A recente valorização do passado e seus vestígios territoriais é fruto do processo de rutura com as ideias otimistas do Iluminismo acerca do futuro. Segundo Le Goff (1990, p. 14), a partir da Ilustração, as sociedades ocidentais redirecionaram a sua visão do mundo. De uma visão orientada para a “grandeza” do passado, voltaram a sua atenção para o futuro e o progresso, considerando a reverência ao passado como saudosista ou reacionária (Abreu, 1998, p. 78). Em nome de uma proteção do futuro dos seus descendentes e de uma "memória oficial nacional" desprovida de feridas éticas, foram obliterados traumas de guerras, silenciando tanto vítimas quanto algozes, numa tentativa evitar a reverberação de lembranças traumatizantes para as novas gerações (Pollak, 1989). Voltar ao passado seria reviver situações indesejáveis.

Todavia, olhar para o futuro sempre foi um salto para o desconhecido. Mesmo na absoluta devoção à razão do projeto de modernidade, a dúvida sempre acompanhou a fé no progresso. Ainda que os avanços técnico-científicos do último século e das vanguardas artísticas anunciarem novos tempos e a busca por um “novo homem”, os horrores das guerras, as crises ecológicas, financeiras e de saúde de escalas planetárias, resultaram num profundo trauma difícil de ultrapassar; a fé ilimitada no porvir foi substituída por um sentimento de incerteza no futuro (Le Goff, 1990, p. 14).

Na sua *Tese IX*, Walter Benjamin, expressa uma certa ambiguidade ao analisar a obra *Angelus Novus* de Paul Klee (Figura 10); ao mesmo tempo em que a ruína do passado parece familiar, somos empurrados para um futuro desconhecido e incerto:

“(...) um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspeto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” (Benjamin, 1984, p. 226)



Figura 10 Angelus Novus, Paul Klee (1920) – The Israel Museum, Jerusalem

Diante de uma insólita imagem que parece estar sempre em movimento, Benjamin propõe a reflexão do progresso a partir da ruína fundamentado em catástrofes que se sobrepõem. O anjo da história volta-se estarecido para o passado e contempla, impotente, a acumulação de ruínas e de sofrimentos aos seus pés. Assim mesmo, gostaria de ficar e transformar aquilo que vê, no entanto é forçado a optar pelo futuro para o qual está de costas. “O seu excesso de lucidez combina-se com um défice de eficácia. Aquilo que conhece bem e que podia transformar torna-se-lhe estranho e, pelo contrário, entrega-se sem condições àquilo que desconhece” (Santos, 1996, p. 8).

A atenção sobre o passado e um desejo nostálgico de retorno é comum em períodos de incertezas e crises; na obsolescência é comum voltarmos-nos especialmente para a memória (Abreu, 1998; Santos, 1994). No espaço urbano, esta memória vincula-se com uma experiência estética onde as pessoas se confrontam com

a obsolescência e a senescência do edificado, mas a espacialização da memória pode também significar uma vasta coleção de imagens vazias e de simulacros sem referenciais (Baudrillard, 1991 [1981]; Jameson, 1997). Ao contrário do que se pretendia com uma nova visão da sociedade em tempos de incerteza, o passado pode não aparecer como dimensão retrospectiva apta para reorientar nosso presente. Atualmente, a ideia de tentar recuperar um tempo “perdido”, acaba por tornar-se refém do que há de mais efêmero: a moda, a tendência (Pelbart, 2020). Esta contrarresposta com ares de culto nostálgico e fascinado do passado propaga-se pelas mais diversas atividades, mas principalmente no campo das artes e da experimentação.

A moda “retrô”, objetos *vintage* e releituras de canções e filmes de outrora estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano. No entanto, alguns movimentos artísticos possuem a capacidade de valorizar o passado através do reconhecimento do seu estado atual, do seu presente em obsolescência, utilizando, por exemplo, a paisagem urbana de forma nostálgica. O encanto da ruína não é apenas um desejo reacionário pelo retorno idealizado e *fetichizado* do passado (Smith & Campbell, 2017, p. 613), mas pode ser uma projeção de um futuro utópico que acaba por se alojar no passado numa suprema desvirtuação do tempo (Hansen, 1994, p. 63).

Na pintura, o precursor de uma produção artística voltada para o encanto da ruína foi o francês Hubert Robert (1733-1808), que alinhava o interesse pelo tema com a sua habilidade de imaginação, transformando edificações existentes em ruínas, sem deixar de lado a busca pelo sublime e grandiosidade nas suas obras (Jord, 2017; Oliveira, 2019). Outros artistas em diversos setores das artes foram contemporâneos de Robert na valorização do arruinamento:

“o século XVIII é sobretudo o século da valorização das ruínas, encaradas agora como algo de positivo, tanto na prática, como do ponto de vista da teoria, da Pintura à Literatura, ela torna-se o género ideal para descobrir e reconstituir um passado perdido, para promover uma série de sentimentos e emoções, ou para experimentar uma simbiose entre natureza e arquitectura” (Saldanha, 1993, p. 93)

Enquanto a ênfase dada às ruínas proliferava noutros setores, da arqueologia aos antiquários, as obras de Robert inspiravam pintores como os artistas da *The First Generation of French Piranésiens* que transformaram Roma numa “capital imaginária”,

entre os quais estavam Jérôme-Charles Bellicard, Simon e Charles Michel-Ange Challe, Nicolas-Henri Jardin, Louis-Joseph Le Lorrain e Edmond- Alexandre Petitot (Dubin, 2010). Embora preocupados com os vestígios da Antiguidade, as obras do grupo “marked the elevation of the possible over the actual, of the fanciful over the factual. Their crucial innovation – one that laid the foundations for Robert’s art - was to make ruins valuable not as traces of fading past but rather as playful signifiers of an absent signified” (Dubin, 2010, p. 28).

As ruínas reais ou imaginárias trazem uma nova visão sobre as transformações e a passagem do tempo. No século XVIII, as ruínas deixaram de ser apenas vestígios de um passado desaparecido e serviram para uma ampla reflexão sobre a duração das edificações e monumentos, seu poder simbólico e sua capacidade de advertir sobre o futuro de todas as grandes nações e impérios (Jord, 2017, p. 78). Apesar de Riegl afirmar que o culto da ruína nasce a partir da decadência do presente frente à grandeza de outrora (2013, p. 26), a pintura de Hubert Robert mostra também a ambiguidade de uma ausência que se torna presença enquanto um vazio fértil (Figura 11). No vazio deixado pela ruína nascem vegetações onde pássaros repousam; nos seus escombros surgem camponeses a caminhar, artistas a admirar o espaço, animais carregados com cargas, etc.; uma série de elementos quotidianos e/ou naturais que contrastam com a monumentalidade silenciosa dos vestígios sobreviventes.



Figura 11 Interior of the Temple of Diana at Nîmes, Hubert Robert, 1783. Museo Nacional Thyssen-Bornemisza, Madrid.

Planeamento Urbano vs. Ruínas

No território urbano contemporâneo, há o surgimento de novas categorias de espaços cujas ruínas estão no diacronismo entre memória e expectativa, sugerindo visões estéticas que podem variar entre encanto e estranheza. Os novos espaços em obsolescência não correspondem aos vestígios arqueológicos de castelos ou monumentos de épocas passadas, mas sim às duas categorias estudadas e analisadas pela literatura urbana como “ruínas industriais” (A. Berger, 2007; Desilvey & Edensor, 2013; Edensor, 2005; Mah, 2012) e “novas ruínas / ruínas neoliberais” (Hatherley, 2011; D. Martin, 2014; Martins & Cavaco, 2018; Pálsson, 2012).

As ruínas industriais são os espaços onde a obsolescência do uso industrial ou a incapacidade de adequação das suas estruturas aos novos processos acarretaram seu abandono. São, sobretudo, produtos do processo da desindustrialização das cidades ocidentais que passaram de uma economia de manufatura para uma economia de serviços. Sendo assim, localizações dantes privilegiadas, próximas ao caminho de ferro ou zonas portuárias, perderam competitividade em relação a localizações periféricas, onde a infraestrutura do sistema viário aliado a virtualização e informatização de

processos de trabalho proporcionaram mão-de-obra e terrenos mais baratos. As ruínas industriais, por serem fruto de um processo de obsolescência mais acelerado face ao das ruínas da Antiguidade, deixam de ter uma função simbólica de lembrança do passado e passam a ser ruínas de artefactos contemporâneos (Figura 12). São capazes, então, de estimular memórias múltiplas de diferentes temporalidades e de interpretações diversas e particulares. “The linearity of narrating the past is upstaged by a host of intersecting temporalities which ‘collide and merge’ in a landscape of juxtaposed ‘asynchronous moments’” (Edensor, 2005, p. 126). Neste sentido, Chan (2009, p. 25) afirma que as ruínas industriais possuem essa diferente capacidade de se tornarem monumentos “more symbolic of our culture’s reverence for technology, power and scale rather than of any desire to remember particular people, acts or consequences of the industrial age”.



Figura 12 Packard Motor Car Company, Matthew Christopher. Detroit MI. 2009. Fonte: www.abandonedamerica.us/ Acesso: 30/12/2022

Paralelamente às ruínas antigas e industriais, surgem espaços urbanos – edificados ou não-, cuja obsolescência se relaciona principalmente com a grande crise financeira global do início do milénio, resultando em construções e empreendimentos

inacabados (Kitchin, O’Callaghan, & Gleeson, 2014; Pálsson, 2012). Por sua vez, podem ser acrescentados a esta tipologia espaços vacantes que foram suspensos por forças da especulação imobiliária que procura o melhor e mais lucrativo momento para o seu lançamento, seja num momento de crise ou de ascensão económica (Moore-Cherry, 2015; O’Callaghan & Lawton, 2015). Estas ruínas obrigam-nos a uma leitura mais complexa da paisagem urbana, pois perturbam o entendimento da ruína enquanto passado. Segundo Martin (2014) e Kitchin et al. (2014), estes espaços são como ruínas de um futuro abandonado e não de um passado esquecido. É um abandono antecipado que impõe uma nova classificação de espaço. Nem “ruínas lentas” - subprodutos de processos e dinâmicas urbanas onde o arruinamento é mais gradual, nem “ruínas rápidas” – resultantes de destruições súbitas ou cataclísmicas, mas “ruínas reversas” (Desilvey & Edensor, 2013), já que o tempo da destruição antecipa o tempo da construção, ou simplesmente “ruínas prematuras” (Martins & Cavaco, 2018, p. 96) onde se abdicou do futuro enquanto o passado e o presente se confundem numa produção imediata e em simultâneo (Figura 13).



Figura 13 Conjunto de fotografias de empreendimentos habitacionais em Guimarães interrompidos durante a fase de construção – sem previsão de retomada das obras. Fonte: Arquivo NoVOID, 2018

Por um lado, grande parte literatura urbana das últimas décadas do século XX, assim como a maioria das pessoas, não reconhece nestas ruínas o mesmo valor patrimonial, simbólico e estético atribuído às ruínas antigas. Até ao final do século XX, o planeamento urbano e os grandes projetos urbanos utilizavam-se dos territórios abandonados ou vacantes residuais apenas como áreas de especulação para o futuro. Já nas primeiras décadas do século, no momento pós-guerra, foram produzidos os primeiros projetos de “reconstrução urbana” – muito deles devido à destruição das cidades nos conflitos, e se tornaram pioneiros para muitos outros projetos com terminologias semelhantes: reconstrução, revitalização, renovação, regeneração, etc. (Roberts & Sykes, 1999) (Figura 14). Assim, estes processos tratam do reaproveitamento das “ruínas lentas”, mas trazem a visão destes espaços enquanto uma “anomalia na evolução das cidades” e o projeto urbano seria “como uma medida terapêutica dirigida à sua solução” (Brito-Henriques, 2017, p. 3), ou seja, sua reconversão é necessária mesmo que seja através da *tabula rasa*, um processo de esquecimento voluntário deste passado.

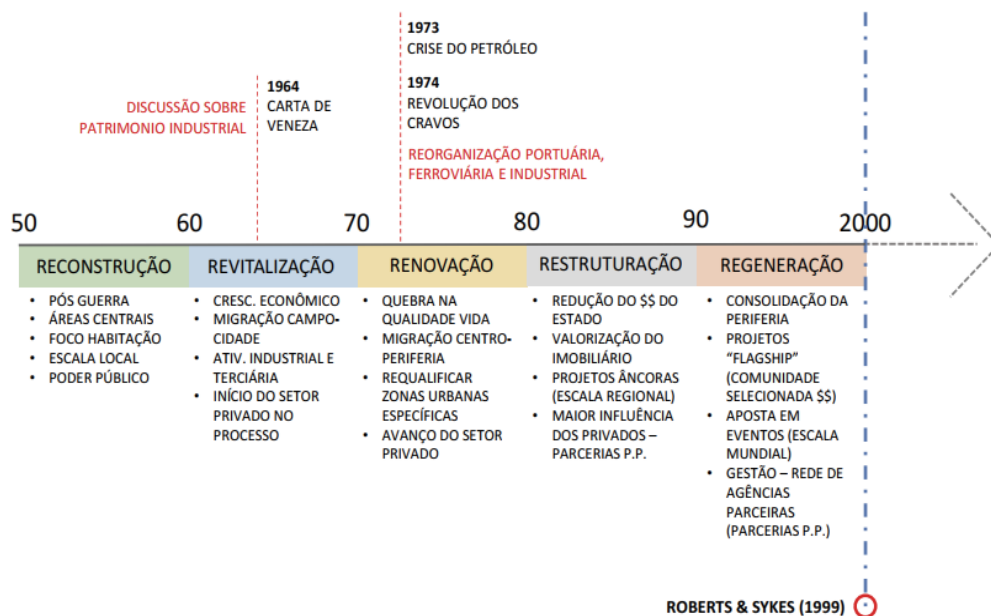


Figura 14 Diagrama baseado na análise cronológica do aparecimento das tipologias "RE" (Roberts & Sykes, 1999). Segundo os autores, as terminologias estão relacionadas com momentos históricos específicos. Fonte: elaborado pelo autor.

Na Carta de Veneza (1964) já havia algumas (poucas) indicações sobre a preservação do património industrial, no entanto, foi a partir da década de 1970, já com a desindustrialização das cidades ocidentais em estágio avançado, que o assunto

ganhou destaque. Apesar da criação do TICCIH – *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* em 1978, a primeira Carta Patrimonial sobre Património Industrial (Carta de Nizhny Tagil) só foi publicada em 2003. Nela estão inscritas definições acerca do que é “património industrial”, “arqueologia industrial”, entre outras definições e diretrizes sobre a preservação de um possível património industrial das cidades.

Podemos referir que até o início do século XXI, o património industrial vacante foi visto muito mais pela capacidade de obter lucros financeiros através da transformação de sua área territorial (geralmente extensa) do que pela sua capacidade de valorização da memória do lugar e do período industrial. Os grandes projetos urbanos do século XX foram marcados por um intuito de transformar completamente estas áreas (usos, espaços, utilizadores, moradores, etc.) e gerar uma nova realidade urbana mais conectada às dinâmicas globais. Segundo Monclús (2006, p. 22), é “uma estratégia de transformação das cidades em entidades análogas às empresas em uma economia cada vez mais globalizada”. A grande maioria dos projetos que se esforçaram por não destruir o património industrial na sua totalidade, mantiveram poucos vestígios industriais e, ao contrário de um possível traço mnemónico do lugar (Freud, 1986), tornaram-se meros simulacros que dissolvem a sua identidade (Figura 15) (Baudrillard, 1991 [1981]; Deleuze, 2006). Esta representação do passado sob a forma de uma “atração turística” deixa de explorar o potencial da ruína em trazer a história ao presente e passa a promovê-la como um “substituto” do passado (MacCannell, 1976, p. 88).



Figura 15 Antiga Torre da Galp mantida com a execução do projeto da EXPO`98 e consolidação da freguesia do Parque das Nações. Atualmente sem uso e fechada ao público com grades. Fonte: Próprio autor, 2017.

O grande número de projetos de reconversão, renovação ou regeneração urbana criados a partir destas ideias não se traduziu automaticamente na criação de novos territórios ou de uma nova imagem de cidade. Momentos económicos ruins e períodos de incertezas, má articulação entre governos e comunidades locais, instabilidades políticas, especulação imobiliária, etc., acabam por serem variáveis muito difíceis de controlar. O resultado disso é que as ruínas industriais e as ruínas prematuras/reversas se tornaram elementos constantes na paisagem urbana contemporânea e passamos a vivenciá-las de maneira ambígua.

Conectada com a ideia da *tabula rasa* e, portanto, uma visão negativa da obsolescência, a percepção do abandono enquanto uma enfermidade cujo contágio é demasiado agressivo e rápido é comum entre a população. Mary Portas, ex-consultora do governo britânico, ao analisar o futuro do setor do retalho em Londres, afirmou que os problemas associados às propriedades vazias – característica destas ruínas contemporâneas – devem ser considerados não de forma individual, mas coletiva:

“The problems associated with empty properties are considerable. They attract vandalism and increase insecurity and fear. And this all reduces the value of surrounding businesses and homes. So the decision to leave a property empty is not just a private matter for the landlord. It affects us all.” (Portas, 2011, p. 35)

Esta é a visão mais quotidiana e em sintonia com a opinião da maioria das pessoas; um olhar “ruinofóbico” onde a ruína é algo indesejável e considerada como uma aberração à ordem local, à qualidade, segurança e estética da cidade ou do sítio no qual se insere (Bennett, 2017). Como debatido anteriormente, esta visão da ruína como contágio está na base do conceito de obsolescência urbana e pode promover uma ideia artificial do obsoleto. Apenas pela presença próxima de uma ruína, espaços são classificados como obsoletos ou inadequados. Facilmente é possível encontrar exemplos disto em diversas áreas. No famoso jogo virtual de simulação urbana *Sim City*, as construções ou quarteirões que se tornam ruínas, precisam rapidamente de algum tipo de solução, caso contrário a obsolescência contaminará a vizinhança e, com isso, a criminalidade e o vandalismo aumentarão (Bennett, 2017, p. 20).

Entre a fobia, a estranheza e o encantamento

A terminologia ruína é complexa e a ideia de uma obsolescência que contamina o seu redor favorece a interpretação deste espaço enquanto uma “praga”. Esta terminologia oriunda da botânica e da biologia não é amplamente utilizada pelos autores de língua portuguesa, mas é comum na produção científica de língua inglesa. O termo “blight” muitas vezes toma o lugar do termo “ruína” quando se discute o efeito da obsolescência de um espaço nos outros espaços próximos e seu contágio no contexto urbano – “urban blight” (Breger, 1967; Shlay & Whitman, 2006; Weaver & Bagchi-Sen, 2013).

Mesmo a obsolescência dos espaços produzindo sentimentos negativos e até mesmo uma certa aversão, na atualidade também percebemos a consolidação de muitos movimentos de valorização da ruína, independente da sua “categoria histórica” - antiguidade, industrial ou contemporânea. Neles, o vislumbre do seu potencial de reconversão que marca os projetos de regeneração é superado ou colocado à margem perante o apreço visual e estético de diferentes nuances subjetivas da ruína, assim como apontado por Hubert Robert nas suas pinturas.

Em 2014, a exposição “Ruin Lust” do *Tate Britain* demonstrou o lado sublime das ruínas através de obras de artistas de diferentes gerações que retrataram diferentes períodos históricos. O seu nome deriva do termo *ruinenlust* criado pelos alemães para descrever uma visão romântica acerca da ruína, numa mistura de prazer e nostalgia pela estética da decadência. No “Ruin Lust”, a eterna tendência do fascínio do homem pela ruína (Macaulay, 1953; Woodward, 2001) foi exemplificada através de obras como a “*Tintern Abbey: The Crossing and Chancel, Looking towards the East Window*”, de 1794, onde J.M.W. Turner retrata de forma romântica uma paisagem da Grã-Bretanha em ruínas (Figura 16) ou imagens de ruas desertas e prédios abandonados na Londres na década de 1970, produzidas por Jon Savage. Através da arte, ilustram-se dimensões distintas, mas complementares da ruína. O romantismo vinculado à ruína da antiguidade sofre um choque com os estragos da guerra, onde a ruína passa também a representar o medo pela brutalidade da destruição e, posteriormente, o estranhamento pela rapidez da obsolescência urbana contemporânea. Apesar destas novas camadas, o prazer pela ruína pode ser experimentado “at one remove, softened by art” (Macaulay, 1953, p. 454).

Assim como retratado no “Ruin Lust”, muitos movimentos artísticos e urbanos apropriaram-se da estética da ruína e do seu potencial libertário, transgressivo e lúdico, principalmente a partir do surgimento das ruínas industriais. Como afirma Hugh Hardy, “(...) the hypnotic attraction of places like Bethlehem Steel in Pennsylvania, or the former Thyssen Steelworks in Duisburg, Germany, stems from the romance of their abandonment—the saga of what was once so mighty brought low” (Hardy, 2005, p. 32). Contudo, parte da atração das ruínas é que elas são, simplesmente, objetos incompletos. As ruínas dão espaço à imaginação enquanto se procura visualizar os elementos perdidos no tempo e recriar as peças que faltam (Chan, 2009; Woodward, 2001); são espaços que se transformam em repositórios de memórias e geradores de criatividade (Edensor, 2005).

“Industrial ruins are places from which counter-memories can be experienced, although unlike the carefully staged, hegemonic inscriptions of memory upon space, these memories are incommunicable although extremely powerful. Ruins offer different ways of remembering the past. They are already material allegories of the imperfect way in which the past is remembered, replete with loss and confusion.”(Edensor, 2005, p. 170).



Figura 16 J.M.W. Turner. Tintern Abbey, 1792-94. Tate Gallery, London.

O movimento “Ruin Porn” utiliza-se destas características para se desenvolver e expandir através da fotografia, da exploração e do turismo. Nele, a estética da ruína e suas várias camadas subjetivas de análise se tornam uma espécie de *fetich*e para seus utilizadores e geram um novo género artístico. A pornografia aqui surge como uma

metáfora de uma excitação desmedida e uma “glamourização” de fotografias em redes sociais ou websites em torno da decadência, do fascínio e da curiosidade por aventuras em ambientes abandonados. São inúmeros os fotógrafos (profissionais ou amadores), os grupos de *Urbex* (exploradores urbanos) e os planos de viagens oferecidos por agências que têm como destino grandes ruínas industriais ou cidades abandonadas (Figura 17). Apesar desta obsessão pela ruína assumir uma posição de romantizar e contemplar uma atmosfera estática de abandono sem aprofundar sobre os motivos e razões cruciais a este processo (Lyons, 2018; Millington, 2013; Pétursdóttir & Olsen, 2014; Pohl, 2022), o *ruin porn* também implica uma visão *voyeur sobre estes* objetos urbanos desprovidos da presença humana, ou seja, objetos abandonados pelo homem e deixados à natureza.



Figura 17 Ensaio fotográfico pré-casamento realizado nas ruínas da fazenda Jagoara Velha – Minas Gerais, Brasil. Fonte: Vitor Ataíde Fotografia, 2020. <https://www.victorataide.com.br/portfolio/pre-casamento>. Acesso: 01/12/2022.

Estes espaços fazem parte da *Tiers Paysage* (Clément, 2004) ou da *Marginalia* (Gandy, 2013), onde sua evolução “pós-abandono” é promovida por atores não-humanos, seja pelo vento, pela gravidade, pela água ou por animais, num processo híbrido entre a natureza e artefactos não-naturais onde o humano já não é o ator principal (Brito-Henriques, Paiva, & Costa, 2019; Gandy, 2005; Swyngedouw, 2006). De acordo com Simmel (1958, p. 379), “for this means nothing else than that merely natural forces begin to become master over the work of man: the balance between

nature and spirit, which the building manifested, shifts in favor of nature". Este hibridismo, onde o humano não está mais presente, consegue captar a atenção e os esforços dos apreciadores do *ruin porn*, assim como evidencia uma atração ao estranhamento da ruína.

O conceito da "estranheza" ou do "estranhamento" é fundamental para o entendimento mais amplo da intensa busca do homem por estas paisagens não-humanas, de decadência e ruína. Freud, no seu texto clássico *Das Unheimlich* (1919), elabora o conceito a partir do termo *Unheimlich* cuja tradução para os mais diversos idiomas encontra muitas variações. Em suma, o termo significa "não familiar", mas facilmente encontramos outros significados, tanto no próprio alemão quanto nos outros, como "estrangeiro", "lugar estranho", "inquietante", "desconfortável", "sombrio", "obscuro", "assombrado", "repulsivo", "sinistro", "suspeito", etc. Esta oscilação linguística é explorada pelo autor no seu texto. O estranhamento de Freud não está relacionado apenas com aquilo que não nos é familiar ou que nos é desconhecido, mas sim com um sentimento sobre algo que nos deveria ser familiar mas não é. Mais além, Freud utiliza a definição de Schelling ao afirmar que "'Unheimlich' is the name for everything that ought to have remained hidden and secret and has become visible" (Freud, 1919, p. 222).

A discussão se amplia quando *Unheimlich* ganha o significado de "sem casa". Com efeito, em alemão "*heim*" também pode significar "casa", ou seja, aquilo que está fora de casa e que não é compreendido por não ser familiar. Vidler (1999) considera que construímos paredes para nos afastar ou isolar de um mundo exterior caótico. Não obstante, mesmo no interior desse lugar onde nos deveríamos conhecer e estar seguros, o estranhamente familiar pode emergir. "A space that appeared safe and secure against intrusion was simultaneously secret, obscure and inaccessible, dangerous and full of terrors" (Vidler, 1999, p. 32). Para Heidegger (2002), o estar "sem casa" ou "fora-de-casa" é uma metáfora da angústia do ser frente a um mundo que nem sempre ele compreende mas que precisa fazer (compreendê-lo) para nele se projetar. Estas ambivalências do *Unheimlich* de Freud, a metáfora do fora-de-casa de Heidegger, a hibridização dos territórios não-mais-humanos e o encanto por tudo isso são visíveis e formam a base de um outro conceito, também muito difundido na literatura urbana contemporânea, denominado *terrain vague*.

Ao refletir sobre a cidade pós-industrial, sua condição metropolitana, seus processos e lógicas singulares, o arquiteto catalão Ignasi de Solà-Morales identificou cinco traços que caracterizam uma nova situação urbana. Apresentou-os durante o XIX

Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos, realizado em Barcelona, 1996, intitulado “Presente y Futuros. Arquitectura em las Ciudades”. As novas formas de transformação (i), de movimento/locomoção (ii), de residir (iii), de intercâmbio (iv) e, de ausência - *terrain vague* (v), são, para Solà-Morales, um dos traços da nova condição urbana (Solà-Morales, 1996). Ao contrário dos outros, a ideia do *terrain vague* havia sido antes apresentada em um ensaio para um seminário académico em Montreal, em 1994, e integrada numa série de dez conferências intituladas “Anyone” que ocorreram a cada ano da última década do século XX (Davidson, 1995).

Apesar de o termo ter sido utilizado pontualmente desde o século XIX para descrever algum tipo de ausência (Gandy, 2011), foi com Solà-Morales que a expressão foi redefinida e apresentada enquanto conceito. Sua visão, no entanto, só reverberou alguns anos mais tarde, já no princípio do século XXI, com a comunidade científica a debater a ideia e a utilizar a “nova” terminologia.

Solà-Morales parte do pressuposto de que estamos a vivenciar “la época de la extrañeza ante el mundo” (Marquand apud Solà-Morales, 2002, p. 188) numa clara retoma da discussão da ideia de Freud. A aceleração científica e tecnológica e as mudanças sociais e de costumes produzem uma permanente condição de estranheza na qual o cidadão da metrópole passa a ter de conviver, o que tem reflexos no território. “Extranjeros en nuestra propia patria, extraños en nuestra ciudad” (Solà-Morales, 2002, p. 188) o habitante da metrópole percebe em alguns espaços alheios ao sistema urbano e de poder, o reflexo de sua insegurança, ao mesmo tempo em que se constituem espaços de expectativa, de alternativa, utopia e porvir.

O *terrain vague* representa a forma da ausência no espaço. São lugares abandonados, áreas industriais obsoletas, estruturas ferroviárias desativadas, conjuntos habitacionais desabitados, empreendimentos imobiliários interrompidos, bem como todos os espaços urbanos que caem fora das dinâmicas urbanas e de urbanidade. Neles, a memória do passado sobre o presente parece predominar; “son lugares obsoletos en los que sólo ciertos valores residuales parecen mantenerse a pesar de su completa desafección de la actividad de la ciudad” (Solà-Morales, 2002, p. 187).

Esta expressão de origem francesa manteve-se no seu idioma original pois a sua tradução, seja para o espanhol quanto para o português ou o inglês, é prejudicial ao seu potencial e não apresenta a mesma complexidade de significados. “Terrain” para os franceses possui um carácter mais urbano do que o inglês “land” ou o português/espanhol “terreno” e significa uma porção de solo de limites pouco precisos

que possui uma condição expectante. Já “*vague*” é ainda mais complexa; é uma palavra com raiz latina - *vacuus, vacant, vacuum* ou ainda *vagus*, e quer dizer livre, desocupado ou disponível, mas ao mesmo tempo, indeterminado, impreciso ou incerto. Também há uma raiz germânica para a palavra - *vagr-wogue* - que significa “onda”, ou seja, *vague* também pode significar movimento, oscilação e instabilidade.

Esta ambiguidade e multiplicidade de sentidos, revelam o vazio do espaço enquanto ausência, mas também como promessa e possibilidade. Há décadas, muitos fotógrafos tentam captar o sublime destes lugares, internos à cidade mas externos na sua utilização cotidiana (Solà-Morales, 2002), mesmo antes da ascensão do movimento *ruin porn* ou da criação da expressão *terrain vague*. Ensaios fotográficos realizados por John Davies, Jannes Linders ou David Plowden retratando paisagens urbanas abandonadas durante a década de 1970 e 1980, estão em sintonia tanto com as obras dos pintores das ruínas da antiguidade, quanto com a produção dos artistas mais contemporâneos e ligados ao *ruin porn* (Figura 18). Mais tarde, estas obras, assim como outras tantas que surgiram nas últimas décadas do século XX e que buscaram expor diferentes subjetividades intrínsecas, principalmente, ao património industrial obsoleto, foram o gatilho para a criação do conceito.

À luz deste estranho fascínio, a cultura urbana contemporânea ou pós-industrial busca nos *terrain vagues* espaços de liberdade, de indefinição e de improdutividade ligados à experiência da memória, numa visão romântica e por vezes nostálgica de um passado ausente, mas também numa particular crítica ao presente banal e produtivista (Solà-Morales, 1996). Para Barron (2016, p. 3), é possível notar semelhanças e até mesmo compreender os *terrains vagues* sob a perspetiva das “heterotopias” de Foucault (1986) quando o autor afirma que em todas as civilizações há lugares que estão “fora de todos os lugares”, ou seja, uma espécie de “contra-lugares” onde “todos os outros lugares reais que podem ser encontrados dentro da cultura são simultaneamente representados, contestados e invertidos” (Focault, 1986, p. 24 tradução do autor). Esta sintonia é ainda mais forte a partir da leitura do quarto princípio da chamada “heterotologia”, onde é descrita a relação destes espaços com o tempo, afirmando que estão “na maioria das vezes ligados a intervalos de tempo - o que significa que eles se relacionam com aquilo que pode ser denominado, por uma questão de simetria ou de heterocronias. A heterotopia começa a funcionar em plena capacidade quando se chegam a uma espécie de rutura absoluta com seu tempo tradicional” (idem 1986, p. 26 tradução do autor). As heterotopias são mais vinculadas ao tempo mais fluído e transitório, portanto, não orientadas para serem eternas e permanentes.



Figura 18 David Plowden. Chicago, Illinois (C-183-519), 1983. Yale University Library Digital Collections, New Haven.

Sendo assim, nem o *terrain vague* nem as heterotopias são somente categorias espaciais, mas também temporais. Cosgrove (2012, p. 65) afirma que podemos chamá-los de “place-in-time” já que é um lugar transitório, obscuro e imprevisível em sua essência onde o trabalho do tempo se revela através do processo de decadência física do espaço. Solà-Morales corrobora com esta visão, mesmo que indiretamente, ao descrever a indefinição territorial do *terrain vague* como uma possível demonstração da estranheza do tempo. Acabamos por vivenciar um presente que nos é estranho pois a relação entre o sujeito e o seu mundo tornou-se fugaz e muito condicionada pela velocidade das mudanças. Estes espaços tornam-se espelhos que refletem a nossa estranheza perante ao mundo, à nossa cidade e a nós mesmos (Solà-Morales, 2002, p. 191). Assim, o Terrain Vague une a nostalgia e a estranheza numa espacialização do tempo onde o obsoleto pode ser visto como algo imaculado. Por um lado,

[...] time becomes frozen in a static image, and history as ongoing process recedes in importance. On the other, the

terrain vague, as the uncanny other of the urban order, in fact temporalizes space: it is space that first and foremost bears the mark of time and history. In this sense, the terrain vague is more centrally a dynamic, strange, and unsettling spatial category than a static or nostalgic one (Cosgrove, 2012, p. 66).

Notas Conclusivas

A obsolescência é um tema complexo e controverso. Entre o encanto com a estética dos espaços abandonados e o temor que esta condição produz, existem inúmeras dimensões subjetivas e objetivas que podem ser analisadas e aproveitadas para o urbanismo – ao nível da sua teoria e prática. Nestas avaliações e perceções do obsoleto, são-nos apresentados conceitos, por vezes artificiais, que se tornam parte do jogo de simulacros e simulações da cidade contemporânea.

Numa tentativa de entender a obsolescência dos objetos e dos produtos, transportamos este conceito para o espaço urbano de uma forma maioritariamente artificial, mas que vai ao encontro de sentimentos negativos que todos temos a respeito do abandono, do insólito, do estranho e do incomum. Ao nomear “espaços obsoletos” não podemos concluir automaticamente que estes espaços estão no fim da sua vida-útil, mortos ou desacreditados. A realidade é que nestes espaços, os usos ou as maneiras de usar o espaço se tornaram obsoletos e, com isso, as suas estruturas transformaram-se em lugares em metamorfose. O abandono é um momento transicional posterior ao uso original, mas anterior ao futuro uso. Além disso, neste período onde uma pseudo-perceção de ausência de tempo emerge, outros usos espontaneamente aparecem e aproveitam esta condição e esta temporalidade que surge.

A artificialidade do conceito da obsolescência urbana tem, entre outras, uma razão progressista ou capitalista que ultrapassa a lógica de uma possível e credível senescência aplicada às materialidades não-vivas e ancora-se na simples ideia de substituição; um objeto que não responde mais às necessidades pontuais pode ser substituído por outro que as atenda. Mas podemos perceber também que a artificialidade da compreensão do próprio tempo está implícita nesse conceito. A divisão temporal – passado, presente e futuro, é uma invenção do ser humano e

encontrou no período progressista um cenário para desenvolver a ideia de “tempo é dinheiro”, ou seja, uma visão espacializada do tempo onde é possível quantificá-lo.

Numa contrarresposta à lógica produtiva da cidade e à aversão aos espaços não-produtivos, a obsolescência do espaço foi retratada pelos artistas e ativistas urbanos e passou a ter diferentes estatutos perante a sociedade. A sua capacidade de unir a nostalgia do passado com a esperança do futuro tornou estes espaços esteticamente interessantes para diversos grupos e movimentos, mas isso também foi prejudicial. O *fetichismo* criado em torno da decadência e da imperfeição é uma visão romântica que não foi (ou é) capaz de captar algumas dimensões subjetivas importantes, como o trauma ocasionado pela passagem abrupta de “espaços de produção” para “herança”, como o que ocorreu aos espaços industriais. O sentimento de perda e de tristeza dos operários faz parte de processos dolorosos de transformação que são facilmente rejeitados pelos movimentos artísticos como o *ruin porn*. Autores como Mah (2012), Martin (2014), Desilvey & Edensor (2013), Pusca (2010), e até mesmo Solà-Morales em seu ensaio *Terrain Vague* (1995), mostram-se uma crítica à estetização excessiva e a importância de uma descrição dos espaços e dos seus contextos históricos que vá para além do seu visual. A estetização destes lugares desvinculada da sua memória é um ato *voyeur* que apenas dramatiza o espaço e busca distanciá-lo das pessoas e da realidade vivida por elas.

Por outro lado, o retrato estético da obsolescência dos espaços e grande parte da literatura “ruinológica” contemporânea mostram-nos estes espaços que podem ser elementos críticos do progressismo e consumismo (i); das narrativas históricas dominantes (ii); e das ortodoxas classificações do espaço (iii) (Desilvey & Edensor, 2013). São lugares transgressivos e lúdicos que estimulam a sua exploração e permitem acontecimentos múltiplos que, noutros sítios, não seriam possíveis: da vegetação que floresce espontaneamente aos pássaros que por lá depositam sementes; dos artistas urbanos e seus *graffitis*, a famílias desalojadas que ocupam os espaços por não terem onde ficar; das crianças que utilizam as estruturas como *playground* aos moradores que cruzam o espaço enquanto atalho, etc. Definitivamente, não são espaços vazios e sem uso. Pelo contrário, são espaços úteis até mesmo para a descompressão dos ritmos acelerados da vida urbana (Figura 19).



Figura 19 Crianças a brincar num espaço em ruínas no Barreiro. Foto: Próprio autor, 2018.

Segundo Cavaco (2007, p. 120), são espaços onde a lógica de sectorização morfológica e funcional do território os transformam em interstícios, ou seja, “intervalos de espaço onde nada acontece mas onde, simultaneamente, tudo pode acontecer. (...) hiatos no tempo fenomenológico dos lugares (...), espaçamentos ilegítimos, acontecimentos por antecipação, na ausência de referenciais canónicos que lhe sustentem a existência e lhe confirmem a significação”.

Na supressão de um tempo presente que aparentemente foge em benefício da memória do passado ou da expectativa pelo futuro, percebemos que na obsolescência tudo é presente. Por ser uma inflexão no tempo, acaba por transcender o tempo e dela surge uma nova temporalidade onde é possível vivenciarmos as artificiais três dimensões do tempo em simultâneo, numa leitura Nietzscheana ou Deleuziana do “eterno retorno” ou do “rizoma temporal”. São espaços em movimento, em transição, onde o tempo nos é apresentado de maneira verdadeira e direta.



Figura 20 Ruínas da antiga vila operário localizada na Av. Alfredo da Silva no Barreiro. Os graffitis da fachada conjugam-se com a vegetação que cresce no telhado destruído. Ao fundo, uma antiga estrutura industrial em ruínas. Foto: Próprio autor, 2018.

III – O INTERMÉDIO

Etimologia e terminologias

O reaproveitamento de elementos urbanos vacantes (edificações abandonados, terrenos vagos, estruturas obsoletas, espaços subutilizados, etc.) através de usos temporários é ainda um tópico pouco explorado na literatura urbana, mas tem vindo a crescer nas últimas décadas (Blumner, 2006; Colomb, 2012; Lehtovuori & Ruoppila, 2012; Németh & Langhorst, 2014; Oswalt et al., 2004; Patti & Polyak, 2015; Till & McArdle, 2015). Se a ideia inicial acerca do reuso é a possibilidade de as materialidades construídas no espaço poderem superar a sua obsolescência e retomarem a sua vitalidade, o uso temporário trabalhado nesta recente literatura avança como uma tentativa de adequação do espaço urbano à imprevisibilidade, à transitoriedade e à efemeridade que imperam na contemporaneidade.

Assim como é comum o debate sobre a passagem do tempo e os seus impactos sobre o território, o tema do uso temporário do espaço, no que lhe concerne, também está presente na vida das cidades desde sempre. Todos nós, em algum momento das nossas vidas, experienciamos algum uso temporário do espaço urbano, seja uma visita ao circo em criança, a frequência a uma feira da ladra numa praça pública ou jogar à bola num campo improvisado num terreno vago. Em paralelo a estas vivências pessoais e particulares, há muitas outras estruturas e espaços temporários que deixaram marcas urbanísticas importantes nas cidades. As Exposições Internacionais, por exemplo, desde 1851 criam diferentes dinâmicas urbanas num espaço de tempo limitado, mas que podem ramificar-se e avançar para além do evento. Alguns dos mais famosos pontos turísticos do mundo são frutos de grandes Exposições: a torre *Eiffel* em Paris (1889); o *Atomium* em Bruxelas (1958); ou até um novo bairro como o *Parque das Nações* em Lisboa (1998).

No século XX, as apropriações temporárias passaram também a ser resultado de períodos de crises e incertezas, ao invés de ter a promoção urbana como incentivo. No momento pós-II Guerra Mundial, o parque *Tiergarten* em Berlim (Figura 21) foi utilizado como resposta de emergência para acolher hortas comunitárias e responder à fome que assolava a cidade (Blumner, 2006, p. 5). A década de 1970 foi muito importante para o florescer de uma cultura do uso temporário. Estima-se que, em Londres, cerca de 30.000 pessoas vivessem em ocupações temporárias de prédios

abandonados, no denominado *squatter movement* (Bosetti & Colthorpe, 2018, p. 8). Em Amesterdão, um grupo de jovens ocupou durante dois verões (1971 e 1972) a desativada fábrica de leite *OVVV* como casa de concertos para a cena underground neerlandesa e acabaram por criar o Centro Cultural *Melkweg* (Figura 22) que perdura até hoje (Lényi, 2014).



Figura 21 Pessoas plantando batatas no Tiergarten. Ao fundo, as ruínas do Palácio do Reichstag, Berlim, maio, 1946. Foto: Fred Ramage – Getty Images.



Figura 22 Centro cultural e espaço de eventos Melkweg - Amsterdam nos dias atuais. Foto: Próprio autor, março, 2020.

Se, por um lado, minorias e excluídos economicamente ocupam os espaços abandonados para moradia ou até para produção dos seus alimentos, por outro, culturas marginais e do *underground*, que não encontram lugar na cidade, acabam por reutilizá-los no intuito de se fixarem e desenvolverem, reafirmando, desta maneira, o potencial transgressor destes espaços. Estas relações de carácter emergencial e contrárias à burocracia e ortodoxia do planeamento urbano têm produzido situações muito ricas de reuso temporário de espaços abandonados. Um dos seus principais focos foi a cidade de Berlim no período pós-queda do Muro. Com a unificação da Alemanha na década de 1990, houve uma dicotomia entre a expectativa de uma profunda transformação - tanto da cidade quanto da sociedade, e a má situação económica do país. Projetos por vezes “românticos” de uma nova ordem na sociedade foram confrontados com a ineficiência de funções essenciais do Estado, como o policiamento e a fiscalização, principalmente na antiga parte oriental da cidade, criando um panorama de incertezas e estagnação para o planeamento urbano. Nesse momento, a cidade subitamente descobriu um enorme manancial de terrenos vagos associados à antiga “zona de proteção” do muro (*Schutzstreifen*), ao mesmo tempo que equipamentos industriais, militares e ferroviários no resto da cidade eram abandonados ou se tornavam inativos (Krauzick, 2007; Nutz, 1998).

Segundo Colomb (2012), há muitos fatores que explicam a vacância dos espaços urbanos nas cidades: fraca demanda do mercado imobiliário; o descompasso entre as necessidades e os processos do planeamento; incertezas quanto aos proprietários de terras; ou custos elevados para a reconversão de solos contaminados e antigas estruturas. No entanto, em Berlim, convergem também outros fatores que explicam o porquê de a cidade ter um *stock* de espaços vacantes maior do que outras grandes capitais, como Paris ou Londres.

“In Berlin, some context-specific factors need to be taken into consideration: the former division of the city by the Wall and its surrounding no man’s land, a zona non aedificandi; extensive bomb damage during World War Two; the destruction of unwanted buildings and monuments by successive political regimes; the abandonment of industrial and infrastructural sites caused by the rapid deindustrialization that took place after the unification of Germany; and the slow resolution of conflicts over the restitution of land and property in the 1990s.” (Colomb, 2012)

Apesar da pressão pelo redesenvolvimento da cidade ter gerado, num breve primeiro momento, alguns grandes projetos com altos investimentos internacionais, como a renovação da *Potsdamer Platz* ou a cúpula para o *Reichtag*, logo o panorama de espaços vacantes acentuou-se, muito em função da má situação económica, do alto nível de desemprego e da falta de poder de compra (Oswalt, 2000). Entretanto, nessa pluralidade de tipologias de abandono e vacância, surgiram diversas ideias e experiências urbanas que valorizaram situações e aspetos não considerados pelo planeamento formal. Usos temporários, espontâneos e, por vezes, clandestinos, usaram estes espaços como “playgrounds or workspaces for “creative” entrepreneurs, as milieux that can attract other creative workers and consumers, as a location factor for firms directly or peripherally related to the creative economy, or as tourist attractions” (Colomb, 2012). A partir da década de 1990, espalharam-se pelos espaços vacantes da capital alemã jardins comunitários, mercados informais, *beer gardens*, espaços desportivos, intervenções artísticas, *technos clubs*, etc. (Figura 23) (Cupers & Miessen, 2002). A grande variedade de tipos de usos era reflexo da heterogeneidade dos seus criadores e o seu público, mas em geral, eram oriundos de subculturas urbanas e de movimentos de contracultura (Figura 23).



Figura 23 Centro cultural Tacheles, Berlim, maio, 1995. Construído em 1908 como uma loja de departamentos, foi demolido parcialmente durante a 2ª Guerra e, após a queda do Muro, passou a ser utilizado temporariamente como um centro artístico informal. Foto: Traumrune CC-BY-SA-3.0.

A palavra alemã *Zwischennutzung* foi criada para traduzir e classificar estes novos usos que surgiam e que não se enquadravam em nenhum outro verbete do dicionário. A tradução mais comum seria “uso temporário/*temporary use*” (Colomb, 2012; Lehtovuori & Ruoppila, 2012; Oswalt, Overmeyer, & Misselwitz, 2013). Numa definição pragmática, o termo significa o uso temporário de um espaço enquanto este estiver vago ou inativo; são atividades pontuais, espontâneas e informais que não correspondem ao uso original ou ao anterior (Bürgin & Cabane, 1999, p. 9). Segundo Haydn & Temel (2006), usos temporários podem ser definidos como usos que são “planned from the outset to be impermanent” e “seek to derive unique qualities from the idea of temporality” (p. 17). Nestas definições, nota-se a contraposição do temporário (fluido, informal e espontâneo) *versus* permanente (rígido, tradicional e formal).

No entanto, o termo alemão é ainda mais rico e complexo, e a sua tradução pode fazer o seu real significado perder sentido (Dubeaux & Cunningham Sabot, 2018, p. 9). Ao analisar a origem e formação da palavra, é possível perceber que *Zwischen* é o termo para “entre/*between*” enquanto *Nutzung* significa “uso/*use*”, ou seja, a tradução “entre-*uso/in-between use*” (Louekari, 2006) também é adequada já que este uso ocorre numa lacuna da sequência de usos formais e planeados. Todavia, a utilização de alguns outros termos pode ampliar o entendimento do tema e aproximar-se (ou até transcender) a palavra original alemã.

Na literatura britânica, o termo “*meanwhile*” é constantemente utilizado para descrever, tanto o uso quanto o espaço onde isso ocorre – *meanwhile uses / meanwhile spaces* (Bosetti & Colthorpe, 2018). A discussão sobre esta definição iniciou-se com a publicação do documento “Looking After Own Town Centres” (British Government, 2009a) produzido pelo Departamento de Inovação do governo britânico, que promoveu o aproveitamento e exploração dos espaços vacantes de Londres através de usos temporários.

Assim como o termo “*meanwhile*” britânico, outros autores propõem novas terminologias que tentam espacializar o temporário e focar não apenas na ideia do uso: Carr & Dionisio (2017) se referem a “*flexible spaces*”, Schaller & Guinand (2018) utilizam o termo “*pop-up landscapes*”, enquanto Groth & Corijn (2005) avançam para “*indeterminate spaces*”. Ainda sob esta ótica, Till (2011) propõe algo que tenciona uma leitura em simultâneo do espaço e do tempo formando uma só entidade. A terminologia “*interim spaces*” criada pela autora, afasta-se de uma compreensão temporal capaz de ser medida entre antes e depois. Segundo Till:

“Interim suggests a fluidity of temporality, rather than an understanding of time measured and designated as insignificant or as located between the ‘real’ times of before development and after development” (Till, 2011, p. 106).

Nestes espaços estão presentes “the dynamic and open-ended sense of in-betweenness, interventions, and unexpected possibilities” (idem 2011, p. 106) onde emergem novas temporalidades que podem e devem ser aproveitadas; características espaciais e temporais que podem servir de atração e não de repulsa.

Mudar o foco do “uso” para os “lugares onde estes usos acontecem” é também uma maneira de se distanciar de conceitos negativos frequentemente associados ao “uso temporário”. Em geral, este tipo de uso está na literatura urbana como parte de uma solução para o “problema” da vacância, portanto está associado à crise e ao vazio, enquanto termos positivos, como “reconversão” ou “desenvolvimento”, estão associados a “permanência”. Estas dicotomias - tempo vs. espaço, ocupado vs. vazio, temporário vs. permanente é prejudicial ao desenvolvimento do imaginário da cidade e acaba por criar associações inadequadas (Till & McArdle, 2015).

Novamente recorrendo à etimologia da palavra original (*Zwischennutzung*), “zwischen” também pode ter outros significados de acordo com seu posicionamento perante outras palavras de uma frase ou ao verbo que será usado em conjunto; em certos casos, pode até significar um movimento de um lugar a outro; *nutzung*, por sua vez, pode significar exploração e aproveitamento. Sendo assim, o termo alemão é ainda mais complexo do que qualquer outra definição, mas a ideia do *interim* presente no trabalho de Till (2011) é uma das mais completas traduções e serviu como base para uma outra terminologia que será utilizada nessa tese. *Interim reuse* (Costa, Brito-Henriques, & Cavaco, 2021) ou sua tradução “reuso intermédio”, utiliza o conceito do *interim* para se relacionar com a temporalidade do espaço e com as dinâmicas apontadas por Till, bem como *reuse* pressupõe o reaproveitamento de uma estrutura existente, numa ação concreta sobre o seu espaço. Sob esta ótica, o **“interim reuse’ describes the use of abandoned spaces during the period between prior discontinued use and future use, by activities that may be both temporary/intermittent and permanent/constant, but are not definitive”** (Costa et al., 2021, p. 2)

Na tradução do termo para a língua portuguesa, o conceito ganha ainda mais complexidade, já que a opção pelo “intermédio” ao invés do “interino” (tradução alternativa do termo “interim”) pode também significar “intervenção”, “mediação” ou “transição”. O termo “reuso intermédio” adota, portanto, uma postura pró-ativa, pois

tanto o “reuso” quanto o “intermédio” possuem significados mais relacionados com a ação do que uma passiva contemplação do espaço (tabela 1). Uma perspetiva funcional é adicionada ao conceito de Till – *interim spaces* – reunindo dimensões sentimentais provenientes das dinâmicas espaciais do lugar e a tomada de decisão sobre possíveis usos e apropriações temporárias.

	TEMPO	ESPAÇO	AÇÃO
TEMPORARY USE	TEMPORARY		USE
IN-BETWEEN USE	IN-BETWEEN		USE
MEANWHILE USE	MEANWHILE		USE
MEANWHILE SPACES	MEANWHILE	SPACES	
FLEXIBLE SPACES		FLEXIBLE SPACES	
POP-UP LANDSCAPES	POP-UP	LANDSCAPES	
INDETERMINATE SPACES		INDETER. SPACES	
INTERIM SPACES	INTERIM	SPACES	
INTERIM USE	INTERIM		USE
INTERIM REUSE	INTERIM	RE	USE

Tabela 1 Análise das terminologias utilizadas pelas principais referências do tema. Fonte: Elaboração próprio autor.

Experiências piloto e estratégias

A crise pandémica de covid-19 mostrou-nos a urgência de políticas urbanas que contemplem o reuso intermédio das edificações e espaços urbanos vagos das cidades. Concertos musicais em formatos *drive-in* utilizando parques de estacionamento, expansão de espaços comerciais aos passeios, aumento da área de esplanadas de bares e restaurantes, *parklets* em vagas de estacionamento, residências artísticas em armazéns de mercados municipais, etc., foram algumas das respostas para manter setores de atividades em funcionamento e diminuir o impacto económico das medidas de confinamento e distanciamento anunciadas pelas autoridades (Costa, 2020). São propostas e experiências com durações de tempo definidas que reconhecem e aproveitam o momento crítico. Apesar de terem um “prazo de validade”, essas atividades respondem a necessidades emergentes que podem não estar

necessariamente ligadas à crise, mas podem decorrer de um conjunto de fragilidades ou ineficiências de fundo que podem contribuir para alertar para a indispensabilidade de encontrar modelos e formas de intervenção urbana alternativos aos que já temos por adquirido.

A maneira que o mundo respondeu a covid-19 esteve relacionada às lições do passado. No caso das soluções intermédias, podemos concluir que as grandes crises do final do século XX (desindustrialização e crise do petróleo) e as do princípio do milénio (crise *dot.com*, recessão financeira global, *sub-prime* americano) criaram ferramentas para possíveis respostas. A partir do chamado “urbanismo da austeridade” (Peck, 2012; Tonkiss, 2013) que surgiu no bojo destes oscilantes momentos económicos, táticas pontuais, intermédias e de baixos investimentos financeiros se contrapuseram aos grandes projetos de regeneração de grandes áreas urbanas (Haydn & Temel, 2006; Lydon & Garcia, 2015), que passaram a ser cada vez mais raros nas cidades. Como refere Overmeyer (2007, p. 104):

“Whilst local authorities and site-owners complain about the lack of development incentives for commercially unviable sites, curious urbanites have long since discovered such marginal spaces as their personal playground. City beaches on industrial canals, raves in disused harbours, ponies on properties in disputed ownership or temporary sporting events on a city ring road – it is precisely, undefined space, space whose purpose is up for interpretation that catches the eye of a new species of urban player, for whom urban space, untamed territory at best, is something to be discovered, squatted, conquered ... or at least tried on for size.”

Nos últimos 30 anos, foram muitas as experiências de reuso intermédio que acabaram por provar que podem constituir modos inovadores de reinventar o espaço público e reativar a vida social (Bishop & Williams, 2012; Haydn & Temel, 2006), encorajar a participação da população e desenvolver o setor das artes e cultura (Shaw, 2005; Till, 2011), reduzir a criminalidade e o vandalismo (Kondo, Hohl, Han, & Branas, 2016), promover a inclusão de refugiados e outras minorias (Madanipour, 2017b), criar novas atmosferas em espaços negligenciados (Ebbensgaard, 2017; Gandy, 2013), e melhorar a qualidade de vida das comunidades através, por exemplo, da agricultura urbana (Pothukuchi, 2017, 2018). No entanto, o reuso intermédio também pode gerar

processos de *hipsterfication* que levam à gentrificação (Andres, 2013; Colomb, 2012; Maantay & Maroko, 2018) ou, em algumas situações, servir como instrumento da especulação imobiliária ao atrair o interesse de investidores para lugares que esperam por projetos de requalificação. Quando bem-sucedidos, os projetos intermédios inevitavelmente adicionam valor à renda e atraem novos investidores e diferentes grupos de cidadãos, em muitos casos relacionados à “classe criativa” (Figura 24) (Florida, 2002; Peck, 2005), o que pode resultar numa troca muito abrupta das características do sítio e seus moradores e na gentrificação. Mais além, o sucesso da experiência pode privilegiar os seus atuais ocupantes transformando-os em utilizadores a longo prazo em detrimento de novos usuários temporários.



Figura 24 LX Factory - Lisboa. O espaço voltado principalmente para o turismo, as artes e o lazer, nasceu em 2005 diante da inércia dos projetos de regeneração previstos para toda a área de Alcântara. A partir do reuso intermédio de antigas instalações industriais que remetem ao séc. XIX, a LXF tornou-se o local mais “hipster” de Lisboa (Le Mans, 2022) atraindo novos investidores e novos grupos de pessoas. Em 2021 teve parte de suas estruturas demolidas para a futura implementação de um novo projeto imobiliário. Foto: Website LXFactory <https://lxfactory.com/en/the-dorm-2-2/> acesso em 01/02/2023

Segundo Lehtovuori & Ruoppila (2012) e Bishop & Williams (2012), a tendência crescente de práticas de reuso intermédio que se espalham pelo mundo podem ser justificadas por diversas razões, entre elas:

- i. As **crises financeiras**, que colocaram em xeque a ideia de um crescimento perpétuo;
- ii. A **reestruturação** industrial, logística e comercial, que continuam a deixar para trás grandes áreas vacantes (terrenos e edificações);
- iii. A **flexibilização** do trabalho (teletrabalho, hibridizações, etc.), que requer menos espaço, aumentando a vacância de salas e escritórios comerciais;
- iv. A busca pela **multiutilização** de diferentes tipos de propriedade a fim de obter maior eficiência e reduzir custos;
- v. A **demand**a de espaços pelos ativistas e pela **contracultura** em geral continua a existir;
- vi. A atenção para os “ambientes criativos” ou “lugares de criação mais livres” para as **indústrias criativas**;
- vii. As **novas tecnologias** que permitem difundir diferentes ideias e conceitos entre comunidades diversas com grande velocidade e penetração.

Diante deste cenário de ascensão de formas intermédias de apropriação do espaço, tanto a academia quanto diversos setores da administração pública têm-se debruçado sobre o tema e produzido, nas últimas décadas, um interessante material de pesquisa. Desde o início do milénio, a União Europeia tem fomentado e financiado pesquisas e projetos cujos objetivos, inicialmente, passavam por um maior entendimento do “problema” dos *brownfields* no território urbano e possíveis práticas de regeneração, como o *FP5 URBS PANDENS - Urban Sprawl: European Patterns, Environmental Degradation and Sustainability* (2002-2005), o *FP5 CABERNET - Concerted action on Brownfield and Economic Regeneration network* (2002-2005), o *FP5 RESCUE - Regeneration of European Sites in Cities and Urban Environments* (2002-2005), ou o *REVIT - Revitalizing industrial sites* (2004-2007)(Jégou, Bonneau, Tytgadt, Tabaku, & Descheemaeker, 2016, p. 22). No entanto, o tema do uso temporário veio à tona no projeto liderado pela Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin) intitulado *Urban Catalyst: Strategies for Temporary Uses – Potential for Development of Urban Residual Areas in European Metropolises* (2001-2003), que foi financiado pela Comissão Europeia através da *Key Action 4 “City of Tomorrow and Cultural Heritage”* do V Programa Quadro.

O projeto *Urban Catalyst* foi pioneiro e tornou-se numa das principais referências internacionais sobre o tema do reuso temporário. A ideia surgiu do estudo “*Berlin Stadt ohne Form: Strategien einer anderen Architektur*” (2000) realizado por Phillip Oswalt com a colaboração de Anthony Fontenot. O estudo examinava o “urbanismo automático” de Berlim, colocando o uso temporário como um tema

central do debate. Assim, o Urban Catalyst nasce deste prévio estudo e avança para além de sua cidade sede, criando uma rede com outras 4 cidades europeias – Helsínquia, Amsterdão, Viena e Nápoles, de que universidades, instituições, autarquias, e grupos independentes fizeram parte enquanto parceiros.

O primeiro passo do projeto foi reconhecer a situação “esquizofrénica” do planeamento urbano contemporâneo: de um lado um excesso de planos e projetos de regeneração não implementados e, de outro lado, uma grande porção de espaços negligenciados que podiam servir como terreno fértil para múltiplos usos temporários (Oswalt et al., 2013, p. 7). Sendo assim, o foco não foi mais no espaço em si (*brownfields* ou outro tipo de espaço obsoleto) e passou para os usos intermédios já existentes nas cinco cidades. Ao invés do permanente e do visível, o Urban Catalyst colocou em primeiro plano o efémero e obscuro, ficando claro que, embora ignorado pelas administrações públicas, os usos temporários têm efeitos económicos e sociais positivos.

Foram duas as hipóteses base do projeto: (i) usos temporários espontâneos podem desenvolver efeitos positivos a longo prazo; e (ii) usos temporários podem ser incorporados com sucesso no planeamento e administração das cidades (Oswalt et al., 2004). Para isso, foram inventariadas diversas atividades intermédias onde se identificaram seis estratégias principais de ação (Oswalt et al., 2013, p. 223):

- i. **Enable** (habilitar, permitir, ativar): facilita-se o acesso ao espaço abandonado e as possibilidades de uso são apontadas e divulgadas. Cria-se uma melhor comunicação entre proprietários e potenciais usuários, sendo comum o surgimento de uma “placement agency” que atua como intermediária entre proprietários e usuários. Além da mediação direta, também cuida de questões jurídicas como responsabilidade, elaboração do contrato e obtenção de uma licença. Em suma, esta estratégia, com a ajuda e apoio de um mediador, visa facilitar a criação de usos temporários através da remoção de obstáculos iniciais e da diminuição das dificuldades do processo;
- ii. **Initiate** (iniciar, desencadear): planeadores, associações ou empresas privadas do ramo imobiliário desenvolvem estratégias de curto a médio-prazo para áreas abandonadas que, devido ao seu tamanho ou complexidade, são de difícil regeneração. É negociado com os proprietários e com as autoridades locais um plano para criar atividades

imediatas e, por consequência, maior dinamismo à área. Esta estratégia tem um carácter experimental e a decisão sobre o futuro do uso temporário é inicialmente incerta, dependendo do tipo de uso, seus resultados ou das redes que forem criadas (Figura 25);

- iii. **Claim** (reivindicar): grupos marginalizados e ativistas sociais/políticos lutam por espaços onde possam se estabelecer e desenvolver as suas atividades, no entanto, os seus esforços geralmente entram em conflito com os objetivos dos proprietários e das autoridades de planeamento urbano. Assim, a intenção é a criação de novos espaços públicos que promovam novos usos culturais e sociais e sejam protegidos de um desenvolvimento comercial que marginaliza ou exclui estes grupos de pessoas. É um meio de reivindicação e resistência que utiliza a sua visibilidade para estimular o debate público em torno de temas e pautas de justiça social (Figura 26);
- iv. **Coach** (instruir, treinar): o objetivo é fortalecer atividades auto-organizadas assim como seus utilizadores e agentes através de redes (ou plataformas) que ofereçam suporte e treinamento. Este suporte pode ser realizado por: agentes privados externos que apreciam a ideia do temporário, como arquitetos ou artistas que possam dedicar uma parte do seu tempo à criação de estruturas ou gerenciar atividades; por atores públicos que buscam eliminar os défices urbanos e sociais, como a falta de moradia, a falta de espaços de lazer, etc.; ou pelos próprios ativistas que já passaram por outras experiências temporárias e que possam partilhar suas experiências e auxiliar na resolução de problemas;
- v. **Formalize** (formalizar): Os usos temporários com alta aceitação da população ou modelos de negócios prósperos e lucrativos, tendem a passar de temporários (*short-term leases*) para permanentes (*long-term leases*). Esse desejo de utilizar o seu potencial a longo prazo faz com que o seu perfil mude; soluções por vezes improvisadas e informais dão lugar a estruturas duradouras, arrendamentos e permissões ilimitadas, estruturas jurídicas consolidadas e gestão profissionalizada. No entanto, o sucesso destes espaços e destes usos pode estar ligado às vantagens da informalidade e, ao se formalizarem, correm riscos de perderem

utilizadores ou suas características (flexibilidade, transgressão, experimentação, etc.) (Figura 27);

- vi. **Exploit** (explorar, aproveitar, beneficiar): Os proprietários iniciam usos temporários a fim de obter maior visibilidade para as suas propriedades e criar ambientes que atraiam as pessoas, ou seja, através dos usos temporários procuram adicionar valor aos seus negócios. Com intervenções direcionadas, selecionando os utilizadores e definindo condições contratuais, os proprietários podem promover um uso temporário de acordo com os seus planos futuros para a área. Esta complementaridade entre usos temporários imediatos e usos futuros permanentes podem promover uma mistura vital de usos e a diversidade nos bairros.



*Figura 25 "INITIATE" – Crianças brincam e aprendem sobre as regras de trânsito no estacionamento da antiga estação de carga da Deutsche Bahn - Basileia (2005). Antes de surgir o novo bairro planeado para a imensa área abandonada (18ha), o proprietário e grupos da sociedade civil criaram o NT*Areal, com mais de 20 atividades intermédias que acabaram por ajudar a promover e viabilizar o projeto final. Foto: Matthias Burgin, Website desipedia.ch - acesso em 01/02/2023.*



Figura 26 “CLAIM” – Conferência “Group Dynamics” realizada em 2004 na sala de cinema “Lika”, Zagreb, abandonada há anos. O projeto Invisible Zagreb (2003 a 2005) mapeou os edifícios vagos da cidade e promoveu uma série de eventos para debater as necessidades do setor artístico independente. Foto: Plataforma 9,81, Website Artefact: <http://artefact.mi2.hr/> – acesso em 01/02/2023.



Figura 27 “FORMALIZE” – Tempodrom, Berlim em 1981. O espaço para concertos e apresentações teatrais voltados para as artes alternativas e marginais foi criado por um grupo de ativistas liderados por Irene Moessinger que comprou uma tenda de circo e montou-a na Potsdamer Platz à sombra do Muro. Após a sua consolidação na cena underground passou a receber subsídios públicos que levaram à sua formalização e à construção de um edifício permanente inaugurado em 2001. Os altos custos da obra e da sua implementação levaram-no a falência após dois anos da sua reinauguração. Atualmente, o edifício funciona como uma sala de concertos privada e sem relação alguma com os antigos criadores. Foto: Peter Homann - Imago, Website Spiegel Geschichte- <https://www.spiegel.de/geschichte/> - acesso em 01/03/2023.

O estudo do Urban Catalyst propôs e promoveu uma transição da visão negativa do espaço abandonado para uma visão positiva enquanto espaço de possibilidades múltiplas. Tradicionalmente, o planeamento urbano começa pela formulação de um resultado final (como será o espaço) e só depois se pensa como alcançar esse resultado; para o uso temporário, o processo se inverte, já que se propõe uma dinâmica sem definir um estado final ideal. Nesta abordagem, o planeamento não busca ditar o desenvolvimento completo e final de uma área, mas restringe-se a uma intervenção estratégica limitada no tempo — uma inflexão no tempo linear produtivo, onde é possível refletir, instigar, acelerar ou facilitar a transição entre usos e estados: “Development is largely left to pursue its own trajectory” (Oswalt et al., 2013, p. 217).

Este estudo pioneiro serviu também como base teórica e referência principal para muitos outros projetos financiados pela União Europeia que partilham do mesmo ponto de vista sobre a obsolescência dos espaços urbanos enquanto possibilidades e sobre o reuso intermédio como ferramenta de desenvolvimento e de regeneração urbana. O projeto SEEDS – *Stimulating Enterprising Environments for Development and Sustainability* (2012-2015) foi um desses outros casos que utilizaram a experiência e beneficiaram das conclusões do Urban Catalyst. Assim como a pesquisa liderada pela TU-Berlin, o SEEDS foi um projeto que envolveu diferentes países, instituições e agentes sociais. Liderado pelo consórcio South Yorkshire Forest Partnership do município de Sheffield (Reino Unido) e em parceria com a Universidade de Sheffield, o projeto contava ainda com instituições públicas ou privadas de fomento ao desenvolvimento sustentável de outros cinco países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca; Países Baixos e Suécia.

Financiado pela EU através do programa INTERREG IV B Mar do Norte, o SEEDS assumiu como premissa uma visão positiva do espaço abandonado e focou-se na possibilidade de transição do entendimento do uso temporário: de medidas autónomas e paliativas para medidas transitórias que possam ter um papel importante no futuro desenvolvimento das cidades. O projeto ainda destacou a necessidade de reconhecer o uso temporário como um catalisador inovador e dinâmico para a transformação física, social e económica da cidade nas mais diversas temporalidades (curto, médio e longo-prazo):

“Municipalities and planners must develop a mind-set that actively supports temporary use as a resilient and valuable planning tool. It is more about the recognition than about the laws. Despite an emerging interest a majority of temporary

projects still come to life as exceptions outside the usual process of urban renewal” (Parrat-Halbert, 2015, p. 27)

Para partilhar e testar as suas ideias, a investigação não se manteve apenas no âmbito da produção teórica e avançou para a prática através de onze projetos-piloto que contaram com apoios de autoridades locais, proprietários dos espaços e comunidades locais dos países abrangidos pelo SEEDS: Dinamarca (03); Reino Unido (02), Países Baixos (02), Suécia (02), Alemanha (01), e Bélgica (01). Um dos projetos foi o *LOD 67* em Copenhaga, onde a Universidade de Copenhaga utilizou um armazém abandonado na cidade para que alunos criassem instalações temporárias e transformassem certas zonas em espaços públicos e interativos. Esta possibilidade de reuso intermédio de um espaço que não estava mais acessível às pessoas colaborou para à sua reativação “devolvendo” o local para a população enquanto o seu proprietário se decidia sobre possíveis futuros (Figura 28).



Figura 28 Projeto LOD67, Copenhaga, 2013. Foto: Bettina Lamm. Website Metropolis: www.metropolis.dk acesso em 05/01/2023.

A partir das experiências dos projetos pilotos, o SEEDS produziu o documento *The Charter for Re-Use* (Parrat-Halbert, 2015, p. 35), apontando dez princípios conclusivos da investigação que se traduziram em tarefas e perspetivas intermédias a serem realizadas e promovidas em espaços vagos:

- i. **Reactivate** (reativar): espaços inativos veem reforçado o seu processo de declínio, portanto, não devem permanecer desocupados, mas, sim, reativados por usos temporários sempre que possível;
- ii. **Enhance** (melhorar): a melhor maneira de manter fisicamente um edifício é dando-lhe um uso. Usos temporários podem proteger, rejuvenescer e adicionar valores sociais e culturais ao espaço;
- iii. **Experiment** (experimentar): intervenções temporárias são uma maneira efetiva de fazer com que o espaço responda a necessidades imediatas, assim como pode fomentar experimentos artísticos e novas e criativas experiências públicas;
- iv. **Create** (criar, agregar): os projetos temporários podem agir como ações de transformação de realidades e fomentar sentimentos de pertença à comunidade local, ao envolver e unir pessoas, instituições e negócios;
- v. **Learn** (aprender, conhecer): atividades temporárias podem aproveitar recursos locais e promover novas habilidades e capacidades na comunidade;
- vi. **Ripen** (amadurecer): conciliar abordagens intermédias com os procedimentos do planeamento urbano convencional permite um lento amadurecimento dos lugares através de iniciativas de natureza *site-specific*. Com isso, promove-se um ambiente mais resiliente;
- vii. **Value** (valorizar): as atividades temporárias podem trazer valor aos espaços, seja financeiro, cultural, estético, ambiental ou social;
- viii. **Support** (apoio, suporte): agentes de decisão (proprietários e autoridades públicas, como os governos locais) devem encorajar e adotar ações de apoio ao uso temporário, já que podem criar melhores e mais interessantes ambientes;
- ix. **Enable** (permitir, habilitar, ativar): políticas e procedimentos públicos devem reduzir suas burocracias e custos a fim de permitir o uso temporário e, com isso, desencorajar a vacância;
- x. **Recognise** (reconhecer): usos de curto-prazo devem ser reconhecidos como uma valiosa parte de planos de longo-prazo, não como uma ameaça.

Tanto no caso do Urban Catalyst como no do SEEDS, foi realçada a importância da existência de uma agência mediadora para a implementação de usos temporários. Em Bremen, o *ZwischenZeitZentrale* (ZZZ) é uma agência independente de mediação e promoção de usos temporários e, ao mesmo tempo, fornece apoio ao planeamento

urbano de longo prazo da cidade. Em funcionamento desde 2006, os seus resultados e métodos fazem parte das boas práticas que foram utilizadas para a criação de estratégias para as outras duas cidades. Entretanto, não se tratou de replicar exatamente a experiência alemã, mas sim de utilizá-la como base e adaptá-la aos contextos, adotando o método “transferring by planning” (Elisei, 2015, p. 9).

Assim como o SEEDS, também outro projeto financiado pela EU aproveitou os resultados e procedimentos do Urban Catalyst e desenvolveu uma pesquisa onde o foco foi o *coach*, ou seja, treinar e ensinar administrações locais sobre o potencial do uso temporário. O TUTUR – *Temporary Use as a Tool for Urban Regeneration* (2013-2015) foi um projeto financiado através do programa URBACT e teve como objetivo desenvolver um instrumento ou um conjunto de orientações que permitisse e apoiasse usos temporários em propriedades subutilizadas ou abandonadas, a partir de novos modelos de experimentação. O projeto visou a aplicação de práticas ensaiadas na cidade de Bremen (Alemanha) nas cidades de Roma (Itália) e Alba Iulia (Roménia).

Mais do que um projeto, esta rede de cidades criou para cada uma delas um *Local Support Group* (LSG) com representantes de diversos setores da sociedade, incluindo autoridades municipais, proprietários e possíveis utilizadores que produziram *Local Action Plans* (LAP), ou seja, juntos escolheram os espaços de intervenção e juntos definiram seus usos e estratégias temporárias. Foram criadas, por exemplo, ferramentas para auxílio, análise e suporte do uso temporário, como a plataforma virtual *City-Hound* (<http://www.tspoon.org/cityhound>) que mapeou muitos dos espaços vacantes de Roma e tornou-se uma rede de conexão entre os proprietários e aqueles que querem utilizar o espaço temporariamente. Na Roménia, o Palácio Principesco de Alba Iulia⁴ foi um dos locais escolhidos como projeto piloto; a edificação, propriedade do município, estava vacante à espera de fundos para um projeto de revitalização já existente, tendo passado a ser utilizada pela companhia teatral *Skepsis* para a realização de espetáculos, trazendo pessoas e dando um uso cultural e coletivo ao palácio.

Três lições principais, envolvendo igual número de dimensões de análise, resultaram da implementação deste projeto (Elisei, 2015, pp. 48–51):

- i. Uso temporário como ferramenta de planeamento: o empoderamento de iniciativas locais e *bottom-up* pode ser uma parte vital do processo de planeamento da cidade. A participação popular estimulada pelos LSG

⁴ “Palatul Principilor din Alba Iulia” – tradução livre

fomenta sentimentos de pertença das populações e facilita o sucesso de qualquer projeto ou plano. Os usos temporários são um forte componente tático para o surgimento de ideias e para testá-las em pequena escala;

- ii. Políticas locais e metodologia de planeamento: a criação de uma agência de uso temporário facilita a comunicação e interface com todos os envolvidos e, principalmente, constrói um contexto necessário para os planos futuros;
- iii. Novos modelos de profissionais na Administração pública: o diálogo, a transparência e a participação foram elementos essenciais para os processos liderados pelo TUTUR. Os planeadores urbanos não devem tomar decisões de maneira solitária, isolados nos departamentos técnicos municipais; é necessário transformá-los em planeadores-moderadores.

Outros dois projetos financiados pela EU através do programa URBACT tiveram muita relevância no debate sobre o uso temporário enquanto ferramenta para o desenvolvimento urbano, apesar de substancialmente diferentes entre si.

O projeto 2nd CHANCE: *waking up the “sleeping giants”* (2016-2018) construiu uma rede de planeamento em onze cidades: Nápoles (Itália), Bruxelas (Bélgica), Caen (França), Chemnitz (Alemanha), Dubrovnik (Croácia), Gijón (Espanha), Liverpool (Reino Unido), Lublin (Polónia), Maribor (Eslovénia), Porto (Portugal) e Genova (Itália). O intuito era, através do reuso intermédio, “acordar” edifícios e terrenos vacantes de grandes dimensões que já contavam com complexos projetos de regeneração, mas que foram interrompidos ou estavam em modo de espera. Esta abordagem focou-se em espaços entre 1 000 até 46 000 m², de grande impacto na morfologia e na história das cidades. Por serem demasiado grandes, tornam-se muito difíceis para apenas os proprietários dos imóveis serem os agentes de transformação. São precisos esforços coletivos e conectados com o planeamento urbano da cidade, principalmente em períodos de crises.

Apesar de se basear numa visão conservadora e “clássica” da obsolescência enquanto “vazio urbano” apresentando a ideia de reativar o espaço para remediar os “impactos negativos” da vacância – imagem negativa, diminuição do valor financeiro das propriedades, etc. (Nils Scheffler, 2018, p. 14), o projeto teve aspetos interessantes que merecem uma reflexão. Cada cidade foi representada por um caso de estudo específico – uma grande área vacante para ser reativada por via de usos temporários para, assim, repensar o seu futuro. Na cidade de Lublin – Polónia, a ideia foi

inicialmente chamar a atenção ao património abandonado que por vezes parece desaparecer da vida urbana. Através de *videomapping*, foi realizada por alguns dias de uma apresentação de luzes sobre uma antiga fábrica de cerveja desativada desde 1978 (Figura 29). Após este processo, a comunidade foi convidada a participar e transformar temporariamente o espaço num centro comunitário para eventos culturais e educacionais temporários. O sucesso da experiência de reuso intermédio fez com que fosse criado um plano de longo prazo para a sua conversão permanente num complexo que inclui centro cultural, hotel, *office spaces* e contará ainda com uma parte das suas estruturas reativadas para uma nova cervejaria.



Figura 29 Fachada da fábrica de cerveja iluminada através de videomapping, Lublin, 2017. Foto: Facebook do projeto: facebook.com/URBACT2ndChance/photos – acesso em 05/08/2022

O 2nd CHANCE ainda produziu alguns documentos de orientação para atividades de reativação, onde é possível perceber a preocupação com as especificidades do lugar (características físicas atuais e sua história), assim como a necessidade de trazer as pessoas para os espaços que foram abandonados e engajá-las no seu processo de reativação. Muitas das cidades envolvidas no projeto estão a perder habitantes e “acordar os gigantes” pode significar um freio a este processo de encolhimento.

O projeto REFILL - *REuse of vacant spaces as driving Force for Innovation on Local Level* (2015-2018), por sua vez, reconhece algumas das experiências anteriores como o Urban Catalyst ou o SEEDS e utiliza parte de suas conclusões, como a tipologia de estratégias criada pelo projeto alemão. Original e a merecer ser salientada é a utilização da expressão “espaços e edificações negligenciadas” em oposição ao “vazio urbano” do projeto 2nd CHANCE ou “espaços abandonados” utilizado por tantos outros autores e projetos. Com esta terminologia, o REFILL afirma que este tipo de espaços não deve ser visto como um problema ou uma anomalia, mas como um ativo, um recurso, ou um património (Jégou & Bonneau, 2018, p. 12).

Assim como ocorreu no TUTUR, o projeto utilizou a bem-sucedida experiência de uma cidade para partilhar informações e “exportar” procedimentos para outras. A cidade de Gent, na Bélgica, foi quem liderou o processo e auxiliou a promover o reuso intermédio em outras nove: Nantes (França), Atenas (Grécia), Cluj-Napoca (Roménia), Ostrava (República Checa), Poznán (Polónia), Riga (Lituânia), Helsínquia (Finlândia), Bremen (Alemanha) e Amersfoort (Países Baixos). Gent tem experimentado os usos temporários em *brownfields* e espaços vacantes há mais de uma década, sendo o “subsídio para usos temporários”⁵, criado pela administração da cidade em 2014, uma importante ferramenta de fomento para o reuso intermédio destes espaços. Este apoio distribui anualmente 300 000 EUR para iniciativas que proponham novos usos para os espaços vacantes e que contribuam para resgatar a vitalidade da área, podendo elas serem integradas também a projetos de regeneração urbana, ou seja, usos podem ocorrer durante o período de obras e de implementação do grande projeto.

Este *know-how* de Gent foi utilizado para apoiar os outros projetos de reuso intermédio nas demais cidades parceiras. Do movimento *Occupy Me* de Riga onde uma campanha de autocolantes levou a um complexo mapa online colaborativo dos espaços vacantes da cidade, ao Cinema Royal em Ostrava (Figura 30) que promoveu a apresentação de filmes em fábricas abandonadas; da Pop-up Store de reparação de bicicletas numa biblioteca pública desocupada em Amersfoort à maior residência artística da Roménia (*Fabrica de Pensule*) criada em uma antiga fábrica de pincéis; todos receberam o suporte e incentivo da equipa do REFILL e tiveram os seus resultados analisados e refletidos em seis lições (Jégou & Bonneau, 2018, pp. 7–9):

⁵ “Subsidie tijdelijke invulling” – tradução livre.

- i. **Legal Framework:** o uso temporário deve ser reconhecido pelas autoridades municipais e incluído nas regulações e legislações;
- ii. **Brokering:** o uso temporário requer uma mediação entre as partes envolvidas;
- iii. **Support:** para o melhor aproveitamento do seu potencial, as iniciativas temporárias precisam de suporte e apoio da Administração e da população;
- iv. **Temporary Use Becomes Normal:** o uso temporário deve ser encarado com normalidade e os espaços vacantes não devem mais ser considerados anomalias. O uso temporário deve tornar-se uma ferramenta para “fazer cidade”;
- v. **Transitional Or Transformative Temporary Use:** as iniciativas temporárias devem deixar no espaço urbano ecos ou reverberações catalisadoras de mudanças mais estruturais e duradouras;
- vi. **Urban Labs And Strategic Temporary Use:** o uso temporário é uma ferramenta *bottom-up* do planeamento urbano e um laboratório de experimentação para a cidade do futuro.



*Figura 30 Apresentação do "secret cinema" numa fábrica abandonada de Ostrava - Rep. Checa, 2017.
Foto: arquivo projeto REFILL (Jégou & Bonneau, 2018)*

Muitas das lições aprendidas no REFILL são também vistas no 2nd CHANCE, no TUTUR, no SEEDS ou no URBAN CATALYST. Apesar de algumas diferenças conceptuais e de metodologia, é comum a este conjunto de projetos reconhecer-se o espaço vacante como uma oportunidade para refletir sobre a cidade e buscar novas formas de convívio, minimizando problemas sociais e diminuindo certas demandas, principalmente, de grupos minoritários. Em suma, há três grandes diretrizes apontadas:

- i. **Disponibilizar os espaços para as pessoas:** torná-lo visível e acessível a quem gostaria de reutilizá-lo; quebrar barreiras e entraves à sua imediata utilização. Os usos e ideias que surgem podem significar muito mais que simplesmente aproveitar o espaço em um intervalo de tempo, mas pode mostrar caminhos para usos mais permanentes e planos de longo prazo;
- ii. **Criação de uma agência ou um agente mediador,** não apenas para regularizar situações fundiárias e propor enquadramentos legais ao uso temporário, mas para fomentar o uso através de mapeamento dos espaços vacantes, busca dos proprietários, conexão entre todas as partes envolvidas (proprietário, autoridades e possíveis utilizadores) e, em certos casos, propor possíveis usos para os espaços;
- iii. **Apoio e suporte das autoridades locais:** é fundamental que a municipalidade trabalhe em conjunto em prol do reuso intermédio, facilitando e flexibilizando licenças de funcionamento e reduzindo as burocracias; este apoio pode ser criado a partir de experiências de outras cidades, numa partilha de conhecimento através da criação de redes de cidades.

Em Portugal, o projeto NoVOID – *Ruínas e Terrenos Vagos nas Cidades Portuguesas: explorando a vida obscura dos espaços urbanos abandonados e propostas de planeamento alternativo para a cidade perfurada* (2016-2019), também tratou do tema da obsolescência urbana e dos usos intermédios, promovendo um debate científico interdisciplinar a seu respeito. O projeto, financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia, foi uma parceria entre a Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho e contou com a participação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-ULisboa), Faculdade de Arquitetura (FA-ULisboa), Instituto Superior de Agronomia (ISA-ULisboa) e da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EA-UMinho), assim como de vários *stakeholders*, setores empresariais e sociedade civil.

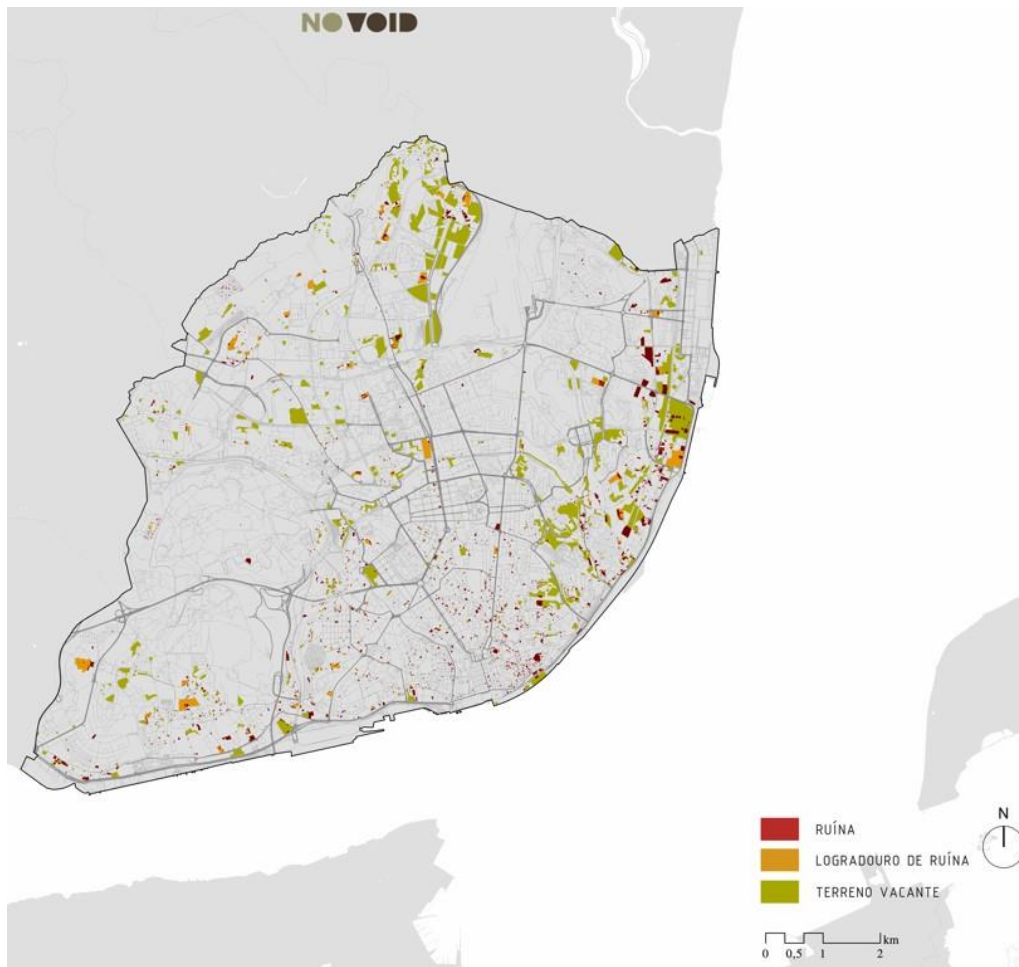


Figura 31 Mapa das "perfurações urbanas" de Lisboa (Ruínas, Logradouros de Ruínas e Terrenos Vacantes). Fonte: Arquivo NoVOID, 2018.

O projeto diferenciou-se dos outros acima descritos em alguns aspetos. A partir de quatro cidades portuguesas (Barreiro, Guimarães, Lisboa e Vizela), foram mapeados todos os espaços vacantes, categorizando-os em “ruína”, “logradouro de ruína” e “terreno vacante” (Figura 31). Posteriormente, foram escolhidos 16 casos para uma análise mais pormenorizada que abrangeu diversas abordagens e métodos (visitas *in loco*, entrevistas com utilizadores, levantamento fotográfico, etc.) e envolveu diversos elementos da comunidade académica (alunos de mestrado, professores, investigadores e bolseiros). Além dessa presença decisiva das universidades, um diferencial foi o objetivo inicial de descrever a situação atual dos espaços vacantes, investigando as “biografias e metamorfoses desses lugares, as relações ecológicas e os entrançamentos que neles se estabelecem entre elementos naturais, sociais e tecnológicos, e as atmosferas que estas interações criam” (Brito-Henriques, 2019, p. 11). A valorização desta realidade muitas vezes não percebida ou até mesmo

renegada, está logo presente no subtítulo do projeto e serviu como ponto de partida para o desenvolvimento das etapas seguintes da investigação.

Destaque para dois projetos que, no âmbito do NoVOID, produziram resultados muito ricos a partir de perspetivas não comuns ao tema dos espaços abandonados. O primeiro foi o inventário florístico com a caracterização da estrutura ecológica destes espaços, liderado pelo ISA-ULisboa sob a supervisão dos investigadores Ana Luísa Soares, Sonia Talhé Azambuja e Estevão Portela-Pereira (Figura 32) e o segundo foi a produção do Vacant Lands Sound Map, um mapa sonoro interativo criado pelo investigador Daniel Paiva com gravações de áudio de lugares vacantes que foram casos de estudo do NoVOID. Em ambos, há uma tentativa de descrever e perceber a importância dos atores não-humanos na transformação da paisagem, assim como processos mais-que-humanos (Brito-Henriques et al., 2019; DeSilvey, 2017; Gandy, 2011).

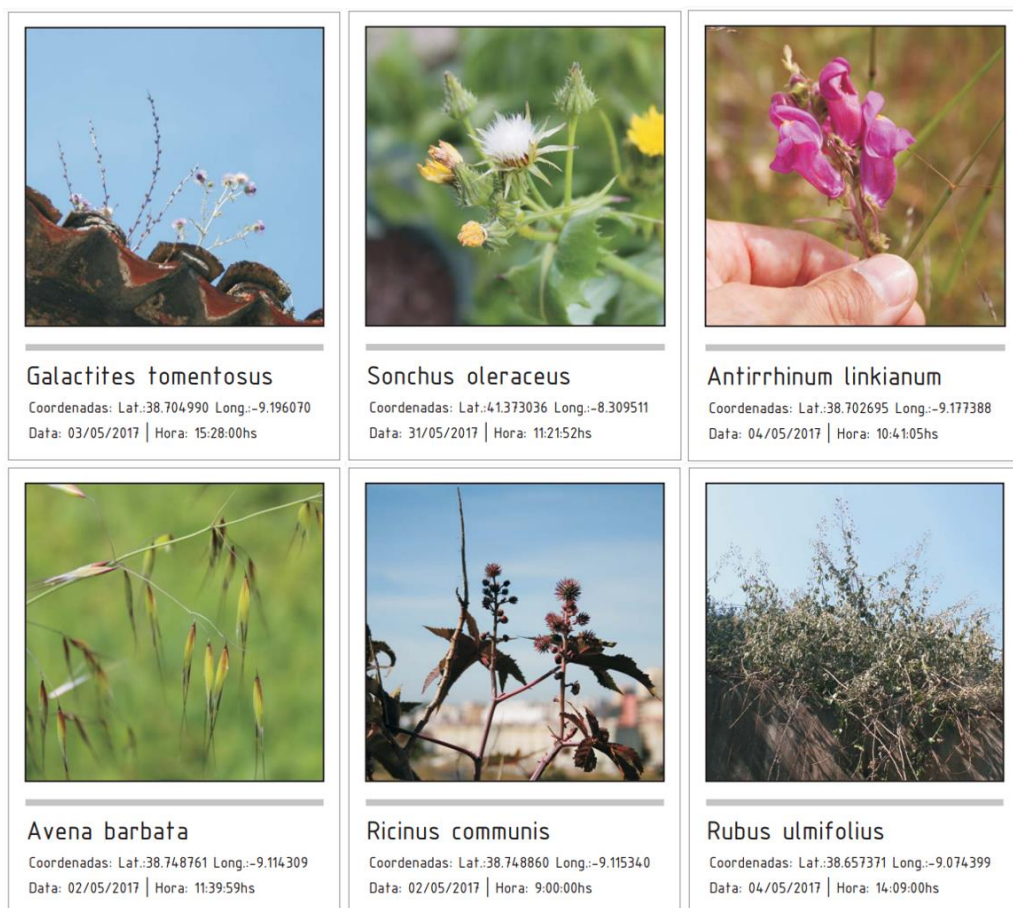


Figura 32 Fichas do Inventário Florístico elaborado para as quatro cidades do projeto. Fonte: Arquivo NoVOID.

O reconhecimento da riqueza das muitas dimensões relacionadas com as atividades espontâneas e informais que ocorrem nestes espaços faz com que haja um esforço e vontade, tanto por parte da comunidade quanto, por vezes, dos poderes públicos, em formalizar processos e instrumentalizar o uso temporário enquanto possível etapa de um plano de desenvolvimento a longo prazo. Este foi também um caminho que o projeto NoVOID procurou explorar, ao propor cenários de utilização temporária dos espaços vacantes que em parte partiam de ou procuravam incorporar apropriações espontâneas observadas nesses locais. No referido projeto, esses cenários foram construídos envolvendo estudantes de mestrado de arquitetura, arquitetura paisagista e geografia que trabalharam com os investigadores em workshops colaborativos focados na procura de ideias de futuro temporário para os estudos de caso selecionados. As propostas que surgiram nestes processos de criação seguiram um modo diferente de pensar do que normalmente sucede no planeamento urbano, já que não se focou num futuro rígido, como é usual, mas num tempo intermédio, no tempo da ruína, ou seja, imaginar outros presentes que respeitassem os atuais atores, territorialidades e relações com o espaço envolvente. Não era, portanto, objetivo reverter o arruinamento e preencher os vazios, mas

“descobrir formas novas de assumir e aproveitar as virtualidades das porosidades abertas no tecido da cidade pelos espaços abandonados, criando condições para apropriações e usos temporários através de intervenções mínimas, flexíveis, de baixo custo, orientadas por uma ética e estética ecológicas” (Brito-Henriques, 2019, p. 11).

Mais do que projetos, estas propostas especulativas foram elencadas no livro *Ideias para Intervenção em Espaços Urbanos Abandonados. Experiências na Lisboa Oriental e Barreiro* (Cavaco, Santos, & Brito-Henriques, 2018) e no livro-catálogo da exposição final do projeto *Ruínas e Terrenos Vagos: Explorações, Reflexões e Especulações* (Brito-Henriques, Cavaco, & Labastida, 2019). Trataram-se de exercícios projetuais especulativos que visaram valorizar aspetos como a transitoriedade (por exemplo na proposta “Miradouros da Matinha” onde antigos gasómetros são reutilizados como estruturas para espetáculos de novo circo, cinema ou como estufas), a informalidade (como na proposta *Recalling the Existing Path* (Figura 33) que reinterpreta caminhos e atalhos informais numa área de remanescentes ferroviários e propõe a sua demarcação e possível formalização), a renaturalização (por exemplo, a partir da transformação de uma antiga estrutura fabril num viveiro botânico, onde as pessoas podem acompanhar o crescimento espontâneo e livre da rica biodiversidade

das ruínas, projeto intitulado *New Urban Nature*), entre outros seis conceitos que se identificaram como chaves para um urbanismo transitório, leve e irresoluto (indeterminação, reciclagem, imaterialidade, participação, porosidade e conectividade).



Figura 33 Projeto "Recalling the existing path" propondo um reuso intermédio numa antiga zona ferroviária do Barreiro. Fonte: Arquivo NoVOID, 2017.

O Projeto NoVOID, pela sua natureza académica e a sua posição não “colonizadora” do espaço, em contraponto ao usual planeamento urbano convencional, traz à luz dimensões que podem ser complementares às várias lições aprendidas nos outros projetos financiados por fundos europeus e descritos anteriormente. A sua abordagem baseada no reconhecimento das dinâmicas existentes na obsolescência dos espaços, permitiu uma maior abertura para se recorrer a usos não convencionais, nalguns casos a eventual mistura inusitada de usos habitualmente não integrados em contextos mais formais de planeamento. Sendo assim, conforma-se em ser um primeiro passo, um método para buscar as alternativas a partir do presente do espaço; mesmo que este presente se abra como um rizoma onde possamos aceder ao passado ou futuro para refletir sobre a temporalidade do abandono. Essa leitura espacial inicial, ainda que de difícil inserção nas práticas do planeamento, tem a originalidade e qualidade de ficar fortemente ancorada no lugar, ou seja, é uma visão *site-specific* necessária até mesmo para a análise de possíveis usos intermédios e seus utilizadores.

Tipologias do intermédio

As experiências de reuso intermédio são caracterizadas pela sua temporalidade que acaba por reverberar também numa tipificação de utilizadores, usos e escala das intervenções. Ao analisar a natureza específica dos usos e agrupá-los em diferentes categorias, Blumner (2006, p. 6) mostra-nos o quão diversificadas podem ser as experiências de um possível “urbanismo do intermédio”. A partir do estudo de experiências nos Estados Unidos e na Alemanha, a autora propõe que os usos intermédios podem estar vinculados a diferentes temas:

- i. **Parks and Gardens** (Parques e Jardins) — tudo o que se relaciona com a natureza, como *pocket parks*, *dog parks*, *playgrounds*, hortas comunitárias urbanas;
- ii. **Art/Culture** (Arte e Cultura) – instalações artísticas e o reuso de espaços comerciais vacantes ou antigos armazéns industriais para estúdios ou espaços para performances;
- iii. **Sport and Recreation** (Desporto e Recreação) – *skate parks*, praias urbanas, trajetos para *parkours*, etc.;
- iv. **Entrepreneurial** (Empreendedorismo) – *start-ups*, mercados ao ar livre, bares e *nightclubs*;
- v. **Parking lots and Storage Sites** (Estacionamentos e Armazenagens) – espaços para imobilizar temporariamente veículos e objetos;
- vi. **Alternative living situations** (Modos de vida alternativos) – parques de caravanas, *house boats*, ou moradias efémeras como tendas para refugiados ou campismo.

Esta proposta de classificação corresponde a uma visão mais alargada e abrangente do tema, mas arrisca-se a perder-se numa falsa profundidade. Se algumas categorias são específicas e quase não precisam de explicações, como *parking lots and storage sites*, outras são excessivamente genéricas e acabam confundindo-se. Algo que está relacionado ao empreendedorismo pode enquadrar-se também num espectro artístico, ou um *pocket park* pode também ser considerado algo recreativo. Mas para além de uma certa zona cinzenta que possa haver entre as categorias, o estudo de Blumner tem o êxito de demonstrar a rica complexidade de usos que o tema proporciona e, por consequência, os muitos e diferentes atores que orbitam em torno dele.

Mais do que simples utilizadores, os atores são elementos-chave na criação e desenvolvimento de uma experiência de reuso intermédio. Os chamados *urban pioneers* ou *initiators* (Colomb, 2012; Oswalt et al., 2004, 2013; SenStadt, 2007) são os responsáveis pelos primeiros passos e resumem-se em, pelo menos, duas entidades: aquele que possui o espaço e aquele que quer usar o espaço. Assim, temos de um lado o *utilizador*, que é quem começa a utilizar espontaneamente o espaço devoluto ou quem gostaria de iniciar a sua reutilização – indivíduos isolados ou um grupo de pessoas, geralmente artistas, empresários culturais, organizações comunitárias ou de voluntariado, que desejam desenvolver algo para o espaço; e do outro lado, temos o *proprietário do espaço* – indivíduo ou grupo de pessoas, privado ou público – cuja atitude face à possibilidade do desenvolvimento de um uso intermédio pode variar, assim como o grau de seu envolvimento no processo.

Frente a usos espontâneos e informais, é comum que o proprietário do espaço assuma uma atitude de oposição e se justifique pela ideia de proteção de seu património. As medidas que são tomadas, então, são no sentido de impedir ou obstaculizar a execução destes usos, intervindo objetivamente no espaço; cria-se barreiras física, reforça-se a vigilância e até protocola-se ações em tribunais (Figura 34). Por outro lado, este ator pode ser um participante ativo no processo caso vislumbre que o reuso intermédio possa ser benéfico para ele; assim, pode contribuir para aquisições de licenças e permissões, bem como criando um ambiente favorável e de colaboração para que o projeto seja bem-sucedido.

As autoridades locais podem fazer parte desta trama e representar um terceiro ator cuja importância não reside apenas no papel de regulação e licenciamento que permitirá ou não o avanço do reuso intermédio de forma legal, mas também na função de mediação e facilitação, a criar pontes e estabelecer conexões entre os demais atores (Blumner, 2006). Esse importante trabalho de fomento e intermediação pode ser realizado através da criação de agências de usos intermédios, conforme já exposto anteriormente na presente pesquisa, onde trabalha-se na identificação de espaços suscetíveis para esta forma de reutilização e os sinalizam a potenciais utilizadores em função das suas características e necessidades.



Figura 34 Edifício no bairro de Marvila, Lisboa, com seus acessos encerrados e suas janelas fechadas com tijolos. Foto: próprio autor, 2023

Já Bragaglia & Caruso afirmam na sua pesquisa que os exercícios de categorização são uma “simplification of a complex phenomenon such as that of temporary uses, in which many actors and dynamics interact with each other and can lead to opposing views of the same phenomenon” (2020, p. 9) mas, ainda assim, concluem que este tipo de análise sobre este tema em específico deveria ater-se aos atores que promovem o uso. Para Colomb (2012), a grande variedade de atores responsáveis por iniciar o uso intermédio acaba por se refletir também nos seus utilizadores: “the diversity of temporary uses reflects the very heterogeneous nature of their initiators, who may be artists, private entrepreneurs, *culturepreneurs*, community groups, voluntary workers, or political activists in search of spaces of autonomy” (2012, p. 136). Assim, as motivações dos *initiators* condicionam tanto os

usos quanto os utilizadores; artistas que buscam a criação de um ambiente de criatividade para o seu próprio desenvolvimento, acabam por estimular a criação de um ecossistema criativo maior onde outros artistas possam participar; empreendedores que desejam espaços mais baratos para a instalação de suas *start-ups* também acabam por abrir oportunidades para que outros empreendedores possam usufruir deste ambiente; etc. (Blumner, 2006, p. 7).

O projeto Urban Catalyst, por sua vez, identificou diferentes tipos do que chamou de “temporary users” e propôs uma classificação baseada na vinculação entre o ator do reuso intermédio e a sua particular motivação, ainda que ele não seja o “initiator / urban pioneer” (Oswalt et al., 2004, p. 10):

- i. **Start-ups** – novas formas de negócios vinculados à tecnologia e informação, inventores, detentores de patentes, etc., que buscam, no futuro, a sua inserção no *mainstream* da economia urbana;
- ii. **Migrants** – pessoas que não estão integradas em sistemas sociais ou estruturas formais de trabalho;
- iii. **System refugees** – pessoas ou coletivos que deliberadamente assumem uma posição ideológica de participar de um universo alternativo;
- iv. **Drop-outs** – marginalizados, pessoas sem moradias, imigrantes ilegais, etc.;
- v. **Part-time activists** – pessoas que, mesmo em posições consolidadas na sociedade, querem enriquecer suas vidas com experiências fora das ordens pré-estabelecidas.

Assim como o que ocorreu na proposta de Blumner para a categorização em função da natureza e do tema do uso, a proposta do Urban Catalyst também criou algo cujos limites são difusos e que se podem sobrepor uns aos outros. O próprio projeto analisou que ainda é possível reorganizar estas categorias em três grandes grupos que podem distinguir-se pelas características das suas relações com as estruturas sociais existentes: um primeiro grupo seria formado essencialmente por jovens empreendedores em ascensão (i – start-ups e ii – migrants); num segundo estariam as pessoas que possuem um emprego regular e se engajam numa experiência de reuso intermédio apenas como um *hobby* (iii – *system refugees* e v – *part-time activists*); e, por fim, no terceiro estariam aqueles que não estão inseridos na sociedade e buscam uma alternativa para conseguir viver (iv – *drop-outs*) (Oswalt et al., 2013, p. 53). De modo geral, pode avaliar-se que, mesmo separando em grupos ou subgrupos, os utilizadores assim descritos são atores que se situam ou querem situar-se fora dos

domínios oficiais e institucionalizados do planeamento urbano e das políticas públicas (Groth & Corijn, 2005, p. 506).

Essa poderia ser a realidade de Berlim ou de Londres da década de 1990, quando o projeto Urban Catalyst começou os seus estudos e se deparava com um efervescente movimento baseado na contracultura e nos marginalizados e oprimidos em busca do seu espaço na sociedade. Todavia, nas últimas décadas, há um crescimento do reuso intermédio enquanto prática urbana em espaços abandonados que o levou a ser também explorado pelo turismo e por camadas da sociedade que buscam por espaços e atividades de recreação, por exemplo. Esta “normalização” do reuso intermédio tem promovido a ascensão de diferentes utilizadores que não apenas os mencionados nas categorias do Urban Catalyst; pessoas “comuns” que buscam estes locais para as atividades ordinárias do seu dia-a-dia, assim como vão a um *shopping-center* fazer compras ou vão a um parque divertir-se ou praticar atividades físicas (Figura 35).



Figura 35 Antigo aeroporto e atual parque Tempelhof Park, Berlim, maio, 2014. Foto: Bernd von Jutrczenka/dpa CC-BY-SA-3.0.

Ao redirecionar a análise tipológica para os usos em si, é possível encontrar diferentes categorizações que, apesar de suas diferenças, podem ser complementares. Martin, Deas & Hincks (2019), por exemplo, apontaram para duas simples e objetivas classificações do uso intermédio: (i) “**extraordinário**” – usos deliberadamente

criativos e inovadores que utilizam o espaço por um tempo definido (exibições artísticas, concertos musicais, cafés, bares, restaurantes *pop-up*, mercados, agricultura urbana, praias urbanas, etc.) e (ii) “ordinário” – usos comuns em um período indeterminado; algo mais espontâneo e provisório cuja intenção é apenas aproveitar a disponibilidade do espaço (estacionamentos provisórios, armazéns de materiais, etc.). Neste caso, os autores se atentaram no caráter inovador e estratégico que o uso pode ter, numa percepção do potencial criativo intrínseco destes espaços.

Por sua vez, Németh & Langhorst (2014) também se basearam no uso, mas focaram de maneira distinta no entendimento do impacto do uso intermédio no espaço. Após a análise de trabalhos que catalogaram experiências desta natureza, como o “*Temporary City*” (Bishop & Williams, 2012) ou o “*Temporary Urban Spaces*” (Haydn & Temel, 2006), propuseram categorizar os usos intermédios em dois modelos: (i) usos que envolvem uma **alteração** nas edificações e estruturas existentes, portanto, promovem uma mudança no espaço; e (ii) usos que não deixam nenhum vestígio e **nenhuma alteração** permanente das superfícies e estruturas existentes, ou seja, facilmente removíveis e seus impactos reversíveis com pouco esforço. Para os autores, o resultado do uso intermédio no espaço é a principal diferença que delimita e separa os objetos de estudo.

No entanto, Lehtovuori & Ruoppila (2012) afirmam que as características dos espaços onde ocorrem os usos intermédios acabam por condicioná-los; sua história, sua situação fundiária, suas atuais dinâmicas e suas expectativas futuras influenciam e direcionam tanto o surgimento do uso intermédio quanto o seu desenvolvimento. Assim, pode entender-se que há três diferentes tipos de espaço onde ocorrem as experiências de reuso intermédio: (i) **áreas centrais urbanas**; (ii) **áreas atualmente subutilizadas**; e (iii) **áreas com perda de significado**.

As “áreas centrais” são espaços de usos e funções consolidadas onde limitações legais, como as que se prendem com as políticas de conservação do património, dificultam novos empreendimentos e novos investimentos. Neste sentido, o uso intermédio pode viabilizar novas oportunidades ao diversificar e, principalmente, intensificar a utilização do espaço no curto prazo. Como exemplo, os autores citam o *Paris Plage*, uma praia-fluvial-urbana nas margens do rio Sena que surge no verão e promove usos públicos e coletivos de recreação e lazer numa zona já consolidada e de grande público (Figura 36) (Lehtovuori & Ruoppila, 2012, pp. 38–39).

Já nas “áreas subutilizadas”, o uso intermédio pode significar uma oportunidade para atrair novas pessoas e novos usos para espaços que estão fora do “mapa mental”

das pessoas. *Brownfields* e subúrbios marginais, apesar de se localizarem próximos de áreas centrais, por vezes são espaços esquecidos pela população e precisam de um estímulo para iniciar a sua reutilização. O *Kalatatama Temporary* em Helsínquia, por exemplo, foi um programa artístico temporário que reutilizou durante dois anos uma grande área portuária tanto para apoiar os atores temporários na promoção e testagem de possíveis novos usos, quanto para atrair pessoas, iniciar processos sociais e criar público (Figura 37) (Lehtovuori & Ruoppila, 2012, pp. 39–41).

O uso intermédio nas “áreas com perda de significado” pode ter como objetivo a redefinição ou a diversificação de usos e utilizadores. Lugares em declínio e com perda de população (*shrinking*) podem ter uma vida urbana mais digna, com o melhoramento na qualidade do espaço urbano e criação de oportunidades para pequenos negócios. Mesmo que o uso intermédio não consiga reverter esta espiral de declínio demográfico, pode significar uma importante melhoria social e cultural da comunidade. Exemplos disso ocorrem em diversos locais de Detroit, um dos principais exemplos de *shrinking city* do ocidente. Na cidade americana, foram desenvolvidas ideias de agricultura urbana (hortas urbanas comunitárias) em espaços vacantes como resposta ao declínio urbano, envolvendo a comunidade e reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social (Figura 38) (Lehtovuori & Ruoppila, 2012, pp. 41–43).

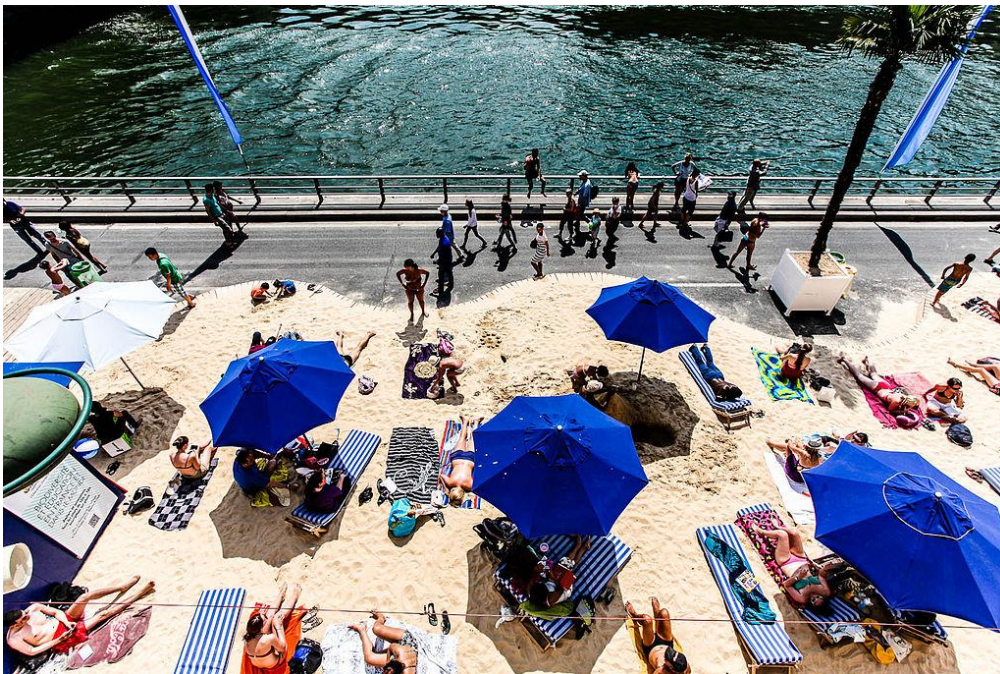


Figura 36 Paris-Plage: Praia-fluvial-urbana nas margens do rio Sena, Paris, agosto, 2009. Foto: Sharat Ganapati, CC BY 2.0.



Figura 37 Sessão do evento Bike-in Film realizado na obsoleta área portuária de Kalasatama, Helsínquia, 2011. Foto: Johannes Romppanen. 2011.



*Figura 38 Horta comunitária urbana num terreno vago de Detroit, outubro, 2015. Foto: Edna Ishayik
Website: pavementpieces.com/rebuilding-detroit-urbans-farms-heading-towards-legalization/. Acesso: 02/04/2023*

O grupo Urban Catalyst também exprime nos seus textos esta ideia de uma forte conexão entre território e tipo de uso, ou seja, as características do espaço são elementos condicionantes do seu reuso intermédio, assim como aqui analisado anteriormente ao descrever as ideias de Lehtovuori & Ruoppila (2012). No ensaio *Patterns of the Unplanned* (Oswalt et al., 2013, pp. 52–61), o grupo buscou dar ênfase na busca dos atores do uso intermédio pelos melhores espaços de acordo com as suas próprias necessidades e especificidades. Sendo assim, aqueles que estão engajados em comercializar algo procuram sítios com alto tráfego de pedestres e, portanto, preferem que estejam próximos de estações de comboios ou de outras intersecções importantes; os “empreendedores da noite” preferem que os seus *nightclubs* temporários sejam afastados de zonas residenciais devido ao barulho que produzem; instituições socioculturais tendem a procurar espaços próximos das comunidades alvo; *start-ups* procuram se instalar em áreas onde haja a presença de estruturas de serviços que as possam suportar, como uma zona com opções de restaurantes ou cafés. Em resumo, a localização e a existência de outros usos em determinados locais podem funcionar tanto como condicionantes quanto como catalisadores para a implementação do reuso intermédio.

Na continuação do estudo, o grupo avançou para uma classificação dos efeitos dos usos intermédios no desenvolvimento futuro do espaço e sua possibilidade de continuação enquanto usos “permanentes”. Foram identificadas nove tipologias que também foram reutilizadas por projetos como o REFILL e o SEEDS, e acabaram por tornar-se conceitos-chave para o tema do reuso intermédio (Oswalt et al., 2004, p. 136, 2013, pp. 35–51):

- i. **Stand-in (isolado)**: o uso intermédio não tem efeito duradouro no lugar e nem anseia tê-lo. Aproveita-se apenas o intervalo de tempo entre o último uso e o próximo através de uma abordagem de baixo impacto. (Figura 39)
- ii. **Free-Flow (livre)**: corresponde a um uso nómade e temporalmente incerto, que muda sua localização conforme as oportunidades aparecem; um uso programático que pela sua continuidade, mesmo que intermitente, pode colaborar para o seu próprio desenvolvimento a longo prazo.
- iii. **Impulse (estímulo)**: o uso gera um impulso no redesenvolvimento do espaço, estabelecendo um novo perfil de atividade que permanece mesmo após o seu desaparecimento enquanto intermédio.

- iv. **Consolidation** (*consolidação*): de algo efémero e circunscrito a um determinado período, o uso intermédio transforma-se em permanente; soluções temporárias e informais passam a ter contratos e licenças a longo prazo. (Figura 40)
- v. **Co-Existence** (*coexistência*): Ainda que em menor escala, o uso intermédio continua após a implementação de um novo uso permanente.
- vi. **Parasite** (*parasita*): O uso temporário se desenvolve em dependência a um uso permanente existente e aproveita e explora as dinâmicas existentes do lugar e a disponibilidade de espaço.
- vii. **Pioneer** (*pioneiro*): O uso temporário é o primeiro uso “urbano” do espaço. Seu sucesso como temporário pode significar o seu prolongamento e assumir formas permanentes. (Figura 41)
- viii. **Subversion** (*subversão*): O uso permanente é interrompido estrategicamente por um uso intermédio no intuito de perturbá-lo e transformá-lo. São ocupações do tipo *squat* que, mesmo de curta-duração, conseguem afetar e transformar as instituições.
- ix. **Displacement** (*deslocamento*): O uso permanente é temporariamente deslocado para outra localização enquanto seu local de origem está indisponível (devido a obras ou algum outro tipo de intervenção temporária).



Figura 39 (STAND-IN) - Offentliches Golfzentrum Mitte, Berlim, 1996. Centro para a prática do golfe criado em 1996 em um grande terreno vago fruto da demolição do Estádio Weltjugend. Funcionou apenas por 10 anos até que as obras para as instalações do BND (Serviço de Inteligência da Alemanha) começassem. Foto: Arquivo Urban Catalyst, 2007.



Figura 40 (CONSOLIDATION) – Kaapelitehdas, Helsinquia, 2019. A antiga fábrica de cabos Kaapeli na Finlândia começou a ter os seus espaços vagos alugados e rentabilizados durante a década de 1980 à medida em que a sua produção começou a diminuir. Os inquilinos, frente à iminente falência da empresa e a indefinição por parte dos proprietários e das autoridades locais do futuro das instalações, organizaram-se numa associação e elaboraram um plano de desenvolvimento do local visando a preservação dos edifícios bem como a manutenção dos usos intermédios de natureza cultural. Em 1991, a autoridade municipal de Helsinquia aprovou o plano, comprou o terreno à empresa e promoveu a consolidação desta realidade. Foto: Aleksí Poutanen, 2019. Website Kaapelitehdas Cable Factory - www.kaapelitehdas.fi. Acesso em 02/03/2023



Figura 41 (PIONEER) - Arizona Market, Brčko, 2019. Ponto de encontro informal que surge a partir de 1996 próximo à fronteira entre a Bósnia-Herzegovina, a Croácia e a Sérvia. No local, eram negociados pequenos objetos e bens alimentares. Com o tempo, surgiram quiosques improvisados que gradualmente foram substituídos por lojas com melhores estruturas até a consolidação como um pequeno centro comercial. Foto: Website Other Markets – www.othermarkets.org. Acesso em 10/03/2023.

Apesar desta ser a classificação mais replicada e utilizada por outros autores e pesquisadores em debates sobre o uso intermédio, alguns dos tipos de usos apresentados sobrepõem-se e confundem-se. Todavia não se trata de um “guião” com fórmulas prontas, mas pode e deve ser entendido como uma tentativa de estabelecer definições sobre o reuso intermédio através das características dos seus usos. Sendo assim, nota-se que alguns dos tipos possuem dinâmicas que vão além de um restrito vínculo com o lugar e com sua vacância; alguns até mesmo propõem uma recusa pelo reaproveitamento das estruturas. As duas últimas classificações, por exemplo, *Displacement* e *Subversion* não utilizam necessariamente o espaço vacante, assim como o uso *Parasite* se relaciona muito mais com outros usos do que com o local, aproveitando apenas a disponibilidade de “algum” espaço. Como observa Stevens (2020), a classificação do Urban Catalyst baseia-se em dois eixos temporais. Em primeiro lugar, estão os usos de curta duração, ou seja, aqueles cuja temporalidade está claramente definida, como o *Stand-in*, *Displacement* e *Subversion*. Mesmo que um tanto difusa no tempo cronológico linear, estes usos estão circunscritos ao período enquanto não se inicia um novo uso e se aproveitam desta condição de transitoriedade. Já em segundo lugar, estão os usos que podem permanecer dependendo da sua bem-sucedida experiência – *Free flow*, *Impluse*, *Consolidation*, *Co-Existence*, *Pioneer* e *Parasite*. Estes usos podem trazer benefícios no desenvolvimento a longo prazo e mudanças na gestão dos espaços urbanos.

Entre tantas classificações, tipificações e categorizações de usos e de utilizadores, nota-se o ímpeto da academia em sistematizar e sintetizar as informações sobre as experiências intermédias para transformá-las não apenas num valioso *benchmark* de melhores práticas, mas também como um gatilho para repensar a cidade através das suas diferentes temporalidades. A sistematização pode servir de maneira analítica e ao mesmo tempo propositiva dentro de um planeamento urbano que valorize o dinamismo, o novo, o progresso e a mobilidade, sem a destruição e a substituição de estruturas e dinâmicas que geralmente esta valorização suscita no debate urbano.

Notas Propositivas para o Reuso Intermédio

O estudo e a divulgação das experiências de reuso intermédio por parte da academia e de organizações ligadas a projetos de redes de cidades financiados pela UE estão a promover mudanças na governança das cidades e no seu planeamento urbano. Uma vez considerados problemas ou equívocos no desenvolvimento urbano, os espaços abandonados são percebidos cada vez mais como oportunidades valiosas para renovar e regenerar partes importantes da cidade. Segundo Bey (2004), estes são espaços em devir que podem ser entendidos como “zonas autónomas temporárias”, por outras palavras, espaços de liberdade que, dentro de uma sociedade com excesso de regras e opressões, conseguem estimular um potencial intrínseco de criatividade para repensar a cidade e questionar as suas ortodoxias (Madanipour, 2017a). Todavia, a obsolescência do espaço urbano continua a representar encargos para vários dos atores envolvidos (proprietários, autarquias, comunidade), na medida em que a sua vacância gera custos de manutenção, pode reduzir a vitalidade e o prestígio dos bairros ou agravar problemas sociais (Patti & Polyak, 2015, p. 123). Assim, é preciso lidar com os dois opostos de maneira a reinterpretar e superar as dificuldades, bem como potencializar as qualidades.

Nesse processo de mudança, nota-se que, no princípio, as experiências de reuso intermédio tinham como público-alvo os marginalizados, imigrantes, artistas do *underground* e grupos ligados à contracultura, e que, a partir do final do séc. XX, foram sendo agregados outros atores de distintos *backgrounds*. A ideia de um reuso como uma ação clandestina de experimentação, subterfúgio e/ou reivindicação passou a contemplar também algumas formalidades principalmente ligadas às indústrias criativas e as atividades que orbitam esse universo. Atualmente, o espaço do reuso intermédio é um local também para o lazer, a recreação e o turismo de massa, atraindo um perfil mais comum de utilizador que anseia, por exemplo, por experiências *Instagramáveis* que lhes rendam boas fotos nas suas redes sociais.

Portanto, há um aumento da audiência que este tipo de experiência pode atingir e, assim como o REFILL indicou como uma das suas lições, o uso temporário passa a ser mais normalizado e difundido entre mais camadas da população. Neste cenário, as táticas *bottom-up* de reuso intermédio podem ser mais facilmente inseridas em estratégias de regeneração urbana e podem proporcionar aos seus protagonistas, o maior engajamento de pessoas e um maior apoio da comunidade no processo (Patti & Polyak, 2015, p. 123).

Para isso, as municipalidades e diversas dimensões da administração pública tiveram de se adaptar, tanto no campo das ideias quanto no das legislações e permissões. A flexibilidade de que o reuso intermédio necessita nem sempre é bem vista pela administração pública, uma vez que a rigidez das leis de ocupação e uso do solo, assim como regulações de atividades, é fruto de processos e negociações antigas que envolvem muitos atores e interesses diversos. O TUTUR, o SEEDS, o REFILL e o Urban Catalyst apontam numa das suas lições esta necessidade de encontrar enquadramentos legais que permitam e formalizem este tipo de experiência. Importantes cidades como Berlim, Gent, Amesterdão, Paris ou Londres, conseguiram ultrapassar essa barreira e construir novos e adequados instrumentos jurídicos e novas práticas de assistência. O *Meanwhile Leases* (British Government, 2009b) lançado em 2009 pelo governo do Reino Unido é um exemplo de instrumento que facilita o acordo entre proprietários e utilizadores e incentiva a locação temporária de edificações e espaços vagos na área central de Londres para usos não-comerciais. Em outras cidades, esta ferramenta também foi utilizada sob outras nomenclaturas e com algumas adaptações às condições e especificidades do local, como o *Charte pour l'occupation temporaire et transitoire / Autorisation d'occupation temporaire (AOT)* (Paris) ou o *Green Development Agreement* (São Francisco).

O principal passo comum entre estas municipalidades é o reconhecimento da própria administração pública como um agente facilitador e de apoio para o reuso intermédio, cabendo sobretudo às municipalidades assumirem um papel chave no desenvolvimento e implementação das ideias. Numa sucinta reflexão, Gabor Everraert, então chefe do departamento de projetos de Roterdão, afirma:

“The municipality should be taking on a role where they help parties who see the potential in a site or building and assisting with things like building permits or land exploitation. (...) The municipality shouldn't be the front runner but should be supporting from the side, guiding the people doing these projects away from making obvious mistakes. Too much involvement from the municipality means that policy is involved and these projects can do without that.” (Killing, 2014, p. 14).

Assim, uma ação efetiva e preparatória visando esse suporte da administração pública pode ser a criação de um inventário dos espaços vacantes de uma cidade ou específico de uma de suas zonas. Este processo que, por exemplo, foi realizado pelo

projeto NoVOID em quatro cidades portuguesas, também ocorreu em algumas outras cidades pelo mundo, sendo apoiado pelos próprios municípios e/ou contando com a ajuda dos cidadãos e de organizações comunitárias. São os casos de Filadélfia, Amsterdão e Roma, cujas autoridades locais desenvolveram mapas interativos que informam sobre espaços vagos de propriedade de entidades públicas e permitem aceder a informações sobre como os cidadãos podem reutilizá-los de forma intermédia (Elisei, 2015; Jégou et al., 2016, p. 15; Patti & Polyak, 2015, p. 128).

O sucesso da atuação do governo na promoção e no suporte do reuso intermédio pode ainda ter de passar pela criação de agências ou entidades mediadoras para que de maneira independente ou com participação dos órgãos públicos, seja possível avançar com seus propósitos e objetivos independente das inconstantes conjunturas políticas. A Coopolis (Berlim), a Meanwhile Foundation (Londres), Laklatan (Budapeste), a Stipo (Roterdão), a NEST (Viena), a Entrakt (Bruxelas), a LOLA (Amsterdão), a Plateau Urbain (Paris), assim como a ZwischenZeitZentrale – ZZZ (Bremen), atuam no sentido de suprir esta necessidade de mediação entre o proprietário (quem tem a posse do espaço) e o utilizador (quem quer utilizar o espaço).

Em suma, esta tríade – inventário, legislação e mediação – é uma forma de estabelecer uma conexão entre os principais atores e, por sua vez, é também a base para a formação de uma complexa e multi-escalar estratégia intermédia para o desenvolvimento da cidade. De forma propositiva, o conceito do reuso intermédio é a promoção de uma ação deliberada de reuso do espaço urbano abandonado, arruinado ou vacante durante o seu período de transição (entre o uso que cessou e o futuro uso que está por vir). Como já visto neste capítulo, há uma complexidade de usos, atores, espaços e temas que orbitam nesse universo e que aproveitam as diferentes temporalidades dos espaços vacantes de diferentes modos. Entretanto, estrategicamente o reuso intermédio pode ser utilizado como uma ferramenta urbana do planeamento urbano ao avançar com propostas que possam **aproveitar** o tempo de inatividade, **explorar** e experimentar novas possibilidades e/ou **ativar** estes espaços.

APROVEITAR

Um primeiro modo de atuar nos espaços vacantes é o simples aproveitamento do intervalo de tempo entre os seus usos formais – do uso inicial descontinuado ao uso futuro ainda não implementado. Em muitas cidades, o reuso intermédio teve o seu desenvolvimento e sua aplicação no planeamento urbano apenas a partir desta premissa e, mesmo com o tempo e com a consolidação da perceção do intermédio como uma ferramenta mais complexa, esta é ainda uma maneira propositiva muito utilizada e com grande probabilidade de ser bem-sucedida.

Por um lado, alguns aspetos do intermédio enquanto aproveitamento podem ser confundidos com o uso intermitente do espaço tão comuns nas cidades, como o circo, a feira popular, etc. No entanto, a diferença reside no ator que propõe o uso. O reuso intermédio é uma iniciativa do proprietário do espaço vago, seja ele governamental/público ou privado. A busca pelo reuso é uma estratégia para o espaço e não para o uso em si; não é o circo a reutilizar o espaço temporariamente, mas é o espaço a ser reutilizado de maneira intermédia pelo circo.

Para elucidar este processo, é possível apontar muito exemplos, como as experiências europeias que acontecem durante os verões, nomeadamente as praias artificiais nas margens de importantes rios ou as atividades de recreação em terrenos vagos em bairros centrais das cidades. Se, para espaços abertos vagos, os usos mais comuns têm funções mais lúdicas e recreativas, quando se reutiliza de maneira intermédia um edifício vacante, principalmente em zonas centrais das cidades, a experiência pode assumir contornos mais técnicos. Uma das principais razões para esta iniciativa pode ser a redução de custos de manutenção e cuidados com o espaço, principalmente nas grandes metrópoles onde os valores podem alcançar cifras altíssimas (Diguet, Zeiger, & Cocquière, 2017). Dependendo da situação e dos acordos, o reuso intermédio pode impedir esta despesa mensal e colaborar com a manutenção do espaço sem aportes financeiros por parte do proprietário.

Esta estratégia de “aproveitar” o intervalo pode ser uma ferramenta tanto para responder demandas ordinárias quanto para emergenciais ou situações críticas que possam exigir uma maior rapidez na resposta. Um forte fluxo migratório não planeado ou a necessidade de espaços abertos durante uma crise pandémica necessitam de ações imediatas que podem não se enquadrar no tempo das práticas do planeamento urbano estatutário.



Figura 42 (APROVEITAR) Les Grands Voisins, 2019, Paris. O projeto aconteceu entre 2015 e 2020 nas antigas instalações do desativado Hospital Saint-Vincent-de-Paul em Paris. A Associação de apoio a imigrantes AURORE, o coletivo de arquitetos e designers Yes, We Camp! e a agência mediadora Plateau Urbain foram os responsáveis pela reutilização do espaço apenas durante o período de inatividade (anterior ao início das obras do novo eco-distrito). No local, passaram a funcionar cinco centros de acolhimento de refugiados que transformaram os leitos do hospital em quartos, além de empresas e comércio que contribuíram para uma economia circular onde parte dos clientes e dos funcionários eram os próprios moradores. Foto: Stephane Antropius - Yes We Camp! - Website lesgrandsvoisins.org/photos-et-graphisme/ Acesso: 10/12/2022.

EXPLORAR

Para muitas áreas vacantes, grandes planos de regeneração urbana convencionais apresentam soluções demasiado complexas e, por vezes, quase impossíveis de sua total implementação. Tornar antigas áreas industriais em novos bairros residenciais não é adequado para cidades em encolhimento (*shrinking cities*), por exemplo, ou frentes ribeirinhas tornarem-se grandes equipamentos culturais e de serviços não deve ser uma solução única para todas as cidades que possuem zonas portuárias obsoletas. Este *benchmark* criado ao longo das últimas décadas do século XX tem enfrentado imensas dificuldades em ser replicado por uma principal razão: o contexto varia muito entre cidades. Apesar de haver dinâmicas urbanas que atingem

todos (a especulação imobiliária, o marketing urbano, a competição entre cidades, globalização, etc.), elas impactam nas cidades de maneiras distintas. Para além, cada lugar tem a sua história e dinâmicas próprias. Soluções prontas, do tipo *top-down* e, por vezes, demasiadas genéricas, não valorizam as peculiaridades e vicissitudes dos lugares e da sua população. Segundo Bourdin (2011, p. 18), “*o urbanismo renovar-se-á pela sua capacidade de organizar e pensar a sua ignorância, não pelo estabelecimento de uma lista de certezas, tanto no método como na teoria*”. Neste sentido, “pensar a sua ignorância” é adequar-se às incertezas e fluidez do mundo contemporâneo (Bauman, 2000) e abrir-se à novas possibilidades dantes não pensadas (ou não testadas), mesmo que o agente público – autarquias e órgãos de planeamento das cidades, não seja quem dê a resposta, mas aquele que consegue ouvir a resposta.

Espaços vagos são capazes de, espontaneamente, fazer-nos pensar sobre sua condição espaciotemporal. Este estímulo é tão forte que nos tornamos incapazes de nos mantermos indiferentes diante de algo que desafia o desenvolvimento linear da cidade. Uma foto com ares de nostalgia, um vídeo de uma perigosa e eletrizante invasão noturna, uma postagem melancólica numa rede social ou simplesmente uma conversa com um amigo bastam para que possamos expor uma panóplia de virtudes e possibilidades destes espaços. Este ímpeto é o reflexo da sua condição mutante. Ao permitir-se estar abandonado, inversamente é proporcionado o florescer de ideias e não só. Uma vez possibilitada de alguma forma a entrada ao espaço, usos fugazes, efémeros e espontâneos passam a acontecer ali.

Nesse ponto, é importante que o planeamento urbano vislumbre a possibilidade exploratória do intermédio a partir de apropriações espontâneas e soluções *bottom-up*. Essa pode ser uma ferramenta para trabalhar as incertezas e testar situações. Segundo Bishop & Williams (2012, p.19), “*leave areas in a curious limbo while they are being prepared*”. Áreas vacantes onde ainda não há projetos definidos para sua futura regeneração, podem ser disponibilizadas para que a comunidade local usufrua do espaço e crie experiências que possam servir de teste para o futuro desenvolvimento do espaço. O explorar do espaço pode significar uma simulação para futuros possíveis usos “permanentes”.

O reuso intermédio proporciona um passo adiante no explorar de uma área; um convite para ir além dos limites e das convenções. Mas é a obsolescência do espaço que permite este processo pelo seu grau (maior ou menor em certos casos) de indeterminação e incerteza. O “explorar” do reuso intermédio é mais que uma

simulação para o futuro; é uma oportunidade para o espontâneo e informal terem um papel de decisão no desenvolvimento da cidade.



Figura 43 (EXPLORAR) NDSM, 2020, Amesterdão. O antigo estaleiro abandonado na década de 1980 foi ocupado clandestinamente por grupos marginalizados e artistas da cena underground. Durante a década de 1990, após tentativas fracassadas de renovação urbana, a Autoridade Municipal utilizando-se da recém-criada política de “broedplaatsenbeleid” ou “política de criadouros” (tradução livre) percebeu o potencial ali presente, negociou com os atuais usuários e propôs a regularização do espaço enquanto um grande Hub cultural e artístico. A ideia inicial era que os usos durassem apenas cinco anos, mas o NDSM já funciona há mais de duas décadas. Foto: próprio autor, 2020.

ATIVAR

Os espaços abandonados ou vacantes são, regra geral, pontos fulcrais nos *masterplans* das cidades, assim como nos planos de pormenor e projetos urbanos para áreas específicas. A vaga de espaços “em espera” é uma oportunidade para reorganizar setores da cidade e, por sua vez, da economia, assim como pode servir para corrigir injustiças e suprir demandas de uma sociedade em constante movimento. No entanto, a execução de planos urbanos rígidos e ortodoxos para regeneração de áreas obsoletas dependem de uma série de requisitos básicos, como a continuidade de poder (político), momento de certeza do mercado de capitais, bons números financeiros da cidade e imediata disponibilidade da terra. Tais requisitos não estão presentes na imensa maioria dos projetos, causando a sua não implementação e, com isso, o gasto de dinheiro público e uma visão negativa por parte da comunidade afetada.

Ademais, o tempo demasiado longo destes planos exige dos processos uma flexibilidade capaz de se adaptar às mudanças financeiras, sociais, políticas, ambientais e técnicas que ocorrem durante as suas realizações (formulação, aprovação e implementação). Segundo Bishop & Williams (2012, p. 182), o planeamento urbano deve ter mais atenção à esta demanda:

“(...) understand and plan the temporal as well as the physical element. Such adaptive strategies can open up new opportunities for thinking about short-term, temporary and meanwhile uses, especially where they serve to create excitement, a destination and a new image for the locality”.

Esta integração de diferentes temporalidades no processo de planeamento é algo disruptivo e inovador, já que o planeamento ortodoxo é todo baseado no objeto no seu estado final e ideal, enquanto o uso temporário apoia-se em ações espontâneas onde a sua vitalidade está justamente na renúncia de assegurar um plano ideal a longo-prazo (Oswalt et al., 2013, p. 165). Uma forma de trabalhar nessa visão disruptiva e contraditória é utilizar e planear o intermédio como uma ferramenta de ativação inserida no plano urbano, ou seja, ações temporárias que tragam benefícios para o plano de usos permanentes futuro.

A maior parte dos grandes projetos de regeneração localizam-se em zonas obsoletas e afastadas das cidades; fábricas abandonadas, antigos matadouros, zonas portuárias degradadas, estruturas ferroviárias desativadas, etc. São espaços que passaram a estar no imaginário da população como espaços marginais onde proliferam aspetos negativos, como criminalidade, periculosidade ou insalubridade. Reverter esta visão é um enorme desafio para os promotores do projeto, mas é fundamental para o seu sucesso. Muitas cidades já estão a trabalhar em soluções que possam integrar o reuso intermédio para quebrar a resistência da população e promover uma nova visão do lugar que possa transformar a perceção das pessoas e, com isso, ser mais rentável financeiramente. A ideia de ativar o espaço é uma forma de lidar com as temporalidades de maneira positiva e colaborar com o sucesso do plano.

Novamente, o reuso intermédio é usado para ativar o espaço e transformar a perceção e o imaginário das pessoas sobre o local, promovendo e apoiando o desenvolvimento do futuro projeto de reconversão.



Figura 44 Bijlmerbajes, 2020, Amesterdão. O antigo complexo prisional de Bijlmerbajes está a ser transformado num novo bairro – Bajeskwardier (2016-2026), um ambicioso projeto do atelier OMA com uma complexa mistura de usos onde se planeia a manutenção de uma parte do edificado existente. Enquanto aconteciam os trâmites burocráticos para aprovações e decorriam as primeiras demolições, uma das torres do presídio foi utilizada por um ano (2019) como um hotel pop-up (The Movement Hotel) que utilizava as antigas celas como quartos. Para além disso, durante a fase de obras, parte do complexo que será mantido está a ser utilizado como um centro cultural (Lolalik), uma escola de boxe (Boksschool Bijlmerbajes) e alguns dos seus espaços estão a ser rentabilizados para festas e eventos. O reuso intermédio aqui tem o intuito de mudar a imagem negativa do local e, assim, contribuir para a viabilidade e valorização do empreendimento final.

IV – METODOLOGIA

Uma nova metodologia num incerto contexto

Para além da transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo como afirmou François Ascher (2010), estamos a viver intensas mudanças sociais – de estrutura, organização e função – onde somos constantemente afetados por crises conjunturais. Já nas primeiras décadas do novo milénio, a crise do *subprime* americano e a grande crise financeira global (*GFC*) acabaram por colocar em primeiro plano o fenómeno do abandono e da intermitência dos espaços. Recentemente, a crise pandémica de covid-19, logo transformada também em crise económica e social, expôs a urgência e validade das soluções temporárias. Face este cenário, é possível refletir sobre os desafios do planeamento urbano na atualidade, designadamente a dois níveis: temporalidade dos espaços urbanos e das estruturas construídas; e o papel dos atores territoriais.

Os modelos canónicos de governança territorial e as lógicas hierárquicas de organização do Estado, não são mais compatíveis com esta nova realidade. Segundo Koolhaas (1995), precisamos de encontrar formas alternativas de planeamento e urbanismo, já não baseadas em critérios rígidos de ordenamento, controlo e permanência:

“If there is to be a “new urbanism” it will not be based on the twin fantasies of order and omnipotence; it will be the staging of uncertainty; it will no longer be concerned with the arrangement of more or less permanent objects but with the irrigation of territories with potential; it will no longer for stable configurations but for the creation of enabling form; it will no longer be about meticulous definition, the imposition of limits, but about expanding notions, denying boundaries, nor about separating and identifying entities, but discovering unnameable hybrids; it will no longer be obsessed with the city but with the manipulation of infrastructures for endless intensifications and diversifications, shortcuts and redistributions.” (Koolhaas, 1995, p. 28)

Esta visão de planeamento ganha ênfase durante o período de austeridade económica europeia na sequência da GFC de 2008 (Tonkiss, 2013). Não se trata de minimizar ou contrariar a incerteza, mas reconhecê-la enquanto pressuposto da dinâmica urbana, em particular em face da aceleração que caracteriza a sociedade contemporânea, da volatilidade das economias na atualidade, a que se juntam as vulnerabilidades crescentes decorrentes da crise climática. Ascher, por exemplo, conclui que o “neo-urbanism” deve apoiar-se em “atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade mais complexa e a um futuro incerto” (2010, p. 82). Para isso, o planeamento deve ser uma ferramenta tanto de análise como de negociação entre os diversos atores, com as suas múltiplas e contraditórias demandas, suas diferentes escalas e temporalidades (Bourdin, 2011, p. 54).

O tema da mediação ou da negociação no urbanismo já estava presente na Nova Carta de Atenas de 2003 como parte das atribuições do urbanista/planeador urbano. Segundo o documento, o planeamento é também um

“(...) processo político para atingir um equilíbrio entre os interesses em causa, públicos e privados, de forma a permitir as arbitragens necessárias aos conflitos de interesse que surjam entre as diferentes exigências do planeamento e dos programas de desenvolvimento” (CEU, 2003, p. 25).

Prosegue com uma lista de obrigações específicas para o denominado “urbanista como conselheiro estratégico e mediador”, onde se destacam a promoção da participação pública no desenvolvimento da cidade, assim como o esforço por uma comunicação entre todos os atores envolvidos para assegurar o conhecimento e a compreensão das propostas pelos futuros utilizadores (CEU, 2003, pp. 27–28). Uma visão semelhante tem Bourdin (2011) quando afirma que é necessário redefinir o perímetro de atuação e intervenção do planeador, e abranger a mediação e a comunicação em seu escopo.

Na última década, esta transição para um novo paradigma de planeamento tem-se exacerbado, sendo uma das suas expressões o surgimento de um modo mais suave de ação institucional. O “Soft Planning” tem ênfase em torno de 3 pilares: (i) coordenação e integração de escalas de planeamento, setores de governação e atores territoriais em torno de uma visão local partilhada, buscando estratégias integradas ao invés de abordagens de planeamento físico regulatório; (ii) desenvolvimento de novas escalas de planeamento, criando movimentos multidirecionais e promovendo novos espaços de planeamento não-estatutário; por fim, (iii) governança multinível e multi-

escalar baseada em novos arranjos entre administração pública e privados (Cavaco & Costa, 2019).

Estes novos processos e práticas apresentam uma complexa relação entre planeadores e comunidade, situando-se nos limites entre o institucional e o informal, o planeado e o espontâneo, a rigidez e a flexibilidade, *top-down* e *bottom-up*, etc. Nesta “zona cinzenta” do planeamento urbano, a busca por diferentes escalas e por uma maior participação da comunidade tem-se traduzido em diferentes abordagens metodológicas onde a comunicação e representação visual ganham palco. No cerne, não está apenas o desenvolvimento de uma ferramenta de participação mais fácil e abrangente, mas o uso de metodologias visuais para alcançar diferentes camadas; objetivas e subjetivas.

O uso de linguagens visuais nas práticas do planeamento urbano está a ser disseminado desde os anos 80 quando o paradigma do planeamento colaborativo ou comunicativo passou a dominar o discurso teórico (Allmendinger & Tewdwr-jones, 2002, 2010; Healey, 1997, 2003). Muitos autores abordam as questões sobre a comunicação e a participação recorrendo a técnicas de visualização (mapas, esquemas, esboços, fotografias, etc.) como uma melhor forma de veicular as políticas territoriais e urbanas e divulgá-las a uma audiência mais ampla e diversificada (Dühr, 2007; Faludi, 1996). Ao explorar alternativas para além dos desenhos técnicos e peças meramente descritivas e estáticas, diferentes abordagens visuais passam a servir como base a processos de planeamento colaborativo; a representação simbólica do espaço por meio de formas de visualização tem sido considerada um fator determinante nos processos de planeamento estratégico, seja para fins de identificação de prioridades políticas, seja para contribuir para a mediação de conflitos e incorporação de pontos de vista dos diversos atores e da comunidade (Balz & Zonneveld, 2015; Costa et al., 2021; Healey, 2003).

Uma participação mais efetiva da comunidade no planeamento da cidade traz diversos benefícios, como o aumento da capacidade dos cidadãos cultivarem um sentido de compromisso e pertença mais forte, aumentando a satisfação do usuário, criando expectativas realistas de resultados e construindo confiança (Al-Kodmany, 1999). Subjetividades que por vezes só podem ser medidas e estimuladas através de técnicas de visualização, pois é a única linguagem comum a todos os participantes. A visualização fornece um foco para a discussão de ideias de design pela comunidade; orienta os membros da comunidade durante o processo de design, aumenta sua

consciência de design e facilita uma melhor comunicação (King, Conley, Latimer, & Ferrari, 1989).

Desde o início da presente tese, houve um esforço para utilizar metodologias e métodos que fossem ao encontro deste momento de transição no planeamento urbano e estimulassem a participação da comunidade e o despertar/identificação de suas subjetividades. Para tal desafio, buscou-se a união de diferentes abordagens que se pudessem complementar e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades específicas da investigação. Em suma, foi criada uma metodologia a partir da união da *photo-elicitation* (Collier, 1957) e do *scenario-planning* (Kahn, 1973).

A Photo-Elicitation

A *photo-elicitation* é uma ferramenta metodológica que se insere no quadro das metodologias de *image-elicitation* e, conseqüentemente, no cerne das metodologias visuais para a investigação científica. Essas formas de abordagem que fazem uso de meios visuais (imagens, desenhos, mapas, filmes, etc.) passaram a estar cada vez mais presentes nas ciências sociais a partir das décadas de 1970/80 quando houve o chamado “*cultural turn*” e a cultura se tornou um meio crucial para os pesquisadores e cientistas sociais compreenderem os processos e identidades sociais, assim como as mudanças e conflitos na sociedade (Rose, 2016). A cultura é, de facto, um conceito complexo que não se resume a um conjunto de coisas ou de produtos (livros, romances, pinturas, programas de TV), mas a diferentes processos que dependem da interpretação dos seus participantes acerca daquilo que os rodeia (Hall, 1997).

Estes significados, que podem ser implícitos ou explícitos, conscientes ou inconscientes, realistas ou fantasiosos, transformam-se em representações onde a imagem é peça fundamental na construção da vida social nas sociedades ocidentais contemporâneas (Rose, 2016, p. 2). Assim, a maneira como vemos o mundo é a maneira como o compreendemos. Autores como Fyfe e Law (1988), Berger (1972) ou Jay (1993, 2002) afirmam que esta posição central da visão na sociedade é algo natural aos seres humanos; quando criança, o ver vem antes das palavras, assim como representar, pintar e ver, são características omnipresentes do processo pelo qual a maioria dos seres humanos passa a conhecer e reconhecer o mundo. Vivemos numa sociedade visual, “ocularcentrista”, não apenas porque as imagens são cada vez mais comuns no nosso dia-a-dia, mas porque interagimos cada vez mais com experiências visuais artificialmente fabricadas (Mirzoeff, 1998).

Numa crítica a esta “sociedade visual”, Baudrillard (1981) e Debord (1983) afirmam que as imagens se tornaram tão comuns na vida quotidiana que acabam por nos seduzirem ao ponto de não sermos capazes de distinguir entre a realidade e a fantasia, o real e o irreal, uma vez que não apenas se fundem com a realidade, mas também se tornam realidade.

É neste confuso contexto que as metodologias visuais avançam como uma forma de responder às demandas cada vez mais complexas onde imagens podem auxiliar nos processos de compreensão de questões objetivas e subjetivas da sociedade. De entre uma grande panóplia de métodos, está a *photo-elicitation*. Em suma, este baseia-se na simples ideia de inserir registos fotográficos em entrevistas no intuito de evocar elementos mais profundos da consciência humana (Harper, 2002, p. 14). Esta técnica qualitativa já muito utilizada em investigações da antropologia, da sociologia, da geografia social e de outras ciências sociais (Estevens, 2014, p. 134; Rose, 2016, p. 318) é de fácil implementação e permite ao entrevistador obter *outputs* sobre os fenómenos sociais mais complexos e singulares, do que conseguiria através de outros métodos focados na oralidade ou na escrita (Mannay, 2016); a *photo-elicitation* “encourages talk that is more emotional, more affective, more “ineffable”” (Bagnoli, 2009, p. 548), sendo ela capaz de mais facilmente evocar a materialidade afetiva da vida social (Hunt, 2014; Pink, Mackley, & Moroşanu, 2015).

Ao mostrar uma foto de um armazém industrial abandonado, um antigo operário pode descrever como era este espaço fisicamente – aspetos que podem ser identificáveis na própria foto – mas também pode lembrar-se dos cheiros, descrever os sons e os barulhos das máquinas ou como isso o afetava na sua vida; uma foto de um teatro em ruínas pode fazer com que uma das suas antigas bailarinas possa recordar-se do seu nervosismo perante uma estreia ou de como os aplausos ecoavam pelo edifício e a impulsionavam quando estava no palco; são muitos os exemplos de como as imagens podem servir de gatilhos para memórias e emoções mais profundas, ao mesmo tempo em que podem criar um ambiente confortável para que o entrevistado possa expressar-se mais livremente. Neste processo, o “*elicitation*” significa mais do que o simples “*elicitar*” de sua tradução ao português, ou seja, “desencadear o aparecimento de; fazer sair; expulsar; afugentar com esconjuro” (Porto Editora, 2021), mas também a criação deste ambiente favorável para tal ação.

O termo *photo-elicitation* foi criado pelo fotógrafo e investigador norte-americano John Collier (1957) quando era membro de um grupo multidisciplinar da Universidade de Cornell que desenvolvia uma investigação sobre a saúde mental em

comunidades em mudança nas províncias marítimas do Canadá. Ao pesquisar sobre como as famílias adaptavam as suas casas às diferenças étnicas dos seus habitantes e às novas formas de trabalho fabris urbanos, o grupo deparou-se com uma grande dificuldade em analisar o stress psicológico que este processo causava. O método da *photo-elicitation* foi então escolhido para tentar lidar melhor com esta situação. Ao analisar os seus resultados e compará-los com as entrevistas estruturadas que também foram realizadas, os investigadores concluíram que as fotografias haviam aguçado a memória dos entrevistados, reduzindo os mal-entendidos face às questões de vocabulário e potenciando conteúdos mais precisos.

“The characteristics of the two methods of interviewing can be simply stated. The material obtained with photographs was precise and at times even encyclopaedic; the control interviews were less structured, rambling, and freer in association. Statements in the photo- interviews were in direct response to the graphic probes and different in character as the content of the pictures differed, whereas the character of the control interviews seemed to be governed by the mood of the informants.”(Collier, 1957, p. 856)

A partir do êxito desta experiência, a técnica passou a ser cercada de muita expectativa para a sua aplicação em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, esse ânimo não resultou num grande número de publicações científicas específicas sobre o assunto (Tabela 2). Harper (2002, p. 15) especula que o impacto da *photo-elicitation* na investigação não pode ser mensurado formalmente, pois é uma técnica que, na maioria das vezes, está inserida informalmente nas rotinas do trabalho de campo. Para justificar a sua posição, o autor cita dois trabalhos – o primeiro numa comunidade rural italiana bombardeada durante a segunda guerra e o segundo em cidades cristãs latino-americanas. Em ambos os casos, a técnica foi bem-sucedida, permitindo que os entrevistados se envolvessem mais com os temas propostos e fornecessem informações mais completas e não-fragmentadas. No entanto, os trabalhos não foram considerados estudos de *photo-elicitation*.

Entre experiências formais e rotinas informais, é notório que a *photo-elicitation* está presente em muitas investigações – em menor ou maior grau, propositada ou intuitivamente. Segundo Harper (2002), a sua maioria foca-se em quatro áreas (organização social; comunidade; identidade; e cultura), ou seja, a técnica

está a ser utilizada, formalmente ou não, para revelar as relações sociais e identitárias nos espaços urbanos contemporâneos, já que estes ambientes são experienciados de maneira diferente por pessoas diferentes (Rose, 2016, p. 308).

	Dissertations	Books	Articles, reflections on larger studies	Articles, research fully described
Social class/social organization/family	2 (Guschker 2000; Sustik 1999)	3 (Barndt 1980, 1990; Bunster B. 1989)	2 (Collier 1957; Guindi 1998)	2 (Calderola 1985; Steiger 1995)
Community/historical ethnography	1 (Sampson-Cordle 2001)	2 (Harper 2001; Schwartz 1992)	2 (Chiozzi 1989; Rusted 1995)	6 (Orellana 1999; Suchar 1988, 1992; Suchar and Rotenberg 1994; van der Does et al. 1992; Wagner 1978)
Identity/biography/ autobiography		3 (Harper 1987b, 1994; Spence 1986)		7 (Blinn and Harrist 1991; Clark 1999; Gold 1991; Hethorn and Kaiser 1999; Jansen 1991; Kenney 1993; Smith 1999)
Culture/cultural studies			1 (Faccioli and Zuccheri 1998)	8 (Craig et al. 1997; Curry and Strauss 1986; Harper 2000; Kretsedemas 1993; Messaris and Gross 1977; Snyder 1990; Snyder and Ammons 1993; Stiebling 1999)

Tabela 2. Resumo das principais publicações acerca da photo-elicitation até 2002 e possível classificação. Fonte: (Harper, 2002, p. 16)

O Scenario Planning

A construção de cenários para o planeamento de ações é uma técnica utilizada, mesmo de forma intuitiva, desde a Segunda Guerra Mundial (Morgan & Hunt, 2002; van der Heijden, 1996). Mas foi a partir das obras de Herman Kahn (1971, 1973; 1967) que o tema foi estudado e sistematizado para sua utilização enquanto ferramenta metodológica. A princípio, a “estratégia de cenários” tinha fortes ligações militares, mas logo atraiu a atenção de outras áreas da ciência e planeamento que passaram a usá-la para “formulate wiser courses for the future” (Mason, 1994, p. 11). O objetivo principal da pesquisa de H. Kahn era perceber como a antecipação/previsão pode moldar a tomada de decisão do momento e como este processo pode circular entre algo quantitativo/racional e algo qualitativo/intuitivo (Ramos, 2010, p. 683). Kahn (1971, p. 150) afirma que o *scenario planning* se orienta para a tomada de decisão na medida em que o desenvolvimento de um determinado cenário se foca na identificação e definição das ações futuras a empreender ; com a definição de cenários prospetivos “one may see better what is to be avoided or facilitated, and one may also gain a useful perspective on the kinds of decisions that may be necessary”(Kahn & Wiener, 1967, p. 6).

Esta visão do *scenario planning* enquanto uma ferramenta prática e objetiva é partilhada por muitos outros autores contemporâneos que explicam o seu faseamento. Ou seja, o planeamento de (ou através de) cenários é composto essencialmente por duas etapas: de preparação e de ação (Martelli, 2001; Ramirez & Selin, 2014; Rowland & Spaniol, 2017). Para Aligica e Tarko (2015, p. 179), “any deliberate real action of importance has to be preceded by a thought experiment that anticipates the possibility of its outcomes and implications”. Durance e Godet (2010, p. 1489) afirmam que o cenário não pode ser um fim em si mesmo, já que “it only has meaning as an aid to decision-making in so far as it clarifies the consequences of current decisions”.

Para alguns autores, o termo “cenário” passou a ser usado para descrever inúmeros e diferentes tipos de estudos orientados para o futuro criando um “caos metodológico” permeado de contradições em termos de definições, características e princípios (Chermack, 2002; Khakee, 1991; Martelli, 2001; Tress & Tress, 2003). Mesmo nessa conjuntura, Godet (2000, p. 11) identifica e classifica o uso de cenários em duas grandes categorias: (i) **Antecipativo ou normativo**: a partir de tendências passadas e presentes que conduzem a um futuro provável; e (ii) **Exploratório**: construído com base em visões alternativas do futuro, sejam elas desejadas (utopias) ou temidas (distopias).

Para além de modelos escritos, o processo de *scenario planning* também produz inúmeros produtos e subprodutos gráficos, como diagramas, esquemas e gráficos - e.g. matriz 2x2 (Schwartz, 1991) ou árvore de competências (Giget, 1998). No entanto, ao promover o seu uso para além dos setores empresariais e da administração pública e avançar para áreas das ciências sociais e ciências humanas, foram também desenvolvidos novos métodos de visualização dos cenários, como fotomontagens e simulações digitais através de GIS e ferramentas 3D (Moore-Cherry, Crossa, & O'Donnell, 2015; Tress & Tress, 2003).

Enquanto nas últimas décadas a fusão entre metodologias visuais e de *scenario planning* se tornou familiar para a antropologia, geografia, sociologia e psicologia, este processo sempre esteve presente na área da arquitetura e do urbanismo, sendo a construção de cenários futuros essencialmente visuais (planos, projetos, desenhos, perspectivas, modelos tridimensionais, etc.) um exercício inerente à profissão (Rozestraten, 2011). Com o tempo, o “planear através de desenhos” ganhou novos métodos complementares e a relação entre a elaboração do desenho e a manipulação

de imagens já existentes foram capazes de expandir o tema, tanto em termos projetuais quanto do ponto de vista da crítica.

A fotografia e o fotorrealismo dos projetos de arquitetura e urbanismo, para além de produtos ou subprodutos da profissão, são ferramenta de criação. O seu uso tem raízes em movimentos artísticos como o construtivismo, dadaísmo, surrealismo ou o *pop-art*, onde a *collage* era usada como uma forma de expressão (Castro, 2017). No princípio do século XX, as obras de artistas como Hannah Hoch, Raoul Hausmann, Walter Ruttmann e Paul Citroën (Figura 45) focaram-se na relação entre a cidade existente e a cidade imaginada, assim como os excessos da recém-surgida condição metropolitana das cidades (Fuão, 1987; Wescher, 1976). A influência destas obras refletiu-se tanto nos trabalhos do *Archigram* (1961-1974), um grupo de arquitetos e artistas que tratavam a fotomontagem e a *collage* como elementos essenciais para suas manifestações vanguardistas e ficcionais – e.g. *Walking City* (1964) e *Instant City* (1968) (Figura 46) —, como nas teorias americanas anti-modernistas de Colin Rowe e Fred Koetter publicadas no livro *Collage City* (1978).



Figura 45 Paul Citroën. *Metropolis*, 1923. Leiden University, The Netherlands.



Figura 46. A *Instant City* criada pelo grupo Archigram através do método de *collage*. Fonte: Archigram Archives in www.archigram.net/portfolio Acesso 12/05/2021

A influência da *collage* e da fotomontagem na arquitetura (Figura 47) e no urbanismo expressa-se através do *scenário planning*. Neste campo de atuação, o método serve como ferramenta de ação ou de investigação, no intuito de testar teorias, construir novos conceitos e adquirir conhecimento sobre alternativas e inovações (Ramirez, Mukherjee, Vezzoli, & Kramer, 2015). Ao evocar cenários ainda não existentes para uma determinada área e apresentá-los de maneira visual, é possibilitada uma interação maior e mais clara entre os vários agentes envolvidos, nomeadamente os que decidem, os que planeiam e os que beneficiam dessas ações.



Figura 47 Apresentação elaborada pelo atelier OMA para o projeto Mangalem 21 em Tirana, Albania. Fonte: Website OMA www.oma.com. Acesso em 11/03/2023.

O Scenario-Elicitation

Durante a presente investigação, tendo em conta tanto as opiniões objetivas das pessoas quanto as subjetividades da sua relação com os casos de estudo, foram estudadas algumas metodologias que pudessem colmatar os objetivos da investigação. Como resultado, foi criado um exercício metodológico onde foram integradas as metodologias atrás descritas - *photo-elicitation* e *scenario planning* - para a elaboração de uma nova metodologia denominada *scenario-elicitation* (Costa et al., 2021).

Esta nova metodologia visa suprir três objetivos principais:

- I. Estimular e facilitar a **participação da população**, independentemente do seu status social e de suas capacidades académicas, ou seja, não apenas *stakeholders* ou agentes públicos em posições de decisão;
- II. Provocar **reações sentimentais** entre as pessoas e o território de estudo, evocando histórias, memórias e opiniões pessoais que, por sua vez, possam não ser tão explícitas;
- III. Criar um mecanismo para **análise concisa e direta** de propostas de projetos, mesmo antes da sua proposta de planeamento final.

Para tal, o exercício de *scenario-elicitation* foi aplicado através de dois experimentos⁶ onde foram utilizados diferentes casos de estudo; um mediante a realização de entrevistas presenciais, o outro mediante a realização de um inquérito online. Esta diferença metodológica não estava prevista inicialmente e foi determinada por fatores conjunturais decorrentes da pandemia covid-19, pois a segunda parte do exercício foi realizada durante os meses de maio e julho de 2020, quando se agravaram as políticas de confinamento impostas pelas autoridades, impossibilitando o prosseguimento de entrevistas presenciais.

Ambos os experimentos tiveram, em essência, os mesmos tipos de conteúdos. No entanto, as entrevistas presenciais funcionaram, de certo modo, como exercício-piloto, já que aconteceram primeiro e visavam verificar se aquela metodologia tinha eficácia ou não. Passada essa confirmação, o inquérito online pretendeu ampliar a audiência e testar se os meios digitais também atingiam os objetivos preestabelecidos, ao mesmo tempo em que era possível comparar os resultados presenciais vs. virtuais.

⁶ Os experimentos serão mais bem explicados no capítulo V.

Em resumo, o *scenario-elicitation* consiste em confrontar o entrevistado com fotomontagens de possíveis cenários para uma área (caso de estudo) (Figura 43) e estimulá-lo a conversar sobre estas possibilidades, indagando-o também sobre que sentimentos tem ao ver as imagens. Por fim, solicita-se uma avaliação de cada cenário através de uma pontuação na escala de Likert de 1 a 5, uma técnica que possibilita indicar o grau de concordância ou de discordância em relação a uma série de proposições definidas e estabilizadas (Carmo & Ferreira, 2008; Hill, 2014). Como subproduto específico para a presente investigação, ainda que não essencial à metodologia, foram também criadas perguntas sobre o reuso intermédio, ou seja, os cenários elaborados traduzem a ideia de um uso temporário, aspeto que foi igualmente avaliado pelos entrevistados.

Sendo assim, da metodologia da *photo-elicitation* extraiu-se a possibilidade de os entrevistados comentarem e discutirem aspetos, não apenas objetivos, mas também memórias e subjetividades relativas ao espaço abandonado e sua possível reconversão; do *scenario planning* avaliaram-se e testaram-se os futuros cenários, de maneira direta e concisa. Esta fusão foi vital para a criação de uma ferramenta metodológica de fácil comunicação e perceção, permitindo análises rápidas, claras e diretas, ao mesmo tempo em que podemos obter uma visão holística do processo, sem abdicarmos ainda de uma componente exploratória.



Figura 48. Cenário proposto para um dos casos de estudo. Fonte: Fotomontagem produzida pelo próprio autor a partir de fotografia do sítio e imagens de internet.

V - CASO DE ESTUDO

O Barreiro: notas iniciais

O Barreiro é uma pequeno município da coroa suburbana de Lisboa, Portugal, com área de 36,39 km² e possui 78.345 habitantes segundo os resultados do último censo (INE - Instituto Nacional de Estatística, 2021). O município faz parte da Área Metropolitana de Lisboa (2.871.133 habitantes) e está situado na península de Setúbal – margem sul do estuário do rio Tejo. A sua principal ligação com a capital é através de meio fluvial que é assegurada por catamarãs, numa viagem de aproximadamente 20 minutos. Por vias terrestres, é preciso contornar todo o território de Lisboa e seguir por uma das pontes, 25 de Abril ou Vasco da Gama, numa viagem de aproximadamente 40 minutos que atravessa outros municípios (Figura 49).

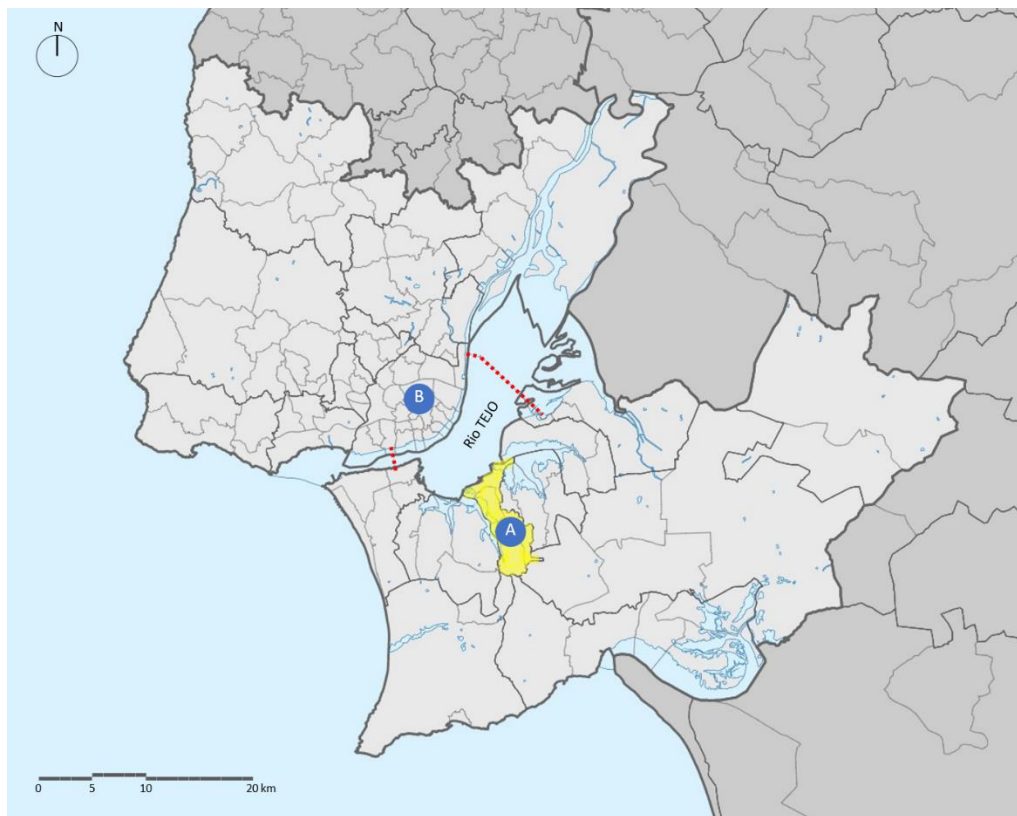


Figura 49 Mapa dos municípios da AML com destaque para (A) Barreiro e (B) Lisboa. Em encarnado, as duas pontes sobre o Tejo que estabelecem ligações rodoviárias e ferroviária entre o distrito de Lisboa (margem Norte) e o distrito de Setúbal (margem Sul). Fonte: Elaboração própria sobre base fornecida pela Direção-Geral do Território e AML.

O formato do seu território e a ausência de pontes a fazer ligações diretas à capital e aos municípios vizinhos de Seixal e Montijo favorecem a sensação de um certo isolamento espacial, que se transforma também em isolamento social. Esse afastamento comprova-se pelo seu constante declínio demográfico em contraponto aos seus vizinhos; dos municípios pertencentes à AML e situados na margem sul, o Barreiro é o único que sofre perda de habitantes. Segundo os censos de 2021 (INE - Instituto Nacional de Estatística, 2011, 2021), o município vem perdendo habitantes nas últimas décadas. No período compreendido entre 2011 e 2021, a população jovem (menos de quinze anos) diminuiu 7,54%, enquanto a população idosa (65 anos ou mais) aumento em 17,89% (Tabela 3) Ou seja, o Barreiro é um município que tem perdido população jovem e/ou indivíduos em idade ativa, ao mesmo tempo que enfrenta uma tendência muito significativa de envelhecimento.

	1991	2001	2011	2021
População	85 768	79 012	78 764	78 345
Jovens (menos de 15 anos)	14 924	10 193	11 184	10 342
Idosos (65 e mais anos)	9 778	12 484	17 013	20 056

Tabela 3 População residente no município do Barreiro nos últimos censos. Fonte: INE, 2021

Esta sua condição geográfica nem sempre foi prejudicial ao seu crescimento, seja em termos demográficos e sociais, seja em termos económicos. Durante a maior parte do século XX, o Barreiro teve um crescimento acentuado, reflexo do desenvolvimento do seu setor industrial, passando de uma pequena vila de pouco mais de 7 000 habitantes em 1900, para um município de mais de 88 000 habitantes em 1980 (Faria & Mendes, 2010) – maior população já registada.

Apesar das primeiras referências documentadas ressaltarem a importância da vinicultura no século XIII e, mais tarde, ao ser elevada a vila (1521), aparecer descrita como uma pequena povoação de características ribeirinhas formada maioritariamente por pescadores (Pais, 1963, p. 13), o Barreiro é uma cidade muito ligada ao desenvolvimento e expansão dos setores da indústria e manufatura, mesmo antes de entrados no século XX. Em estudos arqueológicos sobre as origens da sua ocupação humana, já se aventava a hipótese de que uma pequena porção de território junto ao rio, dantes denominada “ponta da passadeira” (onde atualmente se encontra a FISIFE), fora “intensamente explorad[a] pela população neolítica, enquanto fonte de abastecimento das argilas necessárias à actividade oleira” (Soares, 2013, p. 172). Além disso, na mais antiga fonte documental conhecida onde o Barreiro é mencionado, o

comendador do Ribatejo D. Garcia Rodrigues assinala a existência e a importância da exploração de marinhas de sal na foz do Rio Coina ao ceder, em 1322, parte de suas propriedades à comunidade feminina da Ordem de Santiago, com exceção das marinhas do Barreiro e de Verderena que reservou para si (Carmona, 2009, p. 23).

A íntima relação com o rio que promoveu intensas atividades de pesca e exploração do sal desde a Baixa Idade Média, também fez com que séculos mais tarde, já na conjuntura dos Descobrimentos, fossem instaladas atividades de carácter produtivo e logístico, nomeadamente o Complexo Real de Vale de Zebro para a produção de biscoito para as armadas; a construção de diversos moinhos d'água; e o estabelecimento de um estaleiro naval na Telha para a construção e reparação de navios (Carmona, 2009, p. 37). Assim, pode-se afirmar que já no século XV o primeiro complexo (pré)industrial se formou junto ao rio Coina, com diversas edificações voltadas tanto para o fabrico do biscoito – paiol para farinha, celeiro de trigo, oficinas, residências para os seus funcionários, fornos para cozedura, moinho de maré para fornecimento de farinha – como para a indústria naval (Faria & Mendes, 2010, p. 366)

A posição geográfica estratégica do Barreiro junto aos rios Tejo e Coina, e a sua proximidade à capital permitiu um salto de desenvolvimento que, por sua vez, gerou riqueza e progresso e atraiu pessoas em busca de trabalho e outras de classe mais abastada que vieram para administrar e gerir as propriedades e interesses da Coroa. Segundo Carmona (2009, p. 70), esse foi um período de um grande dinamismo demográfico demonstrativo do importante papel desempenhado pelo Barreiro no contexto social e político da época. Em pouco mais de meio século, a população do Barreiro triplicou atingindo perto de 700 habitantes.

O progresso continuou e entre os séculos XVIII e meados do XIX, a vila presenciou a construção da Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina (a pedido de D. João V) e o surgimento ao longo do rio Coina de moinhos de maré, moinhos de vento e fornos de cal e de olaria (Carmona, 2009). Todavia, o grande desenvolvimento industrial do Barreiro ocorre após a sua ligação ao Sul do país a partir da introdução do caminho-de-ferro em 1859. Este facto proporcionou a transformação da condição proto-industrial de outrora para um território cuja proporção enorme de suas indústrias chegou a representar o maior conglomerado industrial da Península Ibérica (Sena, 1958).

Com a ferrovia iniciou-se o desenvolvimento da indústria corticeira (Figura 50) que se utilizava da ferrovia para o transporte de grandes quantidades de matéria-prima (cortiça) vinda do Sul do país. O Barreiro tirava proveito da sua posição

geográfica privilegiada no término da linha ferroviária, ao mesmo tempo que se tornava o ponto de conexão entre o sul e o resto do país, atraindo investimentos e população. Já no final do século XIX, o Barreiro era um dos maiores centros corticeiros do país possuindo quatro fábricas de preparação e exportação de cortiça em grande escala e desencadeando a migração de famílias inteiras vindas do sul (Faria & Mendes, 2010, p. 368). Em pouco mais de 30 anos, a população quase triplicou – 4.843 residentes em 1878 para 12.230 residentes em 1911.



Figura 50 Indústria corticeira instalada na Quinta da Maceda, Barreiro, c.1920. Foto: Acervo Espaço Memória CMB.

A ferrovia trouxe ainda consigo uma série de estruturas e infraestruturas que também acabaram por contribuir para a mudança no perfil da cidade, ao gerar novos postos de trabalho e atrair diferentes pessoas de diferentes culturas. Além do próprio caminho-de-ferro que dividia o território por onde passava, outras marcas visíveis na paisagem urbana surgiram e reforçaram a vocação industrial do Barreiro. Foram instaladas as maiores oficinas do país, a maior rotunda de locomotivas com capacidade para 20 locomotivas, edificado um bairro de habitações para os trabalhadores da ferrovia, grandes armazéns de mercadorias e outros edifícios de usos essencialmente humanitários, como a sede dos bombeiros voluntários do Sul e Sueste, a Casa do ferroviário e o Instituto dos Ferroviários; importantes edificações que ainda hoje se mantêm no imaginário da população e que durante muito tempo foram elementos estruturantes e organizadores do espaço urbano.



Figura 51 Oficinas Sul e Sueste e Rotunda das Máquinas, Barreiro, 1933. Foto: Foto: Acervo Espaço Memória CMB.

A partir de 1908, com a implementação das primeiras unidades da Companhia União Fabril (CUF), desencadeia-se a formação do conglomerado industrial de enorme dimensão, “modelando uma paisagem socio-identitária muito distintiva e marcada pelo mundo da fábrica, das oficinas ferroviárias e das coletividades operárias, mas também de uma produção menos alinhada de criação cultural que toma a periferia e a heterotopia da cidade industrial como recurso” (Rodrigues & Santos, 2018, p. 20). A partir de então, a CUF passa a ser o complexo industrial químico do século XX mais importante em Portugal e reorganiza o território do Barreiro em função das suas fábricas e expansões. Uma parte significativa da cidade vive em função da CUF, não apenas dos postos de trabalho que ali são criados, mas de todo o aparato social desenvolvido para suportar as famílias dos trabalhadores.

O Barreiro da CUF / A CUF do Barreiro

As raízes da CUF estão em Lisboa e remontam a 1865, quando a companhia recebe do rei o alvará de licenciamento para a produção de sabões, estearina, óleos vegetais e para o fabrico do tabaco em terrenos na zona de Alcântara. Mas já poucos anos depois do seu início e após a morte de seu fundador (Visconde da Junqueira) em 1971, a empresa é salva da falência pela entrada do Conde de Burnay para o Conselho de Administração. Em situação análoga, a Companhia Aliança Fabril (CAF), de atividades semelhantes e também localizada em Alcântara, enfrentava uma situação financeira crítica e só conseguiu manter-se graças ao impulso financeiro dado por Alfredo da Silva, diretor de um banco de quem era devedora.

Com as duas empresas a apresentarem débeis resultados financeiros, ao mesmo tempo em que adquiriam prestígio internacional com participações e prémios em grandes exposições, Alfredo da Silva, agora administrador principal da CAF, propõe uma reestruturação da empresa que acaba por ser anexada em 1898 pela sua concorrente CUF num processo de fusão, no intuito de se fortalecerem e tornarem economicamente viáveis. No período subsequente e já sob sua administração, a agora e tão somente CUF avança com bons resultados financeiros e expande a sua produção para o limite das suas capacidades territoriais da época. A urgência de expandir a atividade, bem como a necessidade de criação de novas unidades produtivas, contribuíram para que Alfredo da Silva tomasse a decisão de instalar a CUF numa zona mais afastada sem os constrangimentos característicos dos centros urbanos (Camarão, Pereira, & Leal da Silva, 2008).

Em 1907, a empresa escolhe o Barreiro para a sua expansão, adquirindo à empresa corticeira Bensaúde & C^a uma faixa de terreno entre a praia do Norte do Barreiro e a praia dos Moinhos no Lavradio onde planeia a criação de um novo complexo industrial seguindo os moldes das grandes nações mais industrializadas, como as cidades industriais inglesas ou alemãs (Figura 52) As condições territoriais para o efeito estavam lá: disponibilidade de solo fora de um grande centro urbano; abundância de água; acessibilidade (ferroviária, fluvial, marítima); proximidade do mercado abastecedor de mão de obra e do mercado consumidor dos respetivos produtos (Alentejo e Lisboa); abundância de parte das matérias-primas necessárias para os novos e antigos processos da indústria, nomeadamente a pirite (Leal da Silva, Gomes, & Cruz, 2004; Telo, 1995). Além disso, nos terrenos adquiridos já existiam alguns armazéns próximos da praia do Norte, além de um cais acostável e um ramal de caminho-de-ferro outrora associados à indústria da cortiça.

Apenas um ano depois, iniciou-se a atividade fabril do Barreiro com o arranque da unidade de extração de óleo do bagaço da azeitona (usado no processo de fabricação de sabões). No mesmo ano de 1908 também começa a funcionar a primeira fábrica de ácido sulfúrico a partir da pirite, a primeira unidade de obtenção de enxofre e a primeira fábrica de superfosfatos. Era então o início de um grande império industrial administrado nas suas primeiras décadas pelo empresário Alfredo da Silva e sua família e que ainda hoje sobrevive sob formas e maneiras distintas na paisagem da cidade⁷.

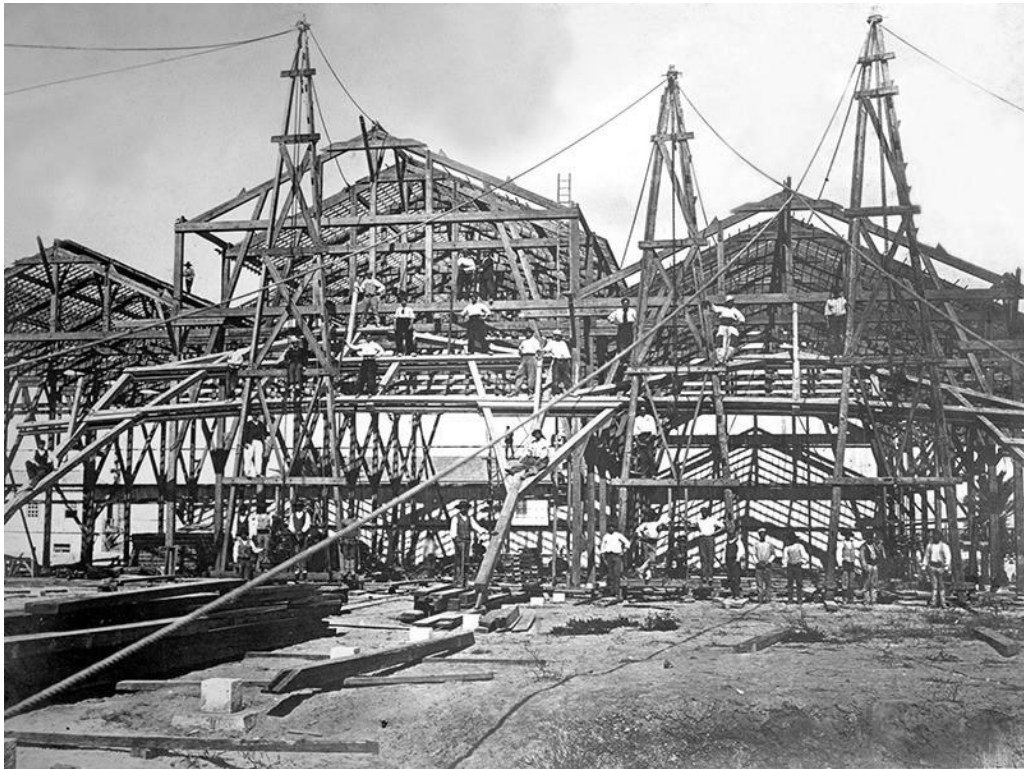


Figura 52 Construção de uma das fábricas do complexo CUF no Barreiro. c.1908. Foto: Acervo Espaço Memória CMB.

No princípio, a fábrica contava com pouco mais de 100 trabalhadores distribuídos pelas suas quatro unidades de produção, mas a sua espantosa evolução levou a fábrica a atingir nos anos 1950 o limiar de mais de 11 000 trabalhadores e 65 fábricas a laborar. Em 1973, antes da sua nacionalização, a CUF estava entre os 150 maiores grupos mundiais e entre os 10 maiores da Europa (Catroga, 2008 apud Faria & Mendes, 2010). Este imenso desenvolvimento industrial, de novas máquinas e

⁷ Cronologia completa da história da CUF no Barreiro disponível no Website Fábrica Sol de propriedade do Eng^o Leal da Silva. <http://fabricasol.blogspot.com/2005/11/> - Acesso em 16/09/2021

instalações fabris, foi acompanhado por uma tentativa muito bem-sucedida de apoios sociais também fornecidos pela empresa em sintonia com o que se fazia nos outros grandes centros industriais europeus. Enquanto a empresa crescia e o número de funcionários aumentava, eram construídas edificações e criados grupos para satisfazer necessidades além das meramente laborais.



Figura 53 Vista aérea do complexo da CUF Barreiro em 1929. Foto: Acervo Museu Industrial CMB.

Logo na sua instalação em 1908, se edificou o primeiro bairro destinado aos operários do Barreiro, os quais passaram a dispor também dos mesmos serviços médicos que os demais trabalhadores da CUF tinham direito em Lisboa. O chamado Bairro de Santa Bárbara consistia em 92 casas individuais para operários e 4 casas para quadros superiores da empresa, agrupados em 5 blocos de moradias. Em 1932, devido ao crescente número de novos funcionários, o bairro expandiu-se para norte e passou a contar com 312 moradias (Figura 54). Pelo mesmo motivo, em 1955, edificou-se o Novo Bairro da CUF localizado no Alto do Seixalinho composto por 180 apartamentos distribuídos em blocos de 3 pisos (Camarão et al., 2008).



Figura 54 Bairro Operário da CUF (Santa Bárbara) já com sua formatação atual. Foto: Website Restos de Coleção - <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html> Acesso 04/05/2019.

Para além da questão habitacional, a CUF durante seus anos de funcionamento forneceu uma série de benesses sociais que se traduziram em edificações, equipamentos coletivos e de prestação de serviços para o bem-estar dos funcionários e de suas famílias, numa clara estratégia “paternalista” muito comum aos grandes complexos industriais da época e que visava, ao mesmo tempo, “o reforço da vinculação dos operários à fábrica e uma relativa pacificação social” (Carmo, Matos, & Pereira, 2019, p. 64). De entre os muitos exemplos, destacam-se a Escola Primária destinada aos filhos dos funcionários da empresa (1927), o Grupo Desportivo da CUF (1937), o posto médico e os serviços de medicina preventiva (1943), o infantário (1944), a colónia de férias da CUF em Almoçageme, Sintra (1949), o parque desportivo (1965), entre outros.

A CUF era mais do que uma empresa instalada numa cidade periférica; a CUF tornara-se a própria cidade. Já no final da década de 1950, quando a fábrica atingiu o seu ápice no número de funcionários e da sua capacidade de produção, a CUF ocupava cerca de 2 145 000m² entre unidades fabris e sociais, representando mais de metade de todo o território do município do Barreiro (Sena, 1958). Os seus mais de 11 000 funcionários representavam quase 1/3 de toda a população residente da cidade e, se fosse possível contabilizar todos os elementos do agregado familiar, facilmente seria

credível afirmar que mais de metade da população estava diretamente ligada à empresa. Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a empresa expandiu ainda mais seus territórios mudando a forma da cidade ao avançar sobre o rio Tejo para instalar suas novas fábricas (Faria & Mendes, 2010; Sena, 1958). Este impacto da CUF tanto nas pessoas quanto na morfologia do Barreiro significou mais do que o acelerar de um processo de industrialização que já ocorria, mas uma mudança na vida e no imaginário da cidade que persiste de certo modo até hoje.

A paisagem (pós)industrial que persiste

O desenvolvimento industrial do Barreiro durante a primeira metade do século XX representou um grande avanço para Portugal em relação aos seus vizinhos europeus. Se na 1ª Revolução Industrial o país se mostrava um tanto atrasado, já que a máquina a vapor patenteada em Inglaterra em 1769 só chegou em Portugal em 1821, na 2ª Revolução Industrial há um maior equilíbrio com as nações mais industrializadas e o Barreiro, com a sua aposta consistente nas indústrias químicas e o seu constante aperfeiçoamento tecnológico, seguia de perto as grandes cidades industriais do mundo (Faria & Mendes, 2010, p. 8). No entanto, é durante a década de 1970 que este cenário começa a mudar radicalmente.

Um pouco antes, no início da década de 1960, a então principal indústria e grande força motriz para o desenvolvimento urbano da cidade – a CUF, passou por uma reorganização dos seus serviços administrativos. Este processo foi resultante das constantes modernizações de processos e de maquinaria pelo qual a empresa passou até aquele momento e reforçou a vertente tecnológica e de inovação. A partir dessa mudança, a CUF tornou-se pioneira no país na produção de diversos produtos, como adubos compostos (1960), ureia (1963), sabão em fios (1964), ácido fosfórico por combustão submersa (1964), entre outros. Em 1962, registou-se a sua primeira patente – o medidor-controlador de teor de ácido sulfúrico e, pela primeira vez em Portugal, promoveu um inovador plano de formação utilizando a instrução programada aplicada à indústria (1965) (Camarão et al., 2008; Leal da Silva et al., 2004).

A reorganização trouxe um certo pioneirismo à CUF e, por consequência, ao Barreiro, mas acabou por ser responsável pela diminuição no número dos seus trabalhadores e também por frear o crescimento vertiginoso da população da cidade. Apesar de expansões muito significativas ocorrerem nesse período, como a ampliação

de uma das suas principais empresas associadas – a UFA (1961) e a construção do novo cais portuário (1965) que consolidou o porto do Barreiro como o segundo principal do país em número de movimentações, a empresa renovou e modernizou alguns processos para uma racionalização de sua produção, adquirindo novas tecnologias que substituíram muitos postos de trabalhos por maquinaria de alta tecnologia. Se em 1958 a CUF contava com 9580 funcionários, em 1969 este número reduziu-se para 6565 funcionários, sem prejuízo da sua produção que passou a ser ainda mais diversificada (Faria & Mendes, 2010, p. 55; Nunes et al., 2001).

Durante a década de 1970, o desenvolvimento da CUF foi marcado por grandes acontecimentos externos à empresa que impactaram de forma avassaladora na sua estrutura organizacional e no seu desenvolvimento. Em 1973, a empresa teve de repensar diversos processos e encontrar novas soluções logísticas a fim de lidar com a crise mundial do petróleo. A crise instaurada a partir desse momento foi exponencialmente aumentada no momento pós-revolução de 1974, quando numa ação abrupta a empresa foi nacionalizada e o grupo acabou sendo desarticulado. “A estratégia, construída ao longo dum século, de juntar e articular empresas, a montante e a jusante da casa-mãe, com as sinergias e economias de escala afins, foi posta em causa com medidas administrativas que pautaram a sua intervenção por objetivos políticos” (Faria & Mendes, 2010, p. 96).

Já nacionalizada, a empresa passou a ter fortes resultados negativos, tornando-se altamente deficitária. Com a quase totalidade de sua produção sujeita a tabelamento de preços, a rentabilidade da empresa estava completamente condicionada, contribuindo para um desequilíbrio financeiro muito grande. Em paralelo, o forte aumento dos custos de produção relacionado com a subida o preço das matérias-primas e os sucessivos aumentos salariais sem o respetivo repasse ao preço final dos produtos, agravaram ainda mais a situação. Ainda assim, o complexo industrial continuava a crescer e a apostar no seu desenvolvimento; importantes fábricas foram construídas nesse período imediatamente pós-revolução, como a fábrica de fibras acrílicas da FISIFE (1976) (Figura 55) a fábrica de ácido sulfúrico por contacto – o Contacto VII (1977-78) ou a fábrica de péletes de minério de ferro a partir das cinzas de pirite - KOWA-SEIKO (1977-1980) (Camarão et al., 2008). No momento em que o processo de desindustrialização das cidades ocidentais avançava e colocava em dúvida o modelo económico baseado numa grande concentração industrial, a aposta na sobrevivência da CUF estava centrada num cenário já ultrapassado.

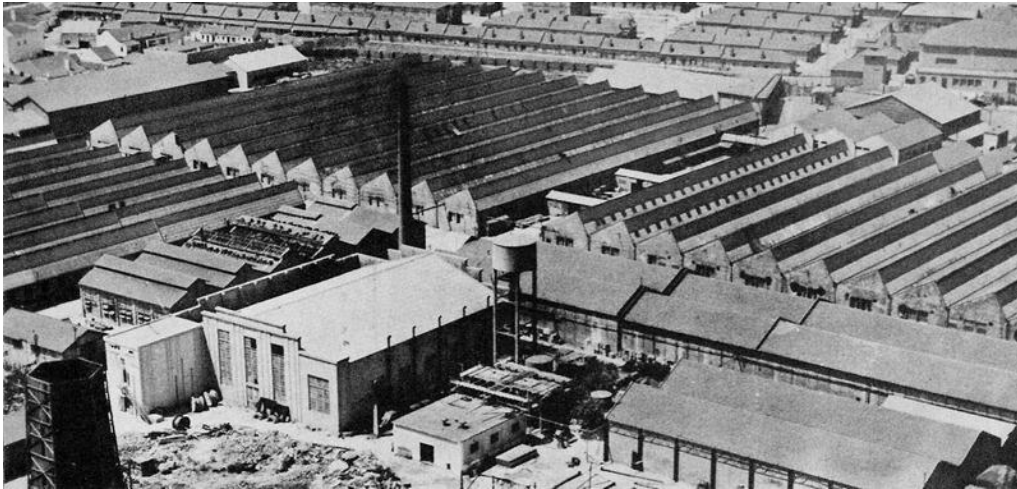


Figura 55 Instalações da fábrica da FISIFE na década de 1970. Foto: Acervo Espaço Memória CMB.

No final de 1977, o Governo português criou, na sequência da Resolução de Conselho de Ministros nº146/77 de 8 de Junho e do decreto lei nº 530/77 de 30 de dezembro, a empresa estatal Quimigal – Química de Portugal, onde foi agregada à CUF (Barreiro) e outras duas empresas também anteriormente nacionalizadas – Amoníaco Português, SARL (Estarreja), e Nitratos de Portugal, SARL (Alverca) (Almeida, 1993, p. 201). A empresa acabou por herdar sete tipos de negócios, três conjuntos fabris e passou a controlar vinte empresas associadas, num projeto de fusão empresarial que integrava os investimentos em curso nas três empresas. Em face de um cenário de recessão económica internacional com a crise petrolífera de 1979, a nova empresa não foi capaz de criar uma situação de equilíbrio financeiro e, assim, ajustar os seus planos de investimentos à nova realidade. Logo nos seus primeiros anos, a Quimigal promoveu uma política insustentável baseada no endividamento com o recurso sistemático ao crédito, nacional e internacional; a sua gestão estatista pesada contrastou com as estratégias de autonomização e internacionalização do passado e acabou por sucumbir perante alguns investimentos infelizes, a crescente concorrência externa, a instabilidade política e estagnação económico-financeira característicos do final da década (Faria & Mendes, 2010, p. 102; Sardica, 2020, p. 197).

Durante a década do 1980, a Quimigal passou por diversos processos de reestruturação e muitos planos são elaborados no sentido de criar uma sobrevivência para a empresa. Algumas fábricas foram construídas, como a unidade de Polióis e resinas de poliéster (1980/1981), outras renovadas para o aumento de sua capacidade, como a FISIFE, mas, em resumo, o que se notou foram as desativações e encerramentos de muitas unidades produtivas dantes muito rentáveis – desmobilização das unidades de granulação II e sulfato de amónio II; encerramento da produção de ácido sulfúrico por

contactos (VI e VII). Ainda se destaca nesse cenário o grande equívoco estratégico da fábrica Kowa-Seiko que, após anos de investimento e tentativas de arranque, foi abandonada e desmantelada sem nunca ter funcionado.

Nesse panorama, foi redefinida a estratégia de desenvolvimento da Quimigal que culminou, em 1989, na sua transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos onde a empresa atua como uma holding. Houve uma autonomização progressiva de negócios e serviços no horizonte 1990/1991 e o encerramento de unidades de baixa ou nenhuma viabilidade económica. Neste mesmo ano, foi criada a Quimiparque, S.A. para a exploração do complexo industrial do Barreiro como “parque industrial”. Enquanto muitas das empresas da holding Quimigal eram vendidas e o grupo apresentava lucros que reduziam o seu endividamento, a Quimiparque teve sucesso na sua estratégia e avançou nos seus objetivos de gestão dos territórios industriais da antiga CUF no Barreiro. A empresa logo nos seus primeiros anos também promoveu o início do processo de descontaminação dos solos da porção norte do território (1992) e fomentou a reutilização do património existente para objetivos culturais e museológicos com o enriquecimento e remodelação da Casa-Museu Alfredo da Silva logo no início da década de 1990 e a criação do Museu Industrial e Centro de Documentação em 1999, a funcionar na antiga Central Diesel (Mateus, 2007, p. 116).

Em 2007, a Quimiparque albergava cerca de 295 empresas de diversos ramos da indústria, comércio e serviços, incluindo escolas e centros de formação, como a Escola Superior do Barreiro, fundada em 1999, Pólo do Instituto Politécnico de Setúbal (Mateus, 2007, p. 111). A partir de 2009, a Quimiparque fundiu-se com a SNESGES e a Urbindústria (Seixal) e transformou-se em Baía do Tejo, SA. A empresa continuou a explorar o parque industrial do Barreiro (Figura 51) e incorporou áreas industriais no Seixal para o seu portfolio. Em 2010, após a celebração de um contrato-promessa de compra e venda, passou também a gerir os ativos detidos pelo Fundo Margueira Capital (antigas instalações da Lisnave em Almada). Segundo as suas próprias diretrizes, a Baía do Tejo tem como missão a promoção e requalificação ambiental e urbanística desses territórios através de políticas que visem eliminar os passivos ambientais existentes e, em simultâneo, criar um ambiente virtuoso para a instalação de atividades económicas capazes de gerar empregos e desenvolvimento local, atribuindo novas funções e usos adequados ao património existente (Baía do Tejo, 2021).

Desde a sua criação, a Baía do Tejo continuou as diversas frentes de trabalhos iniciados pela Quimiparque: promoção imobiliária, valorização do património e requalificação ambiental através da limpeza e descontaminação dos solos. Nesse princípio de vida da empresa, foi apresentado o projeto supramunicipal de transformação urbana Arco Ribeirinho Sul (2009) que englobava planos estratégicos para três grandes áreas industriais obsoletas incluindo os territórios geridos pela própria Baía do Tejo. Além do Barreiro, o projeto apostava numa estratégia metropolitana de reconversão unificada para a zona da Margueira em Almada e da Siderurgia Nacional no Seixal, grandes áreas livres com um forte passado industrial onde se vislumbrava uma grande transformação para alavancar o desenvolvimento dos municípios da margem sul do Tejo, promovendo o que se anunciava como “uma grande metrópole de duas margens” (Ferreira, 2009, p. 6).



Figura 56 Planta Geral do Parque Empresarial do Barreiro – área sob gestão da Baía do Tejo S/A – bem como imagens do seu património edificado. Fonte: Website Baía do Tejo. www.baiadotejo.pt/pt/territorio/barreiro. Acesso em 10/03/2023

No cerne da proposta do Arco Ribeirinho Sul, foi elaborado para o Barreiro o Plano de Urbanização do Território da Quimiparque e Área Envolvente – PUTQAE (2009) (Figura 57) que engloba uma área de 632ha, incluindo a área atual da Baía do Tejo (287ha) e toda a frente ribeirinha norte. No plano, está estabelecido o objetivo de criar as condições necessárias para se constituir uma nova zona urbana qualificada com uma “coabitação criteriosa de usos múltiplos, onde fosse possível instalarem-se

novas atividades terciárias de renda elevada e novas atividades do setor da logística e do comércio [...] tudo isso favorecendo também áreas vocacionadas para o uso residencial” (Câmara Municipal do Barreiro, 2010, p. 24). Para isso, serão criados três núcleos de centralidade distintos pelos suas funções e usos dominantes propostos:

- a) **Núcleo da Gare do Sul** – localizado na futura estação de comboio do Lavradio que fará a ligação direta com Lisboa através da nova ponte. A denominada “Gare do Sul” será uma grande interface onde se conectarão três modais de transporte coletivo – comboio, metro e autocarro. Nesta zona concentrar-se-ão atividades direcionais, comércio e serviços diversos, constituindo o polo mais importante para o objetivo de atrair emprego qualificado para a zona.
- b) **Núcleo da Praça Central** – Uma grande praça cercada de edifícios com funções simbólicas e de representação – culturais, direcionais, de comércio e lazer, localizada junto ao novo terminal fluvial e próxima do parque urbano e do percurso ribeirinho.
- c) **Núcleo do Porto de Recreio de Verderena** – uma zona de atividades ligadas ao recreio, em particular o fluvial e marítimo, localizada em frente à Ribeira da Coina. Estão previstas a criação de uma marina e a promoção de atividades económicas diversas ligadas ao recreio marítimos, formatando um polo de lazer.

O plano está em processo de revisão, mas fica claro a intenção de tornar o Barreiro mais atrativo para novas pessoas e novos negócios, numa clara inspiração pelos projetos de regeneração urbana da década de 1990. As condições essenciais para o seu funcionamento baseiam-se na construção de equipamentos e infraestruturas que ultrapassam as capacidades do município, dependendo maioritariamente de um esforço do governo central e de articulações metropolitanas. Estão previstas a construção de uma nova ponte — a terceira travessia sobre o Tejo (TTT) que contará também com o transporte ferroviário de alta velocidade —, a chegada do metro de superfície (MST) vindo de Almada, a nova ponte Barreiro-Seixal, o novo terminal de contentores e a transferência do terminal fluvial de passageiros. Tudo isso representa um esforço político-financeiro e de atração de capitais privados de grandes investidores geralmente associado a momentos de aceleração e crescimento económico, um cenário muito distinto da realidade vivida pelo país e, principalmente, pela cidade do Barreiro.

Ademais, apesar do projeto vislumbrar uma maior acessibilidade com as novas conexões de transportes, não se resolvem as barreiras físicas e ideológicas que separam a antiga zona industrial do resto da cidade. O que se percebe é um esforço para se criar uma “ilha de excelência” num antigo *brownfield* cuja paisagem será completamente alterada em nome de uma assepsia. Os bairros do “Barreiro velho” e do “Lavradio” continuarão sem conexões diretas com o território da intervenção, assim como acontecia quando a indústria da CUF e da Quimigal ainda estavam em funcionamento e eram cercadas por muros. Os novos eixos de transportes e o novo “eixo verde” continuarão a desempenhar o papel de elementos segregadores do espaço, bem como já acontece na atualidade com as estruturas que já lá estão. Ainda se corre o risco de ao invés da Terceira Travessia do Tejo ser uma força motriz para a captação de novos investimentos para a cidade e para o desenvolvimento desta zona obsoleta, esta conexão reforce ainda mais o caráter de “cidade-dormitório” do Barreiro.



Figura 57 Plano de Urbanização do Território da QUIMIPARQUE e área envolvente desenvolvido pelo Atelier Risco + NPK Arquitetos para a CMB, Barreiro, 2010. Em destaque os acessos e as centralidades propostos (A, B e C). Fonte: Website Atelier Risco. www.risco.org/projects/quimiparque_36 Acesso em 02/06/2019 + modificações do autor.



Figura 58 Imagem 3D do Plano de Urbanização do território da QUIMIPARQUE e área envolvente, Barreiro, 2010. Destaque para a previsão da Terceira Travessia do Tejo. Fonte: Website Atelier Risco - www.risco.org/projects/quimiparque_36 Acesso em 02/06/2019.

Apesar do pouco avanço dos objetivos do plano durante os últimos anos, a Baía do Tejo continuou com seus trabalhos de descontaminação de solos e administração geral do território da “Quimiparque Poente”, conforme denominado no plano, atuando também na promoção do projeto para angariação de investidores para a execução dos projetos. Em 2012, com a extinção da Sociedade Arco Ribeirinho Sul (Decreto Lei nº 57/2012 de 12 de março, 2012), ficou a empresa com a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos do plano estratégico, bem como definir o modelo institucional para a sua execução. Numa análise mais concisa e mais próxima da realidade atual, ficou a Baía do Tejo responsável pelo desenvolvimento integrado dessas áreas incluindo possíveis modificações no plano que possam existir de acordo com os tipos de investidores que se consigam atrair.

Nesse cenário ambíguo e de futuro incerto, muitas foram as possibilidades estruturantes aventadas e discutidas para essas áreas. Em 2008, alguns investidores negociaram com a Câmara Municipal do Barreiro e com a Quimiparque, então responsável pelos terrenos, para criarem a “Cidade do Cinema” numa zona de 20 hectares, mas com imensos passivos ambientais históricos que obrigavam à elaboração de diversos estudos de viabilidade. Mesmo com grandes dificuldades, apontava-se que o processo seria muito rápido e a criação do empreendimento estava prestes a acontecer, como descreveu um dos seus principais investidores: “no fim do

Verão tenhamos o processo formalizado e que 2009 seja um ano de conclusão (...) o Barreiro é a melhor alternativa, analisámos outras, mas tudo aponta que seja aqui localizado” (Câmara Municipal do Barreiro, 2008). Apesar da aparente empolgação inicial, nada aconteceu e a ideia só foi retomada em 2020 quando se iniciaram novas conversas entre os investidores e a Baía do Tejo. Facto este documentado nos últimos dois “Plano de Atividades e Orçamento” da empresa (Baía do Tejo, 2020, 2021) onde também se prevê a sua imediata execução após serem elaborados e aprovados os estudos de viabilidade.

No que se refere aos projetos propostos no plano do Arco Ribeirinho Sul, um dos poucos que avançaram na sua idealização foi o Novo Terminal de Contentores, que passou por diversas fases de aprovação, mas ainda hoje tem o seu futuro incerto. O projeto que visava a realocização e expansão do terminal de contentores de Lisboa para a porção norte do território da Baía do Tejo teve início em 2007, mas foi elaborado enquanto documento formal em 2014, quando a Administração do Porto de Lisboa publicou a proposta de definição do âmbito do estudo de impacte ambiental (APL, 2014). Apesar da parceria entre APL, CMB e Baía do Tejo se mostrar muito forte e coesa, o projeto passou por uma série de chumbos até ao derradeiro parecer desfavorável da Agência Portuguesa do Ambiente, em 2020, que levou a APL a desistir definitivamente do projeto (Baía do Tejo, 2020, p. 11).

Assim, dois projetos estruturantes para a área foram descontinuados comprovando uma certa desarticulação entre o já desatualizado PUTQAE e a realidade dos territórios administrados pela Baía do Tejo. Todavia, a empresa continuou a executar projetos de menor impacto, mas que avançam com a visão e objetivos do plano do Arco Ribeirinho Sul. A demolição de antigos resquícios da CUF para a criação da nova alameda da Rua União, por exemplo, promoveu uma abertura destes territórios para a população, criando uma ligação mais direta de uma zona outrora isolada e inacessível (Figura 59); o contínuo processo de descontaminação dos solos, embora aparentemente lento, promove a requalificação ambiental de áreas historicamente poluídas; a ampliação do Museu Industrial na antiga Central Diesel e a criação do Espaço Memória em um antigo armazém da Quimiparque teve o objetivo de utilizar o património de maneira museológica e salvaguardar a memória do local através também do uso de suas edificações; o arrendamento de antigos armazéns para pequenos e médios negócios assim como a sua disponibilização para artistas e associações culturais (estúdio do artista Vhils, armazém-biblioteca Ephemera do historiador Pacheco Pereira; arquivo da Fundação Amelia de Melo, etc.) incentivou a geração de empregos e promoveu o setor artístico da cidade.



Figura 59 Alameda de ligação entre a zona central do Barreiro e a zona da Baía do Tejo, 2018. Inaugurada em 2018, suas obras contaram com a demolição de alguns resquícios industriais da CUF/Quimigal, bem como com uma polémica demolição do antigo Posto de Saúde da CUF, que estava em estado de ruína. Foto: Arquivo NoVOID.

Esta ações fazem parte da estratégia da Baía do Tejo para o parque empresarial e estão em sincronia com as diretrizes do Plano do Arco Ribeirinho Sul. A sua execução, mesmo que possa ter diferenças fundamentais com o projeto, não contribuem para inibir ou inviabilizar os grandes projetos estruturantes do plano. Pelo contrário, em conjunto, estas ações pontuais fortalecem a imagem de um território que se prepara para a chegada de grandes transformações, mas ao mesmo tempo se abre para diferentes possibilidades que possam surgir durante este processo.

Apesar das muitas empresas presentes no parque empresarial da Quimiparque terem “*core-business*” tradicionais e convencionais, como oficinas de reparação de automóveis, escritórios de contabilidade, papelarias, supermercados, etc., nos últimos anos a Baía do Tejo tem investido para atrair investidores e empresas relacionadas com a indústria criativa. Contudo, não é possível confirmar se é esta política que é reflexo da crescente cena artística contemporânea do Barreiro, muito baseada na arte urbana, ou, antes pelo contrário, se é a própria Baía do Tejo que tem tido o papel empreendedor e sinérgico de incentivar o movimento artístico urbano. O facto é que após a cidade assinalar o declínio de muitos espaços de convívio, produção e divulgação artístico-cultural e presenciar o encerramento de locais de muita relevância

na década de 1990, como o *El Matador*, a Vinícola e a Chapelaria, os últimos anos têm sido marcados por um ressurgimento e consolidação de uma cena artística muito particular no Barreiro, em que se mistura o associativismo, património cultural e edificado, memória e vanguarda. Associações e espaços culturais e de promoção artística como *Hey, Pachuco!*, o OUT.RA ou a PADA formalizam-se enquanto agentes culturais locais enraizados no cenário industrial que persiste na paisagem urbana e tentam oferecer novas dinâmicas ao reutilizar o território e promovê-lo através da arte (Figura 60).

“Os protagonistas destes colectivos, em grande parte naturais e residentes no Barreiro com ligações à cultura e às artes, apresentam traços identitários e discursos que bebem directamente do legado histórico, da memória colectiva e das suas próprias vivências num território, afirmando-se, simultaneamente, como guardiões da identidade e da memória locais e como atores que reclamam um papel activo no processo de reconfiguração do território”.(A. Carmo et al., 2019, p. 66)



Figura 60 “Laws of Movement and Equilibrium” de Emma Hornsby, 2020. Instalação artística em um dos espaços do território industrial da antiga CUF, parte do projeto “O que não temos podemos criar” da PADA Studios, numa releitura do antigo lema da CUF na década de 1950: “o que Portugal não tem, a CUF cria”. Foto: Website PADA Studios. www.padastudios.com/o-que-no-temos-podemos-criar Acesso: 01/03/2023.

Neste contexto, todo esse sistema cultural orbita em torno da ADAO – Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios, instalada desde 2015 no antigo quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários dos Caminhos de Ferro Sul e Sueste. O espaço esteve abandonado desde 2008 e o seu nível de degradação desencorajava a sua reutilização através de meios formais e convencionais. A sua obsolescência permitiu que surgisse a ideia de reaproveitá-lo sem tantas restrições e com um viés artístico. Os seus três fundadores (um arquiteto e dois artistas plásticos) formalizaram o arrendamento do centenário quartel junto à CP, sua ainda atual proprietária, e logo o transformaram no espaço de produção, divulgação e fruição artística de maior referência do Barreiro. A sua estrutura de mais de 3 200m² é composta por diversas salas, gabinetes e espaços flexíveis onde armazéns, salas de espetáculos, oficinas de produção artesanal e musical, gabinetes de profissionais das artes performativas e visuais, entre outros, coexistem em harmonia. (Figura 61)



Figura 61 Fachada das instalações da Associação ADAO, Barreiro. Foto: próprio autor, 2018.

Esta reinvenção do obsoleto tão presente no desenvolvimento da atual cena cultural do Barreiro conjuga-se com a abertura do espaço para as pessoas em eventos como o “Open-Day” da própria ADAO ou o “OUT.Fest” da associação cultural OUT.RA. No primeiro, as instalações da ADAO são abertas ao público em uma grande festa com uma programação de eventos que envolve todos os setores e faixas etárias da

sociedade, evidenciando o seu papel como um microsistema artístico-cultural de produção e consumo, assente em relações colaborativas e horizontais (Carmo et al., 2019, p. 66; Costa, Lopes, & Bassani, 2019, p. 192). Já o OUT.Fest é um Festival Internacional de Música Exploratória que acontece todos os anos desde 2005 e já se inseriu de maneira sólida no circuito artístico alternativo europeu. No OUT.Fest há concertos em diversos espaços da cidade, como na própria ADAO, no AMAC – Auditório Municipal Augusto Cabrita, no espaço SIRB, nos Penicheiros, mas também em espaços inusitados como no Convento da Madre Deus de Verderena, no Museu Industrial da Baía do Tejo e, até mesmo, na Igreja Paroquial de Santo André e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. O caráter exploratório do evento ultrapassa a música e convida as pessoas a conhecerem e usufruírem diferentes espaços da cidade explorando novas possibilidades através da música.



Figura 62 Apresentação musical de Will Guthrie & Ensemble Nist-Nah no OutFest'22, Barreiro. O concerto ocorreu nas instalações das Oficinas da CP. Fonte: Website OutFest – www.outfest.pt Acesso: 12/12/2022.

A acessibilidade também é uma marca das ações promovidas pela plataforma Estação Sul e Sueste. Formado em 2018 por dois arquitetos e uma artista plástica, o coletivo promove exposições temporárias para repensar o território e a paisagem pós-industrial do Barreiro. No seu primeiro projeto – “Terminal B”, convidaram-se doze artistas para apresentar sua ideia sobre a cidade através de uma janela da fachada do Mercado Municipal 1º de Maio, aproveitando este espaço residual, inesperado e aparentemente sem muita importância e valor. Da invisibilidade do espaço corriqueiro, passagem apressada das pessoas que o torna despercebido, fez-se uma instalação artística que convidou o transeunte a um momento de pausa e reflexão.

Ainda nesse tema, o mais recente projeto da Estação Sul e Sueste desenvolveu-se em 2021 no antigo Convento de Madre de Deus de Verderena, onde vários artistas expuseram as suas obras durante um mês num antigo edifício religioso sob o tema “Espaço, Tempo, Matéria”. A efemeridade proposta pelo coletivo através destes projetos estimula também as pessoas a pensarem os diversos tempos da cidade e de suas edificações.

As associações e coletivos independentes têm um papel de destaque no desenvolvimento e consolidação da cena cultural do Barreiro, mas são maioritariamente patrocinados e/ou apoiados, ora pela Câmara Municipal do Barreiro, ora pela Baía do Tejo, seja por meio de financiamentos, por cedência de espaços ou por apoio logístico e promocional. Esta sinergia mostra-se presente também em projetos de iniciativa do poder público que visam aproveitar a cena como indutores do desenvolvimento da cidade a partir das indústrias criativas. Na mais recente iniciativa, foi criada a “StartUp Barreiro” (Figura 63), resultado de uma parceria entre a CMB, a Baía do Tejo e a ESTBarreiro/IPS que está a transformar uma antiga fábrica de azeite abandonada numa incubadora de empresas. Segundo um dos vereadores da CMB e idealizador do projeto, Rui Braga, trata-se de uma ideia que permite a reabilitação do edificado ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento económico e empresarial (Câmara Municipal do Barreiro, 2020). O espaço foi inaugurado em 2022 e o contrato com a CMB foi formalizado por um período de 20 anos.



Figura 63 Instalações da Incubadora de empresas StartUp Barreiro, 2023. Foto: Website CMB www.cm-barreiro.pt/viver/noticia/startup-barreiro-certificada-pela-rede-nacional-de-incubadoras Acesso: 12/03/2023.

Por fim, apesar de diversas iniciativas menores tentarem superar o fracasso das grandes propostas e planos *top-down* desenvolvidos nos últimos 30 anos e que previam a reconversão do património industrial abandonado, o resultado final para a cidade é uma paisagem pós-industrial marcada pela permanência de elementos que demonstram sua obsolescência. Se, por um lado, a exploração desta paisagem através das artes e da indústria criativa se transformou num caminho de sucesso, por outro, a persistência do abandono e da vacância dos espaços transformou-se numa marca da cidade que muito contamina o debate público e o seu futuro (Figura 64).



Figura 64 Vista aérea (2018) de parte do Complexo Empresarial do Barreiro, ex-territórios industriais da CUF/Quimigal cuja gestão é feita pela empresa Baía do Tejo S/A. Foto: Website Baía do Tejo www.baiadotejo.pt/pt/galeria/parque-empresarial-do-barreiro Acesso: 11/03/2023.

Segundo dados do projeto NoVOID – Ruínas e Terrenos Vagos em Cidades Portuguesas (Brito-Henriques, Morgado, & Cruz, 2018), em 2015 a cidade contabilizava 194,80ha de ruínas, logradouros de ruínas e terrenos vagos, representando aproximadamente 1/3 da área da cidade. A dificuldade de reconversão destes imensos espaços, seja pelo seu passivo ambiental ou pelo complexo esforço financeiro-político, inibe a ação de grandes investidores privados resultando na perda de habitantes, envelhecimento da população, falta de criação de novos postos de trabalho, etc., conforme se acompanha nas últimas décadas e é relatado nos últimos Censos. A paisagem obsoleta enquanto cenário vivo para setores artísticos e criativos pode ser em si uma ferramenta transformadora, mas também se caracteriza por um complexo paradoxo entre passado e futuro onde o presente pode ser vivenciado sob diferentes óticas – da nostalgia, da amnésia, do futurismo, do sebastianismo, do

imediatismo, da subjetividade ou da objetividade. Mesmo sem entendermos por completo a situação espaço-temporal destes lugares, é necessário descobrir novas possibilidades de usos, mesmo que estes sejam os antigos e ortodoxos de outrora.

Experimento I – Entrevistas

Considerações Iniciais

O primeiro experimento desta investigação foi conduzido entre setembro de 2018 e janeiro de 2019 e teve o apoio da Baía do Tejo, através do Museu Industrial, e da ADAO. Ambas ajudaram no recrutamento de pessoas do “público-alvo” previamente definido e forneceram espaços nas suas instalações para a realização de algumas das entrevistas. Alguns grupos de Facebook sobre a cidade e algumas associações também foram consultadas e prestaram o seu apoio, como o Luso Futebol Clube, o Movimento Cívico de Defesa do Património Arquitetónico e Industrial do Barreiro e a Associação EST-Brain do Instituto Politécnico de Setúbal. Durante este período, foram realizadas entrevistas individuais presenciais com 30 pessoas que tinham em comum o facto de viverem no Barreiro ou visitarem a cidade com frequência, seja por razões de trabalho ou estudo. A ressaltar que este primeiro experimento teve o carácter de um exercício piloto cujos objetivos foram (i) avaliar propostas para o reuso de uma área obsoleta da cidade, (ii) verificar e analisar a opinião das pessoas sobre o reuso intermédio e, principalmente, (iii) validar a nova metodologia de cenário-elicitation proposta. Assim, diferente do Experimento II, aqui trabalhou-se apenas com um caso de estudo.

Desde o princípio foi feito um esforço para evitar um estudo enviesado onde o perfil dos participantes fosse demasiado semelhante. Recrutou-se, portanto, um grupo de pessoas diversificado do ponto de vista de género, socioprofissional e, principalmente, etário. Ao todo, foram entrevistadas sete pessoas com idades entre 20 e 30 anos (23%), 5 entre 31 e 40 anos (17%), 8 entre 41 e 50 anos (20%), 6 entre 51 e 60 anos (20%) e 4 com mais de 61 anos (13%). Estes grupos de distintas faixas etárias vivenciam e/ou vivenciaram a cidade do Barreiro também de distintas formas. Os mais idosos presenciaram a expansão da cidade e de sua população conduzida pela CUF nos seus anos áureos. Os entrevistados entre 41 e 50 anos viveram e acompanharam a turbulência da revolução de 25 de Abril, a nacionalização da CUF e o início da decadência que ultrapassou a empresa e contaminou a cidade. Para os mais jovens, o

Barreiro foi sempre este território obsoleto, em encolhimento, de poucas oportunidades de emprego, permeado de vacância e abandono.

As entrevistas deste primeiro experimento foram organizadas em duas partes. Na primeira parte, foi proposta uma breve conversa sobre a história do Barreiro e da relação do entrevistado com a cidade com base no uso de *photo-elicitation*, para estimular a memória e aspetos subjetivos como sentimentos e perceções que através apenas do diálogo e da escrita poderiam ser mais difíceis de ser aflorados. Foram apresentadas sequências de imagens do tipo passado-presente de algumas zonas do Barreiro (Figura 65) e os participantes puderam expressar-se livremente acerca das suas opiniões e memórias dos lugares. Este início de conversa representou um período preparatório, onde os entrevistados começavam a familiarizar-se sobre os temas ligados à cidade e estabeleciam uma conexão mais próxima com o interlocutor.



Figura 65 Fotomontagem com imagens tipo “antes e depois” de uma área da antiga CUF. Fonte: Arquivo Memória CMB; próprio autor 2018.

Após esta fase, deu-se início o processo de *scenario-elicitation*. Para o efeito, utilizou-se, como objeto de estudo, um terreno vacante de 15 hectares (Figura 66) onde funcionavam importantes atividades da CUF/Quimigal, como a Fábrica de Superfosfatos, Fábricas de Ácido Sulfúrico de Câmaras I a VIII, Central Elétrica, Caldeiras da Fábrica de Sulfato de Cobre, Fábrica de Ácido Fosfórico, entre outras. Apesar das muitas demolições ocorridas, ainda estão presentes neste terreno algumas das suas antigas estruturas, com destaque para uma chaminé, visível de diversos pontos da cidade.

O terreno situa-se numa das áreas mais sensíveis do antigo complexo industrial, já que ocupa uma posição de charneira, confinante com o núcleo antigo da cidade. Por estar localizado no limite da zona industrial da cidade, é local de muita especulação sobre o seu futuro. Nas diretrizes do Plano do Arco Ribeirinho Sul e,

consequentemente, do PUTQAE, o terreno está no centro do “Núcleo da Praça Central”, peça chave para a articulação e desenvolvimento de toda a área. O futuro previsto para este terreno no referido plano passa por atividades que nada se relacionam com o seu passado industrial, com exceção da antiga chaminé que deverá ser preservada apenas como marco simbólico.

A escolha deste terreno passa, portanto, por três principais razões que podem ser expressas nos seguintes tópicos: (i) sua importância e sua presença tanto no imaginário da população, quanto nos setores públicos de planeamento da cidade; (ii) sua posição espacial privilegiada no território do Barreiro, que permite um hibridismo e uma transição entre usos de escala local (voltados para a própria população residente) e usos de escala regional (com possibilidades de conexões e relações intermunicipais); (iii) a sua característica física e sua tipologia de obsolescência, enquanto terreno vago, que possibilita uma grande panóplia de propostas de reuso intermédio e que, por não serem atividades de natureza invasiva, podem ser mais rapidamente compreendidos e analisados pela população num exercício de avaliação.



Figura 66 Vista aérea da área de estudo (em vermelho). Modificações feitas pelo autor sobre imagem de satélite. Fonte: Google Earth 2018

Foi nesta área e sob este contexto que foram desenvolvidos, então, cenários de reuso intermédio tendo em conta as experiências que têm sido referenciadas na literatura (Bishop & Williams, 2012; Haydn & Temel, 2006; Lydon & Garcia, 2015; Németh & Langhorst, 2014; Oswald et al., 2013; Saha & Eckelman, 2018) e a sua

adequação à circunstância concreta do terreno de estudo – tamanho, enquadramento e posição relativa no espaço urbano, e orografia. Foram assim definidos seis cenários possíveis que foram pensados também sob a ótica do *low-cost*, em diferentes intensidades devido à natureza dos usos, e da sustentabilidade ambiental. O esforço foi trazer esses dois temas presentes no debate público contemporâneo e agregá-los à esta nova forma de abordagem. Para além, os cenários propostos trazem diferentes temas e atores para o exercício; utilizando a classificação de Blumner (2006) para a natureza dos usos e incluindo algumas ideias e percepções sobre a maneira de atuação no espaço, propôs-se:

- (i) **Hortas Urbanas Comunitárias**
Classificação: (A) Parques e Jardins
Democratização/coletivização do espaço.
- (ii) **Energias Renováveis**
Classificação: (B) Empreendedorismo
Controlo/restricção do espaço
- (iii) **Hub Indústria Criativa**
Classificação: (B) Empreendedorismo + (C) Arte e Cultura
Controlo/restricção do espaço
- (iv) **Parque Urbano de Usos Espontâneos**
Classificação: (A) Parques e Jardins + (D) Desporto e Recreação
Democratização/coletivização do espaço.
- (v) **Desportos Urbanos**
Classificação: (D) Desporto e Recreação
Democratização/coletivização do espaço.
- (vi) **Festas e Festivais**
Classificação: (B) Empreendedorismo + (C) Arte e Cultura +
(D) Desporto e Recreação
Democratização/coletivização do espaço /
Controlo/restricção do espaço

Utilizando softwares de edição e apresentação de imagens (CorelDRAW Graphic Suite e Microsoft PowerPoint) foram criadas fotomontagens para cada cenário (Figura 61) onde se utilizou uma base fotográfica real e atual da área, acrescentando enxertos de imagens de pessoas, objetos, elementos e atividades reais que ocorreram em outros locais. Para tal efeito, a imagem fotográfica é de autoria do próprio autor e os enxertos foram retirados de websites diversos, como o *Skalgubbar* (www.skalgubbar.se), o *Escalalatina* (www.escalalatina.com) ou o *Mr. CutOut*

(www.mrcutout.com), que disponibilizam material gratuito. As imagens foram apresentadas individualmente a cada entrevistado, acompanhadas de uma brevíssima explicação e justificativa da opção. Para cada cenário, o entrevistado atribuiu uma avaliação em uma escala *Likert* (1 a 5), sendo a nota 1 referente ao completo desacordo e a nota 5 a concordância total. Em momento algum se mencionava algo a respeito do tempo ou duração, levando o entrevistado a crer que as opções seriam para uma reutilização definitiva e permanente.

Logo após a avaliação de todos os cenários, os entrevistados foram confrontados com a seguinte pergunta: “E se os cenários fossem apenas temporários? A sua avaliação mudaria se estes usos acontecessem apenas enquanto uma solução definitiva para a regeneração e transformação desse espaço não fosse encontrada, talvez por 1, 2 ou 5 anos?” A partir desse questionamento era refeita a avaliação de cada um dos cenários, agora sob a ótica do reuso intermédio. Posto isto, decorreu uma segunda parte da entrevista, mais livre e menos estruturada, onde o entrevistado foi convidado a debater e pensar sobre a mudança, ou não, das suas classificações em relação aos usos definitivos, assim como sobre o papel do reuso intermédio na estratégia de planeamento urbano, suas possibilidades, virtudes e riscos.

Para finalizar o exercício, foram feitas duas últimas perguntas que se complementavam e que podem ser enquadradas numa prática de estudo e de exploração de futuros: “Pela sua experiência e pela sua análise da conjuntura político-económica atual, como imagina esta área daqui a dez anos?” Após a resposta, a pergunta recebia uma pequena modificação: “E como gostaria que estivesse esta área daqui a dez anos?”. O Experimento I acabava nesse momento onde o entrevistado se defrontava com estas duas questões e as relacionava com as expectativas e realidades, com um certo nível de antecipação, por um lado, e algo mais utópico por outro, forçando também a repensar o presente.



Figura 67 Cenários propostos: 1-hortas urbanas comunitárias; 2-energias renováveis; 3-Hub indústria criativa; 4-parque urbano usos espontâneos; 5-desportos urbanos; 6-festas e festivais. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da justaposição da fotografia base do sítio e imagens de internet.

Resultados e primeiras impressões

Todas as entrevistas começaram com um exercício de identificação do local no qual foram projetados os cenários. Para isso, mostrou-se uma imagem aérea de 2018 e um lote de fotografias atuais do terreno (Figura 68). Face à sua grande dimensão e sua localização bastante central que ocupa na cidade, todos os entrevistados tiveram muita facilidade em identificá-lo assim que as primeiras imagens lhes foram apresentadas. Alguns entrevistados mais antigos sentiram-se eliciados a comentar sobre o passado do lugar, descrevendo os seus usos anteriores. O Entrevistado 04 (homem, 59 anos, operário especializado e ex-funcionário CUF), por exemplo, imediatamente contou o que lá havia e que tipos de trabalhos eram realizados, explicando com detalhe o processo radioativo de obtenção do ácido fosfórico pelo fosforito proveniente da África que lá acontecia. Mesmo entrevistados mais jovens e que não tinham relação com a antiga CUF foram capazes de reconhecer e estabelecer algum vínculo com a paisagem existente. O Entrevistado 23 (homem, 28 anos, arquiteto) aludiu-se à chaminé ainda presente no sítio como uma marca visual forte e identificadora do lugar, já que é possível vê-la de diversas partes da cidade.



Figura 68 Conjunto de fotografias atuais do terreno vago. Fotos: próprio autor, Barreiro, 2018.

O momento seguinte, referente à avaliação dos cenários, ocorreu sem grandes dificuldades e os participantes entenderam e contribuíram com a dinâmica proposta. Na etapa inicial, onde não era comentado sobre a temporalidade do uso, o cenário do Hub para Indústria Criativa foi o que recebeu a melhor pontuação total – 112 pontos, seguido pelo Usos Espontâneos e Desportos Urbanos com 110 pontos cada um (Tabela 4). As opções para Festas e Festivais e para a Produção de Energias Renováveis foram os cenários com pior avaliação, recebendo menos da metade de avaliações positivas (“concordo totalmente (5)” ou “concordo (4)”), 40% e 37% respetivamente. O cenário para as Hortas Urbanas esteve um pouco à frente destes dois últimos, mas não tão próximo aos demais. A sua avaliação final contabilizou 100 pontos divididos entre 43% positivas, 30% neutros e 27% negativas.

Ao passar para a segunda etapa, quando os participantes eram convidados a refazer a avaliação não mais baseando-se em usos permanentes, mas sim na ideia do reuso intermédio (Tabela 5), a somatória das pontuações foi maior em todos os cenários propostos. No entanto, a classificação geral modificou-se, já que alguns usos foram mais bem vistos como intermédio do que outros; o Hub, outrora o cenário mais bem avaliado, tornou-se somente o 4º, mesmo tendo aumentado a sua somatória de pontuação para 113 pontos (Figura 69). O cenário com maior pontuação foi o de Usos

Espontâneos com 118 pontos, seguido pelo Desportos Urbanos e Festas e Festivais. Apesar do aumento da pontuação de todos os cenários, a Produção de Energias Renováveis não conseguiu atingir a maioria das pessoas a avaliar positivamente o reuso; apenas 43% optaram por avaliar entre “concordo (4)” e “concordo totalmente (5)”.

Reuso	(1) discordo totalmente	(2) discordo	(3) neutro	(4) concordo	(5) concordo totalmente	Pontuação Total
Hortas Urbanas Comunitárias	4	4	9	4	9	100
Produção Energias Renováveis	7	4	8	6	5	88
Hub para Indústria Criativa	3	2	5	10	10	112
Usos Recreativos Espontâneos	2	3	8	7	10	110
Desportos Urbanos	3	1	5	15	6	110
Festas e Festivais	5	6	7	6	6	92

Tabela 4 Avaliação dos cenários futuros (sem menção ao tempo): como as escolhas das 30 pessoas foram distribuídas em cada cenário e a soma dos votos multiplicada pela pontuação do cenário (pontuação total)

Reuso Intermédio	(1) discordo totalmente	(2) discordo	(3) neutro	(4) concordo	(5) concordo totalmente	Pontuação Total
Hortas Urbanas Comunitárias	4	1	8	7	10	108
Produção Energias Renováveis	6	4	7	7	6	93
Hub para Indústria Criativa	4	3	2	8	13	113
Usos Recreativos Espontâneos	2	1	5	11	11	118
Desportos Urbanos	3	2	1	14	10	116
Festas e Festivais	3	4	3	6	14	114

Tabela 5 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio: como as escolhas das 30 pessoas foram distribuídas em cada cenário e a soma dos votos multiplicada pela pontuação do cenário (pontuação total)

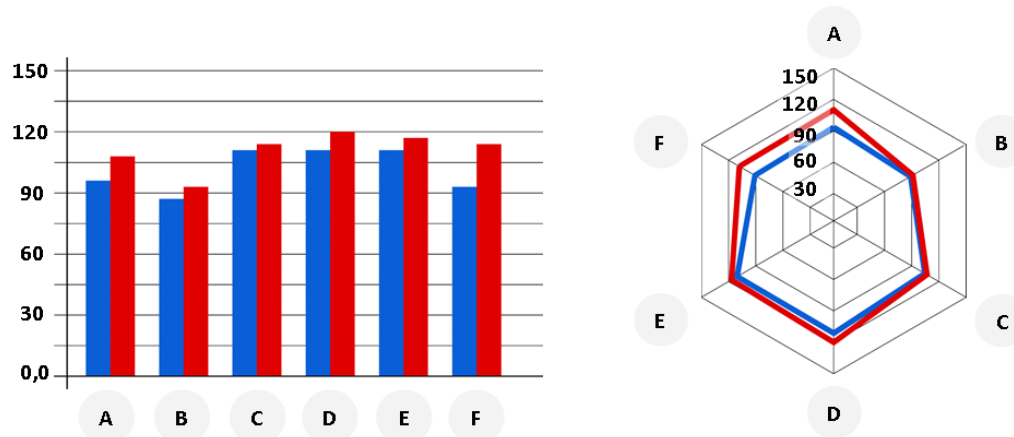


Figura 69 Gráficos sobre a avaliação dos cenários (definitivo – azul x intermédio – vermelho): (A) Hortas Urbanas Comunitárias; (B) Produção de Energias Renováveis; (C) Hub Indústria Criativa; (D) Usos Recreativos Espontâneos; (E) Desportos Urbanos; (F) Eventos, Festas e Festivais.

Entre todos os cenários apresentados, o que colheu avaliações menos favoráveis e mais díspares foi o do reuso do terreno para a Produção de Energias Renováveis. Em ambas as rondas de avaliação (antes e depois de ser identificado como reuso

intermédio), este foi o cenário que recebeu o maior número de pontuações 1 e o menor número de pontuações 5. Alguns entrevistados justificaram as suas posições a partir de alegações sobre os problemas ambientais que poderia causar, como uma possível “poluição visual” (Entrevistado 29, homem, 22 anos, estudante) ou os conflitos com as aves (Entrevistado 21, homem, 82 anos, engenheiro químico aposentado). Todavia, a alegação mais corrente em desfavor deste cenário foi a de que esta reutilização representaria um desperdício de solo urbano numa área tão bem localizada, não permitindo uma apropriação coletiva do espaço:

“Isto não. Não é pela ideia de produzirmos energias renováveis ou estarmos a eliminar nossa pegada de carbono, isso agrada-me, mas acho que isso não é adequado para o espaço. [...] Há outros locais. Não vale a pena nós estarmos a usar solo que pode ser usado de outras maneiras, para isso.” (Entrevistado 22, homem, 57 anos, engenheiro civil)

“Aqui iríamos ter o problema do ruído... ao colocar isso assim, essa zona ia ficar interdita ao utente. Há, por exemplo, nas zonas mais antigas do Lavradio, zonas que poderiam levar isso. Zonas onde os U2 andaram a gravar os telediscos... essas zonas podem levar isso. Isso aqui assim... mais para a sociedade. Logo aqui ao lado temos a avenida da praia, portanto, se conseguíssemos fazer uma ligação em que as pessoas, de uma forma agradável, passem por aqui para a avenida da praia e venham, é melhor.” (Entrevistado 07, homem, 50 anos, técnico de higiene e segurança no trabalho)

“Dou um 2. É assim... é sempre útil e é sempre interessante, mas é uma zona muito nobre da cidade para ser utilizada para isto... quer dizer, isto pode estar aqui ou pode estar noutro sítio também. (Entrevistado 18, homem, 42 anos, arquiteto)

Os cenários de reutilização para Hortas Urbanas Comunitárias e o espaço para Festas e Festivais foram os que colheram menor consenso. No entanto, foram também os que registaram maior alteração na pontuação entre a primeira e a segunda ronda de avaliação, revelando uma atitude mais positiva da parte dos entrevistados quando essas utilizações foram encaradas na perspetiva do reuso intermédio. Em números

gerais, a proposta para Hortas Urbanas teve um acréscimo de 8 pontos na segunda ronda, sendo que a sua avaliação negativa caiu de 27% dos participantes para 10% enquanto a sua avaliação positiva cresceu de 43% dos participantes para 57%. No caso do cenário para Festas e Festivais esta diferença fica ainda mais evidente, já que a sua pontuação final foi aumentada em 22 pontos e a sua avaliação entre “concordo (4)” e “concordo totalmente (5)” cresceu de 40% para 67% dos entrevistados.

O reuso intermédio dos espaços para Hortas Urbanas é um tópico que tem vindo a crescer na literatura urbana e é uma prática já popular em muitas cidades. Há muitas experiências que utilizam a agricultura urbana como forma de responder as crises económicas e o aumento dos custos de vida, bem como ao crescente interesse por alimentos orgânicos. O movimento de “guerrilla gardening”, por exemplo, iniciou-se na década de 1970 ao tentar transformar espaços abandonados e terrenos vagos privados em jardins e hortas comunitárias, e espalhou a sua ideia por diversas cidades do mundo (Bishop & Williams, 2012, p. 144). Em Portugal, há também uma tradição da agricultura urbana motivada inicialmente pelas dificuldades financeiras dos seus praticantes, na sua maioria migrantes que fizeram a trajetória do campo para a cidade. Mais tarde, já no princípio do milénio, esta prática passou a ser mais valorizada e institucionalizada, levando muitos municípios a promover e organizar espaços para hortas comunitárias, como Lisboa, Porto, Coimbra e o próprio Barreiro. No entanto, os resultados do Experimento revelaram um outro lado deste movimento, questionando e desaprovando de maneira geral o processo.

As hesitações das pessoas acerca deste tipo de uso prenderam-se com três distintos tipos de objeções; em primeiro lugar, dúvidas quanto à eficácia e implementação desta proposta no Barreiro, já que para alguns entrevistados não há uma tradição de agricultura urbana na cidade ou, conforme explicou o Entrevistado 02 (homem, 56 anos, desenhador), “as atividades devem ser feitas para uma geração mais nova e não sei se eles estão em condições para fazerem este tipo de trabalho”. Também houve críticas relacionadas com um certo “desenquadramento urbano” deste tipo de proposta, já que se trata de uma localização muito nobre da cidade: “Ok, isto é uma ideia gira, mas no fundo acho que este espaço merece outra atenção” (Entrevistado 13, homem, 44 anos, produtor de eventos). Neste caso, fica claro que ainda existe no imaginário popular uma certa pré-caracterização tanto do espaço quanto do perfil de quem lá trabalha; é comum ter-se a ideia de que este “agricultor urbano” seria alguém já idoso, fora do mercado de trabalho e que realiza esta função como um hobby, e o espaço a ser explorado seria um terreno afastado das áreas centrais, de pouco valor e de diminuto potencial imobiliário. Porém, as principais

críticas e objeções ao cenário tiveram como fundamento a contaminação dos solos, que para muitos entrevistados, constitui um problema especialmente grave e que inviabiliza este tipo de reuso.

A memória da poluição do Barreiro nos seus tempos industriais esteve muito presente nas entrevistas com os mais idosos e a ideia desse legado tóxico de “terras sujas” paira como uma ameaça sobre o lugar. Foram em geral os participantes acima dos 45 anos que manifestaram as opiniões mais negativas quanto a essa possibilidade de reuso, enquanto os mais jovens revelaram não possuir conhecimento ou não o levar em consideração. “Eu penso que ali é complicado... só para a descontaminação do solo... estão ali cem anos de morte. Na minha opinião, seria inviável” (Entrevistado 17, homem, 48 anos, diretor comercial).

Quando incitados a pronunciar-se sobre o cenário das hortas urbanas num contexto intermédio, os entrevistados que justificaram a sua objeção com a má qualidade dos solos e os riscos para a saúde mantiveram apreciações pouco favoráveis, mas os que invocaram outras razões acabaram por rever as suas avaliações e consideraram que este tipo de uso podia ser viável. Como é o caso da Entrevistada 03 (mulher, 57 anos, motard, ex-funcionária Quimigal) que a princípio valorizou o cenário com três pontos e afirmou que “não é algo propriamente descabido, mas penso que não seja o mais adequado para a área”, quando intermédio avaliou o cenário com pontuação máxima.

Sobre o reuso do terreno para Eventos, festas e festivais ao ar livre, houve algumas críticas, principalmente na primeira ronda de avaliação, em relação ao facto de esta ser uma atividade intermitente e esporádica que depende do estado do tempo e, por isso, tende a ser sazonal. Um dos participantes (Entrevistado 14, homem, 38 anos, programador musical) afirmou que “mais importante do que um festival é o que se faz durante o ano todo [...] para manter a cidade viva. Não é a efeméride, não é um evento, é a dinâmica. [...] o mais importante é o quotidiano”. Outras razões apontadas para as pontuações comparativamente mais baixas obtidas por este cenário foram o incómodo e o ruído que a atividade podia causar, sendo este facto pouco compatível com uma localização tão central e próxima do centro antigo do Barreiro, e o facto de existirem na cidade outros espaços que já são usados com essa finalidade.

“Eu acho que isso é muito efémero. Eu gostaria que houvesse algo mais interessante para a cidade e que traga novas dinâmicas e negócios, porque as pessoas do Barreiro precisam. [...] Eu não sei se isto é efetivamente significativo

porque o Barreiro tem sítios para isto, temos a *Quinta do Braamcamp* onde podemos fazer isso e, se calhar, não incomodará as populações. Não tem interesse nenhum em ter uma grande área para festivais e à meia-noite ter que parar porque o ruído vai incomodar as pessoas.” (Entrevistado 13, homem, 44 anos, produtor de eventos)

“Acho interessante, mas também não [...]. Acho que era um pouco excessivo ser mais um sítio para isso. Acho que já há sítios para isso. Das outras soluções é o que concordo menos.” (Entrevistado 12, homem, 32 anos, *film-maker*)

Contudo, parte destas objeções caíram quando este cenário foi apresentado e discutido como reuso apenas intermédio, o que explica a pronunciada valorização que o cenário teve na opinião dos entrevistados entre a primeira e segunda rondas de avaliações (Tabela 5 e 6). Facto este expresso na avaliação do Entrevistado 01 (homem, 56 anos, desenhador) que, ao justificar uma abrupta mudança na valorização do cenário enquanto reuso intermédio, afirmou que o temporário nesse caso poderia ser para “ver qual seria a reação das pessoas a isso. [...] Como é uma coisa temporária, não custa nada as pessoas experimentarem e ver se resulta ou não”. O Entrevistado 22 (homem, 57 anos, engenheiro civil) prosseguiu nesta mesma linha e justificou a sua nota afirmando:

“[...] este tipo de solução efémera, que no fundo é temporária, é uma das soluções que ajuda a atrair pessoas para estas zonas onde já se desabituarão a ir [...]. Ninguém conhecia a Bela Vista há vinte anos atrás e, hoje em dia, se falarmos em *Rock in Rio*, toda gente sabe onde é”.

Ainda sob este tópico, um dos entrevistados concluiu:

“Festivais... a cidade não pode viver de festival. [...] se fosse um espaço efémero, sim, com certeza sim. Acho que deveria haver esse aproveitamento dos espaços abertos da cidade. Mas se for a estabilização de um local só para este tipo de evento [...] não faz sentido”. (Entrevistado 24, homem, 28 anos, arquiteto)

Este tipo de experiência é parte da vida urbana da maior parte das cidades, mas apesar de funcionarem por vezes até como políticas públicas, grandes eventos estão

sujeitos a análises tanto positivas quanto negativas – talvez numa mesma proporção. À Priori, é comum ser apresentada a análise econômica do evento e essa é facilmente direcionada para os aspetos positivos da experiência, como o aumento do fluxo de pessoas ou a criação de empregos. No entanto, a constatação dos seus efeitos negativos sobre o território bem como a análise das suas consequências socioculturais são, por vezes, deixadas de lado pelos promotores (Getz, 2007). Numa análise mais holística, facilmente podem apontar-se alguns problemas relacionados com o impacto social e cultural, como o aumento pontual da criminalidade e do vandalismo; ou ao impacto físico e ambiental, como os danos ambientais, a poluição, o ruído excessivo e os engarrafamentos (Bowdin, Allen, O’Toole, Harris, & McDonnell, 2006; Small, 2008). São situações que também foram apontadas pelos participantes do experimento como as fragilidades deste cenário, mas que podem ser potencializadas ou minimizadas mediante o grau de participação da comunidade local, ou seja, quanto mais os moradores participarem da formulação e do desenvolvimento do uso, maior será a possibilidade de sucesso dos aspetos que fogem a visão apenas econômica do evento.

Já a proposta de reuso do terreno como parque de desportos urbanos teve as suas avaliações muito próximas entre as duas rondas, com alguma pequena vantagem para a opção intermédia. Apesar desta prática ser comum dentro das possibilidades de reuso intermédio, com muitas experiências espalhadas por diferentes cidades, o cenário não teve uma avaliação positiva em massa. A falta de entusiasmo inicial de parte dos entrevistados pode explicar-se por já haver alguma oferta de outros espaços desportivos nas proximidades, assim como ocorreu no cenário das festas e festivais. A Entrevistada 09 (mulher, 30 anos, vigilante da natureza) afirmou que este uso já tem seu local específico, nomeadamente o Parque da Cidade, na porção mais a sul do território. E até mesmo uma previsão de um futuro projeto semelhante ao apresentado na imagem que será localizado na avenida da Praia, contribuiu para uma avaliação mais baixa, conforme declarou o Entrevistado 30 (homem, 29 anos, gestor financeiro e dirigente político).

Este cenário apresentou a maior diferença geracional em sua avaliação. Os 20% mais jovens dos entrevistados não se entusiasmou e avaliou o uso de maneira mediana, enquanto para os 20% mais idosos, a avaliação ficou próxima da nota máxima. Essa situação pode ser justificada pelo processo de decadência de algumas modalidades desportivas na cidade, como o futebol, o remo e o hóquei em patins, que estavam muito ligadas à própria CUF e que tiveram relativo sucesso no passado. Trata-se, portanto, de uma avaliação relacionada com a história e memória da cidade e não meramente relacionada com o uso proposto. Enquanto o desporto pode ser visto com

nostalgia por uma parte dos entrevistados, a outra parte não viveu esse ápice e não o valoriza da mesma maneira.

O cenário elaborado para a criação de um Hub para Indústria Criativa foi o mais apoiado na primeira ronda de avaliações, quando se pressupunha que seria algo definitivo. No momento posterior, quando a avaliação era dada sob a ótica do intermédio, as notas mantiveram-se praticamente inalteradas. Isto está relacionado com a necessidade de gerar empregos e reanimar a economia do Barreiro, como demonstrado na maior parte das opiniões dos entrevistados. Esta preocupação aflige tanto as camadas mais velhas que presenciaram a mudança e derrocada da indústria na cidade, quanto as camadas mais jovens que convivem com os problemas de uma cidade em encolhimento que já não consegue ofertar os elementos necessários para suprir as suas necessidades.

“Gostava de ver o Barreiro limpo e com trabalho... com postos de trabalho. Que acabasse de ser um dormitório e que essas novas gerações conseguissem trabalhar nas suas áreas e conseguissem fixar-se no Barreiro.” (Entrevistado 16, homem, 54 anos, pescador)

“não temos que abandonar a indústria, porque nenhuma cidade consegue funcionar sem ter emprego. [...] A indústria tem de aparecer e nós temos de recuperá-la. Nós nos últimos cinquenta anos não conseguimos fazer o que se fez no Barreiro até 1975: Fábricas. E é isso que dá emprego às pessoas.” (Entrevistado 22, homem, 57 anos, engenheiro civil)

“[...] o Barreiro hoje, apesar de tudo, não vive do trabalho. A componente piscatória desapareceu...a componente industrial, igual... se perdeu. O Barreiro hoje, não tem essa capacidade de emprego e, considerando isso, viver no Barreiro antigamente tinha, ao menos, essa capacidade de estabilização da população também devido ao trabalho, ou seja, as pessoas conseguiam trabalhar e viver no mesmo sítio e isso era uma grande vantagem.” (Entrevistado 24, homem, 28 anos, arquiteto).

Numa visão macro do exercício de avaliação, o parque urbano para Usos Recreativos Espontâneos foi a solução mais consensual entre os entrevistados confirmando uma tendência observada em outras cidades, noutros casos de estudo (Rupprecht, Byrne, Ueda, & Lo, 2015). Este cenário proposto explorou principalmente as características de indefinição deste tipo de espaço ao reconhecer e promover tipos de usos espontâneos que lhes são peculiares, como brincadeiras infantis, caminhadas, passeios com cães, criação de atalhos, apreciação da natureza, encontros, relaxamento, banhos de sol, etc., e foi muito bem aceite. Sob a ótica do uso definitivo, mesmo entre os menos entusiastas, este também é um uso muito bem visto e que gera opiniões mais pacíficas, como a do Entrevistado 13 (homem, 44 anos, produtor de eventos): “acho que sim... até poderia estar isso agora... não me incomoda nada”. Opinião partilhada pelo Entrevistado 28 (homem, 29 anos, engenheiro de som) ao responder que avaliaria com uma nota mediana, pois “...não tá bem, nem mal”. Entretanto, conclui-se que há uma atitude mais favorável para usos como este, que criam e valorizam o espaço público ao mesmo tempo que facilitam as permeabilidades e as interações.

Esta maior aceitação passa pelo entendimento deste tipo de área como uma “paisagem ambivalente”(Jorgensen & Tylecote, 2007) onde há uma certa ambiguidade e incerteza tanto a nível de território quanto de propriedade e governança que podem ser exploradas de diversas formas e preencher uma lacuna deixada pelos sistemas de parques convencionais que podem tornar-se inviáveis em densos ambientes construídos ou que já não satisfazem as múltiplas necessidades dos habitantes locais (Byrne, Sipe, & Searle, 2010; Mclain, Hurley, Emery, & Poe, 2014). Para Rupprecht & Byrne (2014, p. 258), estes locais são “informal green spaces” (IGS) que consistem em:

“[...] an explicitly socio-ecological entity, rather than solely cultural or biological. IGS consists of any urban space with a history of strong anthropogenic disturbance that is covered at least partly with non-remnant, spontaneous vegetation. It is neither formally recognized by governing institutions or property owners as greenspace designated for agriculture, forestry, gardening, recreation (either as parks or gardens) or for environmental protection (the typical purposes of most greenspace). Nor is the vegetation contained therein managed for any of these by the official owner. Any use for recreational purposes is informal and transitional (e.g.

unsanctioned verge gardening), taking advantage of the liminal characteristics of IGS.”

Quando entendida como reuso intermédio, essa valorização aumenta e torna-se o cenário mais bem avaliado entre todos os propostos. Nota-se que sua característica *low-cost* é muito apreciada enquanto utilização temporária do espaço, mas a sua flexibilidade, polivalência e, de certo modo, a sua indefinição, também são elementos fundamentais para sua boa avaliação. O Entrevistado 18 (homem, 42 anos, arquiteto) afirmou que a reutilização deste sítio “não precisa ser um projeto megalomaniaco, não. Podem as pessoas fazerem e, às vezes, até o deixar acontecer pode ser mais interessante do que o planear”. Vários entrevistados apontaram que um cenário ideal seria uma mistura deste uso com alguns outros que foram mostrados separadamente.

“Espetacular! Temos a nossa ciclovia na parte urbana e falta uma continuação na Avenida da Praia. E é uma maneira das pessoas irem quando estão a passear, é um sítio seguro. [...] (daria) um cinco. Até porque essa dá para juntar com outras.” (Entrevistada 11, mulher, 42 anos, diretora de associação cultural)

Notas sobre o Reuso Intermédio

Após a etapa de apreciação dos vários cenários, os entrevistados foram convidados a conversar sobre o reuso intermédio, as suas vantagens e os seus riscos. Foi possível constatar que o uso temporário do espaço abandonado enquanto um uso mais definitivo não é implementado recolhe ampla aprovação. Ao comparar as avaliações da primeira e segunda ronda, apenas 4% das notas atribuídas na perspetiva definitiva foram diminuídas quando transformadas em intermédias. Os entrevistados apontam três principais razões para essa aprovação que acabam por corroborar com a ideia do reuso intermédio enquanto um dispositivo dentro de uma estratégia para (i) **Aproveitar** o espaço durante tempo disponível; (ii) **Ativar** o espaço visando uma mudança de público ou de mentalidade; e (iii) **Explorar** novas possibilidades, experimentando situações antes de uma proposta definitiva.

A primeira está relacionada, portanto, com um urgente desejo de se fazer algo, de sair do estado de abandono e usar o espaço de qualquer maneira, como afirma o Entrevistado 17 (homem, 48 anos, diretor comercial) ao dizer que “é melhor estar a

ser utilizado que estar ali devoluto”. A mesma posição da Entrevistada 09 (mulher, 30 anos, vigilante da natureza): “mais vale isso que nada” ou do Entrevistado 08 (homem, 57 anos, projetista 3D): “enquanto abandono, prefiro que existam coisas temporárias”. Com base nas respostas e em consonância com a literatura, o reuso intermédio foi claramente visto como um meio válido para superar as desvantagens sociais, económicas e ambientais arraigadas no abandono urbano, sendo as suas soluções *bottom-up* e *low-cost* ferramentas para uma transformação imediata (Lydon & Garcia, 2015; Talen, 2015)

A segunda razão extrapola esta ação mencionada anteriormente de apenas aproveitar imediatamente o que lá está e propõe uma maior reflexão sobre o significado destes espaços no contexto atual. Para alguns dos entrevistados, os espaços abandonados, como o terreno de estudo, possuem uma forte memória urbana, mas estão inacessíveis permanecendo à margem da população. Sendo assim, o uso intermédio pode ser uma ferramenta para torná-los visíveis e fazer com que as pessoas voltem, pelo menos, a pensar sobre eles, enquanto se possibilita a criação de novas atmosferas afetivas em espaços antes negligenciados (Ebbensgaard, 2017; Gandy, 2013).

Sob esta perspetiva, o Entrevistado 22 (homem, 57 anos, engenheiro civil) concluiu que o reuso intermédio “ajuda a atrair pessoas para estas zonas onde já se desabitaram a ir e, portanto, este tipo de solução é muito importante para pôr esses espaços de volta no roteiro das pessoas”. Já o Entrevistado 30 (homem, 29 anos, gestor financeiro e dirigente político) afirmou que “enquanto não se encontram soluções definitivas, temos que arranjar uma forma de, pelo menos, mostrar que aqueles espaços existem”. Para a Entrevistada 19 (mulher, 44 anos, arquiteta), “seria uma mais-valia e um desmistificador do espaço [...] poderiam preparar para uma mentalidade diferente”.

A terceira razão conecta-se com a ideia da prática intermédia como forma de experimentar e testar usos, numa clara relação com o ato de planear, ou seja, agir no presente pensando no futuro. Isto corrobora com o que está presente na literatura (Oswalt et al., 2013) onde o reuso intermédio pode ser também considerado como uma plataforma de uso pioneiro para o desenvolvimento futuro do espaço, seja ensaiando novos programas para o local ou simplesmente dando o impulso necessário para a mudança. Assim como afirmou a Entrevistada 11 (mulher, 42 anos, diretora de associação cultural): “é um campo experimental. Deixa lá ver se isso pega. Pegou? Espetacular”, ou o Entrevistado 22 (homem, 28 anos, arquiteto) que concluiu:

“o uso temporário [...] tem uma valência muito grande que é as pessoas poderem experimentar diferentes coisas. E o facto de ser movimentos esporádicos de identidades próprias num espaço temporal curto, acho que dinamiza muito mais o território. [...] há uma essência no facto de haver um movimento efémero, não é? Uma coisa que só acontece em pouco tempo e tu vais. Vais ver. Vais espreitar, pois tem curiosidade.”

O Entrevistado 06 (homem, 66 anos, jornalista) acrescentou:

“para aquele território há coisas que podem ser feitas que depois podem ser enquadradas no projeto futuro [...] portanto, qualquer coisa temporária tem que ser pensado no que é o projeto, a visão que se tem para aquela zona. Há coisas que ficam agora, provisoriamente. É para ficar para sempre? Depende...”.

Quando o assunto passou para a avaliação dos inconvenientes de fomentar o reuso intermédio em locais abandonados, a maioria dos entrevistados apontou o risco do uso se tornar permanente sem uma análise mais bem feita da situação, ou seja, mesmo sabendo que é uma atividade com duração limitada no tempo, “as pessoas podem olhar com um olhar definitivo” disse o Entrevistado 08 (homem, 57 anos, projetista 3D) ou poderá haver, segundo o Entrevistado 07 (homem, 50 anos, técnico de higiene segurança do trabalho) “lobbies por trás e de repente já há alguém que está a ganhar dinheiro com o temporário e não quer perder essa fonte de rendimento”. A entrevistada 05 (mulher, 34 anos, técnica em museologia) afirmou:

“O temporário pode ser perigoso [...] porque pode haver uma certa acomodação daquilo que já está feito e depois esta acomodação não nos deixa progredir, ver para além daquilo.”

Essa ideia de acomodação está implícita também na posição do Entrevistado 14 (homem, 38 anos, dirigente associativo) ao dizer: “imagina que isto corria bem? Seria difícil tirar [...] há coisas que podem até serem boas, mas limitam a possibilidade de ter outras coisas que poderiam ser realmente definidoras”.

Em resumo, o Experimento 1 demonstrou que as opiniões das pessoas mudam dependendo de o cenário ser apresentado como uma solução permanente ou

intermédia, mas em termos gerais, o reuso intermédio tem uma aceitação maior. Em todas as opções de cenários, a sua avaliação superou a do uso permanente, validando uma posição de que as pessoas estão propícias a aceitar um uso não-definitivo para o espaço abandonado, principalmente se o mesmo fizer parte de uma estratégia do planeamento para aquela área. A maioria dos entrevistados afirmaram gostar da ideia e reconhecer o potencial desta ferramenta, e creem que a população da cidade aprovaria o reuso intermédio em parte por ser uma ação mais facilmente implementada do que os grandes planos urbanos que lentamente caminham para o esquecimento.

Validação da Metodologia

A partir dos resultados do Experimento I e da análise do seu desenvolvimento enquanto um experimento piloto, foi possível aferir conclusões a nível metodológico do processo de *scenario-elicitation*. A utilização desta metodologia constituiu-se num meio útil e eficaz de comunicação com os entrevistados, conforme a expectativa que inicialmente fora criada. Ao contrário das ferramentas que tradicionalmente apoiam o processo de planeamento urbano e cujo conteúdo é geralmente abstrato e de difícil compreensão para leigos (documentos escritos estratégicos, plantas, mapas e outras representações cartográficas), esta nova metodologia apela à memória – individual e coletiva – e à imaginação. Explorou-se com sucesso a imagem e os conteúdos figurativos como mecanismos que possibilitassem o despertar e o interesse da população em participar do processo de planeamento do espaço. De facto, o experimento estimulou os entrevistados nesse sentido e proporcionou uma participação menos aborrecida, mais livre e mais criativa. Ainda que o exercício de avaliação fosse um momento objetivo e direto, ele estava integrado numa proposta de reflexão individual e livre sobre temas subjetivos, como a perceção individual sobre o desenvolvimento urbano da cidade, sua história e seus caminhos futuros.

Assim, do ponto de vista do planeamento e do desenho urbano, há um importante diferencial entre o *scenario-elicitation* e os outros métodos discutidos na literatura, já que pode ser entendida como uma técnica de visualização complementar e um suporte para o processo de participação popular. Não se trata de uma substituição dos meios tradicionais e usuais, mas algo complementar que preencha certas lacunas que possam ser importantes para uma participação mais efetiva. A sua natureza figurativa, suportada em fotografias e fotomontagens, não apenas facilita a compreensão das propostas por um público mais alargado, mas contribui também

para tornar a participação mais contextualizada e interativa. Ao sugerir possíveis futuros para uma área, o *scenario-elicitation* pôde constituir-se como um passo metodológico prévio à implementação de uma solução de reuso intermédio, além de promover iniciativas temporárias de atores locais, instituições e administrações públicas, tornando-se um meio para apoiar ainda mais o design e planeamento participativo.

Experimento II – Inquérito Online

Considerações Iniciais

Após o caso piloto do Experimento I, a partir do qual foi possível tirar um conjunto de conclusões parciais sobre a validação da metodologia e a avaliação do reuso intermédio em espaços abandonados, foi elaborado um inquérito online com três diferentes casos de estudo, incluindo o mesmo terreno vago do experimento anterior. Assim, para além de (i) avaliar propostas de reuso de áreas obsoletas, buscou-se (ii) perceber se existe alguma relação entre os tipos de reuso intermédio e as diferentes tipologias de espaços obsoletos. Apesar de uma validação prévia da metodologia do *scenario-elicitation* a partir do Experimento I (piloto), buscou-se (iii) uma nova avaliação do método, devido a troca da base metodológica passando de algo físico e presencial para o ambiente virtual. A opção pela virtualização do processo ocorreu em parte pelo delicado momento pandémico no qual se vivia, onde regras sanitárias dificultariam em muito tanto a promoção quanto a execução de entrevistas presenciais. Ainda assim, a substituição do formato *face-to-face* pelo inquérito online já havia sido definida previamente em função da possibilidade de se atingir um público maior e ainda mais diversificado em relação ao Experimento I. Com isso, foi possível estabelecer comparações entre os experimentos, não apenas nos seus resultados diretos da avaliação de cenários, mas enquanto processos distintos de participação popular.

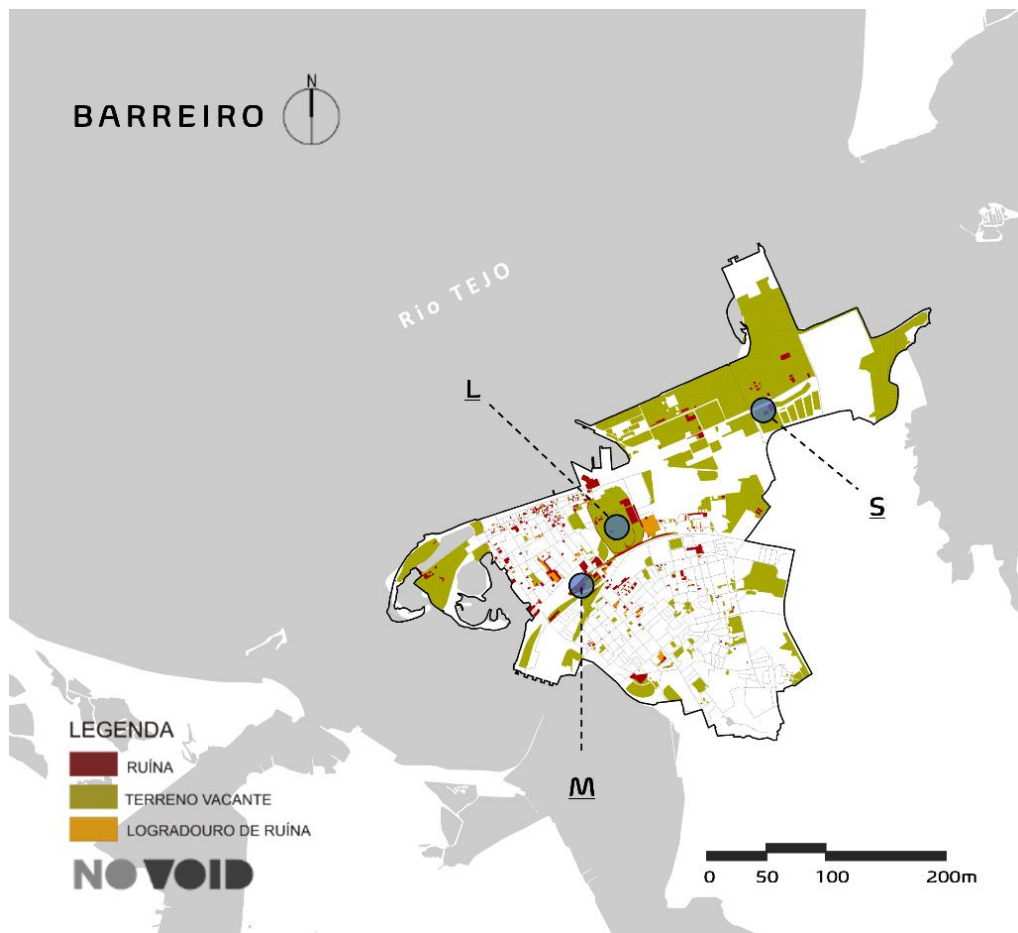


Figura 70 Os casos de estudo escolhidos para o Experimento II: (S)"Small" - armazém industrial comum; (M)"Medium" - estrutura ferroviária em processo de classificação; (L)"Large" - terreno vago de origem industrial de forte memória urbana. Fonte: Modificações feitas pelo autor sobre o mapa "perfurações-Barreiro" arquivo Projeto NoVOID – Ruínas e Terrenos Vagos nas cidades portuguesas

Os três casos de estudo situam-se numa faixa territorial urbana que representa uma linha de separação da cidade – todos estão muito próximos ao caminho de ferro que segrega a parte norte da parte sul, sendo dois deles situados no limite entre o antigo território da CUF/Quimigal e o restante do tecido urbano. A escolha passou pela ideia de se analisar áreas de tipologias e características distintas e, com isso, conseguir também estabelecer uma comparação entre os resultados das avaliações dos tipos de usos e os atributos das áreas. Assim, foram escolhidos pelas suas dimensões, a sua importância e impacto no imaginário urbano da cidade e, por fim, pelas características espaciais e físicas do seu edificado.

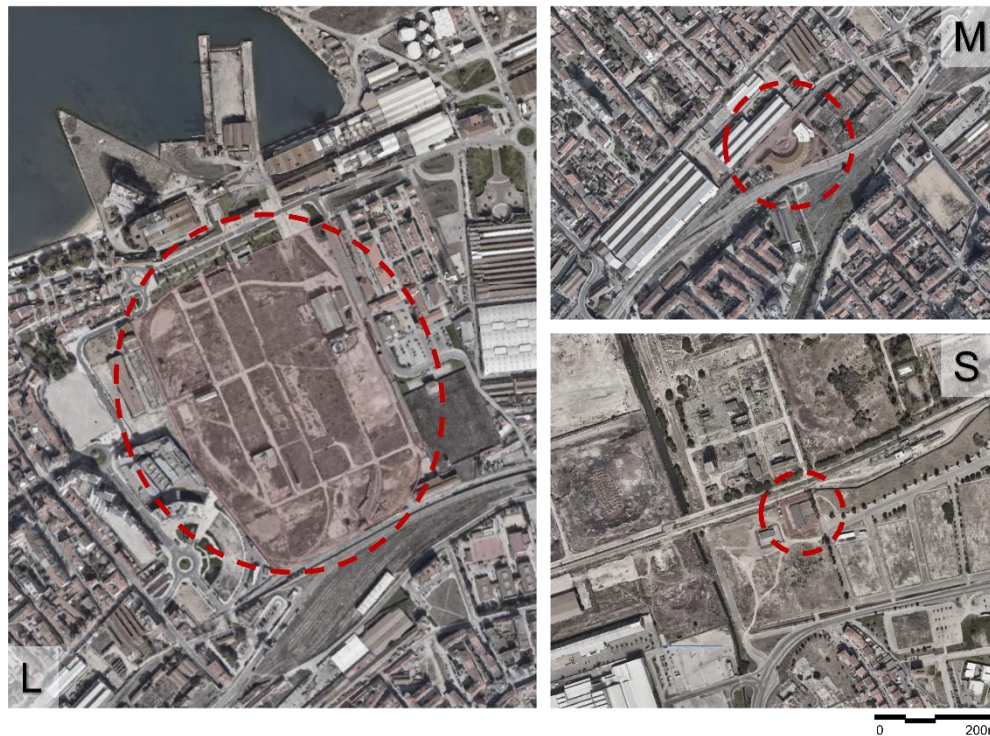


Figura 71 Foto aérea com destaque aos três casos de estudo. Fonte: modificações feitas pelo autor sobre base Google Earth 2018

As áreas foram marcadas no mapa (Figuras 70 e 71) com as letras “S”, “M” e “L”, fazendo referência a um tipo de categorização comum para descrever principalmente o tamanho de produtos e bens, mas que fora também popularizado nos estudos sobre arquitetura e urbanismo pelo arquiteto Rem Koolhaas através do seu livro homónimo (Koolhaas & Mau, 1995).

O primeiro caso de estudo (“L”) foi novamente o terreno vago de origem industrial (CUF) usado no Experimento I, cujas importantes estruturas foram quase todas demolidas. Localizado numa área estratégica do Barreiro, destaca-se pela sua grande dimensão (150 000m²), a sua rica história/memória urbana industrial e a sua característica de ser um espaço ao ar-livre e desimpedido, apesar de estar confinado entre muros. O segundo caso (“M”) é uma antiga estrutura de suporte ferroviário de planta circular, construída entre 1885 e 1890 e conhecida como a “rotunda das locomotivas”, com uma área de aproximadamente 8 000m², sendo 3 000m² edificadas para o estacionamento de até 20 locomotivas e um peculiar mecanismo elétrico de manobras de inversão denominado “charriot”. A área faz parte do complexo ferroviário do Barreiro que está, desde 2018, em vias de classificação na Direção-Geral do Património Cultural (anúncio nº22/2018). No plano PUTQAE, a área faz parte da Alameda Central – um eixo verde ecológico - e está prevista a salvaguarda

da edificação com a possibilidade de se tornar um equipamento museológico (Câmara Municipal do Barreiro, 2010). O terceiro e último caso de estudo (“S”) é uma edificação de origem industrial de aproximadamente 1 000m², construída no início da década de 1980, já sob administração da Quimigal, onde funcionaram as instalações de manutenção da fábrica de polióis e resinas poliéster até 2009, data em que a empresa entrou em insolvência. Nos anos subsequentes, o restante da fábrica foi demolido, restando apenas a edificação em questão. Atualmente, é um local afastado da malha urbana, posicionando-se numa zona de transição entre a cidade e a antiga zona industrial. Ao contrário dos outros dois casos de estudo, não está prevista a manutenção desta edificação no plano PUTQAE, devendo ser substituída por novas edificações de usos não-industriais (Idem 2010).

O experimento foi conduzido entre os dias 25 de maio e 25 de julho de 2020 e decorreu em meio exclusivamente online. Foi então elaborado um material promocional com uma imagem produzida através de fotomontagem onde se via parcialmente o abandono de uma das áreas e, ao mesmo tempo, um uso intermédio para aquele lugar. O título da comunicação dizia “O que poderia ser aqui?” (Figura 72), aguçando a curiosidade de quem o via e estimulando a participação no inquérito. No rodapé, algumas notas e informações técnicas relativas aos apoios institucionais e o link para a página web onde se podia participar do inquérito. O material foi divulgado em diversas plataformas digitais e teve o apoio da Faculdade de Arquitetura, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, de grupos de Facebook ligados ao Barreiro, da ADAO, e dos grupos de investigação URBinLAB (FA-Ulissboa), ZOE (IGOT-Ulissboa) e Writing Urban Places (COST Action 18126).

O inquérito contou com a participação de 245 pessoas, mas apenas 227 respostas foram validadas e inseridas por completo no experimento. Dezoito participantes não responderam ou responderam de maneira incompleta à etapa de atribuição de notas aos cenários e, por isso, foram excluídos da análise final quantitativa. A amostra reunida conseguiu captar respondentes com uma grande variedade de idades e mostrou-se muito equilibrada em relação aos géneros. No total, foram 122 (53,7%) participantes do sexo masculino, 101 (44,5%) feminino e 4 (1,8%) indefinido/não quiseram informar. Quanto à distribuição pelas faixas etárias, foram 37 (16,3%) participantes nascidos até 1990, 55 (24,2%) entre 1980 e 1989, 72 (31,7%) entre 1970 e 1979, 34 (15,0%) entre 1960 e 1969 e 29 (12,8%) antes de 1960. Como condição para inclusão na amostra, os respondentes deveriam ter algum tipo de relação com o Barreiro, seja ela por meio da sua moradia, do seu trabalho, da sua família ou pelo facto de ser um local de visita frequente, ainda que no passado.

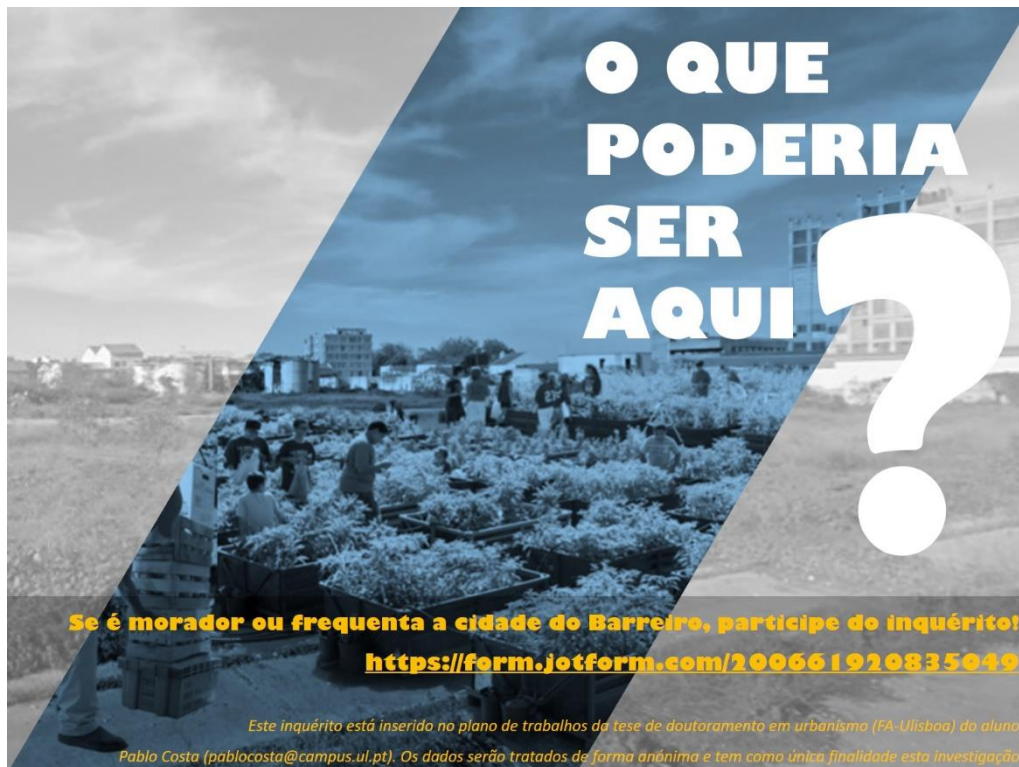


Figura 72 Comunicação produzida como promoção do Experimento II - Inquérito Online em plataformas digitais. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da foto do local e imagens de internet.

Após um primeiro momento de captação de informações básicas de caracterização e validação do participante (idade, habilitações académicas, profissão, etc.) o inquérito foi dividido em três partes com iguais dinâmicas, referentes aos três casos de estudo propostos para o exercício de *scenario-elicitation*. Inicialmente, o participante foi confrontado com duas imagens atuais do espaço e questionado sobre a sua localização na cidade. Esta primeira abordagem, do tipo *photo-elicitation*, teve como objetivo aproximar o participante do local de estudo e estimular a sua memória. De seguida, uma pergunta de escolha-múltipla procurava reforçar novamente o enfoque na relação afetiva entre a pessoa e o sítio: “o que sente quando vê estas imagens ou quando eventualmente visita o local?”. Como resposta, era possível escolher uma ou mais opções entre “esperança”, “expectativa”, “liberdade”, “tranquilidade”, “melancolia / nostalgia”, “tristeza”, “medo”, “frustração”, “revolta” e “outros – especifique”. Posteriormente, era ainda possível ao respondente comentar sobre as suas próprias escolhas.

Após a familiarização dos respondentes com as áreas de estudo, avançou-se para o exercício de *scenario-elicitation*. Para cada uma das áreas foram elaborados seis cenários de reuso intermédio a partir de um processo de fotomontagem semelhante

ao experimento anterior. Os usos propostos foram novamente escolhidos com base nas experiências referenciadas na literatura, mas desta vez, também influenciada pelo processo e resultados obtidos no Experimento I. Percebeu-se que a opção de reuso do espaço para a “produção de energias renováveis” além de ter sido desaprovada pela maioria das pessoas, não era de todo viável no caso de estudo (S) Armazém Industrial, pelas suas características físicas e escala. Por outro lado, foi incluído um novo cenário para “mercado de popular e *pop-up stores*”, um tipo de uso muito presente na literatura mais recente e que não fora contemplada no experimento anterior.

Em suma, os cenários escolhidos para o Experimento II continuaram a ser: (i) Hortas Urbanas Comunitárias; (ii) Usos Recreativos Espontâneos; (iii) Desportos Urbanos; (iv) Eventos, Festas e Festivais; e (v) *Hub* para indústria criativa. Houve o acréscimo, portanto, do (vi) Mercado Popular e *Pop-up Stores* que, por sua vez, está ligado ao “empreendedorismo” (Blumner, 2006) e acaba por promover uma atividade que necessita de restrições e controlo do espaço (Figura 73). Todos os cenários foram elaborados adaptando a ideia do uso às características físicas do espaço, seja ele fechado ou aberto, grande ou pequeno, livre ou construído. Assim como no Experimento I, as fotomontagens foram apresentadas aos participantes que puderam avaliá-las individualmente, atribuindo uma nota entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). Desta vez, os cenários foram apresentados desde o princípio como intermédios e foram avaliados já inicialmente desta maneira. Após a completa atribuição das notas e a possibilidade de comentar as notas ou sugerir usos, foi perguntado se a avaliação mudaria caso o cenário fosse definitivo/permanente. Esta diferente abordagem que inverteu a ordem da apresentação e propôs uma mais simples forma de avaliação, partiu da conclusão parcial do Experimento I de que o intermédio teria grande aceitação por parte das pessoas, sendo até a preferência da maioria. Assim, evitou-se fazer uma cansativa avaliação dupla (usos intermédios e usos permanentes) para cada um dos três casos de estudo, processo este que, por sua vez, eliminaria o fator surpresa peculiar a uma avaliação onde o objeto é apenas uma área de estudo – como no experimento anterior.



Figura 73 Matriz com os cenários de reuso intermédio propostos para os três casos de estudo – (S) Armazém Industrial, (M) Estrutura Ferroviária e (L) Terreno Vago. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da foto do local e imagens de internet.

(L) Terreno Vago – resultados iniciais



Figura 74 Fotografia da área de estudo em julho 2018 – Imagem apresentada na primeira parte do exercício. Foto: Autor próprio, julho 2018

O início do processo de *photo-elicitation* demonstrou que a maioria das pessoas conseguem reconhecer com certa facilidade a localização do terreno vago do estudo. Das 227 pessoas, apenas 10 (4,41%) afirmaram que desconheciam aquele espaço. Em linhas gerais, a atividade de atribuição de sentimentos à imagem do terreno foi marcada pelo equilíbrio entre sentimentos positivos e negativos (Tabela 6, Figura 75). Houve 181 menções a sentimentos considerados positivos e 162 menções aos negativos. Logo, houve vários participantes que se sentiram confortáveis para deixar

comentários sobre a área de estudo ou sobre a cidade, muitos deles relatando de forma um tanto nostálgica as suas memórias em relação ao lugar. O sentimento de melancolia/nostalgia foi indicado por 62 vezes e, apesar de considerarmos neste exercício como um “sentimento neutro”, veio muitas vezes conjugado com sentimentos negativos, como tristeza e frustração. Mesmo quem não optou por não expor e estabelecer este vínculo direto, assim o fez indiretamente através dos comentários, como a Participante 223 (Mulher, 62 anos, Cientista Social) que, após relacionar as imagens do terreno ao sentimento de tristeza e tão somente, comentou que ver as imagens a fazia recordar da sua história no Barreiro: “Lembram o passado. A infância. A família trabalhou neste território CUF. A escola primária onde andei. O posto médico onde nasci”. Esta relação entre nostalgia, tristeza e o espaço no seu estado de abandono atual também foi relatada pelo Participante 236 (Homem, 45 anos, Técnico de Informática): “Ainda vi esta chaminé a funcionar...esta parte industrial da ex-CUF, próxima à estação Barreiro A. Depois do 25 Abril, a nacionalização da CUF levou à destruição das empresas...é uma tristeza...”.

(L) Terreno Vago		Qtde. menções	Percentagem individual	Percentagem agrupada
positivos	Esperança	53	12,59%	42,99%
	Expectativa	91	21,62%	
	Liberdade	20	4,75%	
	Tranquilidade	17	4,04%	
	Melancolia / Nostalgia	62	14,73%	14,73%
negativos	Tristeza	87	20,67%	38,48%
	Medo	12	2,85%	
	Frustração	44	10,45%	
	Revolta	19	4,51%	
	Outros	16	3,80%	

Tabela 6 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada. Total de menções: 421.

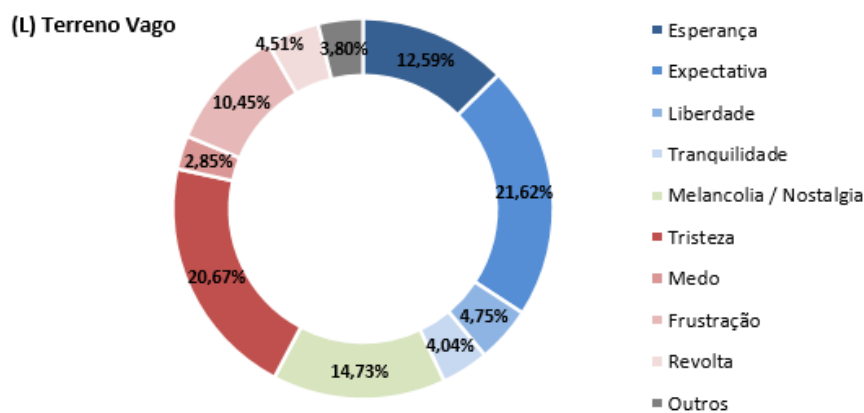


Figura 75 Gráfico elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.

O sentimento de tristeza foi muito indicado pelos participantes, principalmente entre os maiores de 50 anos, sendo que mais de um terço dos respondentes desta faixa etária afirmaram ficarem tristes ao verem o terreno vago do estudo. O Participante 56, assim como alguns outros, vinculou esse sentimento a uma mudança no perfil da cidade: “Tristeza porque aqui formaram-se os melhores filhos que o Barreiro teve. Quando o Barreiro não era um simples dormitório, mas uma pujante Vila Industrial. Agora até as acessibilidades ferroviárias nos surripiaram” (Homem, 72 anos, aposentado). A decadência da indústria do Barreiro é entendida por muitos como um triste e revoltante processo de retrocesso e de perda.

“[...] esta zona, tem um potencial enorme e infelizmente passam-se décadas e décadas em que pouco se evolui. É triste, porque há pessoas como o meu avô que trabalhou nas fábricas, viu a indústria desaparecer e já não conseguiu ver nenhum investimento de grande impacto nesta região” (Participante 164, homem, 46 anos, designer).

No entanto, a presença do abandono na paisagem da cidade foi também interpretada de maneira positiva, principalmente entre as gerações mais novas – abaixo dos 35 anos. As imagens do terreno vago estimularam alguns participantes a refletirem sobre os espaços obsoletos do Barreiro, seus significados e seu impacto positivo na vida urbana atual e futura.

“Sinto que é um espaço parado no tempo, como tantos outros no Barreiro, no entanto não encaro mal esse sentimento. São espaços que fazem parte da identidade da cidade, que perpetuam as memórias industriais que me transportam para tempos que não vivi. Transmite-me tranquilidade por ser um espaço enorme em aberto. Devido à construção de habitação em massa na cidade, é bom ter zonas que respiram, ter solo não construído. A minha expectativa é de que possamos usufruir desses espaços não construídos, sem retirarem a sua identidade com obras de planeamento urbano” (Participante 124, mulher, 31 anos, designer de interiores)

Alguns ressaltaram o caráter libertário e inspirador do vazio e da ruína, como o Participante 47 (homem, 34 anos, bancário) que afirmou que “os espaços vazios e abandonados [são] uma parte saudável do carácter transitório da ocupação da cidade

[...] Os espaços abandonados dão um carácter libertário e orgânico em contraste da gentrificação hiper-regulada de cidades como Lisboa”. O Participante 180 (homem, 18 anos, estudante) preferiu ressaltar características muito apreciadas pelos integrantes dos movimentos “Urbex”: “É o espaço que, apesar de estar preferencialmente interdito, inspira liberdade e gosto pela exploração. É sossegado e dá lugar a experiências fotográficas interessantes. Contudo, não deixa de estar visivelmente degradado”.

Algumas pessoas acima dos 40 anos, assim como aconteceu no Experimento I, preferiram comentar sobre os passivos ambientais daquela área em concreto e do Barreiro em geral, vinculando a contaminação à atividade das fábricas da antiga CUF, como é o caso do Participante 168 (homem, 40 anos, designer): “sei que há terrenos contaminados na antiga área fabril, não sei se este é um deles.” O participante 158 (homem, 57 anos, economista) corroborava isso dizendo que “as fotos traduzem um exemplo típico do total desprezo pelo ambiente e saúde das populações. É o resultado de décadas de crime ambiental impune.”.



Figura 76 Cenários propostos para o Experimento II – (L) Terreno Vago: (A) Hortas Urbanas Comunitárias; (B) Usos Recreativos Espontâneos; (C) Desportos Urbanos; (D) Festas e Festivais; (E) Hub para Indústria Criativa; (F) Mercado Popular / Pop-up Stores. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da justaposição da foto do local e imagens de internet.

Na terceira fase do experimento, com a proposta de avaliação dos seis cenários de reuso intermédio para o terreno vago (Figura 76), todos eles receberam um número maior de avaliações positivas (“concordo” e “concordo totalmente”) do que de

negativas (“discordo” e “discordo totalmente”) (Tabela 7, Figura 77). No geral, o cenário dos Usos Espontâneos foi o mais bem avaliado, destacando-se com uma pontuação muito acima dos demais. Festas e Festivais, Desportos Urbanos e *Hub* para Indústria Criativa foram cenários que receberam uma pontuação muito parecida e mostraram-se opções bem vistas pelos participantes. Já a ideia das Hortas Urbanas foi muito refutada e teve uma avaliação final pior do que a maioria, bem como o Mercado Popular que recebeu a pior votação, sendo a somatória final de sua pontuação a única a ficar abaixo dos 800 pontos (766 pontos).

(L) Terreno Vago	(1) discordo totalmente	(2) discordo	(3) neutro	(4) concordo	(5) concordo totalmente	Pontuação Total
Hortas Urbanas Comunitárias	30	22	42	60	73	805
Usos Recreativos Espontâneos	4	7	25	77	114	971
Desportos Urbanos	9	23	53	64	78	860
Festas e Festivais	14	18	42	68	85	873
<i>Hub</i> Indústria Criativa	15	26	42	59	85	854
Mercado Popular / <i>Pop-up Stores</i>	21	34	64	55	53	766

Tabela 7 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio: como as escolhas dos 227 participantes foram distribuídas em cada cenário e a soma dos votos multiplicada pela pontuação do cenário (pontuação total) – pontuação máxima possível: 1135 pontos.

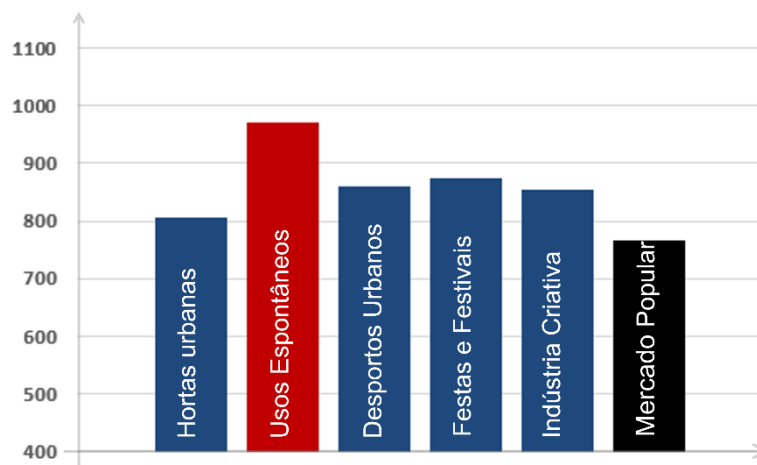


Figura 77 Gráfico sobre a avaliação dos cenários. Destaque para o cenário com a pontuação mais alta (a vermelho) e o cenário com a menor (a preto).

Além de ser a opção mais bem avaliada, o cenário dos Usos Espontâneos foi o mais pacífico. Apenas 5% dos participantes avaliaram esta opção negativamente, enquanto 84% se dividiram entre “concordo” e “concordo totalmente”. Ao analisarmos a alta pontuação total deste cenário é possível relacionar o seu caráter mais “soft”, de pouca intervenção física e sem mudança abrupta da paisagem atual, com alguns dos sentimentos “positivos” apontados na etapa anterior do Experimento,

como o carácter libertário e orgânico do espaço ou a sua atmosfera de paz e tranquilidade. Também é possível notar que a questão ambiental foi crucial para este resultado, tendo em conta que muitos dos participantes que atribuíram nota máxima a este cenário comentaram sobre a necessidade de mais espaços verdes na cidade e uma maior atenção à preservação ambiental (participantes 122, 147, 153, 166 e 215).

Outro aspeto muito valorizado deste cenário foi a sua capacidade de permitir uma fácil conjugação com outros usos. Segundo a Participante 3 (mulher, 28 anos, arquiteta), este seria o cenário mais interessante pois pode “combinar-se com qualquer outro cenário, especialmente com os desportos urbanos”. Opinião semelhante à do Participante 100 (homem, 45 anos, educador informal) que afirma que a opção ideal seria a mistura dos usos recreativos espontâneos com “hortas urbanas e espaços para desportos”. Essa articulação entre alguns usos reflete a boa avaliação dos cenários ligados às práticas de lazer, sendo as opções dos Desportos Urbanos e das Festas e Festivais avaliados positivamente por 63% e 67% dos participantes, respetivamente. Foram constantes as opiniões que indicavam a necessidade de atrair pessoas de diferentes idades e estes usos separados ou em conjunto possuem essa capacidade.

“Essa zona está desaproveitada desde toda a minha vida! Creio que dar um uso que todas as faixas etárias possam usufruir e trazer zonas de desporto a cidade são fundamentais para a revitalizar sem esquecer o seu passado fabril” (Participante 118, mulher, 45 anos, dentista)

Uma possível revitalização da área de estudo foi apontada muitas vezes nos comentários realizados pelos participantes no inquérito *online* que, em grande parte, relacionaram a “nova vida do espaço” com a criação direta de novos empregos e de novas dinâmicas associadas. Este ímpeto tornou-se uma das justificativas para aqueles que aferiram nota máxima ao uso do espaço como um Hub para Indústrias Criativas.

“No meu ver pessoal se tivesse que decidir entre estes cenários, apostaria no Hub criativo pela dinâmica empresarial que gera.” (Participante 84, homem, 53 anos, assistente operacional).

“Faria sentido a indústria criativa porque penso que tem tudo a ver com o que foi o maior espaço fabril da Europa. Aliado a isso, faria sentido visitas guiadas às unidades e um

sério museu industrial o que, bem divulgado, traria turismo nacional e internacional ao Barreiro.” (Participante 206, homem, 62 anos, gestor de imóveis).

Mesmo na fase inicial, anterior à avaliação dos cenários, a ideia de um espaço com estas características já estava no imaginário de alguns dos participantes:

“Um local com enorme potencial (tanto urbanístico como arquitetónico) que para mim é um espaço com 1001 possibilidades de intervenção possíveis. Poder-se-ia pensar numa intervenção (...) com o prolongamento de espaço empresarial num conceito inovador e contemporâneo. Por exemplo: espaços para *cowork*, *start-ups*, microempresas, obrigando assim a criação de uma dinâmica urbanística que favoreça o fluxo de diversas gerações.” (Participante 102, mulher, 40 anos, arquiteta).

Apesar dos muitos dos participantes terem comentado a respeito das indústrias criativas, este foi um cenário não tão bem avaliado quanto os demais. A sua pontuação total (854) só foi superior ao cenário das Hortas Comunitárias e ao Mercado Popular. Ainda assim, das 59 pessoas que optaram por comentar, dez expuseram alguma ideia ou opinião sobre este uso, sendo elas positivas em nove das participações. Uma justificação para esta situação pode estar na opinião do Participante 162 (homem, 28 anos, profissão não informada), que afirmou que “quanto ao cenário da indústria criativa, acho que poderia ser localizado nos antigos edifícios da Quimiparque, evitando a construção de uma nova estrutura”. Assim como já visto no Experimento I, o movimento das artes urbanas e das indústrias criativas no Barreiro está a consolidar-se de maneira rápida onde muitas das estruturas industriais obsoletas estão a ser ocupadas por pessoas e empresas ligadas à criatividade – é o caso da PADA ou da nova incubadora de empresas Startup Barreiro, por exemplo. No entanto, o facto deste local de estudo ser uma área muito grande e estar livre de edificações que pudessem abrigar este uso, leva as pessoas a imaginar essas atividades noutros espaços da cidade.

Um fator determinante para a má avaliação do cenário das hortas comunitárias foi exatamente este passivo ambiental que já vinha sendo apontado na etapa anterior. Entre os cenários avaliados, este foi o que recebeu o maior número de avaliações do tipo “discordo totalmente”. No total foram 30 participantes a responderem desta forma negativa, além de outros 22 que simplesmente “discordaram” do uso proposto, ou seja, 23% dos participantes. Como justificação, não apenas as gerações mais velhas

apontaram a contaminação dos solos. A participante 17 (mulher, 24 anos, professora) concluiu que a criação de hortas comunitárias num antigo terreno ligado à indústria pesada seria “impossível devido à presença de químicos no solo” ou a Participante 81 (mulher, 35 anos, intermediadora de crédito) que apesar de considerar uma excelente iniciativa, tem dúvidas apenas por “não saber em que estado o solo está devido ao uso na indústria e possíveis contaminações de solo”.

Apesar de ser um reuso muito comum às práticas intermédias em espaços abandonados ou vagos, a utilização do terreno como Mercado Popular e/ou *Pop-up Stores* não foi bem avaliada. Entre as seis opções, esta foi a que obteve a pontuação mais baixa, tendo sua rejeição próxima ao cenário das hortas urbanas – 24% e 23%, respetivamente. Estas foram as únicas opções de reuso que receberam avaliação negativa de mais de 20% dos participantes, no entanto, o Mercado Popular foi o único cenário que recebeu uma avaliação positiva por menos de 50% dos participantes. No total, 108 pessoas (48%) consideraram que este reuso seria positivo para a área. É possível notar que as propostas de reuso intermédio que estiveram ligadas essencialmente ao empreendedorismo e à atividade unicamente comercial, sem a conjugação com outros temas como a arte, a cultura ou a sustentabilidade, foram mais mal avaliadas em relação com as outras propostas.

No geral, todos os outros cenários receberam avaliações positivas (“concordo” ou “concordo totalmente”) por mais da metade dos participantes e avaliações negativas (“discordo” ou “discordo totalmente”) que não passaram dos 24% dos participantes. No quadro geral de atribuição de sentimentos em relação ao espaço (Tabela 6, Figura 75), o sentimento que mais se destacou foi o de “Expectativa”, recebendo 91 menções (21% do total de 421). É possível afirmar que há uma vontade da população para que ocorra algum tipo de reaproveitamento da área em prol da cidade e, após os resultados da avaliação dos cenários de reuso intermédio, percebe-se ainda que este processo é muito bem aceite se for proposto algo que permita um maior acesso ao sítio e promova atividades recreativas de natureza não-comerciais.

(M) Estrutura Ferroviária – resultados iniciais



Figura 78 Fotografia do local (Rotunda das Locomotivas) com destaque para a relação da edificação com a sua área envolvente. Fonte: Autor, dezembro 2019.



Figura 79 Fotografia do local (Rotunda das Locomotivas) com destaque para a presença dos trilhos e da estrutura de rotação mais ao fundo. Fonte: Autor, dezembro 2019.

O Caso de Estudo em questão é uma área de cerca de 8 000m² onde está implantada uma edificação de grande importância histórica – a Rotunda das Locomotivas. Pelo facto desta área ser parte de um complexo ferroviário e esta rotunda, em específico, ser algo voltado para a manutenção dos equipamentos e elementos ferroviários, ou seja, não aberto ao público em geral, o seu acesso é mais restrito e parcialmente controlado. Há uma possibilidade pela rua Miguel Bombarda, uma importante via de sentido norte-sul que corta grande parte das freguesias do município – Palhais, Coina, Santo André e Verderena – ainda que mude de nome entre estas duas últimas e passe a ser a av. da Escola dos Fuzileiros Navais e estabelece uma conexão da zona histórica e central do Barreiro com o restante da cidade. Logo na entrada para a Rotunda há uma vedação em cerca de arame e dois portões metálicos que por vezes ficam abertos. A outra opção para aceder à área é pela área envolvente da Associação Cultural ADAO, distante do local 200 metros e onde não há vedações, ainda que tenha de ser feita uma caminhada sobre os trilhos do caminho de ferro que ainda está em funcionamento. Por fim, a entrada no recinto pode ser feita pela rua da Encosta onde há um portão de acesso sem trancas próximo ao estacionamento do terminal Fluvial do Barreiro e que permite o acesso a partir de um leito ferroviário desativado distante 400 metros da Rotunda.

Do ponto de vista territorial, a Rotunda das Locomotivas está num ponto de divisão do espaço urbano; a norte, os trilhos desativados e as Oficinas da CP isolam a área do restante da cidade, enquanto a sul o isolamento é proporcionado pelo caminho de ferro em funcionamento e do grande terreno vago ali próximo. No entanto, este possível isolamento não se refletiu nas respostas e nos comentários do processo inicial de *photo-elicitation*. Os resultados apontam que a “rotunda das locomotivas” está presente no dia-a-dia ou na memória da maioria das pessoas que participaram do exercício. Apenas 16 (7%) dos 227 participantes declararam desconhecer onde se localiza o espaço retratado nas fotografias apresentadas (Figura 78 e Figura 79). Facto este em consonância do que foi visto durante algumas visitas realizadas ao local, entre 2018 e 2019, quando se avistou objetos deixados no chão, como garrafas de vinho e maços de cigarros. Além disso, foi comum encontrar pessoas no espaço a tirar fotos ou a reunirem-se nas instalações da Rotunda. Percebe-se que esta é uma área de destino final além de ser uma área de passagem, ou seja, as pessoas que vão até a área da Rotunda das Locomotivas também podem ter uma vontade de ficar e explorar o lugar.

“Eu vivia mesmo junto às oficinas da CP, atravessando-as, no meu caminho diário para a escola. Lembro-me de passar por cima deste equipamento de reparação ferroviária muitas vezes, com amigos e colegas. Traz-me boas memórias... também de um tempo em que havia ainda atividade económica ligada à ferrovia.” (Participante 04, homem, 37 anos, docente).

“Foi um dos meus cenários de brincadeira durante os meus 8 ou 9 anos de idade. Hoje não passam de ruínas históricas que se não olharmos para elas com olhos de ver irão esfumar-se no tempo.” (Participante 84, homem, 53 anos, assistente operacional).

A escolha deste tipo de relato reflete também as diversas possibilidades de usos fugazes e não planeados que ocorrem em uma infraestrutura como esta e que assumem um lugar afetivo de destaque na memória individual das pessoas e numa possível memória coletiva. Se por um lado, as pessoas reconhecem este objeto e este espaço como parte da identidade e da paisagem do local, por outro lado, reconhecem também que esta infraestrutura faz parte de um conjunto fraturante do espaço urbano que divide o território e forma uma barreira de difícil transposição. Para além disso, a linha do comboio no passado era algo que simbolizava uma separação física entre a cidade e a indústria, o acessível e o inacessível, o livre e o enclausurado.

“Qualquer espaço urbano vivido constitui memória (...) todo o corredor ferroviário do Barreiro tem condições para que, integrado no casco urbano, deixar de constituir a barreira que hoje divide a cidade.” (Participante 96, homem, 64 anos, arquiteto).

“É uma zona privilegiada em termos arquitetónicos e devia estar aberta ao público.” (Participante 58, homem, 52 anos, sociólogo).

“É um espaço que está subaproveitado há muito tempo e para além de ser central na cidade, neste momento divide-a.” (Participante 101, homem, 45 anos, economista).

(M) Estrutura Ferroviária		Qtde. menções	Percentagem individual	Percentagem agrupada
positivos	Esperança	48	11,57%	35,66%
	Expectativa	78	18,80%	
	Liberdade	8	1,93%	
	Tranquilidade	14	3,37%	
	Melancolia / Nostalgia	84	20,24%	20,24%
negativos	Tristeza	90	21,69%	42,89%
	Medo	11	2,65%	
	Frustração	45	10,84%	
	Revolta	32	7,71%	
	Outros	5	1,20%	

Tabela 8 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada. Total de menções: 415.

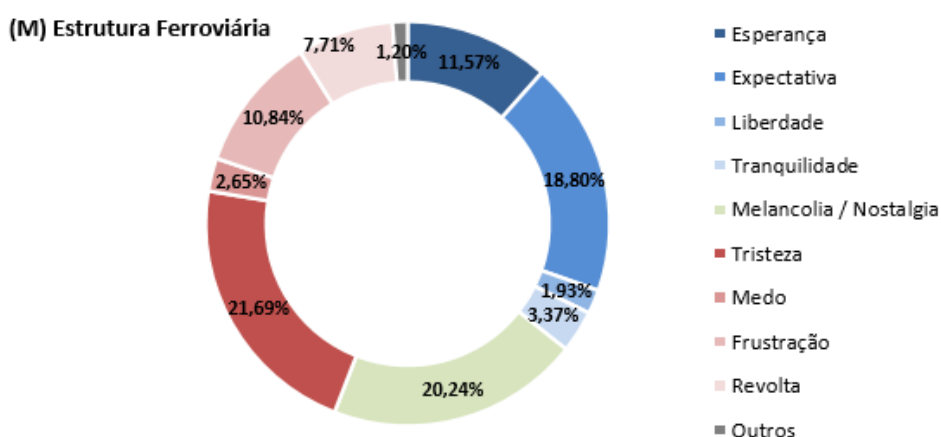


Figura 80 Gráfico elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.

No quadro de atribuição de sentimentos (Tabela 8, Figura 80) o número de menções negativas superou o de positivas, com destaque para os sentimentos de “tristeza” e “frustração” indicados por 90 e 45 vezes, respetivamente, de um total de 415 menções. A opção considerada neutra da “nostalgia/melancolia” recebeu o segundo maior número de menções (84) e acabou por ser relacionada muitas vezes em conjunto com os sentimentos negativos. Este vínculo não é novidade e está na origem do termo; a primeira definição de “nostalgia” foi cunhada pelo médico suíço Joahanes Hofer em 1698 para descrever um comportamento peculiar de parte de soldados e trabalhadores que, por estarem longe de seus países de origem, desenvolviam um mal-estar médico associado ao desejo de retorno à sua pátria (Boym, 2001; Smith & Campbell, 2017).

Segundo Becker (2018), “nostalgia” só deixou de ser um termo médico que expressava essa possível saudade do lar e tornou-se uma definição para um sentimento de perda e de lamento quase obsessivo pelo passado, em meados do século XX. Ainda segundo o autor, a maior parte dos trabalhos sobre o tema realizados durante segunda metade do século trazem a identificação do potencial perigoso da nostalgia e uma consideração de que se trata de um fenómeno coletivo cultural e não uma emoção individual: “(...) as a collective cultural phenomenon, a recognizable and distinctive public mood, in short, a *zeitgeist*” (Becker, 2018, p. 241). Nas últimas décadas, vivenciamos um distanciamento do termo dos aspetos negativos e uma transformação num dispositivo que se manifesta na cultura popular (e.g. moda vintage ou retrô,) onde a imaginação é também um fator desta rememoração. Para Niemeyer & Wentz (2014, p. 136), a nostalgia não significa mais apenas uma memória melancólica do que passou, mas também um certo nível de arrependimento do que não foi e uma fantasia do que poderia ter sido.

A atitude e a reação emocional dos participantes do Experimento acerca desta infraestrutura ferroviária de reconhecido valor arquitetónico mostra-se diferente em relação às outras tipologias, como por exemplo a do terreno vago anterior. A fácil identificação e perceção das dinâmicas anteriores a fase de abandono, permitem que este sítio elicie memórias que são integradas numa narrativa coletiva de prosperidade do passado que acabou por se desvanecer, ao mesmo tempo em que esta nostalgia estimula a reflexão do futuro do pretérito da área: “e se tivéssemos feito algo?”

“(...) é uma zona mais restrita que associa a um certo sentimento de frustração pois existe aqui um património industrial único no país e até na Europa que foi desmantelado e voltado ao abandono de forma irresponsável e com grande falta de visão estratégica pelos responsáveis administrativos da cidade e pela CP/EMEF também. É frustrante ver este património tangível e intangível a degradar-se perante o desprezo continuado dos decisores públicos e privados.” (Participante 149, homem, 44 anos, professor).

“O abandono consciente de património ferroviário (neste caso) e a sua exposição ao vandalismo puro, serve para aferir do grau de incompetência das entidades gestoras dos bens públicos e da impunidade que gozam os gestores “públicos”.” (Participante 158, homem, 57 anos, economista).

“A perda de importância do Barreiro, como ponto de ligação entre o norte e o sul. A perda de emprego por redução de postos de trabalho na CP e na EMEF. O Barreiro perdeu vida, perdeu pessoas, perdeu economia. E até o património museológico ferroviário perdeu. (Participante 205, mulher, 62 anos, cientista social).

Esta indignação em relação ao abandono e à falta de medidas de salvaguarda e de reutilização de um bem arquitetónico em que as pessoas reconhecem um valor patrimonial fez com que muitos participantes, antes mesmo de conhecerem os cenários preparados para o exercício de avaliação seguinte, já sugerissem o reuso do espaço como um “museu ferroviário”. Do total de 42 comentários, quase 20% mencionaram a necessidade da criação de um museu para a valorização deste lugar considerado pela maioria como “especial” e “único” na cidade. Neste momento mais espontâneo do exercício, onde não se estimulou a criação de propostas para o futuro, esta sugestão foi a única ideia concreta apresentada pelos próprios participantes.

Neste sentido, a área de estudo e suas edificações por si só acabam por suscitar um sentimento de identidade do lugar e de pertença coletiva face a uma história de cariz industrial ferroviário muito marcante para a cidade do Barreiro. Esta justa e espontânea vontade de criação de um espaço museológico no local é retrato de uma narrativa coletiva onde a Rotunda das Locomotivas emerge como um importante marco simbólico para a cidade.

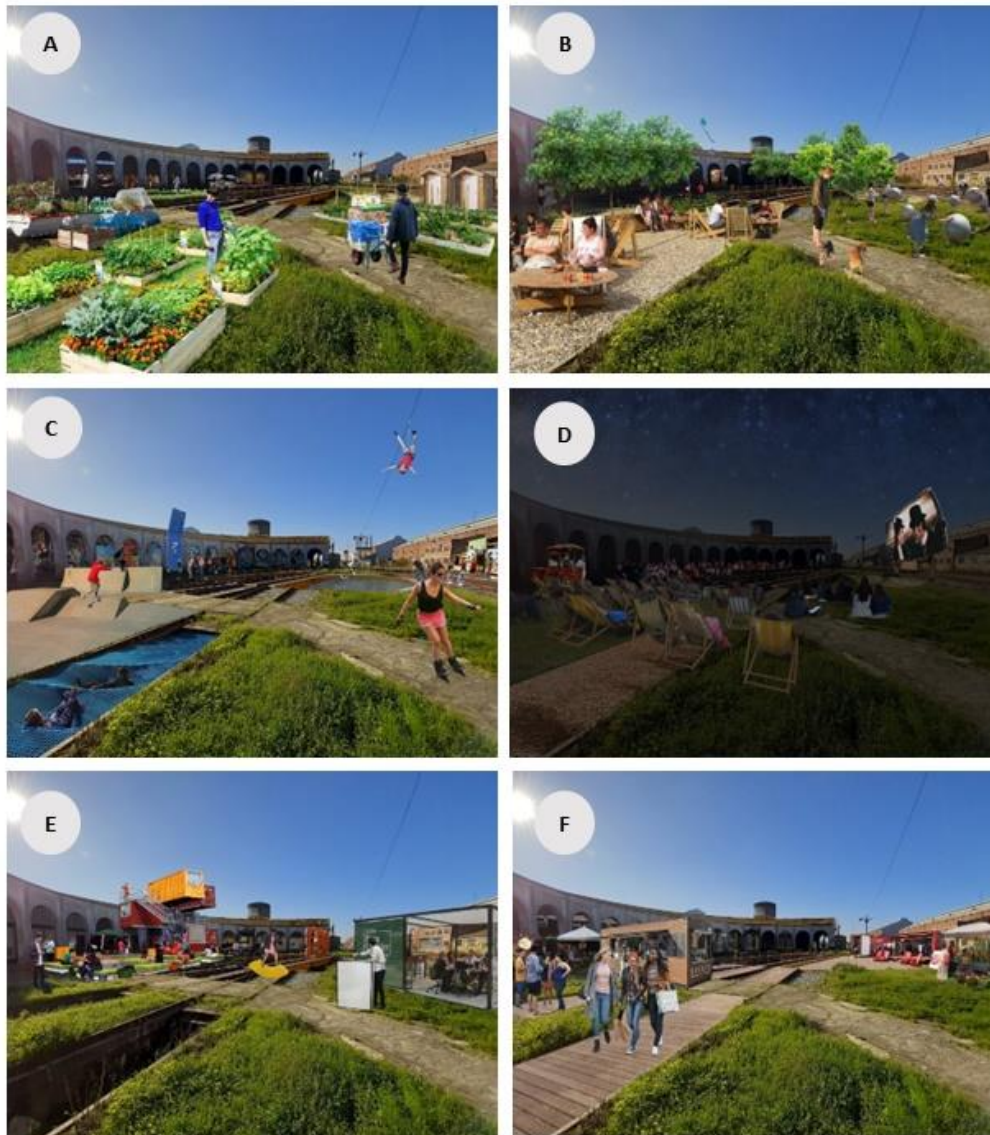


Figura 81 Cenários propostos para o Experimento II – (M) Estrutura Ferroviária: (A) Hortas Urbanas Comunitárias; (B) Usos Recreativos Espontâneos; (C) Desportos Urbanos; (D) Festas e Festivais; (E) Hub para Indústrias Criativas; (F) Mercado Popular / Pop-up Stores. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da justaposição da foto do local e imagens de internet.

Apesar dos resultados da atribuição de sentimentos para a área demonstrarem uma ligeira prevalência dos sentimentos negativos sobre os positivos (Tabela 8, Figura 80), a avaliação geral dos cenários de reuso intermédio (terceira parte do Exercício) foi positiva (Tabela 9, Figura 82). O cenário mais bem votado foi o reuso para Festas e Festivais (889 pontos) seguido da opção para Usos Recreativos Espontâneos (852 pontos). Ambos se destacaram e tiveram uma avaliação positiva por grande parte dos participantes – 75% e 66%, respetivamente. Os demais cenários não tiveram grande

destaque ficando próximos dos 50% de aprovação positiva, com exceção da proposta para Hortas Urbanas que foi o único cenário a receber mais avaliações negativas do que positivas – 34% e 45% respetivamente.

(M) Estrutura Ferroviária	(1) discordo totalmente	(2) discordo	(3) neutro	(4) concordo	(5) concordo totalmente	Pontuação Total
Hortas Urbanas Comunitárias	58	45	47	40	37	634
Usos Recreativos Espontâneos	16	22	39	75	75	852
Desportos Urbanos	25	40	37	66	59	775
Festas e Festivais	13	19	25	87	83	889
Hub Indústria Criativa	21	39	39	55	73	801
Mercado Popular / Pop-up Stores	24	46	45	66	46	745

Tabela 9 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio: como as escolhas dos 227 participantes foram distribuídas em cada cenário e a soma dos votos multiplicada pela pontuação do cenário (pontuação total) – pontuação máxima possível: 1135 pontos.

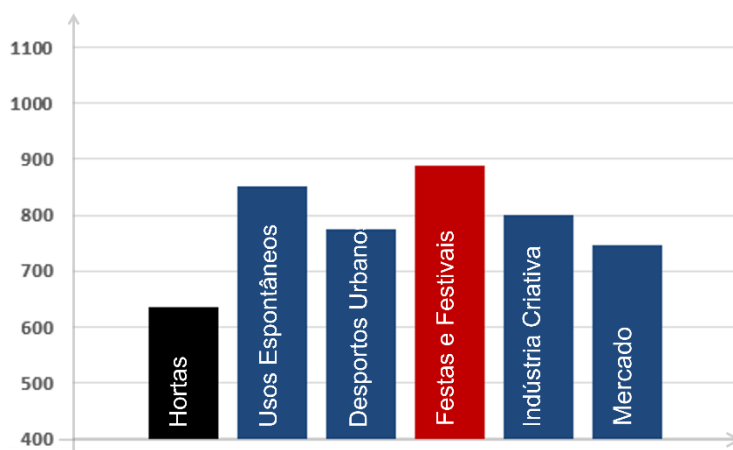


Figura 82 Gráfico sobre a avaliação dos cenários: (A) Hortas urbanas comunitárias; (B) Usos espontâneos + Renaturalização; (C) Desportos urbanos; (D) Festas e festivais; (E) Hub para indústria criativa; (F) Mercado de pulgas / Pop-up stores. Destaque para o cenário com a pontuação mais alta (a vermelho) e o cenário com a menor (a preto).

De acordo com os comentários deixados após o exercício, a má avaliação das hortas pode estar relacionada novamente com os passivos ambientais do Barreiro, ainda que esta não tenha sido uma área de exposição direta à poluição e à contaminação dos solos fruto das atividades da indústria pesada. No entanto, o Participante 158 (homem, 57 anos, economista) afirma que além dos terrenos estarem “(...) fortemente contaminados (...) Existe já aí em faixa de terreno contíguo à Linha, umas hortas que nada têm de comunitário e sim de amontoação de lixo e de tráfico de droga”. Este tipo de análise, por vezes superficial e pontual sobre uma experiência

concreta, pode ser um fator importante para a aceitação de um reuso intermédio já que condiciona o olhar da pessoa para o tipo de atividade proposta.

Além disso, para esta área em específico onde há uma edificação identificada como um património da cidade, há uma noção de parte da coletividade de que há certos tipos de reuso que são mais bem adequados e outros não, em função de uma possível proteção deste monumento. A má avaliação do cenário de reuso como Mercado Popular / *Pop-up Stores*, traduz essa ideia; ainda que poucos foram os comentários que debateram esta opção, este foi um cenário que foi percebido como antagónico a um possível reuso de viés museológico – apontado por muitos participantes como uma boa opção para o reuso do edifício. Um uso comercial e de pouca conexão com a história do local não parece ser adequado e acabaria talvez por prejudicar esta possível apropriação museológica, conforme indicado pelo Participante 149:

“Acho que um espaço que está em “vias de classificação pela Direção-Geral do Património Cultural” deve privilegiar equipamentos adequados às suas características intrínsecas enquanto património intangível e não ser mais um espaço de comércio ou de lazer praticamente indistinto de muitos outros que existem nas cidades. Este espaço deveria ser requalificado em consonância com o conceito de património industrial / inserido numa rota do trabalho e da indústria no concelho / dotado de equipamentos de apoio à compreensão desse seu valor específico pelas gerações mais jovens / promover visitas guiadas, etc.” (homem, 44 anos, professor)

Esta defesa do património através da sua adequada reutilização está no centro da discussão da teoria do restauro e das Cartas Patrimoniais que desde o começo do século XX têm vindo a indicar e regulamentar diretrizes para a conservação e valorização do edificado. As Cartas de Atenas (1931), de Veneza (1964) e, mais recente, de Cracóvia (2000), promovem uma discussão sobre a importância tanto da manutenção e conservação dos monumentos, quanto da reutilização do edifício considerando o seu reuso funcionalmente mais adequado que respeite o seu carácter histórico e artístico. Na Carta de Cracóvia, avança-se com uma definição sobre o “restauro” como uma intervenção cujo objetivo seria a conservação da autenticidade

do património, bem como sua apropriação pela comunidade, conceitos intrínsecos às diretrizes apontadas nas outras duas Cartas, mas aqui de forma direta e concisa.

A ideia da criação de um museu ferroviário ficou ainda mais forte nesta etapa do exercício e está em forte consonância com uma diretriz geral presente nas Cartas Patrimoniais, onde se aponta que se deve ter uma preocupação especial na educação dos povos no sentido de transmitir a importância da proteção do monumento (AAVV, 1931). Assim essa seria uma proposta direta, adequada, mas carregada de uma certa obviedade que acaba por ser uma opção mais bem aceite pela maioria das pessoas. Nesta fase do Experimento, logo após a avaliação dos cenários, a maioria dos comentários foi em torno deste tema. Dos 37 comentários proferidos, quinze tiveram este objetivo concreto como o ideal para a rotunda e sua área imediata. A Participante 131 (mulher, 38 anos, professora) afirmou que “Este espaço poderia ser aproveitado para contar a história industrial do Barreiro, da importância dos caminhos de ferro para o desenvolvimento da cidade. Portanto este espaço devia ser um MUSEU.”. Opinião semelhante à dos participantes 07 e 206, respetivamente:

“O uso destas infraestruturas deverá respeitar a sua autenticidade e integridade, enquanto mais-valia patrimonial do conjunto ferroviário da cidade. Sugiro ainda a opção de função museológica, como evocação da história ferroviária do Barreiro, como polo individual ou integrado, por exemplo, no Museu Ferroviário do Entroncamento.”
(mulher, 37 anos, doutoranda)

“A indústria ferroviária foi nevrálgica ao Barreiro. Por isso faria todo o sentido. E um museu ferroviário seria muito bom. Atrairia muito turismo ao Barreiro, nacional e internacional.” (homem, 62 anos, gestor de imóveis)

Apesar dos cenários de reuso intermédio elaborados para as áreas serem de baixo impacto nas estruturas edificadas e objetivarem a manutenção do existente, nenhum se conecta tão diretamente à uma reutilização museológica. No entanto, é possível concluir que há uma relação entre o cenário mais bem avaliado do exercício (Festas e Festivais) e esse ímpeto de valorização do património, já que que estes tipos de eventos efémeros podem ter um carácter de promoção do território. Uma vez entendida como um lugar especial e único da história da cidade, esta estrutura ferroviária seria aceite mais facilmente como um museu ou, pelo menos, seria valorizada como património industrial/ferroviário.

O segundo cenário mais bem avaliado foi o dos Usos Recreativos Espontâneos e, do contrário do cenário das Festas e Festivais, alguns comentários auxiliaram na compreensão deste resultado. Esta área, para além de ser caracterizada pela histórica estrutura de transporte ali presente, é um ponto de grande valor geográfico, já que está numa zona central privilegiada da cidade. Esta capacidade de conexão através de atalhos, caminhos e percursos de natureza espontânea é apreciada por grande parte dos participantes, como o Participante 69 (homem, 64 anos, consultor) que afirmou que “a sua localização central poderia transformar toda aquela zona num espaço verde de ligação entre os vários pontos da cidade”. Para além da sua localização, o Participante 113, que concluiu:

“Estando no meio de duas zonas de cidade consolidadas, e com uma escala mais pequena em relação ao tecido urbano envolvente, penso que deveria ser um espaço livre, de reunião, de partilha de experiências, criando novas ligações entre zonas da cidade até hoje separadas.” (homem, 46 anos, arquiteto)

Opinião semelhante à da Participante 72 (mulher, 46 anos, costureira) que ao perceber a proximidade do espaço com uma importante associação cultural afirmou que “este espaço deveria ter um caminho de entrada e saída pela lateral da Associação ADAO. Seria espetacular poder visitar a associação e ter este espaço para lazer e vice-versa”. Este uso espontâneo e informal em forma de atalho já acontece em um ponto mais próximo da ADAO e já se consolidou como um dos principais acessos à associação.

Os cenários dos Desportos Urbanos e do *Hub* para Indústria Criativa apresentaram resultados semelhante – 801 e 775 pontos, respetivamente. A falta de entusiasmo por estas duas opções provavelmente está relacionada com a oferta dos mesmos tipos de usos nas proximidades. Apesar de serem aprovados por mais de 50% das pessoas, mais de 1/4 dos participantes optaram por avaliar negativamente, afirmando “discordar” ou “discordar totalmente”.

(S) Armazém industrial – análises iniciais



Figura 83 Fotografia da área exterior, incluindo a edificação (antigo armazém industrial). Fonte: Autor, dezembro 2019



Figura 84 Fotografia do interior do local. Fonte: Autor, dezembro 2019.

A terceira área de estudo localiza-se na freguesia do Lavradio, afastado do centro urbano histórico do Barreiro, mas dentro dos limites dos territórios industriais geridos pela Baía do Tejo. Trata-se de uma zona de pouca ocupação: a norte do Armazém, separado pela linha do caminho de ferro e de acesso restrito, estão as áreas da antiga CUF/Quimigal cujo acesso é restrito devido à grande contaminação dos seus solos e onde restam apenas poucos resquícios de suas antigas estruturas e edificações; a sul, afastado a cerca de duzentos metros e separado por uma avenida (av. das Nacionalizações) estão as primeiras casas do núcleo mais habitacional e mais populoso da freguesia. No sentido este-oeste estão presentes grandes terrenos vagos que fazem desta edificação algo isolado, mas também algo escondido e restrito, já que seu único “acesso” se dá pela “rua da EDP” que tem o seu percurso interrompido por lixo e entulhos antes da entrada original do edifício.

O armazém industrial possui cerca de 1 000,00m², distribuídos por quatro ambientes, sendo o principal em forma de “L” que ocupa um terço do espaço total. A sua estrutura em betão armado com pilares e vigas é composta por módulos de 5x5 metros e está em perfeito estado de conservação, apesar dos seus fechamentos (portas e janelas) indicarem o contrário, já que estão todas quebradas ou foram furtadas. Durante as visitas ao local realizadas no fim de 2019, percebeu-se a presença de muito lixo e de entulho, além de algumas roupas e objetos como garrafas, cadeiras, cobertores e maços de cigarros, que podem indicar que o espaço é utilizado eventualmente por pessoas sem-abrigo. Em parte das paredes notou-se alguns escritos e desenhos do tipo *graffiti*, mas muito poucos com algum valor artístico.

Diferente das áreas de estudo anteriores, este armazém industrial possui uma importância histórica diminuta; trata-se de algo edificado já na segunda metade do século XX (década de 1980), mas o seu período de funcionamento durou apenas até à primeira década dos anos 2000, sendo que parte deste tempo a área não fora utilizada na sua capacidade total. Toda essa conjuntura, histórica e territorial, resulta num generalizado desconhecimento do local. No total, apenas 80 pessoas (35%) afirmaram reconhecer e saber onde se localiza a edificação; o restante dos participantes dividiu-se entre não sabem (37%), talvez saibam (26%) ou preferiram não responder (menos de 1%).

Esta falta de reconhecimento e, por consequência, a falta de experiências de interação com o lugar, levaram a um baixo índice de pessoas que afirmam sentir nostalgia/melancolia ao ver a imagem ou estar no local (Tabela 10, Figura 85). Em comparação com os outros casos, o Terreno Vago recebeu 62 menções (quase 15% do

total) e a Estrutura Ferroviária recebeu 84 menções (mais de 20% do total), enquanto o Armazém Industrial recebeu apenas 32 menções (menos de 9% do total). Também houve uma grande diferença entre a atribuição de sentimentos negativos e positivos; no geral, apenas 28,49% das menções foram positivas enquanto 60,34% foram negativas, com destaque para 102 pessoas que afirmaram sentir “tristeza” ao presenciar ou ver o estado atual da edificação. Este número representa quase 1/3 do total das menções, mas é ainda maior quando o recorte são as pessoas com mais de 50 anos. Nesta população, 53% das pessoas mencionaram sentir tristeza, como afirmou a Participante 205 (mulher, 62 anos, cientista social): “O abandono é sempre triste... poderia ter um uso que servisse a comunidade”.

(S) Armazém Industrial		Qtde. menções	Percentagem individual	Percentagem agrupada
positivos	Esperança	38	10,61%	28,49%
	Expectativa	47	13,13%	
	Liberdade	12	3,35%	
	Tranquilidade	5	1,40%	
	Melancolia / Nostalgia	32	8,94%	8,94%
negativos	Tristeza	102	28,49%	60,34%
	Medo	31	8,66%	
	Frustração	57	15,92%	
	Revolta	26	7,26%	
	Outros	8	2,23%	

Tabela 10 Resultados da atribuição de sentimentos à imagem apresentada. Total de menções: 358.

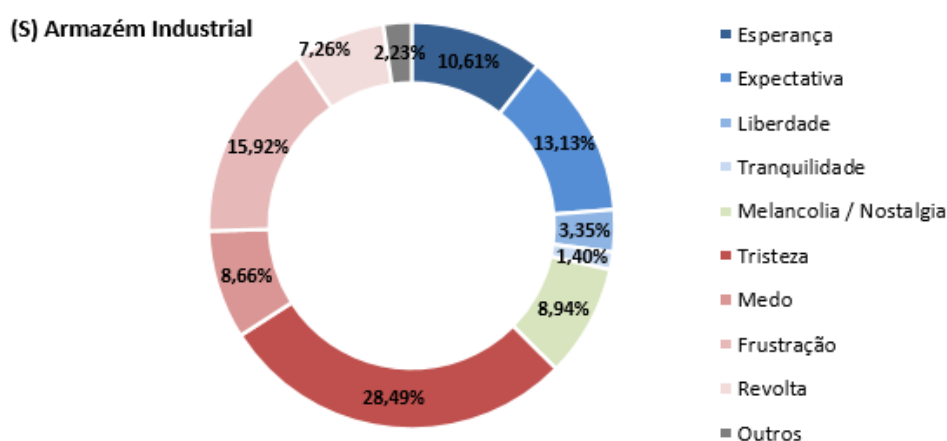


Figura 85 Gráfico-síntese elaborado a partir dos resultados da atribuição dos sentimentos.

Dentre os sentimentos positivos, o mais mencionado foi “expectativa” com 47 menções ou apenas 13% das indicações. Apesar disso, os únicos comentários sob esta perspetiva positiva mencionaram diretamente o sentimento de “liberdade”, numa

associação comum com os espaços abandonados muito presente na literatura e na arte urbana contemporânea. O Participante 172 (homem, 29 anos, profissão não informada) afirmou que sempre que esteve no local, sentiu “liberdade por me poder expressar e inspirar”, sentimento partilhado pelo Participante 225 (mulher, 46 anos, arquiteta): “mais uma vez a contradição entre o passado e o presente. A liberdade sente-se no apropriar que já existiu do local”.

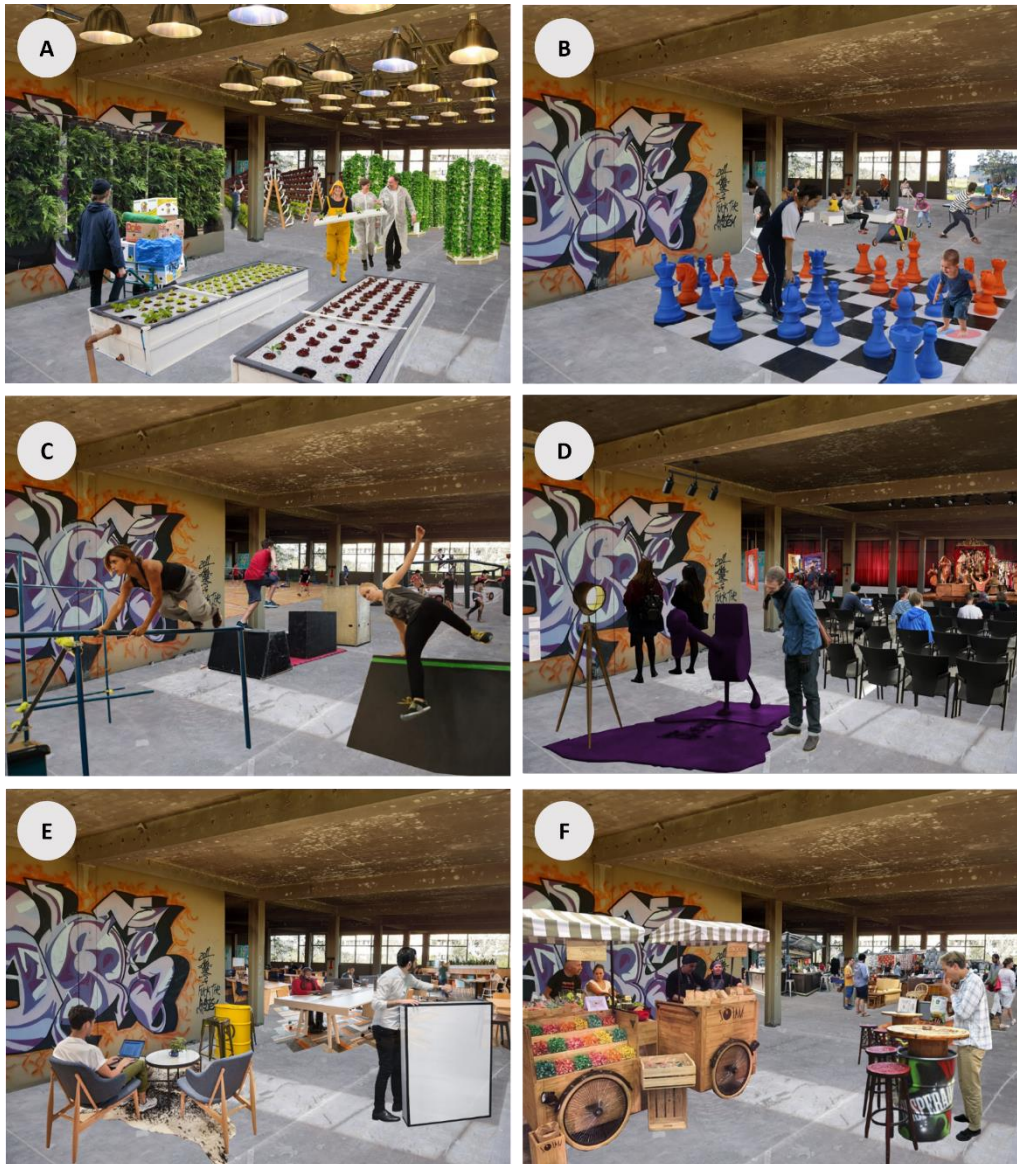


Figura 86 Cenários propostos para o Experimento II – (S) Armazém Industrial: (A) Hortas Urbanas Comunitárias; (B) Usos Recreativos Espontâneos; (C) Desportos Urbanos; (D) Festas e Festivais; (E) Hub para Indústrias Criativa; (F) Mercado Popular / Pop-up Stores. Fonte: fotomontagens produzidas pelo autor a partir da justaposição da foto do local e imagens de internet.

Na etapa de avaliação dos cenários de reuso intermédio, houve uma grande discrepância nos resultados (Tabela 11, Figura 87). Dois cenários destacaram-se positivamente – *Hub* para Indústrias Criativas e Festas e Festivals, ficando eles muito à frente dos demais. O *Hub* foi avaliado positivamente por 79% das pessoas e teve a soma total de 941 pontos dos 1135 possíveis, enquanto o cenário das Festas e Festivals recebeu 78% de avaliações positivas e a soma de 929 pontos. O percentual de participantes que avaliaram estas opções como formas negativas de reuso do espaço foi de menos de um décimo das pessoas, contabilizando 8% de avaliações negativas para as Festas e festivais e 7% para o *Hub*. Os outros cenários tiveram avaliações muito semelhantes entre si. As pontuações de todos ficaram um pouco abaixo dos 800 pontos, as avaliações positivas em torno de 50% enquanto as negativas próximas aos 20%. Números muito parecidos que não permitem concluirmos de maneira definitiva uma possível ordenação das opções baseadas nestes valores.

Ao focarmos os dois cenários de destaque, percebe-se que o reuso intermédio como um *Hub* para a Indústria Criativa foi sugerido por alguns dos participantes mesmo antes do processo de avaliação, como assim fez a Participante 46 (mulher, 48 anos, profissão não informada) que, logo após atribuir o sentimento de “tristeza” ao local, comentou que a edificação “poderia ser reabilitada para se criar um espaço para desenvolver trabalho criativo”. Já o Participante 27 (homem, 50 anos, engenheiro) sugeriu um “espaço partilhado para teletrabalho, aproveitando a “oportunidade” criada pelo covid-19, para fixar mais pessoas com trabalho no Barreiro sem necessidade de cruzar o rio” logo após avaliar os cenários e atribuir 5 pontos – “concordo completamente” ao *Hub*. Já o Participante 158 (homem, 57 anos, economista) aprovou o reuso intermédio para este fim, mas atentou para a condição desprivilegiada do local: “o cheiro vindo da fábrica de azoto da UFA não deve ser o melhor incentivo a atrair pessoas ao local, no entanto, considero que o uso como *hub* criativo seria talvez o melhor uso”.

(S) Armazém Industrial	(1) discordo totalmente	(2) discordo	(3) neutro	(4) concordo	(5) concordo totalmente	Pontuação Total
Hortas Urbanas Comunitárias	25	33	46	57	66	787
Usos Recreativos Espontâneos	17	33	52	70	55	794
Desportos Urbanos	24	28	56	54	65	789
Festas e Festivals	8	11	31	79	98	929
Hub Indústria Criativa	10	7	30	73	107	941
Mercado Popular / <i>Pop-up Stores</i>	27	28	47	56	69	793

Tabela 11 Avaliação dos cenários futuros para o reuso intermédio: como as escolhas dos 227 participantes foram distribuídas em cada cenário e a soma dos votos multiplicada pela pontuação do cenário (pontuação total) – pontuação máxima possível: 1135 pontos.

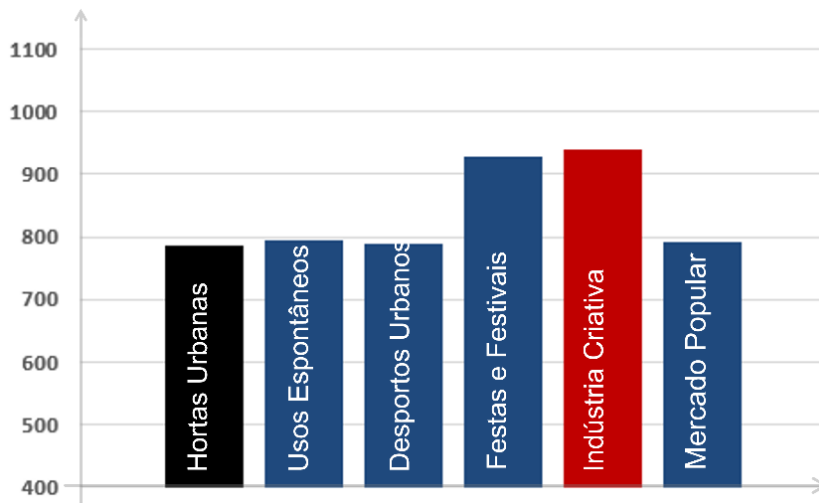


Figura 87 Gráfico sobre a avaliação dos cenários. Em destaque a vermelho o cenário com a pontuação mais alta (Hub para Indústria Criativa) e a preto o cenário com a menor (Hortas Urbanas Comunitárias).

A questão ambiental atual e de todo o histórico de contaminação de solos e poluição envolvido com a área do antigo parque industrial da CUF, fez com que até mesmo num ambiente confinado e de mais fácil controlo, o cenário das Hortas Urbanas Comunitárias continuasse a ser mal avaliado. Ainda que com a ressalva de que os cenários tiveram pontuações finais muito similares, com exceção do *Hub* e das festas e Festivais, este cenário foi o que recebeu a pior avaliação com apenas 787 pontos e mais de um quarto dos participantes a afirmarem que “discordam” ou “discordam totalmente” deste tipo de reuso.

A maior parte dos comentários sobre o local e/ou sobre os cenários foram focados no reuso do espaço para usufruto da população e, principalmente, da comunidade local. Muitos dos participantes antes da etapa de avaliação já comentaram que antigos armazéns deveriam ser “recuperados para usufruto da população” (Participante 111, mulher, 33 anos, enfermeira) ou que deveriam ser “utilizados por associações ou para promover atividades interessantes” (Participante 117, mulher, 31 anos, designer de interiores). Já após a etapa de avaliações, foram comuns os comentários como o do Participante 45 (homem, 34 anos, bancário): “favoreço, no geral, eventos comunitários ou de uso público em detrimento de eventos restritos a classes profissionais ou sectores de atividade específicos”. Alguns aproveitaram para enfatizar a necessidade de se promover algo que possa ir além do edifício e conectar-se com a sua envolvente, entendendo que se trata de uma área obsoleta e afastada da cidade.

“Devido ao distanciamento que este edifício tem do centro da cidade e de vários outros tipos de serviços, é complicado encontrar uma proposta válida para o edifício em questão. Desta forma qualquer proposta para este edifício deve ser contextualizada através de uma reabilitação de toda a sua envolvente, pois trata-se de um edifício marginal da cidade que pouca gente conhece (...)”. (Participante 162, homem, 28 anos, profissão não informada)

Apesar deste ímpeto por um reuso de viés mais coletivo/comunitário e local, cenários como o dos Usos Espontâneos ou como o já mencionado Hortas Urbanas Comunitárias, não receberam boas avaliações. Facto esse que pode estar relacionado com uma certa inadequação do tipo de reuso proposto com a tipologia de espaço confinado do caso de estudo. Houve uma certa dificuldade de perceção do funcionamento para este tipo de condição espacial. Tipos de usos mais popularmente vinculados a espaços abertos, como do Desportos Urbanos, dificilmente serão bem aceites como do *Hub* para Indústrias Criativas, mesmo com as imagens elaboradas para o exercício a sinalizarem a real possibilidade de todos os cenários. “Condições do espaço não se adequam a algumas utilizações (nomeadamente às que envolvem crianças). Área pequena para efeitos desportivos” (Participante 166, homem, 17 anos, estudante).

Em oposição aos outros dois casos de estudo onde a grande parte dos participantes conheciam o lugar e o mesmo fazia parte do imaginário urbano da população, os cenários de reuso intermédio para este armazém industrial de características estruturais e arquitetónicas ordinárias não foram capazes de promover um envolvimento como nos outros casos. Foram apenas 22 participantes (9%) que se propuseram a comentar as propostas, diferente da grande participação no caso do (L) Terreno Vago – 22% e do (M) Estrutura Ferroviária – 16% dos participantes. Ainda que um possível cansaço tenha influenciado esse número, já que este foi o último caso de estudo a ser avaliado, algumas pessoas também propuseram diferentes usos que, nas suas opiniões, enquadrar-se-iam melhor ao espaço, como uma sala de estudos e biblioteca (Participante 100, homem, 45 anos, educador não-formal) ou uma creche e infantário (Participante 125, mulher, 66 anos, aposentada). No geral, pareceu-se que os participantes não se sentiram entusiasmados a refletir sobre o presente e o futuro deste espaço.

Discussão dos Resultados

Os Experimentos realizados fizeram uso de áreas obsoletas da cidade do Barreiro para explorar o reuso intermédio como uma ferramenta para o planeamento urbano e territorial e testar a sua capacidade de promover e estimular a participação cidadã. Os casos de estudo foram escolhidos por terem condições espaciais distintas, seja relativamente ao seu tamanho, a sua acessibilidade, a sua tipologia ou o seu lugar no imaginário da cidade. Assim, foram escolhidos diferentes espaços urbanos na cidade cuja obsolescência é percebida pelas autoridades e pelos proprietários de formas também distintas. No Terreno Vago (L) não houve preocupação com as preexistências e agiu-se numa *tabula rasa* a destruir o património edificado; na Estrutura Ferroviária (M), reconhece-se a sua importância e o seu valor histórico, ainda que sem nenhuma intervenção efetiva de restauro, mas não há planos para demolições; por fim, no Armazém Industrial (S), o desconhecimento e o desinteresse da população pelo local levou a um sentimento de indiferença incapaz de promover planos ou ações para reverter o seu arruinamento.

Para atingir este objetivo principal, foram utilizadas duas metodologias em ambos os Experimentos: a já testada e conhecida *photo-elicitation* num momento inicial e a nova e ainda por validar *scenario-elicitation* no restante. Houve um esforço para captar a riqueza de situações destes espaços e avançar com métodos de auscultação da comunidade onde a sua participação não se resumiria a algo passivo, mas pelo contrário, os exercícios propostos durante os dois Experimentos fizeram com que as pessoas tivessem uma postura ativa para o futuro das áreas dos casos de estudo. No entanto, as metodologias foram utilizadas de modos diferentes entre o Experimentos.

O Experimento I representou um caso-piloto onde foram testadas estas metodologias de aproximação através da técnica de entrevistas pessoais e individualizadas, do tipo “face-to-face”. Já o Experimento II utilizou-se da prévia e parcial avaliação positiva das metodologias para avançar para uma abordagem diferente – o inquérito online. Se as entrevistas são, do ponto de vista metodológico, um instrumento mais aberto e personalizado, mas que pode sofrer distorções pelo seu carácter subjetivo e pela empatia entre o entrevistador e o entrevistado, o inquérito online é algo mais neutro que acaba por atenuar estes fatores. Ambos os Experimentos contaram com conteúdos e formas semelhantes, onde foi seguido um guião semiestruturado; havia momentos mais livres com perguntas onde eram explorados

assuntos de forma mais subjetiva, incluindo opiniões pessoais e histórias particulares, assim como havia uma parte mais direta e objetiva de avaliação de cenários onde foi possível extrair resultados de natureza quantitativa.

A primeira importante diferença percebida entre os Experimentos foi o universo de participantes abrangido; enquanto as entrevistas foram realizadas com 30 pessoas, o inquérito online teve 227 participações válidas. Esta ampliação do alcance do Experimento proporcionado pelo formato online viabilizou a generalização da abordagem e o aumento do número de casos de estudo a serem avaliados e considerados no Experimento II.

No entanto, a entrevista pessoal promove uma participação mais consciente e de maior foco nos assuntos a serem debatidos, já que a interação mais pessoal e personalizada estimula a discussão dos temas propostos, o que acontece com menor intensidade no inquérito online. Apesar do menor número de participantes, os resultados obtidos nas entrevistas do Experimento I demonstraram uma maior riqueza de dados qualitativos, o que aconteceu com menor intensidade no inquérito em razão do anonimato das redes e do risco de dispersão agregado à natureza desta técnica. No entanto, isto não quer dizer que foi possível extrair apenas dados quantitativos do Experimento II. Foram muitos os participantes que se sentiram eliciados a contar histórias pessoais ou a comentar situações e propostas baseados nas suas próprias experiências, ou seja, tanto o método presencial “face-to-face” quanto o virtual foram capazes de eliciar e estimular os participantes

No momento da avaliação de cenários, os resultados de ambos os Experimentos ficaram muito próximos (Tabela 12 e Figura 88). Apesar dos Experimentos não contarem com os exatos mesmos cenários (proposta para a Produção de Energias Renováveis só fora utilizado no Experimento I e o cenário do Mercado Popular apenas no Experimento II), notou-se que a ideia de Usos Recreativos Espontâneos para a área teve destaque em ambos os Experimentos enquanto o reuso para Hortas Urbanas Comunitárias e a Produção de Energias Renováveis (Exp.I) / Mercado Popular (Exp.II) foram preteridos.

	(L) Terreno Vago Experimento I	(L) Terreno Vago	(M) Estrutura Ferroviária	(S) Armazém Industrial
Hortas Urbanas Comunitárias	817	805	634	787
Usos Recreativos Espontâneos	893	971	852	794
Desportos Urbanos	878	860	775	789
Festas e Festivals	863	873	889	929
Hub Indústria Criativa	855	854	801	941
Mercado Popular / Pop-up Stores		766	745	793

Tabela 12 Comparativo entre os resultados da pontuação total de cada cenário em cada área de estudo, incluindo o Experimento I (estimativa proporcional) – destaque para as maiores e menores pontuações.

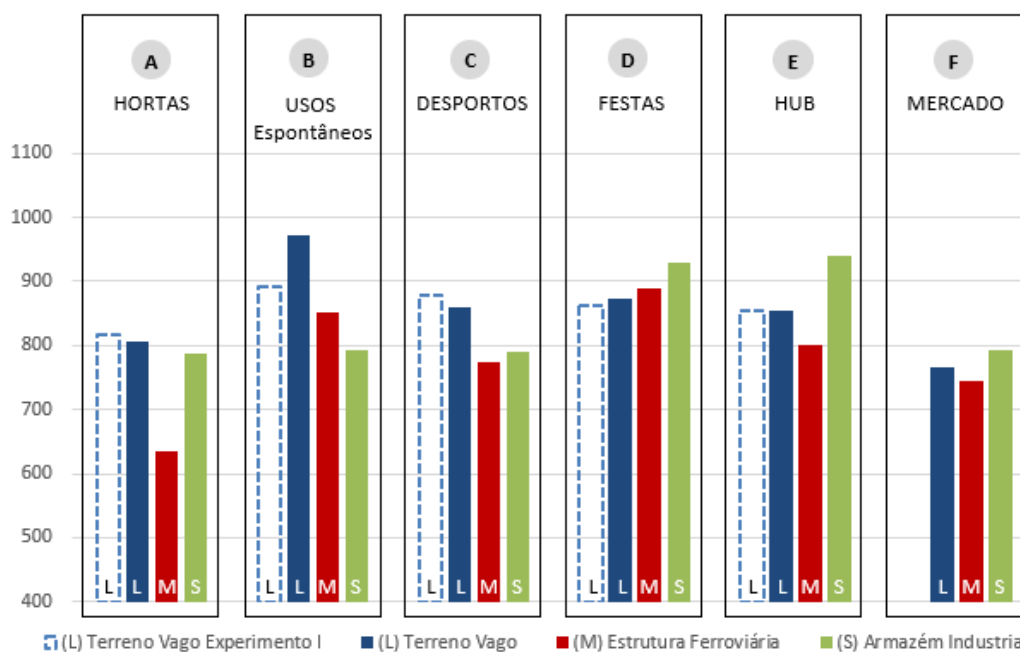


Figura 88 Gráfico sobre a pontuação final dos cenários em cada uma das áreas de estudo, incluindo Experimento I (estimativa proporcional): (A) Hortas Urbanas Comunitárias; (B) Usos Recreativos Espontâneos; (C) Desportos Urbanos; (D) Festas e Festivals; (E) Hub para Indústria Criativa; (F) Mercado Popular / Pop-up stores.

No geral, os Experimentos conseguiram apresentar-se como abordagens viáveis e confiáveis, seja no intuito de captura das subjetividades - ao explorarem as memórias e as opiniões pessoais, ou nas avaliações objetivas para cada cenário, caracterizando-se como recursos que também possibilitam a obtenção de dados comparáveis, generalizáveis e possíveis de análises quantitativas.

Do ponto de vista metodológico, tanto a *photo-elicitation* quanto o *scenario-elicitation* cumpriram seus objetivos tanto para as entrevistas pessoais, como para o inquérito online; ainda que possa haver vantagens e desvantagens para um ou para

outro método (Tabela 13), no geral houve resultados muito próximos onde a virtualização da abordagem do Experimento II se destacou no sentido de conseguir uma maior democratização da participação popular.

INQUÉRITO	Presencial	Online
Custos (produção + implementação)	MAIOR	MENOR
Tempo (aplicação + tratamento dos dados)	MAIOR	MENOR
Tamanho da Amostra / Escala	MENOR	MAIOR
Capacidade de Anonimato	MENOR	MAIOR
Clarificação de Dúvidas	MAIOR	MENOR
Taxa de Resposta	MAIOR	MENOR
Flexibilidade diante de situações não previstas	MAIOR	MENOR
Flexibilidade para Participação no Inquérito	MENOR	MAIOR
Perceção relativa a comunicação não-verbal	MAIOR	MENOR
Imparcialidade e Sinceridade	MENOR	MAIOR
Interação e Reciprocidade	MAIOR	MENOR
Preparo do Participante (conhecimento técnico)	MENOR	MAIOR
Preparo do Entrevistador (evitar enviesamento)	MAIOR	MENOR

Tabela 13 Comparativo entre as características do inquérito presencial vs. inquérito online - em destaque, a azul, as características desejáveis e à laranja as preteridas. Fonte: Elaboração do autor baseado nos resultados dos Experimentos e da bibliografia específica (Carmo & Ferreira, 2008; Hill, 2014; Vasconcelos & Guedes, 2007).

A partir desta análise metodológica das formas de abordagem na auscultação da população é possível perceber que a metodologia do *scenario-elicitation* é uma poderosa ferramenta também virtual, criando novamente um ambiente propício para uma avaliação mais complexa permeada da possibilidade de interação através dos comentários, que eram feitos de maneira aberta e livre. Todo o potencial e virtudes desta metodologia que foram apontados após o Experimento I, foram também verificados no Experimento II. O *scenario-elicitation* novamente pôde ser reconhecido como uma ferramenta cujo conteúdo é de fácil compreensão, estimula a memória, a imaginação e desperta o interesse e a participação da população em processos de planeamento que tradicionalmente são burocráticos e de difícil compreensão. Sendo ela uma metodologia pautada na apresentação de cenários elaborados por fotomontagens, a virtualização do processo encontra um terreno fértil para se desenvolver, principalmente num momento onde a inteligência artificial ganha cada vez mais importância na vida das pessoas. Com o auxílio de ferramentas de IA, será possível criar simulações mais rapidamente e promover uma maior interatividade entre os interessados.

Do ponto de vista instrumental, a ideia do reuso intermédio utilizada no propósito da metodologia do *scenario-elicitation*, foi bem recebida e aceite pela população como um dispositivo útil para o planeamento urbano e territorial, principalmente quando há um horizonte temporal definido, diferente da ideia tradicional das intervenções urbanas que acabam por não vislumbrar esta possibilidade de reuso do espaço de forma mais imediata, ainda que também a pensar no futuro. Os entrevistados do Experimento I e os participantes do Experimento II foram capazes de compreender e reconhecer a estratégia de reuso intermédio como um avanço nos modos de se pensar a intervenção em espaços abandonados ou vacantes.

No Experimento I, esta aprovação do reuso intermédio foi demonstrada pelo aumento da pontuação final de todos os cenários na segunda ronda de avaliações, quando os entrevistados avaliaram cada cenário da perspectiva do intermédio ao invés do definitivo. No entanto, no Experimento II não foi tão simples e direto avançar para esta conclusão. Pelas razões já explícitas anteriormente, este Experimento não contou com duas rondas de avaliações (cenários sendo definitivos vs. cenários sendo intermédios), mas no momento final da avaliação de cada caso de estudo, foi questionado: “A sua avaliação mudaria se os cenários propostos fossem definitivos?” (Tabela 14).

	(L) Terreno Vago	(M) Estrutura Ferroviária	(S) Armazém Industrial	Total (%)
Manteriam as notas	95	87	89	39,79%
Notas seriam mais altas	9	11	12	4,70%
Notas seriam mais baixas	16	22	13	7,49%
Talvez , depende do cenário	107	107	113	48,02%

Tabela 14 Comparativo com a opinião dos participantes sobre os cenários serem definitivos ao invés de intermédios.

Os resultados não apontam para uma clara definição sobre a opinião dos participantes a respeito do reuso intermédio ser mais vantajoso ou ter a maior preferência entre as pessoas, já que apenas pouco mais de 10% das pessoas indicaram efetivamente sua opinião através do aumento ou diminuição das notas. Para aqueles que “manteriam as notas”, quase 40% dos participantes, não é possível concluir sobre se acham a ideia do reuso intermédio algo positivo, assim como para aqueles que “talvez mudariam dependendo do cenário” – quase a metade do universo consultado.

No entanto, é possível analisar sobre os comentários apresentados como resposta à questão final do Experimento II: “Qual sua opinião sobre o reuso intermédio

dos espaços? Quais seriam os pontos positivos e os negativos?” e procurar sintetizar algumas informações. Nesta etapa, mais de metade dos participantes (121) decidiram demonstrar as suas opiniões e apontaram mais os pontos positivos sobre o reuso intermédio do que os negativos, muito em função de uma ojeriza ao abandono e a não-utilização do espaço. Muitos foram os comentários sobre este ser um passo inicial para revitalizar a área envolvendo a comunidade (19 Participantes) e para o desenvolvimento da economia local e criação de novos empregos (7 Participantes). Houve também participantes (13) que perceberam e valorizaram o reuso intermédio enquanto uma oportunidade de experimentação de atividades para áreas urbanas importantes, destacando a sua flexibilidade e reversibilidade.

Pelo lado negativo, os comentários foram a respeito das dificuldades de implementação de uma atividade intermédia, assim como sobre os desafios do seu encerramento ou da sua transição para algo permanente após o período pré-definido. Apesar da natureza *low cost* das propostas, 12 participantes apontaram o financiamento como a principal dificuldade do reuso intermédio, já que para eles seria difícil obter verbas públicas ou encontrar um investidor privado que consiga implementar e ter lucro com as atividades propostas. Já para 13 participantes, a maior dificuldade seria na gestão da transição, seja porque o temporário pode tornar-se definitivo de maneira não planeada, perpetuando o provisório, ou seja, por uma possível resistência da população que participa do reuso intermédio e não quer que ele acabe ou mude a sua organização. Assim, as críticas se restringem ao receio de que não haja mecanismos adequados para a gestão e implementação do reuso intermédio, mas não necessariamente são críticas a ideia de reaproveitamento temporário do espaço.

Sendo assim, pode concluir-se que os participantes do Experimento reconhecem a utilidade do reuso intermédio enquanto (i) uma ferramenta para envolver mais a comunidade no planeamento urbano e no reaproveitamento das áreas obsoletas, (ii) um dispositivo para mitigar problemas urbanos como a falta de empregos, a perda de população, a falta de espaços verdes, etc., e (iii) uma prática de estímulo à criatividade e à experimentação ao utilizar o potencial das incertezas que pairam sobre estes espaços, sendo esse último ponto algo peculiar ao momento intermédio já que a ideia de um teste de ideias para um espaço urbano (projeto-piloto) corrobora com uma prática de reuso intermédio e não de um uso definitivo.

A nível funcional dos Experimentos, enquanto resultados do processo de *scenario-elicitation* sobre os cenários de reuso intermédio propostos, pode concluir-se

que mais do que soluções genéricas baseadas num extenso *benchmark*, as pessoas preferem usos adequados ao contexto do espaço (*site-specific*) onde a memória coletiva desempenha um importante papel na escolha ou na sua avaliação. Cenários que propunham usos que fugiam às características físicas e históricas do local, não foram bem aceites.

Para cada área, um cenário de reuso intermédio diferente foi escolhido como favorito. A tipologia de cada caso de estudo influenciou à sua avaliação e mostrou que as dinâmicas locais, a perceção das pessoas acerca do espaço e as características físicas/espaciais da área interferem na preferência das pessoas. Apesar desta singularidade, alguns cenários foram bem aceites transversalmente, enquanto outros foram amplamente rejeitados. O reuso intermédio das áreas para Festas e Festivais sempre esteve no topo, sendo o mais bem avaliado para a Estrutura Ferroviária e o segundo mais bem avaliado tanto para o Terreno Vago como para o Armazém Industrial. Assim como a opção dos Usos Recreativos Espontâneos também teve sucesso na avaliação, sempre entre os três cenários mais bem avaliados. Todavia, de acordo com a perceção negativa ou positiva das pessoas, a fluidez e o carácter temporário destes usos é mais bem aceite ou não. Se para o Terreno Vago e para a Estrutura Ferroviária estas características eram fundamentais, já que há planos definidos para estas áreas de grande valor histórico para a cidade, para o Armazém Industrial o importante era transformar a obsolescência em oportunidade para criar uma nova imagem para aquela zona da cidade e não apenas de forma intermédia. Sendo assim, o cenário do *Hub* para Indústrias Criativas que fora não tão bem avaliado para as duas outras áreas, para o Armazém teve grande destaque.

Corroborando com a preferência por opções *site-specific*, algumas propostas já consagradas pela literatura urbana não foram bem aceites pelos participantes do Experimento. O histórico de ocupação das três áreas para fins industriais acabou por influenciar negativamente a opção de reuso das áreas como Hortas Urbanas Comunitárias, apesar desta ser uma forma de reuso intermédio de muito sucesso em outras partes do mundo. Por fim, este histórico e o seu passivo ambiental ainda presente na maior parte destes territórios, motivaram também os participantes a preterirem um uso mais intensivo do espaço como sugerido no cenário do Mercado Popular/*Pop-up Stores*, ainda que esta também seja uma forma de reuso intermédio já testada e aprovada em muitas outras cidades.

Em ambos os Experimentos, houve participantes que sugeriram uma combinação de usos para o mesmo caso de estudo, agregando práticas

complementares que poderiam ser simultâneas (e.g. Hortas Urbanas + Usos Recreativos Espontâneos ou Festas e Festivais + Mercado Popular). Percebe-se um ímpeto de experimentar diferentes situações num processo mais livre e flexível de tentativa e erro que se difere em muito da prática regulamentar do planeamento urbano. Em muitos projetos urbanos há um excesso de planeamento que acaba condicionando e limitando as atividades que ali serão realizadas. Não é comum haver a possibilidade de improvisações ou mudanças de rota, muito menos zonas de usos “indefinidos” onde seria possível dar mais liberdade de criação às pessoas. Os Experimentos fornecem-nos a ideia de que a comunidade quer projetos com menos rigidez e mais flexibilidade, cujos usos (ou parte deles) possam ser propostos à medida que as necessidades aparecem ou que sofram metamorfoses de acordo com as mudanças da sociedade, mas sempre guiados pelo olhar das pessoas que ali estão e que dão vida à cidade.

Os Experimentos deixaram claro que o reuso intermédio, enquanto ação propositiva ao espaço obsoleto, permite testar e experimentar soluções, bem como explorar utopias e distopias para esses espaços, trazendo-os novamente para a visibilidade tanto para o planeamento urbano quanto para a população. Esta abordagem através do reuso intermédio, portanto, pode significar olhar para a obsolescência de outra maneira, onde o fator tempo tenha o seu impacto no território e nas edificações, mas que não necessariamente se traduza no fim da sua vida útil. Ao propor ideias intermédias, flexíveis, facilmente adaptáveis e de baixo custo, permite-se que a população e o poder local vislumbrem possibilidades alternativas aos convencionais grandes projetos urbanos. Para o planeamento urbano, o reuso intermédio pode ser uma ferramenta complementar aos dispositivos estatutários existentes que, ao aproveitar o tempo intermédio do espaço urbano, seja capaz de ressignificar o abandono e o arruinamento urbano, criando uma estratégia de regeneração urbana onde o tempo deixe de ser um fator negativo.

VI - CONCLUSÃO E POSSIBILIDADES FUTURAS

Este trabalho organizou-se em secções distintas visando produzir uma reflexão sobre o significado da obsolescência na cidade, discutindo o seu valor e o seu potencial urbanístico. Numa primeira abordagem, trabalhou-se uma reflexão teórica sobre os dois principais temas da pesquisa: a obsolescência e o intermédio (capítulos II e III). Em seguida, estabeleceram-se diretrizes para a formação de uma nova metodologia (*scenario-elicitation*) onde pudesse ser utilizado o conhecimento gerado a partir desta discussão teórica (capítulo IV). Por fim, após a escolha de três casos de estudo, foi aplicada esta nova metodologia e foram analisados os seus resultados (capítulo V). Esta sequência procurou estabelecer-se como um fio condutor para a construção de uma base de conhecimento teórico e empírico que pudesse romper com o senso comum, no qual a obsolescência é percebida de forma negativa e associada à ideia de morte ou de fim de ciclo (Abramson, 2016; Iselin & Lemer, 1993; Thomsen, 2017). Com isso, buscou-se entendê-la de forma proativa com a introdução do reuso intermédio como um instrumento de intervenção urbana e uma possível ferramenta do planeamento urbano (Bishop & Williams, 2012; Oswalt et al., 2013).

Para esta mudança de mentalidade foi fundamental, num primeiro momento, o debate e o escrutínio do conceito de obsolescência e a sua aplicação ao espaço e ao edificado urbano. Ao perceber que a passagem do tempo é um processo inevitável a todos e a tudo, mas que também é um processo essencialmente relacional, podemos concluir que a obsolescência do espaço urbano depende de uma série de fatores que vão além de uma possível senescência do edificado ou da derrocada das suas estruturas (Buitelaar et al., 2021; Thomsen & Van Der Flier, 2011). O espaço obsoleto pode tornar-se inadequado para o seu uso original também por razões ideológicas, económicas, políticas e/ou comportamentais.

Neste contexto de enorme influência de fatores externos ao espaço em si, torna-se constante a proliferação dos subprodutos da obsolescência, como espaços abandonados, terrenos vagos, empreendimentos interrompidos, entre outros. Na sociedade contemporânea, o arruinamento e o abandono são camadas que surgem e se sobrepõem, criando uma paisagem marcada inevitavelmente por estas diferentes formas urbanas. Se por um lado o olhar “ruinofóbico” faz com que a ortodoxia do planeamento urbano se exprima através da tabula rasa e do desejo de reversão desta condição, por outro lado a “glamourização” da ruína transforma-a num mero dispositivo estético onde a experiência visual é mais valiosa que as potencialidades

práticas de reuso que estes espaços possuem. Nesta linha ténue entre o apreço estático e o ódio transformador, há um grande hiato onde florescem diferentes formas de apropriações que acabam por colocar em xeque a ideia do “vazio urbano” ou do espaço obsoleto como um espaço inadequado para o uso imediato (Bishop & Williams, 2012; Németh & Langhorst, 2014; Oswalt et al., 2013; Patti & Polyak, 2015; Till & McArdle, 2015).

A fragilidade do conceito da obsolescência do espaço urbano, apontada nesta tese, permite novos olhares e novas formas de ação. Assim, diante da sua incerteza e da sua indeterminação, avançam modos de explorar e aproveitar a sua condição de obsolescência como um momento no processo de desenvolvimento espacial; experiências de reuso intermédio, espontâneas ou organizadas por pequenos grupos de pessoas, misturam-se com ações mais bem estruturadas que contam com a participação e com o incentivo de setores da administração pública. Portanto, esta nova forma de repensar o espaço urbano obsoleto pode fazer parte do planeamento urbano das cidades enquanto uma ferramenta estratégica capaz de preencher algumas lacunas que surgem pela obsolescência também dos processos estatutários de setores da administração pública.

O Reuso Intermédio no Planeamento Urbano

As primeiras décadas do milénio deflagrou um novo cenário global onde o futuro é cada vez mais incerto e o presente cada vez mais instável, mas o reflexo deste momento no desenvolvimento e criação dos subprodutos do planeamento urbano, nomeadamente nos *masterplans*, ainda não é visível de maneira sistemática. Ainda que algumas cidades como Londres, Amsterdão ou Berlim, já tenham caminhado em direção de mudanças estruturais nos seus modos de planeamento, possibilitando e facilitando o reuso intermédio por meio de licenças especiais de uso, agências mediadoras e *masterplans* mais flexíveis, no contexto português ainda há uma configuração baseada na rigidez e controlo; seja nos planos urbanos (PU), nos planos de pormenor (PP), ou nos planos diretores municipais (PDM), não há a flexibilidade e a adaptabilidade necessária para esta nova sociedade. Incluir o reuso intermédio no planeamento urbano pode significar, então, mais agilidade e uma maior e mais ativa participação dos cidadãos, ainda que não seja transformada de imediato ou por completo a natureza *top-down* dos processos.

Ainda que o reuso intermédio tenha na essência de sua prática a espontaneidade, a flexibilidade e a transgressão, características dificilmente institucionalizáveis, é possível criar um ambiente que seja propício e permissivo ao seu florescimento enquanto uma ferramenta que pode ser utilizada pelas autoridades públicas, ainda que de forma complementar e paralela. Para tal, podem ser criadas duas frentes de atuação, principalmente de caráter local-municipal: suporte (i) e implementação (ii). No entanto, estas frentes não são excludentes e, pelas experiências intermédias já analisadas neste presente trabalho, não são impeditivas para o surgimento de novas experiências.

(i) SUPORTE

Apesar da prática não ser algo excepcional na história das cidades, o reuso intermédio ainda não está nos setores de planeamento e desenvolvimento urbano como um procedimento institucional. Para que isso ocorra e ele seja implementado enquanto uma ferramenta do planeamento é preciso a criação de instrumentos jurídicos que garantam a sua legalidade, ainda que seja através da adaptação de instrumentos já existentes. Assim, as autarquias devem trabalhar na flexibilização de leis e normas, bem como a facilitação de processos para garantir a agilidade necessária para o seu sucesso.

Em algumas cidades como Paris ou Londres, o reuso intermédio é possibilitado através de uma “Autorização de Ocupação Temporária”, onde uma entidade pública permite a ocupação do espaço de propriedade de domínio público por indivíduos privados desde que tal ocupação seja compatível com a classificação do solo atribuída à parcela em questão. Experiências como essas mostram-nos que é possível desenvolver um instrumento jurídico de cedência ou de concessão do espaço – privado ou público – que contemple a possibilidade da utilização a curto-prazo do local cuja duração pode ser definida por simples acordo sem um limite mínimo pré-estabelecido.

O suporte instrumental das autarquias para o reuso intermédio pode incluir outros itens essenciais, nomeadamente: (i) a possibilidade de reconversão de usos de maneira mais ágil; (ii) a flexibilização e redução das exigências técnicas e das normas de acordo com o uso pretendido, garantindo ainda assim a segurança das pessoas e dos bens imóveis; e (iii) a facilitação e desburocratização na atribuição de benefícios fiscais e ao acesso a fundos comunitários. Com isso, as experiências passam a contar com uma base jurídica que garante a sua legalidade e a sua segurança, bem como cria

condições que facilitam a experimentação, permitindo explorar diferentes cenários para o território, libertando-se de muitas amarras burocráticas, técnicas e ideológicas.

Em Portugal, existe um conjunto de leis e normas que já contemplam situações parecidas e podem muito bem ser adaptadas para este novo contexto; é o caso da lei nº13/2019 de 12 de Fevereiro no seu artigo nº 1110 que alterou o Novo Regime do Arrendamento urbano (NRAU) (Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, 2006) e que impôs que “as regras relativas à duração, denúncia e oposição à renovação dos contratos de arrendamento para fins não-habitacionais são livremente estabelecidas pelas partes (...)” (Lei nº 13/2019 de 12 de Fevereiro, 2019, p. 1174). Assim como a criação do Regime Excepcional e Temporário para a Reabilitação Urbana (Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril, 2014) onde se promoveu uma redução/flexibilização nas exigências técnicas mínimas para a reabilitação de edifícios antigos localizados em ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) ou com mais de 30 anos, isentando-se de algumas disposições do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) acerca da segurança e da acessibilidade, como área mínima de vãos, largura mínima de corredores, altura máxima de degraus, área mínima de I.S., entre outros. Apesar destas não serem alterações e isenções pensadas para o caso do reuso intermédio, é possível adaptá-las para este novo contexto e aproveitar dessas atuais flexibilizações nas leis tão necessárias para garantir a agilidade dos processos.

Para além desta base de suporte legal, é fundamental a criação de uma base informativa que contemple um mapeamento dos espaços abandonados – edificadas ou livres – passíveis de serem reutilizados de forma imediata ou após intervenções rápidas e pontuais. Este “inventário do obsoleto” teria como foco os espaços isolados ou que possam ser individualizados e cujos proprietários (privados ou públicos) queiram, sob qualquer justificação, disponibilizá-los de maneira imediata por um curto período. Nestes casos, o inventário funcionaria como uma plataforma de arrendamento de livre acesso à população, com modelos pré-configurados de contrato entre o proprietário e o utilizador que possam acelerar o início das atividades, bem como a indicação de procedimentos para a requisição de benefícios fiscais e outras formas de financiamento.

As autoridades locais podem, de imediato, sugerir alguns usos através da criação de cenários exploratórios que privilegiem a comunidade local e que preencham algumas lacunas sociais importantes, como o desemprego, a falta de moradia ou até mesmo a falta de espaços livres para o convívio e a recreação das pessoas. Os cenários não devem limitar ou condicionar as possibilidades, mas devem atrair possíveis

utilizadores, empreendedores e ativistas locais para uma reflexão conjunta a partir da leitura do espaço, da sua obsolescência e dos seus muitos futuros.

Já para áreas cuja obsolescência criou um território com espaços abandonados articulados, a sua inclusão nesta proposta de plataforma de arrendamento justifica-se apenas em situações de potencial subdivisão do espaço para arrendamento de forma isolada. No entanto, estes espaços devem ser repensados através de estratégias que contemplem suas diversas escalas e os seus diversos tempos; ainda que seja arrendado para apenas “aproveitar” o seu tempo intermédio, esta deve ser uma ação inserida num plano estratégico mais abrangente que possa também “explorar” e/ou “ativar” o espaço.

(ii) IMPLEMENTAÇÃO

A natureza informal do reuso intermédio não deve ser um impeditivo para tornar-se uma ferramenta a ser utilizada pela administração pública. No entanto, uma possível institucionalização poderia retirar a agilidade e a flexibilidade que o caracteriza e que são cruciais para cumprir a sua função. Assim sendo, a preparação do suporte legal para essa prática é importante para permitir que o reuso intermédio seja uma ferramenta complementar aos demais dispositivos e procedimentos estatutários da administração pública, mas que possa funcionar em paralelo e de forma não vinculativa.

A implementação do reuso intermédio deve se aproveitar das possíveis bases (legal e informativo) para desenvolver a sua tríade propositiva (aproveitar/explorar/ativar), seja dentro ou fora do contexto do planeamento urbano das cidades. Dado que a ideia do inventário pode ser uma estratégia pontual de “aproveitamento” do espaço diretamente entre proprietário e utilizador, essa tríade também pode estar presente no planeamento urbano através dos seus planos e projetos urbanos.

Ao ser elaborado um plano de regeneração de um território obsoleto, é preciso entender e trabalhar os seus tempos (formulação, aprovação e implementação). No início do processo, a estratégia de “explorar” o espaço, ou seja, disponibilizar o local para que a comunidade local faça uso da área através de apropriações espontâneas, pode ser um guião para que as autoridades locais percebam, a partir das experiências *bottom-up* criadas, quais os caminhos que os planos podem seguir ou qual pode ser uma visão de futuro para a área. Ainda sob este tema, o “explorar” pode significar

“experimental”, em outras palavras, as autoridades locais podem também ser os “pioneiros” do reuso intermédio e propor alguns usos para que sejam experimentados pela comunidade e avaliados como uma simulação para o futuro.

Numa etapa seguinte, já na implementação de um plano, é importante que haja ainda espaços que permitam às pessoas explorar diferentes usos sem demasiadas regras, como numa zona de transição autónoma. Um plano de desenvolvimento de uma área pode demorar muitos anos para sua concretização e esse tempo pode significar um novo descompasso com as expectativas e necessidades do momento. Ter um planeamento que prevê uma certa flexibilidade de usos e de possibilidades, é fundamental numa sociedade de mudanças rápidas e de demasiadas incertezas.

Uma vez definido o plano, o seu desenho e suas características, ainda que fruto de um processo *top-down*, o reuso intermédio pode ser parte de uma estratégia para “ativar” o espaço que porventura esteja sob uma visão negativa por parte da população. Assim, o reuso intermédio pode ocorrer durante o período de implementação do plano, revertendo esta visão preconizada através de ações com períodos definidos que tragam novas pessoas ao local, bem como promova atividades que sejam compatíveis com o que se pretende para o seu futuro. Ainda em empreendimentos que já tiveram o arranque de suas obras, mas foram interrompidos por razões económicas ou políticas, esta ativação pode ser uma solução imediata que pode ser mais facilmente aceite pelos proprietários, inclusive os privados, já que é um modo de revalorização da área que pode inclusive viabilizar o plano já aprovado.

Diante deste impacto benéfico, o poder local pode desempenhar o papel de intermediário e buscar no reuso intermédio uma forma de dar voz ou beneficiar a comunidade, mesmo em situações em que ela não foi devidamente ouvida ou não fará parte do futuro idealizado do plano. Em processos privados para a construção de grandes empreendimentos imobiliários, por exemplo, é comum a reconversão completa de grandes áreas obsoletas que acaba por dificultar o usufruto dos novos espaços por parte da antiga população, seja devido ao aumento excessivo nos valores das casas e dos serviços a serem prestados ali ou pela mudança completa no perfil dos usuários. O reuso intermédio não é uma ferramenta específica para combater processos de gentrificação, mas pode reduzir o seu impacto negativo e pode demonstrar aos proprietários algumas maneiras de inserção da comunidade local no plano, podendo o reuso intermédio até mesmo ser transformado em permanente em certas situações.

A Mediação

Tanto no suporte legal, quanto na divulgação e na implementação do reuso intermédio, o processo de mediação mostrou-se algo transversal e fundamental para o sucesso das ações. Assim, a existência de agências ou de agentes mediadores foi muito comum nas experiências de reuso intermédio que foram analisadas durante esta tese. Trata-se de organizações multidisciplinares que prioritariamente procuram ser o elo entre os envolvidos no processo: proprietário, autoridades locais, comunidade local e possíveis utilizadores. Podem ser públicas e estar inseridas nas estruturas administrativas do governo local, ou podem ser privadas com o apoio da autarquia. Esta forte conexão entre a agência e o governo justifica-se necessária pela natureza do trabalho, já que necessariamente terá de contar com a análise e aprovação das autoridades competentes – seja ela na flexibilização de leis e regras para a futura ocupação, ou seja, na própria disponibilização dos espaços quando de domínio público.

Criar e estabelecer um organismo de mediação, independente e extrapartidário, é uma garantia de que os processos de reuso intermédio não fiquem vinculados e condicionados ao período de gestão de algum governo específico, evitando que se transforme numa pauta apenas de um partido ou outro. A mediação deve priorizar uma abordagem ampla, com foco na participação da comunidade local de maneira colaborativa e coletiva desde a sua fase da conceção da ideia até a sua implementação (Allmendinger & Tewdwr-jones, 2010; Balz & Zonneveld, 2015; Healey, 2003).

Todas as ações indicadas para a introdução do reuso intermédio enquanto uma ferramenta do planeamento urbano, podem ser apoiadas e/ou desenvolvidas por este novo organismo – razão pela qual deve ser constituído por uma equipa multidisciplinar e o mais plural possível. A agência/agente de mediação deve trabalhar na identificação e inventariação dos espaços (i), na criação ou adaptação do suporte jurídico necessário para a legalização dos usos (ii), na negociação entre todas as partes envolvidas, incluindo a identificação de possíveis meios de financiamento (iii) e, principalmente, deve ser um promotor de processos participativos que possam repensar o espaço a partir da leitura do local pela sua comunidade (iv).

O engajamento e empoderamento dos cidadãos devem ser fomentados sob diversas formas e nas diversas etapas e tempos do planeamento urbano. Torna-se fundamental a inclusão de momentos e de espaços onde a comunidade possa refletir livremente sobre os espaços obsoletos, destacando a possível importância histórica do

local, bem como o seu atual significado; esta reflexão pode ser usada para pensar futuros não de maneira apenas antecipatória, mas também de forma exploratória (Durance & Godet, 2010; Godet, 2000).

Este exercício cívico pode ser feito através de fóruns, encontros, *focus-group*, laboratórios urbanos (*urban living labs*) ou qualquer outro tipo de agrupamento onde haja a interação e a aproximação dos atores envolvidos (autoridades locais, proprietários, comunidade local e possíveis utilizadores), promovendo uma partilha mais “horizontal” do conhecimento. O mediador deve fornecer ferramentas que facilitem a experiência também de não-especialistas, sendo que mapas e documentos técnicos “tradicionais” possam ser complementados com instrumentos visuais e participativos como o *scenario-elicitation* preconizado nesta tese. Os resultados ali estabelecidos devem ter a capacidade de serem rapidamente exequíveis, ainda que sob a forma de projetos-piloto, criando visões de futuros que identifiquem as necessidades e expectativas dos seus cidadãos.

Por fim, a agência/agente de mediação deve também responder aos desafios do intermédio em seu momento final, ou seja, na transição do temporário que se torna permanente ou do temporário que se encerra. É importante que desde o início do processo, todas as partes estejam cientes dos seus deveres e dos seus riscos. Assim, os modelos de contratos criados para facilitar e agilizar a prática do reuso intermédio devem ser diretos no seu aspeto de duração e reforçar a sua natureza temporária.

Nesta etapa final, o mediador deve ser capaz de analisar a experiência, monitorando e avaliando os seus resultados de maneira holística. Em situações especiais onde as expectativas foram alcançadas e/ou seja desejável a continuação do reuso sob a forma permanente, a mediação deve analisar a sua viabilidade junto aos atores envolvidos e negociar a sua transição já sob uma diferente base jurídica. No entanto, para as demais situações onde o reuso intermédio não permanecerá, é preciso amparar as pessoas envolvidas para impedir ou suavizar o sentimento de perda associado ao seu fim, buscando alternativas e indicando possíveis caminhos a também serem explorados.

Notas finais e Possibilidades futuras

A ideia do reuso intermédio como uma ferramenta do planeamento urbano passa pela mudança de paradigma na leitura da obsolescência dos espaços urbanos. Os governos locais, ao incluir este dispositivo no rol de recursos para o ordenamento

do território, acabam por lidar de forma positiva com os espaços urbanos obsoletos, reconhecendo uma possível vitalidade por vezes escondidas nas incertezas do abandono. A sua utilização, ainda que de forma complementar e paralela, implica reconhecer que a metamorfose do espaço urbano não ocorre de forma linear e constante, mas através de oscilações que nem sempre estão relacionadas à senescência do edificado. É crucial que o planeamento urbano possa ter métodos alternativos de ação que proporcionem uma maior agilidade na execução das ideias, respeitando, assim, os múltiplos tempos do espaço urbano.

Em termos operacionais, a utilização do reuso intermédio pelas autoridades públicas passa inevitavelmente pela criação de bases que possam suportá-lo e de métodos participativos e colaborativos que possam engajar e empoderar as comunidades locais. Este processo torna-se viável por meio de uma forma holística de mediação que, para além de outras valências, possa permitir e estimular a participação direta dos cidadãos na transformação da sua cidade. Se por um lado a presente tese apresenta conclusões ao nível instrumental (reuso intermédio enquanto uma ferramenta do planeamento urbano), por outro, os Experimentos descritos e analisados nesta tese revelam conclusões ao nível metodológico, evidenciando o potencial e a utilidade do *scenario-elicitation* nesta nova forma de mediação. Os resultados mostram que o *scenario-elicitation* é um poderoso dispositivo de auscultação da população e que, ao criar uma interface “friendly-user” não comum aos processos tradicionais de planeamento e ordenamento do território, consegue mais facilmente colocar a comunidade local no foco dos processos de regeneração urbana.

Em linhas gerais, pode concluir-se que existe uma emergente necessidade de um “urbanismo mediador e reflexivo”, onde possam ser incluídas práticas de reuso intermédio através de ferramentas *bottom-up*, participativas e colaborativas, não apenas no momento final do planeamento, mas sim nas diversas etapas do desenvolvimento do local. Trata-se de um planeamento urbano que possa também ser prévio e exploratório suportado por ferramentas visuais onde a comunidade é convidada e estimulada a (re)pensar a cidade desde o momento inicial da elaboração do plano urbano. Assim, o próprio processo se torna uma forma de descoberta de valores e possibilidades para o espaço obsoleto, podendo também reconhecer usos outrora obscuros que ali se instalam espontaneamente. É importante salientar que o reuso intermédio, enquanto ferramenta do planeamento urbano, não deve substituir por completo os demais dispositivos e métodos do planeamento urbano, assim como o *scenario-elicitation* também não deve ser isolado e aplicado sem qualquer ligação

com as demais metodologias existentes. Ambas as práticas são mais eficientes para responder às demandas e expectativas contemporâneas, o que pode agregar valor e ampliar as possibilidades de ação das autoridades locais.

INVESTIGAÇÃO FUTURA

Face às conclusões e ao conjunto de potencialidades que foram identificadas durante a tese, destaca-se a possibilidade de se avançar ainda mais com os temas aqui propostos, seja do ponto de vista metodológico (*scenario-elicitation*) ou instrumental (reuso intermédio) – possíveis contributos tanto para a área académica e da investigação científica quanto para setores da sociedade civil. São ferramentas complexas e flexíveis que podem estar em discussões sobre sustentabilidade, participação cidadã, economia circular e colaborativa, mudanças climáticas, urbanismo tático, cidades compactas, entre outros.

Em primeiro lugar, o *scenario-elicitation* é uma metodologia que pode avançar para outras áreas do conhecimento e ser aplicada em diferentes contextos. Há uma intrínseca flexibilidade de implementação verificada nesta tese quando se realizaram os Experimentos em diferentes plataformas, escalas e audiências; de entrevistas presenciais com um grupo diminuto de pessoas passou-se para um inquérito virtual com mais de 200 participantes sem prejuízo ao seu desenvolvimento e aos seus resultados. O avanço da inteligência artificial no quotidiano das pessoas e o surgimento de ferramentas de edição de imagens inteligentes como o DALL-E, o Midjourney ou o Photoshop Firefly, facilitam em muito a criação de cenários, podendo significar uma transformação na forma de participação dos cidadãos no planeamento urbano. Experimentos como os aqui descritos podem ter uma participação ainda mais ativa das pessoas. A criação de fotomontagens para as cenarizações deixa de ser privilégio de atores pontuais para serem realizadas por mais pessoas de forma ampla e mais democrática.

Esta facilitação e esta mudança de função, poderão ser muito úteis ao incluirmos esta metodologia em possíveis estudos sobre “Future Literacy” aplicado ao planeamento urbano. Após a pandemia de covid-19, este tema tem ganhado cada vez mais importância, mas ainda há pouco desenvolvimento na área dos estudos urbanos (Lingua & Caruso, 2022). A “Literacia de Futuros” é a habilidade que permite as pessoas melhor compreenderem o papel do futuro no seu presente, estimulando a imaginação e aumentando a sua capacidade de adaptação enquanto as mudanças ocorrem

(UNESCO, 2023). Nas palavras de Riel Miller, um dos pioneiros no tema, trata-se da “capacity to explore the potential of the present to give rise to the future by developing and interpreting stories about possible, probable and desirable futures” (2007, p. 347).

Desde 2012, a UNESCO desenvolve os “Future Literacy Laboratories” visando dotar as pessoas da capacidade de imaginar, explorar e antecipar cenários futuros e, assim, preparar-se para crises, superar desafios e lidar com as incertezas. Estes laboratórios pretendem capacitar as pessoas para o uso de futuros ao mesmo tempo em que visa empoderar comunidades, engajar a juventude, transformar a dicotomia aluno-professor numa aprendizagem colaborativa, e estabelecer redes de conhecimento em nível local e global (Miller, 2018; UNESCO, 2023). O processo de implementação dos “FLL” possui muitos pontos em comum com os Experimentos realizados para esta tese. Uma linha de investigação que promova uma conexão entre o “Future Literacy” e planeamento urbano pode incluir a metodologia do *scenario-elicitation* nos laboratórios, bem como a ideia do reuso intermédio do espaço urbano.

A capacidade de imaginar, explorar e antecipar futuros pode ser construída não apenas através de imagens e cenários, mas também com intervenções e projetos-piloto que possam reutilizar o espaço de maneira utópica ou distópica. O reuso intermédio pode aqui representar essa materialização do futuro imaginado, ainda que por um período pré-definido, e pode ser um elemento-chave na conexão entre os temas e no estímulo a um maior debate de ideias.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV. (1931). Carta de Atenas. *Conferência Internacional de Atenas Sobre o Restauro Dos Monumentos*. Atenas: Serviço Internacional de Museus.
- AAVV. (1964). Carta internacional de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de monumentos e sítios. *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos Dos Monumentos Históricos, Veneza*. Veneza: UNESCO / ICCROM / ICOMOS.
- AAVV. (2000). *Carta de Cracóvia - princípios para conservação e restauro do património construído*. Cracóvia: União Europeia / ICOMOS / ICCROM.
- Abramson, D. (2012). From Obsolescence to Sustainability, Back Again, and Beyond. *Design and Culture*, 4(3), 279–298. <https://doi.org/10.2752/175470812x13361292229078>
- Abramson, D. (2016). *Obsolescence: an Architectural History*. Chicago: The university of Chicago Press.
- Abreu, M. de A. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista Da Faculdade de Letras-Geografia I Série, XIV*, 77–97.
- Agostinho, S. (1984). *Confissões (11ª)*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Al-Kodmany, K. (1999). Using visualization techniques for enhancing public participation in planning and design: Process, implementation, and evaluation. *Landscape and Urban Planning*, 45(1), 37–45. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(99\)00024-9](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(99)00024-9)
- Aligica, P. D., & Tarkos, V. (2015). *Capitalist Alternatives: Models, Taxonomies, Scenarios*. London: Routledge.
- Allmendinger, P., & Tewdwr-jones, M. (Eds.). (2002). *Planning Futures: New Directions for Planning Theory*. London: Routledge.
- Allmendinger, P., & Tewdwr-jones, M. (2010). The Communicative Turn in Urban Planning : Unravelling Paradigmatic , Imperialistic and Moralistic Dimensions. *Space and Polity*, 2576(November 2011), 37–41. <https://doi.org/10.1080/1356257022013787>
- Almeida, A. N. (1993). *A fábrica e a família*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- Andres, L. (2013). Differential Spaces, Power Hierarchy and Collaborative Planning: A Critique of the Role of Temporary Uses in Shaping and Making Places. *Urban Studies*, 50(4), 759–775. <https://doi.org/10.1177/0042098012455719>
- APL. (2014). *Terminal de Contentores do Barreiro - Proposta de definição do âmbito do estudo de impacte ambiental*. Lisboa.
- Arnellas, M. (2019). Transver a ruína: o vazio e os deslimites da imagem na experimentação audiovisual. In A. Rozestraten, G. Barros, V. Bartalini, K. O. Leitão, & S. Goldchmit (Eds.), *Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT: construir e habitar a terra deformações, deslocamentos e devaneios: construir e habitar a terra deformações, deslocamentos e devaneios* (pp. 223–243). São Paulo: FAUSP.
- Aronovici, C. (1932). *Obsolete Cities : A challenge to Community Builder*. New York: Graphic Survey.

- Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos - um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Augé, M. (1994). *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Bagnoli, A. (2009). Beyond the standard interview: The use of graphic elicitation and arts-based methods. *Qualitative Research*, 9, 547–570.
- Baia do Tejo. (2020). *Plano de Atividades e Orçamento 2020-2022*. Barreiro.
- Baia do Tejo. (2021). *Plano de Atividades e Orçamento 2021-2023*. Barreiro.
- Balz, V. E., & Zonneveld, W. A. M. (2015). Regional Design in the Context of Fragmented Territorial Governance: South Wing Studio. *European Planning Studies*, 23(5), 871–891. <https://doi.org/10.1080/09654313.2014.889662>
- Barron, P. (2016). Introduction: At the Edge of the Pale. In P. Barron & M. Mariani (Eds.), *Terrain Vague: Interstices at the Edge of the Pale*. London: Routledge.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et Simulation*. Paris: Éditions Galilée.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacro e Simulação* (Galilée, 1; R. d'Água Antropos, Ed.). Lisboa.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. <https://doi.org/10.5771/9783845251813-11>
- BCP. (1951). *A General Plan for Boston: A Preliminary Report*. Boston.
- Becker, T. (2018). The meanings of Nostalgia: genealogy and critique. *History and Theory*, 57, 234–250. <https://doi.org/doi.org/10.1111/hith.12059>
- Bélange, A. (2002). Urban space and collective memory: analysing the various dimensions of the production of memory. *Canadian Journal of Urban Research - Space, Place and the Culture of Cities (Special Issue)*, 11(1), 69–92.
- Benjamin, W. (1984). As teses sobre o conceito de história. In *Walter Benjamin – Magia e Técnica, Arte e Política* (pp. 222–232). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1994). *A imagem de Proust* (Obras Esco). São Paulo: Brasiliense.
- Bennett, L. (2017). Forcing the Empties Back to Work? Ruinphobia and the Bluntness of Law and Policy. In J. Henneberry (Ed.), *Transience and Permanence in Urban Development* (pp. 17–29). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Berger, A. (2007). *Drosscape: Wasting Land in Urban America*. New York: Princeton Architectural Press.
- Berger, J. (1972). *Ways of seeing*. London: British Broadcast Corporation and Penguin Books.
- Bergson, H. (1979). *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Berman, M. (1982). *All that is solid melts into air: The experience of modernity*. Nova Iorque: Penguin Books.
- Bey, H. (2004). *TAZ: The Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism*. Brooklyn: Autonomedia.
- Bishop, P., & Williams, L. (2012). *The Temporary City*. Oxon: Routledge.

- Blumner, N. (2006). *Planning for the unplanned: tools and techniques for interim use in Germany and the United States*. Berlin: Deutsches Institut für Urbanistik.
- Borges, J. L. (1980). *Borges Oral (2ª)*. Barcelona: Bruguera.
- Bosetti, N., & Colthorpe, T. (2018). *Meanwhile, in London: Making Use of London's Empty Spaces*. London: Centre for London.
- Botsman, R., & Rogers, R. (2010). *What's Mine Is Yours: The Rise of Collaborative Consumption*. New York: HarperCollins Publishers.
- Bourdin, A. (2011). *O Urbanismo depois da Crise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bowdin, G., Allen, J., O'Toole, W., Harris, R., & McDonnell, I. (2006). Events Management. In *Sports Management and Administration (2nd ed.)*. <https://doi.org/10.4324/9780203380604-21>
- Bowman, A., & Pagano, M. (2004). *Terra incognita: Vacant land and urban strategies*. Washington: Georgetown University Press.
- Boym, S. (2001). *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books.
- Bragaglia, F., & Caruso, N. (2020). Temporary uses: a new form of inclusive urban regeneration or a tool for neoliberal policy? *Urban Research and Practice*, 00(00), 1–21. <https://doi.org/10.1080/17535069.2020.1775284>
- Breger, G. E. (1967). The Concept and Causes of Urban Blight. *Land Economics*, 43(4), 369–376.
- British Government. (2009a). *Looking after our town centres*. London: Communities and Local Government Publications.
- British Government. (2009b). *Meanwhile use lease and guidance notes*. London.
- Brito-Henriques, E., Paiva, D., & Costa, P. (2019). Cyborg urbanization beyond the human: the construction and ruination of the Matinha gasworks site. *Urban Geography*. <https://doi.org/10.1080/02723638.2019.1634405>
- Brito-Henriques, Eduardo. (2017). Arruinamento e regeneração do espaço edificado na metrópole do século XXI: O caso de Lisboa. *Eure*, 43(128), 251–272. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612017000100011>
- Brito-Henriques, Eduardo. (2019). Introdução ou a memória de um projeto. In Eduardo Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos. Explorações, Reflexões e Especulações* (pp. 10–13). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Brito-Henriques, Eduardo, Cavaco, C., & Labastida, M. (Eds.). (2019). *Ruínas e terrenos Vagos: explorações, reflexões e especulações*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Brito-Henriques, Eduardo, Morgado, P., & Cruz, D. (2018). Morphology of the perforated city: Spatial patterns of ruins and vacant land in Portuguese cities. *Finisterra*, 53(108), 111–133. <https://doi.org/10.18055/Finis12160>
- Building Research Board. (1993). *The Fourth Dimension in Building: Strategies for Minimising Obsolescence*. Washington: National Academy Press.

- Buitelaar, E., Moroni, S., Franco, A. De, & Jacobs, J. (2021). Building obsolescence in the evolving city . Reframing property vacancy and abandonment in the light of urban dynamics and complexity. *Cities*, 108(February 2020), 102964. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102964>
- Burgess, E. W. (1929). The Growth of the City : An Introduction to a Research Project. In R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. McKenzie (Eds.), *The city* (pp. 47–62). Chicago, IL: The university of Chicago Press.
- Bürgin, M., & Cabane, P. (1999). *Akupunktur für Basel: Zwischennutzung als Standortentwicklung auf dem Areal des DB-Güterbahnhofs in Base*. Retrieved from http://www.areal.org/areal_alt/download/zn_mb.pdf%3E (PDF) T
- Byrne, J., Sipe, N., & Searle, G. (2010). Green around the gills? The challenge of density for urban greenspace planning in SEQ. *Australian Planner*, 47(3), 162–177. <https://doi.org/10.1080/07293682.2010.508204>
- Câmara Municipal do Barreiro. (2008). CIDADE DO CINEMA - Decisão na Recta final | Barreiro, a Melhor Alternativa. Retrieved November 22, 2021, from <https://www.cm-barreiro.pt/viver/arquivo-de-noticias/2008/noticia/cidade-do-cinema-decisao-na-recta-final-barreiro-a-melhor-alternativa>
- Câmara Municipal do Barreiro. (2010). *Plano de Urbanização do Território da QUIMIPARQUE e área envolvente Proposta de Plano Relatório – Versão B*. Barreiro.
- Câmara Municipal do Barreiro. (2020). Autarquia aposta em incubadora e cria mais postos de trabalho no Barreiro. Retrieved November 28, 2021, from <https://www.cm-barreiro.pt/viver/noticia/autarquia-aposta-em-incubadora-e-cria-mais-postos-de-trabalho-no-barreiro>
- Camarão, A., Pereira, A. S., & Leal da Silva, J. (2008). *A Fábrica. 100 anos de CUF no Barreiro*. Lisboa: Editora Bizâncio.
- Carmo, A., Matos, F., & Pereira, S. (2019). Regeneração urbana através da cultura e das artes : o caso do Barreiro. *Fórum Sociológico*, 35, 61–70. <https://doi.org/10.4000/sociologico.8670>
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmona, M., Heath, T., Oc, T., & Tiesdell, S. (2003). Public Space–Urban Space, The Dimension of Urban Design. In *Edisi* (Vol. 2). Oxford: Architectural Press.
- Carmona, R. (2009). *Barreiro O lugar e a História Séculos XIV a XVIII*. Barreiro: Junta de Freguesia do Barreiro.
- Carr, J., & Dionisio, M. (2017). Flexible spaces as a “third way” forward for planning urban shared spaces. *Cities*, 70, 73–82. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.06.009>
- Carvalho, S. M. S. (1986). Quando o tempo se torna linear. *Perspectivas*, 9, 161–168.
- Casey, E. (2000). *Remembering : a Phenomenological Study*. Indiana: Indiana University Press.
- Castro, C. de. (2017, July). Estética da collage em arquitetura. *Arquitextos*, 206(3). Retrieved from <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.206/6630>
- Cavaco, C., & Costa, J. P. (2019). Administrative Organisation and Spatial Planning in Portugal: A Push Towards Soft Planning Spaces in Europe? In *Shaping Regional Futures. Designing*

- and Visioning in Governing Rescaling* (pp. 87–101).
<https://doi.org/doi.org/10.1007/978-3-030-23573-4>
- Cavaco, C. S. (2007). Os espaçamentos ilegítimos ou a condição suburbana do vazio. *Actas Do Seminário de Estudos Urbanos - Vazios Úteis.*, 109–125. Lisboa: ISCTE.
- Cavaco, C., Santos, J. R., & Brito-Henriques, E. (2018). *Ideias para Intervenção em Espaços Urbanos Abandonados. Experiências na Lisboa Oriental e Barreiro | Ideas for Intervention in abandoned Urban Spaces. Experiences from Eastern Lisbon and Barreiro.* Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa.
- CEU. (2003). *A Nova Carta de Atenas: A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI* (P. V. D. Correia & I. M. da C. Lobo, Eds.). Lisboa.
- Chan, E. C. (2009). What roles for ruins? Meaning and narrative of industrial ruins in contemporary parks. *Journal of Landscape Architecture*, 4(2), 20–31.
<https://doi.org/10.1080/18626033.2009.9723419>
- Chermack, T. J. (2002). The mandate for theory in scenario planning. *Futures Research Quarterly*, 18(2), 25–28.
- Church, E. (1932). Some fallacies of obsolescence: a contribution to the controversy. *Pencil Points* 13.
- Clément, G. (2004). *Manifeste du tiers paysage.* Paris: Editions Sujet/Objet.
- Collier, J. (1957). Photography in Anthropology: A Report on Two Experiments. *American Anthropologist*, 59(5), 843–859. <https://doi.org/10.1525/aa.1957.59.5.02a00100>
- Colomb, C. (2012). Pushing the urban frontier: Temporary uses of space, city marketing, and the creative city discourse in 2000S Berlin. *Journal of Urban Affairs*, 34(2), 131–152.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9906.2012.00607.x>
- Corboz, A. (1983). El território como palimpsesto. In A. Martins Ramos (Ed.), *Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos* (pp. 25–34). Barcelona: Ediciones UPC.
- Cosgrove, M. (2012). “Heimat” as Nonplace and “Terrain Vague” in Jenny Erpenbeck’s “Heimsuchung” and Julia Schoch’s “Mit der Geschwindigkeit des Sommers.” *New German Critique* 116, 39(2), 63–86. <https://doi.org/10.1215/0094033X-1550863>
- Costa, Pablo. (2020). Usos temporários em tempos de pandemia: o drive-in como ferramenta exploratória. *Finisterra*, 55(115), 145–151. <https://doi.org/10.18055/Finis20357>
- Costa, Pablo, Brito-Henriques, E., & Cavaco, C. (2021). Interim reuse in urban derelicts: uncovering the community’s attitudes and preferences through scenario-elicitation. *Cities*, 111(January). <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103103>
- Costa, Pedro, Lopes, R. V., & Bassani, J. (2019). *BRR 2018: Quando a periferia se torna trendy.* Lisboa: DINÂMIA’CET-IUL – Centro de Estudos sobre a mudança Socioeconómica e o Território, Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).
- Crang, M., & Travlou, P. (2001). The city and topologies of memory. *Environment And Planning D: Society and Space*, 19(2), 161–177.
- Cupers, K., & Miessen, M. (2002). *Spaces of uncertainty.* Wuppertal: Müller and Busmann.
- Davidson, C. (Ed.). (1995). *Anyplace.* Cambridge, MA: MIT Press.

- Debord, G. (1983). *The Society of the spectacle*.
<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226252568.003.0006>
- Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril. , Pub. L. No. Diário da República: I série, N° 69, 2337 (2014).
- Decreto Lei nº 57/2012 de 12 de março. , Pub. L. No. Diário da República: I série, N° 51, 1098 (2012).
- Deleuze, G. (1962). *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal.
- DeSilvey, C. (2017). *Curated decay: Heritage beyond saving*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Desilvey, C., & Edensor, T. (2013). Reckoning with ruins. *Progress in Human Geography*, 37(4), 465–485. <https://doi.org/10.1177/0309132512462271>
- Diguet, C., Zeiger, P., & Cocquière, A. (2017). Temporary urbanism: Planning differently. *Note Rapide*. Retrieved from www.iau-idf.fr/en
- Dubeaux, S., & Cunningham Sabot, E. (2018). Maximizing the potential of vacant spaces within shrinking cities, a German approach. *Cities*, 75(July 2016), 6–11.
<https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.06.015>
- Dubin, N. L. (2010). *Futures & Ruins: eighteenth-century Paris and the art of Hubert Robert*. Los Angeles: Getty Research Institute.
- Dühr, S. (2007). *The visual language of spatial planning: exploring cartographic representations for spatial planning in europe*. London: Routledge.
- Durance, P., & Godet, M. (2010). Scenario building: Uses and abuses. *Technological Forecasting & Social Change*, 77(9), 1488–1492.
<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2010.06.007>
- Ebbensgaard, C. L. (2017). ‘I like the sound of falling water, it’s calming’: engineering sensory experiences through landscape architecture. *Cultural Geographies*, 24(3), 441–455.
<https://doi.org/10.1177/1474474017698719>
- Edensor, T. (2005). *Industrial Ruins: Space, Aesthetics and Materiality*. Oxford: Berg.
- Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Elisei, P. (2015). *TUTUR - Final Report*. Roma, Alba Lulia & Bremen.
- Estevens, A. (2014). *As expressões do conflito urbano. Os casos do Raval (Bracelona) e da Mouraria (Lisboa)*. Universidade de Lisboa.
- Faludi, A. (1996). Framing with Images. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 23(1), 93–108.
- Faria, M. F. de, & Mendes, J. A. (Eds.). (2010). *Actas do Colóquio Internaonal: Industrialização em Portugal no século XX: O Caso do Barreiro*. Lisboa: EDUAL.
- Ferreira, A. F. (2009). *Documento Estratégico do Projeto do Arco Ribeirinho Sul*. Lisboa.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: and how it’s transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books.

- Focault, M. (1986). Of other spaces. *Diacritics*, 16(1), 22–27.
- Freud, S. (1919). The “Uncanny.” In J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 1 (Vol. 17, pp. 219–256). London: Hogarth.
- Freud, S. (1986). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. In *Projeto de uma psicologia (1895)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fuão, F. F. (1987). *Arquitectura como COLLAGE*. Universitat Politècnica de Catalunya.
- Fyfe, G., & Law, J. (1988). *Picturing power : visual depiction and social relations*. Retrieved from <http://lib.ugent.be/catalog/rug01:000168563>
- Gandy, M. (2005). Cyborg urbanization: Complexity and monstrosity in the contemporary city. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29(1), 26–49.
- Gandy, M. (2011). Interstitial landscapes: Reflections on a Berlin corne. In M. Gandy (Ed.), *Urban Constellations* (pp. 149–152). Berlin: Jovis.
- Gandy, M. (2013). No Marginalia: aesthetics, ecology, and urban wastelands. *Annals of the Association of American Geographers*, 103(6). <https://doi.org/10.1080/00045608.2013.832105>
- Getz, D. (2007). *Event Studies: Theory, Research and Policy for Planned Events*. Oxford: Elsevier.
- Giget, M. (1998). *La Dynamique Stratégique des Entreprises*. Paris: Dunod.
- Godet, M. (2000). The Art of Scenarios and Strategic Planning. *Technological Forecasting and Social Change*, 65(1), 3–22. [https://doi.org/10.1016/s0040-1625\(99\)00120-1](https://doi.org/10.1016/s0040-1625(99)00120-1)
- Goscilo, H. (2010). The Mirror in Art : Vanitas , Veritas , and Vision. *Studies in 20th & 21st Century Literature*, 34(2). <https://doi.org/doi.org/10.4148/2334-4415.1733>
- Groth, J., & Corijn, E. (2005). Reclaiming urbanity: Indeterminate spaces, informal actors and urban agenda setting. *Urban Studies*, 42(3), 503–526. <https://doi.org/10.1080/00420980500035436>
- Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective*. Paris: PUF.
- Hall, S. (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Maidenhead, BRK, England: Open University Press.
- Hansen, J. A. (1994). Pós-moderno & cultura. In S. Chalhub (Ed.), *Pós-moderno & semiótica, cultura, psicanálise, literatura e artes plásticas. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.
- Hardy, H. (2005). The Romance of Abandonment: Industrial Parks. *Places*, 17(3), 32–37.
- Harper, D. (2002). Talking about pictures: A case for photo elicitation. *Visual Studies*, 17(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/14725860220137345>
- Hatherley, O. (2011). *A Guide to the New Ruins of Great Britain*. Retrieved from <https://books.google.it/books?id=cSPUXs7GcWIC>
- Haydn, F., & Temel, R. (Eds.). (2006). *Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces*. Basel: Birkhauser.
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*. Basingstoke: Macmillan.

- Healey, P. (2003). Collaborative Planning in Perspective. *Planning Theory*, 2(2), 101–123.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1177/14730952030022002>
- Heidegger, M. (2002). *Ensaios e conferências*. Petrópolis: Vozes.
- Herrold, G. (1935). Obsolescence in Cities. *Planner's Journal*, 4, 73–75.
- Hill, M. M. (2014). Desenho de questionário e análise dos dados - alguns contributos. In *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (2002). *Dialectic of Enlightenment. Philosophical fragments*. Stanford: Stanford University Press.
- Hunt, M. A. (2014). Urban photography/cultural geography: Spaces, objects, events. *Geography Compass*, 8, 151–168.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Estatísticas Demográficas 2011*. Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2021). Resultados Preliminares. Retrieved August 20, 2021, from Censos 2021 website: https://ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- Iselin, D. G., & Lemer, A. C. (1993). Fourth Dimension in Building. In *The fourth dimension in building: strategies for minimizing obsolescence*, Washington DC, National Academy Press. <https://doi.org/10.17226/2124>
- Isenberg, A. (2004). *Downtown America: A History of the Place and the People Who Made It*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jameson, F. (1997). *Pos-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- Jay, M. (1993). *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1ppwv>
- Jay, M. (2002). Cultural relativism and the visual turn. *Journal of Visual Culture*, 1(3), 267–278.
<https://doi.org/10.1177/147041290200100301>
- Jégou, F., & Bonneau, M. (2018). *REFILL - A journey through temporary use*. Retrieved from <http://www.strategicdesignscenarios.net/>
- Jégou, F., Bonneau, M., Tytgadt, E., Tabaku, A., & Descheemaeker, N. (2016). *REFILL - State of the Art*.
- Jord, E. R. (2017). Patrimônio , ruínas e historicidade no século XVIII : um olhar sobre Hubert Robert Heritage , ruins and historicity in the 18th century : a look at Hubert Robert work Patrimonio , ruínas e historicidad en el siglo XVIII : una mirada sobre Hubert Robert. *Confluências Culturais*, 6(2), 73–87.
- Jorgensen, A., & Tylecote, M. (2007). Ambivalent landscapes—wilderness in the urban interstices. *Landscape Research*, 32(4), 443–462.
<https://doi.org/10.1080/01426390701449802>
- Kahn, H. (1971). *Thinking About the Unthinkable*. New York: Discus Books.
- Kahn, H. (1973). The alternative world futures approach. In F. Tugwell (Ed.), *Search for alternatives: Public policy and study of the future*. Cambridge, MA: Witrop Publishers.
- Kahn, H., & Wiener, A. J. (1967). *The year 2000: a framework for speculation on the next 33 years*. London: Macmillan.

- Khakee, A. (1991). Scenario construction for urban planning. *Omega*, 19(5), 459–469.
[https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0305-0483\(91\)90062-X](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0305-0483(91)90062-X)
- Killing, A. (2014). *The Business of Temporary Use*. Rotterdam: Killing Architects.
- King, S., Conley, M., Latimer, B., & Ferrari, D. (1989). *Co-design: a process of design participation*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Kitchin, R., O’Callaghan, C., & Gleeson, J. (2014). The New Ruins of Ireland? Unfinished Estates in the Post-Celtic Tiger Era. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3), 1069–1080. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12118>
- Kondo, M., Hohl, B., Han, S., & Branas, C. (2016). Effects of greening and community reuse of vacant lots on crime. *Urban Studies*, 53(15), 3279–3295.
<https://doi.org/10.1177/0042098015608058>
- Koolhaas, R. (1995). Whatever Happened to Urbanism? *Design Quarterly*, (164), 28.
<https://doi.org/10.2307/4091351>
- Koolhaas, R., & Mau, B. (1995). *S,M,L,XL*. New York: Monacelli Press Inc.
- Krauzick, M. (2007). Zwischennutzung als Initiator einer neuen Berliner Identität? In *Institut für Stadt und Regional Planung, Technische Universität Berlin, Graue Reihe*. Berlin: Universitätsverlag der TU Berlin.
- Langston, C., Wong, F., C.M. Hui, E., & Shen, L. (2008). Strategic assessment of building adaptive reuse opportunities in Hong Kong. In *Building and Environment* (Vol. 43).
<https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2007.10.017>
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Le Mans, P. (2022, June 3). A Lx Factory é, de longe, o sítio mais hipster da capital portuguesa, caso a palavra ainda se utilize. *Observador*.
- Leal da Silva, J., Gomes, G., & Cruz, I. (2004). Sobre o complexo industrial da C.U.F. no Barreiro. In J. M. B. de Brito, M. Heitor, & M. F. Rollo (Eds.), *Momento de inovação e engenharia em Portugal no século XX* (pp. 233–244). Lisboa: D. Quixote.
- Lehtovuori, P. (2012). Towards experiential urbanism. *Critical Sociology*, 38(1), 71–87.
<https://doi.org/10.1177/0896920511407222>
- Lehtovuori, P., & Ruoppila, S. (2012). Temporary Uses As Means of Experimental urban planning. *Serbian Architectural Journal*, 4(1), 29–54.
- Lei nº 13/2019 de 12 de Fevereiro*. , Pub. L. No. Diário da República: I série, Nº 30, 1173 (2019).
- Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro*. , Pub. L. No. Diário da República: I-A série, Nº 41, 1558 (2006).
- Lényi, P. (Ed.). (2014). *Design Handbook for Cultural Centres*. Zilina: Truc sphérique.
- Lingua, V., & Caruso, E. (2022). Futures Literacy as a reading key for strategic spatial planning: A community learning process for defining shared futures in the Ombrone River Agreement. *Futures*, 140(June 2020), 102935.
<https://doi.org/10.1016/j.futures.2022.102935>
- Louekari, M. (2006). The creative potential of Berlin: Creating alternative models of social, economic and cultural organization in the form of network forming and open-source

- communities. *Planning Practice and Research*, 21(4), 463–481.
<https://doi.org/10.1080/02697450701296270>
- Lydon, M., & Garcia, A. (2015). *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. London: Island Press.
- Lyons, S. (Ed.). (2018). *Ruin Porn and the Obsession with Decay*. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-93390-0>
- Maantay, J. A., & Maroko, A. R. (2018). Brownfields to greenfields: Environmental justice versus environmental gentrification. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(10). <https://doi.org/10.3390/ijerph15102233>
- Macaulay, R. (1953). *Pleasure of Ruins*. London: Weidenfield and Nicolson.
- MacCannell, D. (1976). *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Berkeley: University of California Press.
- Madanipour, A. (2017a). *Cities in Time: Temporary Urbanism and the Future of the City*. London: Bloomsbury Academic.
- Madanipour, A. (2017b). Ephemeral landscape and urban shrinkage. *Landscape Research*, 42(7), 795–805. <https://doi.org/10.1080/01426397.2017.1355445>
- Mah, A. (2012). *Industrial ruination, community, and place: Landscapes and legacies of urban decline*. Toronto: University of Toronto Press.
- Mannay, D. (2016). *Visual, Narrative and Creative Research Methods: Application, Reflection and Ethic*. London: Routledge.
- Martelli, A. (2001). Scenario building and scenario planning: state of the art and prospects of evolution. *Technological Forecasting & Social Change*, 17, 57–70.
- Martin, D. (2014). Introduction: Towards a political understanding of new ruins. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3), 1037–1046.
<https://doi.org/10.1111/1468-2427.12116>
- Martin, M., Deas, I., & Hincks, S. (2019). The Role of Temporary Use in Urban Regeneration: Ordinary and Extraordinary Approaches in Bristol and Liverpool. *Planning Practice and Research*, 34(5), 537–557. <https://doi.org/10.1080/02697459.2019.1679429>
- Martins, C. S., & Cavaco, C. (2018). Portuguese West Coast tourism resorts: an unfinished landscape of territorial liabilities. *European Planning Studies*, 26(1), 94–114.
<https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1384450>
- Mason, D. H. (1994). Scenario-based planning: Decision model for the learning organization. *Planning Review*, 22(2), 6–11.
- Mateus, A. (2007). *Estratégia de desenvolvimento empresarial e urbano no Barreiro: Diagnóstico de partida*. Barreiro.
- Maycroft, N. (2009). *Consumption, planned obsolescence and waste*. Lincoln.
- McLain, R. J., Hurley, P. T., Emery, M. R., & Poe, M. R. (2014). Gathering “wild” food in the city: rethinking the role of foraging in urban ecosystem planning and management. *Local Environment*, 19(2), 220–240. <https://doi.org/10.1080/13549839.2013.841659>
- Mészáros, I. (1989). *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio.

- Miller, R. (2007). Futures literacy: A hybrid strategic scenario method. *Futures*, 39(4), 341–362. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2006.12.001>
- Miller, R. (2018). Futures literacy laboratories (FLL) in practice: An overview of key design and implementation issues. In R. Miller (Ed.), *Transforming the Future: Anticipation in the 21st Century* (pp. 95–109). <https://doi.org/10.4324/9781351048002>
- Millington, N. (2013). Post-Industrial Imaginaries: Nature, Representation and Ruin in Detroit, Michigan. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(1), 279–296. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01206.x>
- Mirzoeff, N. (1998). The Visual Culture Reader. In N. Mirzoeff (Ed.), *Choice Reviews Online* (Vol. 50). <https://doi.org/10.5860/choice.50-4220>
- Monclús, F. J. (2006). *Exposiciones internacionales y urbanismo, El proyecto Expo Zaragoza 2008*. Barcelona: Éditions UPC.
- Moore-Cherry, N. (2015). Rethinking the post-crash city: Vacant space, temporary use and new urban imaginaries? *Irish Geography*, 48(1), 6–12. <https://doi.org/10.2014/igj.v48i1.523>
- Moore-Cherry, N., Crossa, V., & O'Donnell, G. (2015). Investigating urban transformations: GIS, map-elicitation and the role of the state in regeneration. *Urban Studies*, 52(12), 2134–2150. <https://doi.org/10.1177/0042098014545520>
- Morgan, R., & Hunt, S. (2002). Determining Marketing Strategy: A Cybernetic Systems Approach to Scenario Planning. *European Journal of Marketing*, 36(4), 450–478. <https://doi.org/10.1108/03090560210417264>
- Németh, J., & Langhorst, J. (2014). Rethinking urban transformation: Temporary uses for vacant land. *Cities*, 40, 143–150. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2013.04.007>
- Niemeyer, K., & Wentz, D. (2014). Nostalgia is not what it used to be: Serial nostalgia and nostalgic series. In *Media and Nostalgia: Yearning for the Past, Present and Future* (pp. 129–138). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Nietzsche, F. (2006). *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nils Scheffler (Ed.). (2018). *2nd CHANCE: An URBAN GUIDEBOOK for the Reactivation and Reuse of larger vacant buildings*. Naples: Urbact III / European Union.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10.
- Norberg-Schulz, C. (1984). *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli.
- Nunes, A. B., Nunes, E., Reis, J., Lisboa, M., Baganha, M. J., Fonseca, H., & Elliott, D. J. (2001). *Estatísticas Históricas Portuguesas* (Vol. 1; N. Valério, Ed.). Lisboa: Instituto Nacional de estatística.
- Nutt, B., Walker, B., Holliday, S., & Sears, D. (1976). *Obsolescence in Housing*. Farnborough: Saxon House.
- Nutz, M. (1998). *Stadtentwicklung in Umbruchsituationen: Wiederaufbau und Wiedervereinigung als Stressfaktoren der Entwicklung Ostdeutscher Mittelstädte, ein Raum-Zeit-Vergleich mit Westdeutschland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

- O'Callaghan, C., & Lawton, P. (2015). Temporary solutions? Vacant space policy and strategies for re-use in Dublin. *Irish Geography*, 48(1), 69–87. <https://doi.org/10.2014/igj.v48i1.526>
- Oliveira, M. M. (2019). A partir de Hubert Robert: da ruína como campo indeciso. In Eduardo Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos. Explorações, Reflexões e Especulações* (pp. 44–48). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Oswalt, P. (2000). *Berlin, Stadt ohne Form. Strategien einer anderen Architektur*. Munique: Prestel Verlag.
- Oswalt, P., & Fontenot, A. (2000). *Berlin Stadt ohne Form: Strategien einer anderen Architektur*. Munich: Prestel.
- Oswalt, P., Overmeyer, K., & Misselwitz, P. (Eds.). (2004). *Urban Catalyst - Strategies for Temporary Use: results of the european research project 2001-2003*. Retrieved from Studio Urban Catalyst website: <http://www.urbanecatalyst.net/publikationen.php?lang=en>
- Oswalt, P., Overmeyer, K., & Misselwitz, P. (Eds.). (2013). *Urban catalyst : the power of temporary use*. Berlin: DOM Publishers.
- Packard, V. (1960). *The Waste Makers*. London: Penguin Books.
- Padilha, V., & Bonifácio, R. C. (2013, September). Obsolescência planejada: armadilha silenciosa na sociedade de consumo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, pp. 36–37.
- Pais, A. da S. (1963). *O Barreiro antigo e moderno. As outras terras do concelho*. Barreiro: Camara Municipal do Barreiro.
- Pálsson, G. (2012). These Are Not Old Ruins: A Heritage of the Hrun. *International Journal of Historical Archaeology*, 16(3), 559–576. <https://doi.org/10.1007/s10761-012-0189-7>
- Parrat-Halbert, S. (2015). *SEEDS - Final Report*. Sheffield.
- Patti, D., & Polyak, L. (2015). From practice to policy: Frameworks for temporary use. *Urban Research and Practice*, 8(1), 122–134. <https://doi.org/10.1080/17535069.2015.1011422>
- Peck, J. (2005). Struggling with the creative class. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29(4), 740–770. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2005.00620.x>
- Peck, J. (2012). American cities under extreme economy. *City*, 16(6), 626–655. <https://doi.org/10.1080/13604813.2012.734071>
- Pelbart, P. P. (2020). Rizoma temporal. In *Outras Palavras* (Vol. 5). São Paulo: ECidade.
- Pétursdóttir, P., & Olsen, B. (2014). Imaging Modern Decay. *Journal of Contemporary Archaeology*, 1(1), 7–23. <https://doi.org/10.1558/jca.v1i1.7>
- Pfarrer, M. D., & Smith, K. G. (2005). Creative Destruction. In M. Hitt & D. Ireland (Eds.), *The Blackwell Encyclopedia of Management*. (pp. 50–52). <https://doi.org/10.1002/9781118785317.weom030020>
- Pink, S., Mackley, K. L., & Moroşanu, R. (2015). Researching in atmospheres: Video and the “feel” of the mundane. *Visual Communication*, 14, 351–169.
- Pohl, L. (2022). Aura of decay: Fetishising ruins with Benjamin and Lacan. *Transactions of the*

- Institute of British Geographers*, 47(1), 153–166. <https://doi.org/10.1111/tran.12481>
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.
- Portas, M. (2011). *The Portas Review: An independent review into the future of our high streets*, HM. Retrieved from https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/6292/2081646.pdf
- Porto Editora. (2021). Eliciar. In *Dicionário infopédia da língua portuguesa*. Retrieved from <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/eliciar>
- Pothukuchi, K. (2017). “To allow farming is to give up on the city”: Political anxieties related to the disposition of vacant land for urban agriculture in Detroit. *Journal of Urban Affairs*, 39(8), 1169–1189. <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1319239>
- Pothukuchi, K. (2018). Vacant land disposition for agriculture in Cleveland, Ohio: Is community development a mixed blessing? *Journal of Urban Affairs*, 40(5), 657–678. <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1403855>
- Poulet, G. (1992). *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Imago.
- Preston, R. (1966). The Zone in Transition: A Study of Urban Land Use Patterns. *Economic Geography*, 42(3), 236–260.
- Pusca, A. (2010). Industrial and human ruins in postcommunist Europe. *Space and Culture*, 13(3), 239–255.
- Ramirez, R., Mukherjee, M., Vezzoli, S., & Kramer, A. M. (2015). Scenarios as a scholarly methodology to produce “interesting research.” *Futures*, 71, 70–87. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2015.06.006>
- Ramirez, R., & Selin, C. (2014). Plausibility and probability in scenario planning. *Foresight*, 16(1), 54–74.
- Ramos, I. L. (2010). “Exploratory landscape scenarios” in the formulation of “landscape quality objectives.” *Futures*, 42(7), 682–692. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2010.04.005>
- Ricoeur, P. (1985). *Temps et Récit*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (2003). *La Mémoire, L’histoire, L’oubli*. Paris: Éditions du Seuil.
- Riegl, A. (2013). *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70.
- Roberts, P., & Sykes, H. (1999). *Urban regeneration: a handbook*. London: Sage Publications.
- Rodrigues, P., & Santos, J. R. (2018). Barreiro. In J. R. Brito-Henriques, Eduardo; Cavaco, Cristina; Santos (Ed.), *Ideias de intervenção em espaços urbanos abandonados. Experiências na Lisboa Oriental e Barreiro, editado por* (pp. 19–27). Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa.
- Rosa, H. (2013). *Social Acceleration: A New Theory of Modernity*. New York: Columbia University Press.
- Rose, G. (2016). *Visual Methodologies an introduction to researching with visual materials* (Vol. 53). London: SAGE Publications Ltd.
- Ross, W. D. (1957). *Aristotle Política*. Oxford: Clarendon Press.

- Rowland, N. J., & Spaniol, M. J. (2017). Social foundation of scenario planning. *Technological Forecasting and Social Change*, 124, 6–15.
<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.02.013>
- Rozestraten, A. (2011, October). Aspectos da história das maquetes e modelos tridimensionais de arquitetura no Egito antigo. *Arquitextos*, 137(00). Retrieved from <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.137/4037>
- Rupprecht, C. D. D., & Byrne, J. A. (2014). Urban Forestry & Urban Greening Informal urban greenspace : A typology and trilingual systematic review of its role for urban residents and trends in the literature. *Urban Forestry & Urban Greening*, 13(4), 597–611.
<https://doi.org/10.1016/j.ufug.2014.09.002>
- Rupprecht, C. D. D., Byrne, J. A., Ueda, H., & Lo, A. Y. (2015). “It’s real, not fake like a park”: Residents’ perception and use of informal urban green-space in Brisbane, Australia and Sapporo, Japan. *Landscape and Urban Planning*, 143, 205–218.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2015.07.003>
- Saha, M., & Eckelman, M. J. (2018). Geospatial assessment of regional scale bioenergy production potential on marginal and degraded land. *Resources, Conservation and Recycling*, 128, 90–97.
- Saldanha, N. G. B. (1993). Piranesi e a poética da ruína no século XVIII. In A. Barros (Ed.), *Giovanni Battista Piranesi: invenções, caprichos, arquiteturas – 1720/1778*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Sánchez Meca, D. (2013). Nietzsche ou a eternidade do tempo. *Cadernos Nietzsche*, III(33), 181–196. <https://doi.org/10.1590/s2316-82422013000200008>
- Santiago, M. R., & Andrade, S. L. (2016). A obsolescência programada e psicológica como forma de biopoder: perspectivas jurídicas do consumismo. *Quaestio Iuris*, 09(4), 1771–1786. <https://doi.org/10.12957/rqi.2016.21252>
- Santos, B. de S. (1996). A queda do Angelus Novus: Para além da equação moderna entre raízes e opções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5–34.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec.
- Sardica, J. M. (2020). *Alfredo da Silva e a CUF – Liderança, Empreendedorismo e Compromisso*. Cascais: Príncipeia.
- Schaller, S., & Guinand, S. (2018). Pop-up landscapes: a new trigger to push up land value? *Urban Geography*, 39(1), 54–74. <https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1276719>
- Schumpeter, J. (1942). *Capitalism, Socialism, and Democracy* (3rd ed.). New York: Harper and Brothers.
- Schwartz, P. (1991). *The art of the long view: Planning for the future in an uncertain world*. New York: Doubleday.
- Selvi Ünlü, T. (2019). Urban memory and planning: investigating the use of oral history. *European Planning Studies*, 27(4), 802–817.
<https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1567696>
- Sena, H. (1958). *50 Anos da CUF no Barreiro*. Barreiro: Direcção das Fábricas do Barreiro da Companhia União Fabril.
- SenStadt, S. fur S. (2007). *Urban Pioneers: Temporary use and urban development in Berlin*.

- Berlin: Architektenkammer & Jovis Verlag.
- Shaw, K. (2005). The place of alternative culture and the politics of its protection in Berlin, Amsterdam and Melbourne. *Planning Theory and Practice*, 6(7), 149–169.
- Shlay, A. B., & Whitman, G. (2006). Research for democracy: linking community organizing and research to leverage blight policy. *City & Community*, 5(2), 153–171.
- Simmel, G. (1958). Two Essays. *The Hudson Review*, 11(3), 371–385.
- Slade, G. (2006). *Made to Break: Technology and Obsolescence in America*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Small, K. (2008). Social Dimensions of Community Festivals: An Application of Factor Analysis in the Development of the Social Impact Perception (SIP) Scale. *Event Management*, 11(1–2), 45–55.
- Smith, L., & Campbell, G. (2017). ‘Nostalgia for the future’: memory, nostalgia and the politics of class. *International Journal of Heritage Studies*, 23(7), 612–627.
<https://doi.org/10.1080/13527258.2017.1321034>
- Soares, J. (2013). Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In J. Soares (Ed.), *Pré-história das zonas húmidas. Paisagens de sal*. (pp. 171–196). Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal.
- Solà-Morales, I. de. (1995). Terrain Vague. In C. Davidson (Ed.), *Anyplace* (pp. 118–123). Cambridge, MA: MIT Press.
- Solà-Morales, I. de. (1996). *Presente y futuros. arquitectura en la ciudad* (pp. 10–23). pp. 10–23. Barcelona: Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña.
- Solà-Morales, I. de. (2002). *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Stevens, Q. (2020). Temporariness Takes Command: How Temporary Urbanism Re-Assembles the City. In L. Andres & A. Zhang (Eds.), *Transforming Cities Through Temporary Urbanism* (pp. 13–27). Cham: Springer International Publishing.
- Swyngedouw, E. (2006). Circulations and metabolisms: (hybrid) natures and (cyborg) cities. *Science as Culture*, 15(2), 105–121.
- Talen, E. (2015). Do-it-Yourself Urbanism : A History. *Journal of Planning History*, 14(2), 135–148. <https://doi.org/10.1177/1538513214549325>
- Taylor, F. (1987). *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas.
- Telo, A. (1995). Alfredo da Silva e a C.U.F. In J. Medina (Ed.), *História de Portugal: Vol. XI* (pp. 244–247). Lisboa: Ediclube.
- Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In *Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Thomsen, A. (2017). Obsolescence – understanding the underlying processes. *24th Annual Conference of the European Real Estate Society (ERES 2017)*. Delft: Delft University of Technology.
- Thomsen, A., & Van Der Flier, K. (2011). Understanding obsolescence: A conceptual model for

- buildings. *Building Research and Information*, 39(4), 352–362.
<https://doi.org/10.1080/09613218.2011.576328>
- Till, K. (2011). Interim Use at a Former Death Strip? Art, Politics and Urbanism at Skulpturenpark Berlin Zentrum. In M. Silberman (Ed.), *After the Wall: Berlin in Germany and Europe* (pp. 99–122). New York: Palgrave Macmillan.
- Till, K., & McArdle, R. (2015). The improvisational city: Valuing urbanity beyond the chimera of permanence. *Irish Geography*, 48(1), 37–68. <https://doi.org/10.2014/igj.v48i1.525>
- Tonelli, M. J. (2008). Sentidos do tempo e do tempo de trabalho na vida cotidiana. *Organizações & Sociedade*, 15(45), 207–217. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302008000200016>
- Tonkiss, F. (2013). Austerity urbanism and the makeshift city. *City*, 17(3), 312–324.
<https://doi.org/10.1080/13604813.2013.795332>
- Tress, B., & Tress, G. (2003). Scenario visualisation for participatory landscape planning - A study from Denmark. *Landscape and Urban Planning*, 64(3), 161–178.
[https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(02\)00219-0](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(02)00219-0)
- UNESCO. (2023). *Futures literacy laboratory playbook. An essentials guide for co-designing a lab to explore how and why we anticipate*. <https://doi.org/10.54678/KSWO4445>
- van der Heijden, K. (1996). *Scenarios: The Art of Strategic Conversation*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Vasconcelos, L., & Guedes, L. F. (2007). E-surveys: Vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica. *X SemeAd -Seminário Em Administração FEA/USP*. São Paulo: FEA/USP.
- Vidler, A. (1999). *The Architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Virilio, P. (1977). *Vitesse et politique: Essai de dromologie* (Ed. Galilée, Ed.). Paris.
- Weaver, R. C., & Bagchi-Sen, S. (2013). Spatial analysis of urban decline: The geography of blight. *Applied Geography*, 40, 61–70. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.01.011>
- Wescher, H. (1976). *La historia del collage. Del cubismo a la actualidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Whitrow, G. J. (1993). *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Whitrow, G. J. (2005). *O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Woodward, C. (2001). *In Ruins*. London: Chatto & Windus.